



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**  
**DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – SOCIOLOGIA**

**WALDILÉIA RENDEIRO DA SILVA AMARAL**

**NO VAI E VEM DAS MARÉS, O MOVIMENTO DA VIDA: MULHERES,  
FAMÍLIA E TRABALHO NA ILHA DE QUIANDUBA,  
ABAETETUBA/PA**

Belém-Pará

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

**DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – SOCIOLOGIA**

**WALDILÉIA RENDEIRO DA SILVA AMARAL**

**NO VAI E VEM DAS MARÉS, O MOVIMENTO DA VIDA: MULHERES,  
FAMÍLIA E TRABALHO NA ILHA DE QUIANDUBA,  
ABAETETUBA/PA**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais com área de concentração em Sociologia

Orientadora Professora Doutora Maria Angelica Motta-Maués



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFPA

---

Amaral, Waldiléia Rendeiro da Silva ,  
No vai e vem das marés, o movimento da vida:  
mulheres, família e trabalho na Ilha de Quianduba,  
Abaetetuba/PA / Waldiléia Rendeiro da Silva Amaral. -  
2016.

Orientadora: Maria Angelica Motta-maués.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do  
Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e  
Antropologia, Belém, 2016.

1. Vida ribeirinha - Abaetetuba (PA). 2.  
Mulheres - Abaetetuba (PA). I. Título.

CDD 23. ed. 307.14098115

**WALDILÉIA RENDEIRO DA SILVA AMARAL**

**NO VAI E VEM DAS MARÉS, O MOVIMENTO DA VIDA: MULHERES, FAMÍLIA  
E TRABALHO NA ILHA DE QUIANDUBA, ABAETETUBA/PA**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais com área de concentração em Sociologia

**Banca Examinadora:**  
**Aprovada: 29 /04/2016**

---

Profa. Dra. Maria Angelica Motta-Maués (Orientadora PPGSA/UFPA)

---

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra (Examinador Externo - PPGAA/UFPA)

---

Prof. Dr. William Santos de Assis (Examinador Externo - PPGAA/UFPA)

---

Profa. Dra. Denise Machado Cardoso (Examinadora Interna- PPGSA/UFPA)

---

Profa. Dra. Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado (Examinadora Interna - PPGSA/UFPA)

---

Prof. Dr. Raymundo Heraldo Maués (Examinador Suplente – PPGSA/UFPA)

---

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (Examinador Suplente - PPGSA/UFPA)

DEDICATORIA  
Ao Gustavo, com amor, dedico

## AGRADECIMENTOS

*(...) E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas  
(...).E é tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho  
Por mais que a gente pense estar  
(Caminhos do coração – Gonzaguinha)*

Este é um momento de muita alegria! Ele pressupõe que chegamos ao final de uma etapa da vida acadêmica e nesse caminho muita coisa aconteceu. Mas, como diz o trecho da música eu sempre senti que nunca estava só. É verdade! A presença, a acolhida, a torcida, as energias positivas emanadas e o apoio que recebi de várias pessoas (de perto e de longe) foram essenciais para que eu não deixasse “a peteca cair”, quando tudo parecia difícil de seguir. Desse modo, mesmo correndo risco de cometer algum esquecimento, gostaria de deixar registrados meus agradecimentos a algumas delas que me foram especialmente importantes para iluminar meu caminho e chegar até aqui.

Ao meu querido e saudoso pai: Wenilson Rendeiro que não está mais nesse plano de vida, mas o sinto sempre do meu lado me protegendo e torcendo pela realização de meus projetos pessoais. Obrigada, pai! Pelos ensinamentos que nos deixaste. À minha amada mãe que sempre incentivou minha formação e não poupou os pedidos de intercessão a Nossa Senhora de Nazaré junto a Deus para que tudo desse certo. À minha “vovorita” Joana, que muito me inspirou nos momentos da escrita. Aos meus queridos irmãos e irmãs, meus sobrinhos e sobrinhas pela torcida; agradeço a cada um (a) por compreender muito bem as minhas “faltas” em vários momentos com a família. Em especial, às minhas afilhadas Ana Beatriz, Amanda e Maria Rita por entender as minhas ausências. A madrinha terá agora mais tempo para vocês. Agradeço, também, a Belinha, minha querida sobrinha, pelo auxílio nas transcrições de algumas entrevistas.

Aos meus dois amores: ao meu esposo Manuel e ao meu filho Gustavo que com maestria souberam lidar muito bem com minhas ausências, mesmo estando presente, nem por isso me deixaram sem seus carinhos e afetos. Obrigada, Manuel! Meu companheiro da vida e do coração, sempre do meu lado nos momentos de alegrias e outros difíceis. Meu Guga, os seus recadinhos tão amorosos e a paciência permitiram me tranquilizar durante essa caminhada. Agora sim podemos colocar em prática nossos planos, filho!

De forma muito especial agradeço a minha querida e tão amada professora Angelica (*nossa Angel* como costumamos dizer) pela generosidade intelectual, pelo acolhimento no momento crucial para que eu continuasse quando tudo parecia difícil de seguir, pela confiança, pelo incentivo, pela partilha do saber e pela tamanha paciência comigo. Com toda elegância que tem, lida magistralmente com as diferenças de seus orientandos e sempre nos ensinando que o trabalho de pesquisa pode ser prazeroso; muito mais do que pensamos ser. Minha eterna gratidão, professora! Aqui em casa somos todos seus fãs em todos os sentidos. De verdade. Para mim foi um privilégio ser acolhida e orientada pela senhora.

Aos queridos e queridas dos *Seminários Angel*, com quem dividi as alegrias e as tensões que todo pós graduando tem e que sempre se mostraram solidárias e prontas a partilhar seus conhecimentos durante o trabalho de pesquisa: Maria do Socorro Amora Sanches (querida *Amora*), Euzalina Ferrão, Alexandre Azevedo, Sônia Albuquerque, Rosaly Brito, Rachel Abreu, Andrey Faro, Carla Saldanha, Lucélia Leite, Patrícia Guilhon, Leila Leite, Sandra Palheta, Avelina Castro, Raida Trindade, Heloisa Souza, Shirley Penaforte, Jennifer Sales e Terezinha Ribeiro. Muito obrigada, meninas e meninos! “Nossas manhãs com *Angel*” de trabalho foram sempre cheias de saberes, sabores e afeto. Aprendi muito com vocês!

Aos amigos e amigas: Louise Rosal, Roberta Coelho, Mário Médice, Suezilde Amaral, José Eliada pelas mensagens positivas e a torcida para que tudo desse certo. Ao Lucas Filho e Juarez Carvalho Filho pelo auxílio luxuoso, mesmo de última hora!

Aos meus amigos de sempre: Mauro Silva, Romier Souza, Cleyce Costa, Irene Höhn, Cinthia Reis e Marcelo Carneiro que de longe e de perto sempre soube que estavam na torcida!

À professora Luzia Álvares Miranda e ao William Assis pela carta de recomendação bem no início da caminhada, meu muitíssimo obrigada!

Aos professores e colegas do Programa da Pós- graduação pelos aprendizados e amizade. Agradecimento especial ao Paulo e Rosângela, por estarem sempre a postos nos auxiliando no que for necessário.

À CAPES pela concessão de bolsa.

Aos meus queridos e inesquecíveis mestres: Professor Manoel Tourinho e professor Gutemberg Armando Diniz Guerra pelos ensinamentos e incentivo de ir além da formação agrônômica.

As professoras da banca de qualificação Denise Cardoso e Lana Macedo Silva pelas valiosas sugestões e aos professores da banca da defesa final: Lourdes Furtado, William de Assis, Gutemberg Guerra e Denise Cardoso pela leitura cuidadosa e primorosa sugestões. Para mim foi um privilégio tê-los em minha banca.

Ao querido amigo Romier Souza por ter me possibilitado chegar até as Ilhas de Abaetetuba e Antônia Rodrigues do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Várzeas de Abaetetuba por facilitar o contato com as pessoas chaves em Quianduba.

Meu profundo agradecimento aos moradores do rio Quianduba pelo carinho com que fui recebida, por me deixar entrar em suas casas e pela predisposição em conversar sobre suas vidas, acompanhada sempre de um cafezinho quentinho ou mingau de miriti. Devo um agradecimento muito especial à Marinês Rodrigues, José Antônio, Willian, Ruhan, Moisés que me acolheram e me auxiliaram a localizar as pessoas que participaram da pesquisa, facilitando minhas idas à Lariandeuá. Obrigada Marinês pelas tantas conversas que tivemos às noites (até cairmos no sono) tão importantes para pensar meu estudo. Agradeço, também, à família do seu Raimundo e Dona Maria que por tantas vezes me hospedaram em sua casa e ainda me incluíam em suas orações para que tudo desse certo. À querida Érika por me acompanhar e me guiar nos deslocamentos. A todas as crianças, principalmente a Jackson, Jackeline, Lucas e Ágata que facilitaram minha aproximação com suas famílias. Minha eterna gratidão a todos de Lariandeuá! Sem vocês este trabalho não teria sido possível.

*“Família é como pedra preciosa...”*

(Celina, moradora de Lariandeuá, outubro de 2014).

*No vai e vem das marés, o movimento da vida: mulheres, família e trabalho na Ilha de Quianduba, Abaetetuba/Pa*

**RESUMO**

Neste estudo apresento uma aproximação à dinâmica e variabilidade cultural das famílias de um segmento social da Amazônia, historicamente chamado (nem sempre por eles mesmos) de *ribeirinho*, em uma localidade, situada na região das Ilhas de Abaetetuba. A partir da relação família & trabalho, sem esquecer as injunções de gênero, com ênfase ao protagonismo feminino frente à dinâmica atual da organização familiar, busco compreender como se atualizam as configurações de família no tocante ao seu perfil, ao conjunto (mesmo variável) de seus membros, os aspectos relevantes que conformam o espaço de convivência familiar. Atento para a organização das atividades de homens e mulheres (sem esquecer as crianças) quanto ao provimento material e afetivo, o uso do dinheiro, a realização das tarefas da casa e da produção, sempre com atenção às formas pelas quais as relações entre os gêneros se processam na vida diária, considerando a geração e as etapas do ciclo de vida e, sobretudo, o significado que dão, nesse contexto, à experiência vivida.

Palavras chave: mulheres, gênero, família, trabalho

*In the coming and going of the tides, the movement of life: women, family and work in Quianduba Island, Abaetetuba (PA)*

**ABSTRACT**

This study presents the dynamic and the cultural variability of families that belong to a social segment from Amazonia historically called *ribeirinho* (not always named like that by themselves) who live in an area close to Abaetetuba Islands. From the relationship between family and work - including gender's injunctions focused on female leadership inside the current dynamic family's organization - I aim to understand how the families' reconfiguration happens, considering their profiles, relatives groups (even though variable) and important aspects that build the familiar environment. I observe carefully the functions of men and women (including children), their ways of bringing material and affective provisions, the using of money, the domestic work and production. These study objects are seeing considering the gender relations and its influence during family routine (generating and steps of the circle of life), especially the meaning of the life that they live. .

Keywords: women , gender , family , work

## RÉSUMÉ

### **Le va-et-vient des marées, le mouvement de la vie: femmes, famille et travail dans l'Île de Quianduba, Abaetetuba/Pa**

Dans cette étude nous mettons en rapport la dynamique et la variété culturelle des familles d'un segment social de l'Amazonie, historiquement appelé (non pas toujours par eux-mêmes) de *ribeirinhos* (une population pour la plupart indigène qui vit sur les rives du fleuve des Amazones), sur un territoire situé dans la région des Îles de Abaetetuba. En partant du rapport entre famille et travail, sans oublier les injonctions de genre, et mettant l'accent sur le protagonisme féminin face à la dynamique actuelle de l'organisation familiale, ce travail veut comprendre comment sont mises à jour les configurations de famille, au sujet de son profil, dans l'ensemble (même si variable) de leurs membres, et les aspects importants structurant l'espace de convivialité familiale. En outre, cette thèse met l'accent sur l'organisation des activités d'hommes et de femmes (sans oublier les enfants) en ce qui concerne l'approvisionnement matériel et affectif, l'usage de l'argent, la réalisation des activités domestiques et de production, toujours en attention aux modes par lequel les rapports entre les genres se dressent dans la vie quotidienne, en considérant la génération et les étapes du cycle de vie et, notamment, la signification qu'ils donnent, dans ce contexte, à l'expérience vécue.

**Mots-clés :** Femmes, genre, famille, travail.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Localização do município de Abaetetuba/PA.....	40
FIGURA 2: Região das Ilhas de Abaetetuba, com destaque para Quianduba.....	79
FIGURA 3: Desenho construído por Moisés Rodrigues. Adaptação de Waldiléia Amaral, 2014.....	84
FIGURA 4- Diagrama da Família Ribeiro.....	90
FIGURA 5: Diagrama da Família Vilhena	93
FIGURA 6: Disposição das casas na percepção de uma criança de Lariandéua.....	140
FIGURA 7: Desenho produzido por crianças e adolescentes ribeirinhos da Ilha de Quianduba, Abaetetuba, 2008.....	177
FIGURA 8: Tempo ecológico/Atividades: produtivas, lazer, religiosa, orçamento doméstico.....	202

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1: Saída do Porto da CEMA.....	60
FOTO 2: Porto de entrada de Lariandeuá no rio Quianduba	76
FOTO 3: Casa pintada com pátio e duas <i>rabetas</i> : uma maior dotada de cobertura e uma menor sem cobertura chamada, localmente, de <i>rabudinha</i> .....	105
FOTO 4: Casa pintada e avarandanda com escada para embarque e desembarque de pessoas. Fonte: Waldiléia Amaral, registro de campo 2014.....	106
FOTO 5: Casas de madeira sem pintura e pontes entre as casas.....	106
FOTO 6: Casa de alvenaria.....	107
FOTO 7: Casa de alvenaria com pátio.....	107
FOTO 8: Plantas medicinais cultivadas dentro de uma canoa.....	108
FOTO 9: Interior de uma casa em Lariandeuá.....	110
FOTO 10: Armazenamento de água na casa de uma família em Lariandeuá.....	111
FOTO 11: Igreja Católica Nossa Senhora do Péripetuo Socorro/Lariandeuá.....	113
FOTO 12: Postos de Saúde em Lariandeuá.....	113
FOTO 13: Igreja Evangélica: Assembleia de Deus localizada no rio Quianduba.....	114
FOTO 14: Detalhe do prédio de madeira da Igreja do Evangelho Quadrangular, localizada em Lariandeuá.....	114
FOTO 15: Celebração de aniversário de 15 anos de uma jovem de Lariandeuá.....	159
FOTO 16: Crianças brincando no interior de uma embarcação em construção.....	178
FOTO 17: Casal no preparo do matapi e a feitura do artesanato da cuia....	190
FOTO 18: Casal consertando a rede de pescar (malhadeira).....	190
FOTO 19: Armadilha (matapi) para a pesca do camarão exposto para a venda.....	192
FOTO 20: Isca para camarão chamada de poqueca.....	192
FOTO 21: poqueca à venda na porta da casa.....	193
FOTO 22: Campo de futebol de Lariandeuá.....	197
FOTO 23: Bar e lanchonete localizado ao lado do campo de futebol.....	198
FOTO 24: Campo de futebol, no quintal alagado durante o inverno/2014	200
FOTO 25: Crianças brincando de bola no campo improvisado no quintal seco durante o verão/2015.....	200
FOTO 26: Menino empinando pipa de dentro de uma “rabudinha” durante o verão/2015.....	201
FOTO 27: Crianças brincando e tomando banho de igarapé numa tarde durante o verão/2015.....	201
FOTO 26: Boca de fogão feito de barro.....	210
FOTO 27: fruto do açá colhido e acondicionado em uma rasa confeccionada com tala de guarumã.....	214
FOTO 28: mulheres tecendo paneiro com tala de miriti.....	214

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACS - Agentes Comunitários de Saúde da Comunidade

AMIA: Associação dos moradores das ilhas de Abaetetuba

CAGROQUIVAIA - Conselho das Associações Agroextrativistas, Quilombolas, Nossa Várzea e Grupos afins das Ilhas de Abaetetuba

CPT: Comissão Pastoral da Terra

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Pará

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEB – Instituto Internacional de Educação no Brasil

INCRA – Instituto Nacional de e Reforma Agrária

IDESP- Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará

MORIVA – Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Várzeas de Abaetetuba Ribeirinhas das Ilhas e várzeas

MMA - Ministério do Meio Ambiente

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas.

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

PBF - Programa Bolsa Família

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
CAPITULO I.....	27
<i>INTRODUÇÃO.....</i>	<i>27</i>
1.1 Caminhos, memórias e (re) encontros: no começo do interesse pelo tema....	27
1.2 Sobre o contexto da pesquisa: breves considerações históricas, sócio econômicas e ambientais de Abaetetuba e Região das ilhas.....	35
1.3 A região das ilhas de Abaetetuba: .....	43
1.4 O município e suas transformações recentes.....	48
CAPITULO II.....	55
<i>Um rio, uma rabeta e uma casa: preparando a ponte da pesquisa.....</i>	<i>55</i>
2.1 O “caminho de água” que me leva até Lariandeu... ..	55
2.2 Os primeiros contatos, as viagens... ..	62
2.3 Por uma abordagem socioantropológica como eixo de análise .....	65
2.3.1 Família, Trabalho e imbricações de Gênero.....	65
2.3.2. Conduzindo os passos da pesquisa . . . ..	73
CAPITULO III.....	76
O “lugar” da pesquisa: Lariandeu, Ilha de Quianduba. ....	76
3.1 Localização .....	77

3.2 Tempo de ocupação .....	80
3.3 <i>“No início era um beiradão cheio de roçado”</i> : famílias, tempo de moradia e a dinâmica socioeconômica.....	85
3.4 Os engenhos, as olarias e o tempo da valorização do açaí.....	96
3.5 Ecologia e Paisagem atual.....	99
3.6 Os terrenos, os sítios... ..	103
3.6.1 As casas... ..	104
<b>CAPITULO IV</b> .....	116
<i>“Minha família é grande, irmã!”</i> : imagens das formas de organização e vivências familiares em Lariandeuá.....	116
4.1 A família, além da unidade residencial.... ..	118
4.2 A circulação de crianças e o destaque das avós nas dinâmicas familiares... ..	128
4.3 As predileções... ..	133
4.4 Composição dos grupos domésticos e o valor dos laços de família em Lariandeuá.....	138
4.5 <i>“Abrindo as portas”</i> : as mulheres (os homens também) e a família em Lariandeuá.....	143
4.6 Entre as narrativas (algumas) maneiras de vivenciar as relações de namoro e casamento na ilha de Quianduba: o que se espera, o que se vive.....	153
4.7 O rio que leva amores também traz rumores: a fuga dos namorados, os comentários e a concretização da união conjugal.....	165
<b>CAPITULO V</b> .....	168

<b>Tempo, trabalho e gênero: ritmos ecológicos, as atividades sociais e agroextrativistas em Lariandeuá.....</b>	<b>168</b>
<b>5.1 - Uma tarde no “jardim” de Dona Socorro e Seu Rosaldo . . . ..</b>	<b>170</b>
<b>5.2 “O barco chefe agora pra gente é o açai” .....</b>	<b>196</b>
<b>5.3 “No verão tem mais divertimento”.....</b>	<b>197</b>
<b>5.4 Na lida de cada dia, de tudo se faz um pouco: organização das tarefas e as imbricações de gênero.....</b>	<b>202</b>
<b>5.4.1 Trabalho no espaço doméstico e as atividades agroextrativistas: distribuição e responsabilidades.....</b>	<b>205</b>
<b>5.4.2 Caça.....</b>	<b>211</b>
<b>5.4.3 Artesanato da cuia, paneiro e rasa.....</b>	<b>212</b>
<b>5.4.4 Uso e usufruto do dinheiro.....</b>	<b>215</b>
<b>PARA TERMINAR, SABENDO QUE HÁ SEMPRE ALGO PARA FAZER... ..</b>	<b>219</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>224</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>238</b>

## APRESENTAÇÃO

Este estudo apresenta uma aproximação da dinâmica e oscilação sociocultural de unidades familiares de um segmento social da Amazônia, historicamente chamado (nem sempre por eles mesmos) de ribeirinhos; busco compreender e interpretar (até onde for possível) os significados atribuídos por homens e mulheres à sua vivência familiar, numa parte da região do estuário amazônico, chamada de Lariandeuá (comunidade do rio Quianduba) no município de Abaetetuba no Estado do Pará. Desse modo, orientada por uma abordagem sócio antropológica, lancei meu olhar a partir da relação família & trabalho, sem esquecer as injunções de gênero, com ênfase ao protagonismo feminino frente à dinâmica atual da organização familiar. No primeiro momento, procurei “entrar devagar” no âmbito de algumas casas e conhecer quem vive nelas, como são constituídas estruturalmente, entender, assim, os aspectos que interferem e dão feição à sua configuração e reprodução. Atentei para as formas de atuação de parentes no dia a dia, no que se refere à ajuda material e simbólica solicitada e recebida. Ao lado disso, interessou-me compreender como ocorre a formação da unidade doméstica, como homens e mulheres organizam-se na vida diária, quanto a gerenciar o provimento material e afetivo, o uso do dinheiro, a realização das tarefas, sempre com atenção às formas pelas quais as relações entre os gêneros se processam na vida cotidiana, considerando a geração e as etapas do ciclo de vida e, sobretudo, o significado que dão, nesse contexto, à experiência vivida.

Vários estudos que referem à dimensão trabalho e família no espaço rural apontam para as mudanças socioeconômicas e tecnológicas que têm incidido nas relações de trabalho e bases produtivas (Maneschy 2001; Sartre, 2008; Melo e Di Sabatto, 2009, Motta et al, 2011; Lui, 2013; Neves e Motta-Maués, 2013). De modo geral, esses autores destacam aspectos que se situam no quadro de alterações, expressadas em uma diversidade de situações nas relações internas das famílias que se fundam no tempo e no espaço, com ressonância na organização familiar e nos papéis desempenhados pelos seus diferentes membros, com atenção à performance das mulheres. Entre essas mudanças destacam-se aquelas relacionadas ao tamanho da família, à ampliação da escolaridade, especialmente a feminina, adoção de arranjos que envolvem a pluriatividade, a formação de rendimentos pessoais e autônomos

para mulheres e jovens, diversificação de outros rendimentos financeiros, em virtude da expansão das aposentadorias<sup>1</sup> e do acesso a programas federais de transferência de renda.

Aspecto observado, também, em nossa sociedade é o crescimento do número de famílias providas por mulheres, sobre o qual, apesar da maior visibilidade social desse fenômeno atualmente, sabemos que não se trata de algo recente. Silva (2012)<sup>2</sup> nos diz que sua presença percorre as diferentes épocas históricas conforme pesquisas do período colonial brasileiro. Segundo Woortmann e Woortmann (2004) o que parece ser novo é seu rápido crescimento proporcional nas camadas médias brasileiras, antes restritas a camadas mais pobres da população.

No Brasil, onde o modelo de referência da família ainda é a nuclear – aquela composta pelo casal e filhos (Fonseca, 1995), tem se observado nas últimas décadas, o crescimento do número de mulheres provedoras dos lares, no país (Scott, 2010; Melo e Di Sabbato, 2009) com estudos que também apontam dados confirmadores para a realidade local (Pinto, 2005 e Silva, 2012). De acordo com Scott (2010), a proporção de mulheres chefes de famílias (para usar o rótulo já não aceito academicamente, mas ainda usado comumente) que residem na cidade é bem maior quando comparado à proporção de mulheres que residem no campo. No entanto, Melo e Di Sabbato (2009) apontam que as atividades agropecuárias são as mais tradicionais da vida social e observam que, no meio rural ainda há uma forte presença da família nuclear, embora com uma discreta, mas crescente participação de mulheres como provedoras.

De fato, em Lariandeuá o tipo majoritário de família conjugal se concretiza na prática, mas com vivências diferentes e que “por trás dessa aparente nuclearização estão tecidas redes de parentela extensa e circulação de crianças” (Machado Zanotta, 2001: 20) como constatei entre algumas famílias quiandubenses os papéis ativos de mulheres na organização social desse lugar.

---

<sup>1</sup> Ver mais detalhes em Lui, G. H. (2013).

<sup>2</sup> Baseada em vários estudos, inclusive originários de pesquisas históricas, pode-se ver tal dado atualizado (SAMARA, 1981, 1989, 2003; DIAS, 1985; WOORTMANN, 1987, K. WOORTMANN & E WOORTMANN, 2004; SCOTT, 2002, 2010).

No que se refere ao ponto de vista econômico para a base de sustento, a composição dos rendimentos financeiros familiares em Lariandeuá, há um reconhecimento por parte dos moradores de que a produção do açaí nativo e plantado, tem se intensificado e contribuído de forma importante para a conformação da renda dos moradores, entre outros fatores, pela oportunidade crescente de valorização da comercialização do fruto do açaí (*Euterpe oleraceae Mart.*) que vem acontecendo nas últimas décadas. A época de maior renda do açaí ocorre no período dos meses de julho a dezembro, de maneira que na entressafra do fruto (janeiro-junho), as pessoas colocam em prática certos arranjos para suprir as suas necessidades e as de suas famílias, principalmente para quem tem o açaí como principal fonte de rendimento. São diferentes configurações de família (nuclear ou extensa) que ao longo do calendário produtivo garantem seu provisãoamento, influenciado pelo *tempo ecológico* (Evans Pritchard, 1979). Seus membros desenvolvem outras tarefas (no setor oleiro, na coleta de frutos, na pesca, no artesanato, na caça, na agricultura dentre outros) para complementar a renda e o próprio consumo (em função da sazonalidade dos produtos e/ou de outros fatores).

Em Lariandeuá, a organização da produção é caracterizada por uma economia que combina múltiplas atividades, onde e formas como são executadas dependem de vários aspectos. No aspecto ecológico, pode-se destacar a importância do conhecimento sobre os recursos naturais, uso da terra para o plantio, do manejo, da pesca, do conhecimento dos fenômenos da natureza dentre outros conhecimentos.

O regime das marés que de acordo com Homma *et al* (2006) resulta de forças de atração que o sol e a lua exercem sobre a massa líquida da terra, provocando, oscilações periódicas do nível da água dos oceanos, até certo ponto regulares, chamada localmente, enchente (preamar) e vazante (baixamar), marcam diretamente a vida das pessoas. A influência das águas pode ser testemunhada empiricamente por qualquer um que chega a Ilha de Quianduba – basta olhar as estruturas das casas construídas em madeira (tipo palafita) para suportar as inundações diárias. Esse é o padrão arquitetônico das comunidades da ilha. Geralmente em cada casa há uma pequena escada indicando até onde a maré pode chegar ou algumas casas uma ao lado da outra separada com pontes. Isto é confirmado no relato feito por uma moradora do Furo Grande, pertencente a essa ilha, em conversa com ela durante minha viagem a Lariandeuá ao se referir ao nosso deslocamento que poderia ser inviabilizado devido à vazante da maré, de que a maré é quem dita a regra do dia a dia e condiciona o ritmo

das atividades, o que me inspirou para compor o título do trabalho, conforme demonstra o trecho da conversa:

*[...] Aqui em Quianduba a gente faz de tudo um pouco, tem que ficar de olho nesse vai e vem das marés que movimenta de tudo quanto é jeito a nossa vida e o nosso trabalho (...). Tá vendo aquele pessoal ali? Deve ter vindo ontem, antes da maré vaziar, pra poder pegar o barco pra Abaeté... A maré aqui é a nossa mãe, tem que aprender com ela [...]* (moradora do Rio Quianduba).

A relação dos moradores com o meio natural e as condições de exploração da natureza tem influência no seu modo de vida, sem esquecer, daquela que resulta da combinação referente às relações sociais intra e interlocais. Para eles, o trabalho tem significados para além da obtenção do necessário para a reprodução da força de trabalho familiar. Castro (1999) apresenta alguns aspectos da relação simbólica que o ribeirinho estabelece com o trabalho, uma relação que não se reduz a uma dimensão única e simplesmente econômica. Nas suas palavras:

*[...] O trabalho está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades tradicionais, no seio da pequena produção agroextrativista, o trabalho é representado por um caráter único, ou seja, reúne nos elementos técnicos e de gestão, o mágico, o ritual, enfim, o imaginário coletivo criado no mundo simbólico [...]* (CASTRO, 1999: 35).

As relações que homens e mulheres de Lariandeuá estabelecem com a natureza vão se delineando desde a mais tenra idade, quando são instruídos aos poucos nessa observação da maré, do conhecimento da melhor maré para pescar o peixe, capturar o camarão, aprendem a lidar com o momento mais favorável para se deslocar com a embarcação, para executar a capina ao longo do ciclo agrícola, dentre outros conhecimentos necessários ao longo da vida.

Voltando à produção de fonte de renda monetária das famílias, pode-se constatar que, além do açaí e de outros produtos agroextrativistas, em Lariandeuá outra variável registrada é o acesso a benefícios sociais, criados e de certo modo, amplamente disponibilizados pelo Governo Federal, por programas de transferência de renda, especialmente aqueles preferencialmente direcionados à titularidade feminina para seu recebimento. Pude observar que, em razão deste tipo de renda e de sua preferencial titularidade, outros arranjos entre os seus membros acontecem na organização da família.

O conhecimento dos arranjos instituídos para o uso do dinheiro provenientes desses benefícios foi importante para compreender como eles são articulados à manutenção das famílias, que dependem da sazonalidade de produtos do extrativismo animal e vegetal. Ao admitirmos que as mulheres atuem para assegurar a sobrevivência dos seus grupos familiares, entre famílias das Ilhas de Quianduba, constatei também que, sob a influência do acesso aos programas de políticas públicas, elas ampliam as suas atribuições em termos da renda. A decisão e conflito referentes ao uso e usufruto desses recursos, provenientes de seu trabalho ou não, também foi uma questão observada. Desse modo, e considerando meu interesse de estudo nesta tese, meu objetivo principal foi conhecer como as pessoas vivem e qual é a dinâmica de gênero em relação à família e ao trabalho em Lariandeuá, Ilha de Quianduba, com especial atenção às mulheres.

Conforme apontam vários estudos na Amazônia, a partir de diferentes perspectivas analíticas, as mulheres estão presentes de inúmeras formas em atividades de trabalho nos sistemas agroextrativistas, como uma espécie de “coringa”<sup>3</sup> (Alencar, 1993: 78). As tarefas realizadas são múltiplas, nem todas necessariamente são remuneradas em dinheiro para a obtenção de renda, mas, muitas vezes significativas, de forma complementar – até em igualdade de condições com as masculinas ou como suporte em atividades cruciais para o grupo familiar, como aquelas ligadas aos cuidados com a saúde, aos afetos e alimentação dos membros da família dentre outras que se encontram relacionadas pela via do trabalho doméstico, comumente menos valorizado e sem reconhecimento como trabalho produtivo e econômico, mesmo tendo em conta sua consideração como algo indispensável e “natural”, pois são tarefas associadas naquelas categorias de “obrigação de mulher” e de tarefas de “dona de casa” como nos lembra (MANESCHY, 2013: 209).

As atribuições que cabem às mulheres são variadas, sempre associadas à produção de condições materiais e sociais para a manutenção da família, conciliam atividade sem precisar o tempo gasto e nem sempre tem finalidade comercial e econômica, situação que contribui para reforçar sua percepção como de menor valor e de destaque para a sociedade a que pertencem como aponta Maneschy (2001). Nessa direção, Alencar (1993) chama atenção aos

---

<sup>3</sup> A autora se refere à expressão “coringa” como “um elemento que pode ser recorrido para realizar diferentes trabalhos, na agricultura, na casa, na socialização dos filhos, na confecção de artefatos domésticos” (ALENCAR, 1993:78).

estudos sobre o universo pesqueiro, os quais têm apresentado a mulher em um contexto limitado. Segundo a autora, “a mulher aparece de forma diluída, de maneira fotográfica” (Alencar, 1993:77), apesar das diversas pesquisas que têm colaborado para evidenciar a importância delas em diferentes segmentos produtivos (na pesca, na agricultura, na coleta de frutas e sementes, nas criações e no artesanato).

Os estudos etnográficos tem nos mostrado o conjunto das atividades femininas (ou preferencialmente exercidas por mulheres) na organização do trabalho, indicando que existe conciliação de diferentes atividades exercidas (Motta-Maués, 1993[1977]; Cardoso, 2000; Anderson, 2007; Woortmann, 1992, Maneschy, 1995), “cruciais para a reprodução social do grupo como um todo” (Woortmann 1992: 2). E não somente na condição de esposas, mas também “enquanto responsáveis por unidades destituídas de homens” (SCOTT, 2002)<sup>4</sup>.

As pesquisas realizadas em comunidades pesqueiras, como o de Woortmann (1992), situadas no Rio Grande do Norte, como já havia mostrado Motta-Maués (1993[1977]) para o nordeste paraense; identificou que a produção agrícola das mulheres é tão ou mais importante que a pesca, ainda que não seja publicamente reconhecida como tal. Ao lado disso, a pesca não é uma atividade fundamentalmente masculina (como se costuma pensar) abrange atividades, diversas, sendo que em muitas delas a presença feminina é muito importante.

Tais estudos sinalizam quanto é importante ir além das constatações aparentes e apreender como as famílias interagem no dia a dia com os recursos disponíveis para obter produtos, tanto para o consumo, quanto para a venda, que expressem como organizam o trabalho e como se relacionam socialmente.

O olhar sobre homens e mulheres de Lariandeuá, a partir do material recolhido em campo me trouxe indicações das atividades que elas realizam, de práticas, às vezes, sem a correspondente visibilidade ou reconhecimento social de sua importância e que não necessariamente resultam em bens, pelo menos do tipo que costumamos pensar como tal.

---

<sup>4</sup> Parry Scott (2002: 16) se refere a essa situação em áreas onde os homens migram em busca de trabalho e recursos monetários em locais distantes, muitas vezes sem retornar e sem enviar dinheiro para o sustento do grupo, efetivando uma situação, de fato, de chefia feminina, que alguns denominam de “viúvas da seca,” outros “viúvas do garimpo,” entre tantas outras situações. Nesse contexto, Woortmann e Woortmann (2004) identificaram casos do Nordeste, onde os homens se encaminham sistematicamente para a atividade garimpeira, ausentando-se, pois, do grupo doméstico, embora não da família. Portanto, segundo os autores não se pode dizer que o pai esteja ausente, a não ser em sentido residencial. Os autores chamam atenção para as frequentes remessas de dinheiro por vale postal para as esposas.

Desse modo ao procurar caracterizar e atualizar as configurações das unidades familiares em Lariandeuá, no tocante ao seu perfil, ao conjunto (mesmo variável) de seus membros, à composição da renda, interessou-se entender as relações e formas de participação feminina e masculina em grande parte das atividades ali realizadas. Entender como administram suas funções, como as veem e se fazem algum tipo de hierarquia entre as atividades. E para falar também como são as coisas em Lariandeuá.

Com a pretensão de conhecer os modos de vivência das pessoas desse lugar, especialmente das mulheres no contexto da organização familiar e do trabalho, utilizei o enfoque qualitativo, cuja abordagem me possibilitou identificar e compreender dimensões subjetivas da ação humana (Brummer et al, 2008), além de oportunizar a flexibilização dos procedimentos metodológicos no trabalho de campo, das reflexões teóricas em diálogo com a releitura do próprio texto. Os instrumentos principais da pesquisa foram a observação direta, a realização de conversas individuais ou em grupo, em diferentes espaços e tempo, apoiadas ou não de questionários semi estruturados, o diário de campo e ao diálogo com a bibliografia relacionada ao tema foram constante com intuito de situar essas fontes em seu tempo, procurando interpretar o que os discursos podem revelar no sentido de ver, desde um passado possível de alcançar e, desse modo, encontrar este presente em que se situam as mulheres na família e no trabalho em Lariandeuá.

Este estudo pretendeu oferecer conhecimento relativo a uma realidade local, especialmente no que diz respeito ao que me propus a pesquisar e apresentar na análise e interpretação feitas na tese, com objetivo também de contribuir para o conjunto de estudos realizados na Amazônia, visando a compreensão da diversidade e das especificidades socioculturais e ambientais de comunidades que vivem sob a influência das águas; das relações sociais existentes na região, como um instrumento, uma ferramenta para comparações alhures, além de e reconhecer, nesse universo tão complexo, que na vida diária de cada grupo social, as mulheres desempenham, tanto quanto os homens e conforme a situação do lar, até mais que eles, papéis importantes, no desempenho de tarefas no seu cotidiano como nos mostram os estudos realizados por (Motta-Maués, 1993 [1977]; Woortmann, 1987; Alencar, 1993, ; Wolff, 1999; Álvares, 2001; Maneschy, 2001; Simonian, 2001; Anderson 2007; Cardoso, 2007) dentre outros, apontando também para outras

possibilidades de pesquisa sobre questões de gênero e interpretação deste material, em especial no Pará.

O texto está organizado em partes que compõem capítulos. No capítulo 1, composto de uma introdução apresento **Caminhos, memórias e (re) encontros: no começo do interesse pelo tema**, bem como a construção do objeto da pesquisa, lidando com a literatura que subsidiou o processo. Posteriormente com o título do capítulo II - **Um rio, uma rabetá e uma casa: preparando a ponte da pesquisa** apresento aspectos teóricos, a metodologia e as técnicas selecionadas para dar conta do objetivo proposto. No terceiro capítulo: **O “lugar” da pesquisa: Lariandeuá, Ilha de Quianduba** descrevo o trajeto que me leva até Lariandeuá, e apresento aquilo que Vale de Almeida (1995) chama de “visão exterior”, que envolve uma breve descrição da região como um todo e tenta dar conta de informações da estrutura local que possam ajudar a contextualizar a vida das pessoas que participam da pesquisa. Assim, algumas características geográficas, socioeconômicas e culturais são apresentadas. No quarto capítulo: **“Minha família é grande, irmã!”: imagens das formas de organização e vivências familiares em Lariandeuá** apresento as mulheres e suas configurações familiares e procuro saber quem são elas, como ocorre a formação da unidade doméstica, o *lugar* que ocupam no grupo familiar. Atento para dimensão de reciprocidade e a comunicação de parentes consanguíneos e afins no dia a dia. No capítulo V – **Tempo, trabalho e gênero: ritmos ecológicos, as atividades sociais e agroextrativistas em Lariandeuá**; busco apresentar a relação dos moradores com o meio natural e as condições de exploração da natureza que tem influência no seu modo de vida. Posteriormente apresento como as pessoas organizam-se na vida diária, quanto a gerenciar o provimento material e afetivo, o uso do dinheiro, a realização das tarefas, sempre com atenção às formas pelas quais as relações entre os gêneros são processadas, considerando a geração e as etapas do ciclo de vida, os ritmos de trabalho e, sobretudo, o significado que dão, nesse contexto, à experiência vivida.

# CAPITULO I

## *INTRODUÇÃO*

### **1.1 Caminhos, memórias e (re) encontros: no começo do interesse pelo tema....**

Antes de iniciar a apresentação do objeto de estudo desta tese, gostaria de compartilhar alguns momentos que marcam, de certo modo, minha trajetória acadêmica e profissional. Esse resgate é para dizer do interesse que me leva a estudar alguns fragmentos da vida e do trabalho - aqueles que, como sempre, nos é possível alcançar - dos moradores, mais particularmente das mulheres, em uma comunidade da chamada região das Ilhas, no município de Abaetetuba-PA. Destaco que meu percurso analítico não está desintegrado de uma vivência anterior sobre a realidade social das mulheres que vivem no meio rural. Pois, há algum tempo tenho tido a oportunidade de conhecer ou trabalhar com segmentos da agricultura familiar, que utilizam recursos da terra firme e da várzea que para cada ambiente desse existem distintas estratégias econômicas, práticas sociais e capacidades assinaladas de acesso aos recursos naturais.

Ao interagir nesses ambientes me deparei com grupos sociais com diferentes identidades, oriundos de assentamentos da reforma agrária, áreas de colonização antiga e territórios tradicionais agroextrativistas. Todas essas pessoas e todos esses lugares foram me despertando o olhar curioso e interessado sobre as formas de organização das famílias, a gestão dos seus meios físicos e biológicos, bem como os fatores objetivos de trabalho e produção. Posteriormente, a curiosidade e o interesse se dirigiam à participação das mulheres nesse processo. A (re) vivência em pesquisa nesses lugares tem me ajudado a (re) pensar meu olhar e os desafios que norteiam esta pesquisa. Desse modo, peço licença ao leitor para falar um pouco desse caminho.

Sou graduada, desde 1997, em Engenharia Agrônoma pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP (atual UFRA). À época de minha formatura, a FCAP era fortemente influenciada pelos pressupostos de uma escola clássica de agronomia. Ou seja, a premissa de que a intervenção prática no meio rural se reduzia à ideia de aplicação de tecnologia a ser solução em si mesma. Quero dizer de um processo em que a sustentação do ensino é definida

a partir de modelos de desenvolvimento pouco adequados à realidade dos agricultores familiares, sem um olhar aos sistemas complexos como os da Amazônia, em que as estratégias de produção e reprodução contidas nesse universo envolvem representações simbólicas e místicas que perpassam as diferentes formas de organizar o trabalho (Castro, 1999: 36). Não obstante, tive a oportunidade de acompanhar atividades de pesquisas desenvolvidas junto às famílias de produtores, com base no trabalho familiar, ao me engajar em projeto de pesquisa do Departamento Sócio Econômico da Universidade, como bolsista de iniciação científica no chamado “Projeto Várzea<sup>5</sup>”.

O projeto possibilitava aos estudantes conhecer outra realidade no meio rural. Não somente nas grandes fazendas, nas estações experimentais, mas ao estudar as características ribeirinhas estuarinas, os sistemas de produção, condições biofísicas do uso das várzeas, processo de comercialização, os desafios e potencialidades dos moradores varzeiros, nos aproximava de outra realidade. Esses lugares que os pesquisadores costumavam ir havia a influência da religião no cotidiano daquelas pessoas, as comunidades nominadas, vilas povoadas de santos. Tanto é que para se chegar até aos moradores para participar da pesquisa se utilizava dos contatos por meio das congregações cristãs existentes. Inclusive, algumas vezes a equipe da qual acompanhei se hospedou no salão da igreja. Essa era uma realidade desconhecida no ambiente universitário com o qual me relacionava e que me encantava.

Embora eu seja filha de pais que nasceram no ‘interior’ do Estado, como costumamos dizer, tinha pouco contato com o meio rural, a não ser pelas histórias guardadas na minha memória, contadas por minha mãe e da minha avó, sobre a vida delas em atividades de trabalho, quando ainda moravam em Bujaru-Pa. Relatava-me ela que a vida de seus pais era marcada pela luta diária, de quem levantava muito cedo para trabalhar na roça e, no caso da minha mãe, por ser a mais velha entre os cinco irmãos, a responsabilidade de cuidados com os menores e com os afazeres da casa, incluindo a alimentação e cuidados das pequenas criações, cabiam a ela, para que sua mãe pudesse ser liberada para trabalhar no roçado. Mais tarde, com 12 e 13 anos, já trabalhava com sua mãe fazendo farinha. Lembro-me do estudo realizado por

---

<sup>5</sup> O projeto Várzea, coordenado pelo Professor Manoel Tourinho, desenvolvia seus estudos sobre a complexidade ecológica e socioeconômica daquele ecossistema amazônico. Para mim, representava um projeto inovador que desafiava os modelos vigentes de fazer pesquisa naquela instituição, que preconizava a supervalorização do conhecimento técnico científico em contraposição desigual às formas de conhecimentos locais, caracterizando o ensino, a pesquisa e extensão como processos hierárquicos.

Motta - Maués (1993 [1977]: 62 e 63) quando observou essas tarefas entre as meninas em Itapuá (comunidade do município de Vigia-PA), proporcionando-lhes, segundo a autora, uma experiência que é importante dentro do contexto social em que elas vivem, para o desempenho do grupo doméstico e para seu futuro papel de esposa, mãe e dona de casa. O falecimento do meu avô, ainda jovem, motivou o encaminhamento de minha mãe para Belém em busca de melhores condições de vida para si e sua família. A condição de “cria de família” (Motta-Maués, 2007) foi determinante para redefinir o seu projeto individual (Velho, 1994) e para a sua família. Sua história permanece em minha memória e é acionada, agora, no entendimento da realidade de mulheres, com outro olhar, principalmente a partir de meu ingresso no Mestrado e no Doutorado.

Em contato com o conteúdo das disciplinas na graduação de agronomia, principalmente de sociologia rural, e participando do centro estudantil do curso de agronomia, fui me ‘desviando’ para aquela disciplina e pelo exercício do trabalho da agricultura familiar<sup>6</sup>. Esses movimentos me fizeram adquirir cada vez mais interesse em trabalhar com esse segmento, o que me fez procurar estágios na área do Departamento Socioeconômico da Instituição, como mencionado anteriormente.

Ao terminar a graduação, me mudei para Marabá<sup>7</sup>, no Sudeste do Pará. Recém-formada e sem nada de substancial em vista em matéria de emprego<sup>8</sup>, mas movida de esperança em engajar-me em alguma atividade na nova cidade. Lembro ainda das preocupações de familiares e amigos quanto a nossa decisão de ir para uma região que para muitos provocava um sentimento de medo. Não era para menos. A cidade era conhecida como “Marabala”, em função de seu histórico de violência catalisado, principalmente, por conflitos sociais no campo. O de maior repercussão midiática foi o assassinato de 19 “Sem Terras” em 1996, no município vizinho de Eldorado dos Carajás.

---

<sup>6</sup> Segundo Schneider,(2005: 4 e 5). “.. implica em uma forma de uso dos fatores de produção terra, trabalho e capital cujo comando e organização é dado pela própria família, malgrado suas interações sociais, econômicas, culturais com a sociedade mais ampla” (SCHNEIDER, 2005).

<sup>7</sup> A região de Marabá abrange um conjunto de municípios formado por Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, Jacundá, São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia.

<sup>8</sup> ‘Acompanhando’ meu esposo que havia sido selecionado para trabalhar em uma ONG naquela cidade. A necessidade de assumir de imediato o posto de trabalho fez-nos apressar o processo de mudança de moradia em 1996, compra de passagens e etc. Até mesmo de desfrutar de minha festa de colação de grau no início de 1997, pois no outro dia, partiríamos para Marabá.

Em Marabá, morei, assim, quatro anos (1997-2000), os quais considero um período singular para minha formação profissional e pessoal. Nesse período, o Sudeste do Pará vivenciava profundas transformações sociais determinadas por pressões internas e externas, ao processo de sensibilização ecológica que havia se difundindo no mundo, sobretudo pelo agravamento de denúncias de níveis elevados de taxas de desmatamento e os conflitos decorrentes dos avanços em áreas indígenas (Oliveira, 2010; Assis, 2007). Além disso, a expansão do número de projetos de Assentamentos-PA's<sup>9</sup> (no ano de 1996 eram 130, no ano 2000 chegavam a 276)<sup>10</sup>, também fazia parte desse cenário e marcava o posicionamento de resistência na luta pela terra de uma importante parcela da população que havia migrado para a região.

Assim, foi possível, ao longo dos anos, conhecer e interagir com várias pessoas (alguns estudiosos do campesinato, lideranças sindicais e agricultores da região). Fiz amizades que até hoje são alimentadas. Outras, “perdi” no caminho de volta à Belém. Fui às festas, participei de eventos científicos e de manifestações políticas dos camponeses ligados às organizações sindicais e ao Movimento dos Sem Terra – MST. Em Marabá ouvi e conheci algumas pessoas migrantes do nordeste, homens e mulheres, que vieram com suas *borocas* (termo utilizado para bagagem/mochila) em busca de terra para morar e oportunidade de trabalho, alimentados de sonhos em melhorar de vida. Nesse lugar como nos fala Sartre et al (2013: 107): “a coesão de um grupo de parentes é amplamente necessária”. Foi nesse período que conheci alguns estudos clássicos sobre o campesinato na Amazônia, tais como os de Otávio Velho (1972 e 1979) que discutia sobre o processo migratório, o campesinato e o avanço da fronteira e de Jean Hébert (1991) com estudos sobre o processo de ocupação da Amazônia com destaque a presença de famílias camponesas de sua história e suas perspectivas.

---

<sup>9</sup> Pode ser caracterizado como unidade populacional que envolve determinado número de famílias numa dada extensão de terra, na qual passam a desenvolver as atividades necessárias à sua reprodução, principalmente aquelas vinculadas à agricultura e à pecuária. Ver mais sobre origem e desenvolvimento dos PA's no Brasil em (ESTERCI, 1992).

<sup>10</sup> Ver Oliveira, Silva e Santos (2001).

Engajei-me como assistente de pesquisa em um projeto<sup>11</sup> que se concentrava no conhecimento sobre a pecuária, presença importante na região, onde produtores praticavam uma agricultura associada à criação de gado e o extrativismo. Desenvolvi, assim, atividade, de acompanhamento em dezenove lotes<sup>12</sup>, onde pesquisava informações sobre os custos de produção da atividade (manutenção do rebanho e pastagens), mão de obra, em três comunidades<sup>13</sup>. Todos os meses, durante um ano e meio, visitei os estabelecimentos com diferentes sistemas de produção, focando, especialmente a caracterização do sistema de criação e das práticas utilizadas no lote, dos gastos mensais com as despesas da produção e da casa... Eram as mulheres, principalmente, que me forneciam essas últimas informações. Ou, quando não, sempre eram chamadas para complementar as informações

Nesse período, conheci uma geógrafa, estudante de Doutorado da University of East Anglia – UEA na Inglaterra que veio com intuito de pesquisar o perfil das contribuições das mulheres em áreas de colonos na Amazônia. A ideia era estudar, em duas localidades em que acompanhava, mensalmente. Assim foi possível viajarmos juntas, apresentá-la às pessoas e acompanhá-la em suas entrevistas com as mulheres. As questões de sua pesquisa começaram a despertar minha curiosidade. Fez-me observar as que não me eram familiares, sobretudo para entender do porquê de algumas mulheres estarem envolvidas em organização política e outras não e, de sua baixa representatividade no sindicato e associações locais. A inquietação em relação à condição feminina foi sendo aguçada após os primeiros contatos com estudos sobre mulheres e gênero<sup>14</sup>. Alguns deles me foram apresentados pela própria pesquisadora e, posteriormente, outros me chegaram às mãos e à minha leitura, no ambiente acadêmico e lugares onde trabalhei<sup>15</sup>.

---

<sup>11</sup> Projeto: “Modelling the sustainability of frontier farming at the forest fringe” financiado pelo Departamento pra o Desenvolvimento Institucional (DFID), órgão do reino unido. O projeto envolvia o Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins – LASAT, Universidade Federal do Pará e a University of East Anglia.

<sup>12</sup> O termo lote diz respeito às terras, benfeitorias, residência, animais domésticos, plantações e tudo o que está relacionado ao espaço agrícola e que forma uma unidade básica de produção e consumo (SILVA, 2008)

<sup>13</sup> Maçaranduba, Itupiranga e Murumuru, localizadas nos municípios de Nova Ipixuna, Itupiranga e em Marabá respectivamente.

<sup>14</sup> Cristina Manescky, Maria Luzia Álvares, Ligia Simoniam, Maria Angelica Motta-Maués,.Elisabeth Lobo.

<sup>15</sup> Trabalhei na Zona Bragantina, especialmente Igarapé-Açu, no âmbito do programa SHIFT (atualmente chamado de Projeto Tipitamba), onde tive a oportunidade de pesquisar sobre as mulheres que faziam a polinização (manual) do maracujá na comunidade do Rosário nesse município. Lembro que a prática de polinizar o maracujá era caracterizada como uma atividade externa ao meio doméstico e trazia retorno monetário. No

Esse contato com leituras sobre questões de gênero foi despertando minha curiosidade sociológica. Fui aos poucos observando outros aspectos antes não apurados durante minhas idas a campo, tais como: da divisão do trabalho, da importância das atividades das mulheres nos subsistemas de criação, da agricultura e do extrativismo, gerando, depois, um estudo com sobre as atividades de trabalho delas nos subsistema de criação<sup>16</sup>. Percebi que as mulheres acumulavam responsabilidades centrais para a manutenção doméstica e na produção, mas vista como nos diz Woortmann, K (2001:9) “forças marginais” à produção.

A vontade de fazer pós- graduação me levou de volta a Belém no final de 2000. Fazer Mestrado, na área das Ciências Sociais era meu interesse primordial. Pensava aprofundar aquilo que eram ainda “minhas curiosidades” sobre as relações de gênero. A atuação dos membros das famílias nas práticas de trabalho, na produção de alimentos, outros temas presentes no cotidiano de homens e mulheres, com o olhar voltado para aquelas relações Percebia o Mestrado em Sociologia como possibilidade interessante para suprir minhas limitações diante da pesquisa, envolvendo aspectos sociais e antropológicos (as narrativas, o simbólico e o não dito), mas ao mesmo tempo como algo desafiante.

No entanto, o sonho da pós-graduação em Ciências Sociais foi sucumbido, devido a problemas de saúde. Trabalhei em outros lugares, onde continuei de certa forma, atuando em pesquisas sobre sistemas de produção e voltadas ao fortalecimento de grupos de mulheres rurais.

A idéia de fazer pós-graduação foi retomada em 2005, quando atuava como técnica contratada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI,

---

entanto, era desvalorizado, entrando na representação do trabalho como “ajuda” (atribuição observada em vários estudos sobre a agricultura familiar nos trabalhos desenvolvidos por crianças e mulheres). Ver mais adiante quando menciono os trabalhos de Paulilo (2004) e Motta-Maués, 1993[1977] (dentre outros). Observei que se tratava de um trabalho realizado no “tempo que sobra”. O trabalho era considerado pelos homens como tarefa que exige atenção, cuidado, paciência, minúcia, resistência à monotonia, qualidades socialmente definidas como próprias da força de trabalho feminino, ou seja, segundo viés de gênero (SOUZA-LOBO, 1991; SAFFIOTI, 1996; HIRATA, 2002). Trabalhei na ONG Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia – GTNA atuando na rede de mulheres empreendedoras rurais da Amazônia. A Rede integrava grupos produtivos de mulheres rurais de alguns lugares da Amazônia. Os momentos coletivos com os grupos e com membros individualmente permitiu-me compreender que o fato das mulheres se organizarem para colocarem em ação suas demandas não estava atrelado tão somente pela questão de ordem econômica, envolvia outros aspectos como a construção de laços sociais.

<sup>16</sup> Ver em Muchagata, Silva e Machado (1999). Sustentabilidade da Atividade Pecuária: Relatório do encontro entre agricultores e pesquisadores para a discussão dos resultados de pesquisa. Overseas Development Group, IEA, Norwich, UK 1999. 34p.

no período de 2002 a 2005. Desenvolvia atividades de assessoria no âmbito da Secretaria de Mulheres daquela organização. Isso me permitiu vivenciar momentos importantes e de aprendizado naquela convivência com homens e mulheres que atuam nesse ambiente político, como a participação em Congressos da Federação, reuniões de diretores e delegados sindicais, reuniões da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Brasília, Plenárias de mulheres, constituindo-se como importante fonte de registros e percepção sobre os desafios que as mulheres enfrentavam no sindicalismo e para fazer valer os seus pontos de vistas como sujeitos sociais e políticos.

Pessoalmente, nesse momento, logo me identifiquei com as lutas das mulheres. Convivendo com algumas lideranças femininas. Observava-as, muitas vezes, pleiteando espaços com dirigentes masculinos dentro das organizações sindicais. Ao mesmo tempo, conheci a atuação delas de outras formas, como em experiências produtivas e de comercialização, como mencionei anteriormente. Tudo isso, tem levado a me interessar pelas discussões e conhecimento das condições e atuações das mulheres que vivem da agricultura familiar.

As informações recebidas de pessoas integradas ao movimento sindical, de que o aumento do número de mulheres nessa instância estava alterando o sindicalismo que se dissemina no ambiente rural, me levou a explorar essas informações no ambiente acadêmico. Assim, fiz minha pesquisa de Mestrado<sup>17</sup> apresentada em 2007 ao Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas na Universidade Federal do Pará, onde procurei mostrar minha percepção sobre a “presença” das mulheres nos STR’s e como sua atuação influenciava nas práticas sindicais, a partir do ponto de vista de homens e mulheres que integram o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Embora não fosse minha intenção analisar especificamente aspectos da interação entre as demandas no lote com a militância política, no entanto os resultados da pesquisa me revelaram vários elementos “bons para pensar”, para lembrar o termo cunhado por Lévi - Strauss (1975), falando do totemismo.

Pensei, inicialmente, aprofundar a discussão e análise da dissertação, com outras perguntas de pesquisa para estudar no Doutorado. Mas, com o decorrer do curso e por

---

<sup>17</sup> Dissertação de mestrado orientada pelo Professor Gutemberg Armando Diniz Guerra com o título: Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais.

questões de encaminhamento da pesquisa<sup>18</sup>, resolvi voltar à minha motivação primeira, particular, que de maneira geral não está dissociada do que eu pretendia pesquisar no início do curso. Entre outros aspectos da proposta inicial, esta incluía compreender e refletir sobre condições sociais internas do grupo doméstico, que tornam possível a participação de mulheres nas organizações políticas.

Assim, volto ao meu antigo e caro interesse de conhecer, de perto, a vida, a família e o trabalho das mulheres, nas escalas local, pessoal e cotidiana, das relações estabelecidas no âmbito doméstico e extradoméstico. Penso que a organização delas no movimento sindical, quando me propunha pesquisar, não esteja dissociada, considerando que o movimento “acontece na cidade”, mas é no ambiente da casa, da terra, do rio, da mata que as mulheres que vivem do agroextrativismo assentam suas lutas diárias. Portanto “o que se faz localmente, vai para a rua e contribui para transformações” como nos diz SCOTT (2010: 32).

Diante dos prazos apertados em relação ao trabalho de campo, procurei acionar antigos contatos<sup>19</sup> com o novo local de pesquisa (região das Ilhas de Abaetetuba). A escolha desse local se deu em função da localização (próximo de Abaetetuba) e fruto de meu acompanhamento das discussões sobre o Programa Bolsa Verde, no Marajó e Nordeste paraense, com destaque para Abaetetuba. Ao lado disso, tive a oportunidade de participar de um levantamento com uma equipe composta de alunos do Curso de Agronomia e professores do IFPA–Castanhal<sup>20</sup>, em outubro de 2013 visando ações de incentivo às atividades de extensão. Este momento constitui o meu primeiro contato mais direto com a região das ilhas que ocorreu na ilha do Capim.

---

<sup>18</sup> No correr desse período, foi efetivada a troca de orientador e o local de pesquisa.

<sup>19</sup> Quando prestava assessoria na FETAGRI em razão da mobilização em torno da Marcha das Margaridas conheci algumas lideranças locais. A Marcha das Margaridas é um evento próprio das trabalhadoras rurais que se integrou, desde ano 2000, na agenda nacional do movimento sindical de trabalhadores. Trata-se de um processo de mobilização envolvendo todos os estados do país, promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, representados pela CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, FETAG’s - Federações de Trabalhadores na Agricultura e STTR’s - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em parceria com um conjunto de movimentos e organizações. O nome do evento é uma homenagem a Margarida Maria Alves, uma liderança sindical da Paraíba assassinada em 1983, em razão de sua história de luta em defesa dos direitos trabalhistas dos camponeses.

<sup>20</sup> Atuei como professora substituta no Instituto Federal do Pará- Campus Castanhal, no período de 2009 a 2011. Na ocasião participava de atividades de pesquisa no município.

As informações levantadas em ambos os momentos remetem à importância do açaí e do pescado nos sistemas de produção das famílias e ao recebimento de uma renda monetária regular em nome das mulheres a partir dos Programas de Benefícios Sociais. Além disso, possibilitaram constatar arranjos em que alguns membros da casa assumem outras atividades fora das propriedades, o que tem sido entendido como *Pluriatividade*<sup>21</sup> (Schneider, 2003).

Esse dois momentos me possibilitaram uma aproximação de alguns elementos do meu tema. A proposta de escrever sobre o trabalho e, também, sobre a família - que é indissociável nesse lugar - e sobre outras coisas, como aquelas evocadas nos discursos deles quando pensam, por exemplo, suas atividades produtivas. Com isso, e a partir de contatos estabelecidos com lideranças do Movimento Ribeirinhos e Ribeirinhas de Ilhas e Várzeas de Abaetetuba - MORIVA<sup>22</sup>, cheguei a Quianduba. A opção pelo local (Lariandeuá) para realização da pesquisa de campo se deveu em função da diversidade de atividades que os moradores realizam, pela proximidade de localização (10 km de Abaetetuba) e pela identidade camponesa que ali se expressa.

Para contextualizar sobre os grupos da indagação proposta que moram na várzea na região do estuário amazônico e envolve o uso da biodiversidade e as mesclas econômicas entre atividades de subsistência e comerciais, que sempre fizeram parte da vida econômica da região, a seguir breves considerações dos aspectos gerais de Abaetetuba e Região das ilhas.

## **1.2 Sobre o contexto da pesquisa: breves considerações históricas, sócio econômicas e ambientais de Abaetetuba e Região das ilhas**

A Amazônia é caracterizada por sua heterogeneidade, sua biodiversidade e sua sociodiversidade, que comporta uma realidade variada em sua dimensão regionalizada. Nela,

---

<sup>21</sup> A pluriatividade refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem um grupo doméstico com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas ao cultivo da terra e cada vez menos realizadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003).

<sup>22</sup> Organizado em 2005 a partir da dinâmica em torno das discussões referentes a legalização fundiária da região das ilhas.

especialmente no meio rural, abrigam-se processos e organização do trabalho que são diversificados e complexos.

A configuração desses processos se materializa, entre outros aspectos, no uso e significado do território<sup>23</sup> e dos recursos naturais, expressado em lógicas e práticas diferentes e, por vezes, opostas. De acordo com Castro (1999) encontramos num mesmo espaço, atividades desenvolvidas e organizadas em unidades de pequena escala de produção, com base no trabalho familiar, que se insere no âmbito das estratégias de produção e reprodução, envolvem fatores econômicos, mas principalmente culturais, mas também processos de produção de larga escala, incluídos médios e grandes empreendimentos que utilizam altas tecnologias.

Entre os tipos de produção encontrados, os aspectos do trabalho desenvolvido por segmentos de produtores familiares<sup>24</sup>, no estado do Pará possuem grande importância nesse contexto. O Pará é o segundo maior Estado em extensão territorial do país, e apresenta a agricultura de caráter familiar expressiva. De acordo com o IBGE (2006) pelo menos 70% dos estabelecimentos pertencem à agricultura familiar, ajudando a compor modalidades de organização da produção e de formas de trabalho encontrados no meio rural da Amazônia. (OLIVEIRA, 2013).

Maneiras diversas de exploração dos recursos naturais são utilizadas, conforme as características das populações, dos ecossistemas que habitam e do meio econômico nos quais estão inseridos. Localizam-se em áreas de colonização mais recentes, como o sudeste; e de colonização mais antiga, como a região bragantina e o chamado Baixo Tocantins, integradas na mesorregião nordeste, além da fronteira<sup>25</sup> em disputa, como a Transamazônica, Terra do Meio e BR 263 (ALMEIDA, 2011; OLIVEIRA, 2013; SILVA, 2007).

---

<sup>23</sup> Território é entendido aqui a partir de Pacheco (2006: 3). Para ela, território é condição de existência, de sobrevivência física para as populações que compartilham da mesma origem e elaboram uma unidade. É espaço de produção, da relação com a natureza (mata e florestas, rios, animais) e um lugar também de simbologia, incluindo o sentido sagrado da terra para várias populações.

<sup>24</sup> Refiro-me a grupos domésticos que desenvolvem atividades variadas: incluindo a pesca, coleta, caça e agricultura dentre outras atividades, e cuja gestão das atividades se dá pela própria família.

<sup>25</sup> Jose de Souza Martins (1997p. 12) nos diz que fronteira é ponto limite de território que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos (MARTINS, 1997).

De acordo com Castro (1999) e também Corrêa e Hage (2011), os grupos sociais que desenvolvem agricultura com características de produção familiar, naqueles locais, são denominados a partir de vários elementos: dos recursos naturais que exploram, das principais atividades que realizam, ainda que pratiquem atividades múltiplas, da maneira de exploração, da sua origem, do acesso à terra, dentre outros. Assim, acumulam conhecimentos sobre os recursos naturais e geram produtos, em áreas de várzea ou terra firme, compondo uma variedade de grupos sociais nomeados para o processo de comunicação e de reconhecimento.

São os, assim chamados (nem sempre por eles mesmos)<sup>26</sup>, agroextrativistas, ribeirinhos, colonos, posseiros, pescadores, coletores e caçadores, castanheiros, quebradeiras de coco, coletoras de mangaba, agricultores familiares. Independentemente das suas identidades - recriadas n sua relação com o território (Castro, 1999 e 2001), vários desses grupos desenvolvem agriculturas com características similares. Assim, são chamados e classificados genericamente de populações *tradicionais*<sup>27</sup> por assim dizer, por acumularem e construírem um vasto conhecimento empírico em diferentes gerações e em dados territórios (OLIVEIRA, 2013).

Essas populações reúnem e desenvolvem formas de saber e práticas específicas atuando sobre os variados agroecossistemas, acumulando conhecimentos e habilidades diversas acerca do complexo *roça-mata-rio-igarapé-quintal*, conforme referem Castro (1999); Loureiro (2001); Correa e Hage (2011) e Diegues (2004). É em torno desse ambiente que as relações econômicas se fazem, de onde retiram seu sustento, como o açaí, a caça, o peixe, o camarão, entre outros itens que são comercializados e são utilizados também para a

---

<sup>26</sup> Um exemplo disso foi constatado por Neves (2005) pesquisando sobre condições socioambientais de moradores das várzeas dos rios Solimões e Amazonas, identificou que são chamados de agricultores de várzea, aqueles reconhecidos pelo modelo conhecido como ribeirinhos no contexto do médio rio Solimões. Da mesma forma as pessoas com as quais conversei em Lariandeuá não costumam dizer que são ribeirinhos, mas dizem ser: *lavradores do sítio* ou dizem *moradores da varje ou do sítio*. A concepção aqui utilizada será a partir de Neves (2009) que designa ribeirinhos : “policultores - agricultores, principalmente que gerem disposições específicas, por operarem em ambiente de várzea, área situada nas margens de rios e lagos, sujeita a inundações periódicas (de maior ou menor intensidade)”.

<sup>27</sup> “De acordo com Conceição e Maneschy, (2002) o conceito de populações tradicionais refere-se a categorias sociais “típicas” da região – ribeirinho, caboclo, pescador, vaqueiro, seringueiro, coletor de castanha, marreteiro, regatão etc.”. Reconhecendo as considerações a respeito das dificuldades conceituais encontradas na definição de populações tradicionais na Amazônia sugiro ver discussão realizada por Cañete & Cañete (s/d) em artigo intitulado: populações tradicionais: revisando conceitos. Disponível in: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT10-29-1009-20100904055930.pdf> Acesso: 10/4/2014 hora: 14:51h.

alimentação do grupo doméstico. Essas atividades são desenvolvidas, combinadas ciclicamente e estão diretamente relacionadas ao tempo-espço da natureza objetivando ampliar as condições sociais produtivas de subsistência dessas comunidades.

Considerando os vários aspectos, como as transformações sociais, econômicas e ambientais pelas quais a Amazônia tem passado nos últimos 40 anos, e do reconhecimento da heterogeneidade dos segmentos sociais existentes no espaço rural, impõem-se novos e múltiplos desafios ao pesquisar sobre os grupos de produtores familiares, dentre os quais as mulheres, que se reacionam com diferentes dimensões da organização do trabalho e da vida cotidiana. Suas particularidades não podem passar despercebidas nos novos processos de produção que tem transformado ritmos e tempos de trabalho.

A vivência diária das mulheres em atividades da produção agroextrativista nos traz importantes informações sobre como elas reinventam diariamente as formas de cuidar da vida como apontam, por exemplo, os estudos de Neto Castro (1997); Maneschy (2001); Figueiredo (2005); Costa (2006), Anderson (2007); Simonian (2011), Cardoso (2009); Mota et al (2009), Silva Junior *et al* (2009) dentre outros. De acordo com Silva Junior *et al* (2009), ao interagirem com os diferentes recursos em que praticam o extrativismo, as mulheres, vão construindo saberes e práticas num dado território, e conservando-o e interferindo minimamente nas suas transformações. Repassados por meio da oralidade, esses conhecimentos e práticas são primordiais à conservação da biodiversidade e de recursos genéticos, dos quais dependem para a sua sobrevivência.

Diante do que venho mostrando, meu estudo privilegia Abaetetuba<sup>28</sup>, um município antigo, com mais de cem anos de existência, enquanto tal, pois embora fundado como um pequeno povoado desde 1724, foi elevado à município somente em 1895. Situa-se a margem do rio Maratauíra (ou Meruú), um dos afluentes do Rio Tocantins; por isso, até pouco tempo, integrava a conhecida região do Baixo Tocantins. Possui dois distritos, o distrito de Abaetetuba, sede municipal, e o distrito de Beja.

---

<sup>28</sup> Formado pelos distritos de Abaetetuba (sede) e a Vila de Beja (Machado, 1996). O nome Abaetetuba, de origem Tupi, segundo a tradição popular, se decompõe da seguinte maneira: aba (homem), ete (forte, verdadeiro, ilustre), tuba (lugar de abundância, muitos). Abaetetuba. No sentido geral, significa lugar de muitos homens forte e ilustres. (Barros, 2009 e Lira et al, 1998:15)

Atualmente integra à Microrregião de Cametá, na Mesorregião do Nordeste Paraense. A região do Baixo Tocantins é formada pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Apesar desses municípios estarem atrelados há muito tempo a essa região, a atual divisão regional do Estado não mais a reconhece oficialmente. Estão distribuídos entre as microrregiões de Cametá (Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará), Tomé-Açu (Acará, Moju e Tailândia), vinculada à mesorregião Nordeste do Estado, e a microrregião de Belém (Barcarena) pertencente à mesorregião metropolitana de Belém (SACRAMENTO, 2011).

Limita-se ao Norte com o rio Pará e município de Barcarena, a Leste com o município de Moju, ao Sul com os Municípios de Igarapé-Miri e Moju e a Oeste com Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Muaná, conforme mostra a Figura 1. Distante 60 km (em linha reta) de Belém, o acesso ao município se dá por via fluvial, através do rio e por via terrestre, através da chamada Alça Viária,

De acordo com Silva (2013) após os anos 40 do século XX, o fluxo de pessoas que entravam e saiam de Abaetetuba utilizando o rio Maratauíra diminuiu em função da construção do porto do Cafezal (localizado no município de Barcarena) que passou a ser uma nova rota aos que buscavam chegar à capital do Estado. A utilização das estradas se intensificou após a construção da Alça - Viária no ano de 2002. com a acessibilidade rodoviária das populações ribeirinhas fomentando a integração rio-estrada.

Sua área abrange 1.607,6 quilômetros quadrados, que abrigam 141.100 habitantes, dos quais 59% estão na área urbana e 41%, na área rural (IDESP, 2012; IBGE, Censo Demográfico 2010)

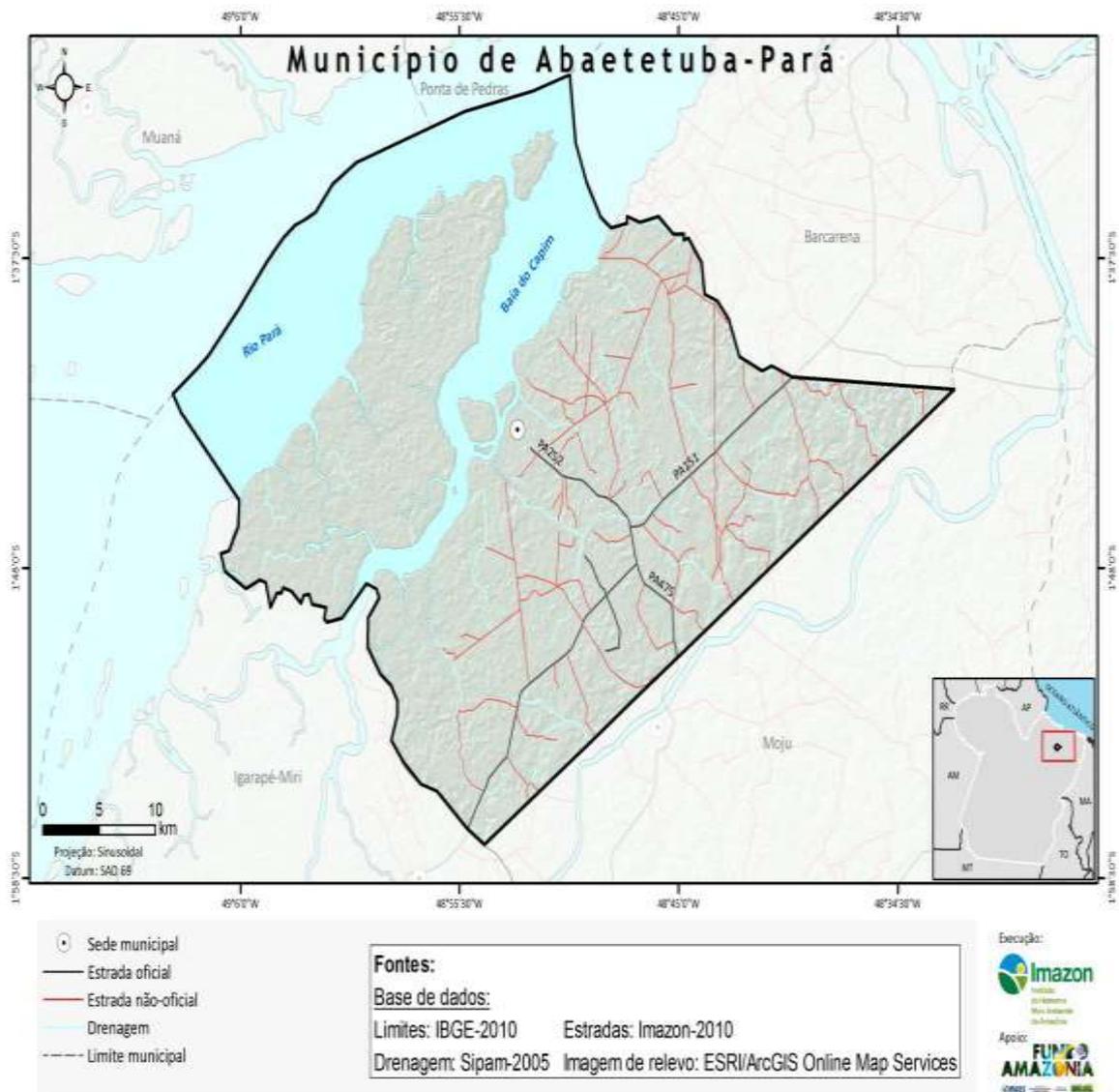


FIGURA 1: Localização do município de Abaetetuba/PA

Fonte: IMAZON (2010)

Há controvérsias quanto às primeiras visitas nas terras de Abaetetuba. De acordo com Rocha (2010) mesmo antes da fundação do povoado de Abaeté a região já era visitada pelos padres das missões vizinhas de Cameté, Conde e Beja. Foram esses padres que começaram a catequização dos nativos locais, pois eles já desenvolviam trabalhos de missão muito antes da chegada de Francisco de Azevedo Monteiro em 1724

Em contatos com vários estudos da região, muito se fala da chegada do português Francisco Azevedo Monteiro, junto com sua família, no século XVIII, quando aportou nas terras às margens do rio Maratauíra, para tomar posse como proprietário de uma *sesmaria* que fora concedida para explorar as riquezas (produto integrante das chamadas "drogas do sertão",

como cravo) que, por acaso, ali pudessem existir. Por ter resistido a um forte temporal que o desviou de seu destino primeiro, durante sua viagem em uma embarcação, isso o levou a construir às margens do rio, uma capela em agradecimento a Nossa Senhora da Conceição porque prometeu a santa erguer uma capela em sua homenagem, caso conseguisse encaminhá-lo a um lugar seguro.

Ao lado da capela, formou-se um conjunto de casas que deu início à construção do Povoado de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté (padroeira do município, cuja festa ocorre no período de vinte e oito de novembro em Lariandeuá a oito de dezembro em Abaetetuba). Ao se certificar de que o que procurava não estava naquela área, Francisco Monteiro doou as terras ao Governo do Estado do Pará.

Em 1773, a posse das terras foi transferida para Manoel da Silva Raposo e depois para a Igreja, que estimulou os moradores a organizarem-se e elevar o povoado a categoria de Freguesia de Abaeté. Em 1844, Abaeté, que pertencia ao território de Belém, foi anexado ao território de Igarapé- Miri, mas em 1877, voltou a ser anexado às terras de Belém. Em 1880 o governador José Araújo Danim, transformou o território em município autônomo, sendo a Vila de Abaeté a sede do município (MACHADO, 1986).

Em 1895, a Vila foi elevada à categoria de cidade de Abaeté. A mudança do nome para Abaetetuba ocorreu em 1943, com a aprovação do decreto que proibia a existência de duas ou mais cidades com mesmo nome no Brasil. Como Abaeté de Minas Gerais era mais antiga, ganhou o direito de permanecer com o mesmo nome. Em 1944, passou a chamar-se Abaetetuba (Machado, 1996). Os habitantes do lugar recebem a denominação de abaetetubenses.

O município abriga ampla rede hidrográfica, composta de rios navegáveis em quase toda sua extensão, e vários furos e igarapés. A população rural, vivendo em diversas localidades, situa-se na zona de terra firme e zona das ilhas, cuja separação se dá pelo rio Maratauíra. A zona da terra firme situa-se na área das estradas, localizada a leste do município. A zona das ilhas, a oeste de Abaetetuba, é composta de rios, entre eles, o rio Quianduba (local da pesquisa de tese), localizado à margem esquerda do município. Nas ilhas, encontram-se solos de várzea ou planície de inundação e a vegetação embrófila latifoliadas (de folhas largas), intercalada com palmeiras, dentre as quais o açaí (*Euterpe Oleracea*

*Mart.*), que apresenta relevante importância econômica e social para as populações locais (HIRAOKA, 1993, e HOMMA et al 2006 , MOURÃO, 2001)

Até 1970, a base econômica desses municípios era a pecuária, a pesca, o extrativismo (principalmente da borracha), a produção de lenha, a produção oleira e cerâmica, da cana-de-açúcar, de aguardente e a produção agrícola, comercializados principalmente em Belém. A posição estratégica frente à rede de fluxos garantiu à Abaetetuba maior expressão econômica e demográfica. A população era majoritariamente rural e o espaço era rural-extrativista. A população total de Abaetetuba correspondente a 57.502 habitantes foi marcada por um crescimento lento (SOUZA, 2010).

Entre as principais categorias sociais de produtores familiares presentes em Abaetetuba, Mourão (2005) destaca o agricultor, o pescador, o oleiro, o artesão de tala, o extrativista e o carpinteiro. O arranjo dessas categorias com os aspectos geográficos do município (região das ilhas e continente ou centro; áreas de várzea e terra firme) resultou na caracterização de uma tipologia dos produtores familiares. A autora enfatiza como o tipo predominante no (centro) o agricultor de terra firme e, nas ilhas, três tipos comuns: o agricultor que trabalha somente na várzea, o agricultor que trabalha na várzea e na terra firme e o pescador de várzea. Todos os tipos de agricultores familiares exercem diferentes atividades durante o ano o que Furtado (1990) faz referência a uma economia polivalente.

Um passeio pela cidade nos confirma as peculiaridades e riquezas socioculturais e econômicas presente nesse município e a importância da produção familiar nessa dimensão, principalmente dos agricultores que moram nas ilhas. Um local interessante de observar esse aspecto é a feira, local importante como descreve Barros (2009): “um espaço de produção da vida, do trabalho e da cultura local”. Na “feira da beira” (localizada na beira do rio, a margem esquerda do rio Maratauíra), assim conhecida na cidade, pode ser vista parte da produção local, fruto do trabalho de homens e mulheres que integram segmentos de produtores de base familiar, da zona da terra firme e das ilhas, que abastecem o município.

Há nessa feira intensa comercialização de múltiplos produtos expostos à venda como: açaí, peixe, camarão, matapi, redes de pesca, tipiti, cuias, peneiras, frutas, plantas medicinais, panelas de barro, alguidares, potes, filtros para água, entre outros. De acordo como o Silva et al (2010), o município tem como principal fonte atual de renda o comércio, a agricultura, a

pecuária e o extrativismo, especialmente de madeira, fibras, palmito e de frutos do miriti e do açai.

### 1.3 A região das ilhas de Abaetetuba:

A população de Abaetetuba, como falado anteriormente, convive em seu cotidiano com duas dinâmicas diferentes de trabalho e da própria vida de modo mais amplo: a terra firme e as ilhas. No que tange ao processo produtivo da primeira, ocupa pequenas áreas onde predomina o cultivo da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) para a produção de farinha; as pessoas cultivam também arroz (*Oriza sativa L.*), milho (*Zea mays L.*), feijão (*Phaseolus vulgaris L.*), nos quintais colhem frutas e cuidam das pequenas criações (aves e porcos) e atuam ainda no extrativismo de espécies vegetais, especialmente a coleta do açai (*Euterpe oleracea Mart.*).

Na região das ilhas vivem os habitantes destas e das margens dos rios, referidos como “ribeirinhos”<sup>29</sup>. Há cerca de quarenta e cinco mil deles em 72 ilhas, no município de Abaetetuba (CPT e MORIVA *apud Pojo*, 2013), distribuídos irregularmente pelas comunidades ao longo dos rios, furos e igarapés.

Situam-se na confluência do rio Tocantins com o rio Pará, conforme pode ser visualizado na Figura 2. Essas ilhas possuem uma importância econômica significativa na comercialização do açai e de outros produtos, como as confecções artesanais produzidas a partir do miriti (*Mauritia flexuosa*) e de outras palmeiras como o buçu, conhecido como palheira, donde se retira a palha para a cobertura das casas.

Os troncos do miriti são usados nas construções e nos portos das casas. Das folhas e pedúnculos são feitos os objetos do artesanato mais tradicional, considerado e difundido do

---

<sup>29</sup> Corroboro com Neves (2005) que a referência imediata ao termo tem levado, sob particularidade generalizante, à associação com que se encontram na Amazônia, talvez, diz ela: “pela pujança da mobilidade do volume das águas, mas também por todas as associações fantasmagóricas que são imputadas a essa região” (2005 p.101). Castro (1998) por sua vez, apresenta algumas características dessa categoria: “Encontramos nos denominados ribeirinhos, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagens de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se, como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d’água está, portanto, presente nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada” (CASTRO, 1999: 7).

município, os chamados “brinquedos de miriti”. Também (e talvez principalmente) por sua ligação com o “círrio de Nazaré”, a maior procissão religiosa católica do Brasil, onde os “brinquedos de miriti eram e são tradicionalmente vendidos. Abaetetuba é, inclusive, conhecida como a capital mundial dos brinquedos de miriti.

Além da pesca (peixe e camarão), praticada por muitas famílias, outras atividades associadas ao pescador, são realizadas pelos moradores, com destaque para a agricultura da mandioca e o extrativismo do açaí (*Euterpe oleracea L.*). O açaí não se restringe ao seu consumo alimentar, ele tem ganho importância para a fonte de renda dos moradores, nos últimos 20 anos, dentre outros fatores, em razão do acesso a novos mercados. Este aspecto tem contribuído para que Abaetetuba esteja entre os municípios de maior produção do fruto no Estado (Tavares e Homma, 2015). Há também um segmento de oleiros cerâmicos, que desenvolvem a produção de tijolos e de telhas, além de artefatos de barro, como alguidares, potes, filtros, panelas, vasos e outros utensílios.

As atividades econômicas das Ilhas, antes de 1975, contavam com o arroz, o cacau e a cana de açúcar como produtos comerciais, nesses locais e áreas circundantes desde a época colonial. A oscilação nos preços e mercados foi responsável por ciclos de ampliação e contração, segundo Hiraoka (1993). Para garantir sua manutenção, os moradores das ilhas continuaram trabalhando com atividades de criação de aves e porcos, a caça, a pesca e a extração de alguns produtos abundantes na floresta de várzea (sementes de árvores, como fontes de azeite, cera e sabão) a serem comercializados localmente para obter produtos manufaturados.

Um destaque merecido são os produtos advindos das florestas de várzea, entre os quais, na região das ilhas predominava a exploração da “seringa” (*Havea brasiliensis L.*) e de várias espécies madeireiras usadas como lenha, sobretudo depois de 1950, quando eram comercializadas para padarias, em Belém e para a Paraelétrica (Companhia de Iluminação de Belém) que utilizavam umas e outras lenhas nos fornos para produzir o pão e a energia termoelétrica. Com a queda no preço da borracha e o com o uso de combustível pela Paraelétrica, a comercialização de lenha decresceu, simultaneamente com a expansão urbana após 1960, especialmente em Belém, demandando dos ribeirinhos, em vez da seringa, o peixe e camarões de água doce. Nesse contexto, vários ribeirinhos inseriram-se na economia de mercado diante de um mercado consumidor também crescente (LEITÃO, 1997).

Outro destaque era a cana de açúcar, produto comercial de maior valor advindo dos roçados de várzeas nas ilhas de Abaetetuba, desde o período colonial. As atividades eram associadas à dinâmica dos engenhos de produção de cachaça, açúcar e melado, que se destacaram principalmente no plantio de cana e no estabelecimento de casas comerciais responsáveis pelo abastecimento local com produtos de consumo.

A produção do açúcar na Amazônia foi intensiva; existiram vários engenhos que se instalaram nas cercanias de Belém, Tocantins e Baixo Amazonas. De acordo com Nahum (2011) estendeu-se ao Acará, Capim, Moju, Igarapé-Miri e Baixo Tocantins. A produção dos engenhos se destinava ao fabrico de aguardente, sendo insignificante a de açúcar mascavo (chamado na região de “açúcar moreno”) e de rapadura.

Durante o auge da cana de açúcar, entre as décadas de 1960 a 1970, o número de engenhos chegou a 60 nas várzeas dos municípios de Abaetetuba e Igarapé – Miri (Hiraoka, 1993: 140). Este incremento, segundo Anderson (1992), deveu-se, entre outras coisas, à difusão de variedades de cana de açúcar com a capacidade de garantir maior produtividade, comparativamente à tradicional cana caiana. O autor nos informa que ao final da década de 1980 havia contabilizado dezesseis engenhos e em 1991 somente meia dúzia funcionavam. Fatores, como as relações de trocas obsoletas entre os produtores e proprietários de engenhos, a legislação trabalhista, altas taxas de inflação, a política açucareira do Instituto do Açúcar e do Alcool e a comercialização em massa pelos produtores do Nordeste e Sudeste, amparada por uma publicidade e preços sem concorrência, sobretudo após a construção e pavimentação da rodovia para Belém, contribuíram para o rápido declínio.

Ao longo da década de 1970 alterou-se drasticamente a organização do território e a espacialidade do município com a abertura de rodovias, principalmente a PA-150 e a decisão do Governo Federal de implantar o Complexo Albrás/Alunorte (IDESP, 1991), sendo as obras do complexo iniciadas em 1979. A dinâmica econômica regional desencadeada a partir dos grandes projetos, sobretudo os impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) influenciaram no modo de vida ribeirinho, desencadeando escassez do pescado, êxodo rural, associado aos processos de periferização de Abaetetuba e ampliação da economia informal, também como a influência da chegada daquela hidrelétrica, que foi construída principalmente para fornecer energia para os grandes projetos minero-metalúrgicos. (NAHUM, 2011).

Voltando para a questão da dinâmica sobre o uso dos recursos naturais na região das ilhas, os diferentes produtos para coleta estão disponíveis durante um período do ano. É o caso do açaí, o qual exerce um papel importante na composição da renda familiar. De acordo com levantamento realizado pelo Instituto Internacional de Educação no Brasil - IEB (2013) a renda é garantida na época da produção dos frutos (de agosto a dezembro). Nos outros meses do ano (janeiro a junho), meses que correspondem a entressafra e período onde se gera o aumento de preço na venda do fruto e da polpa, as famílias exploram outros produtos, mas com menor importância econômica para sua renda. Dessa forma, aquelas que dependem do açaí para a maior parte da sua renda ficam comprometidas fora dos meses de produção.

Acontece também com a pesca durante o período do defeso. A pesca é uma atividade de fundamental importância socioeconômica, constituindo-se em base de sustentação dessas famílias, principalmente para a provisão direta de alimento, mas é também uma atividade importante de cunho comercial na região (LEITÃO e SOUZA, 2006).

Durante a realização de uma oficina, do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia realizada em 2009<sup>30</sup>, algumas preocupações foram destacadas pelos ribeirinhos e ribeirinhas de Abaetetuba que são componentes do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Várzea de Abaetetuba - MORIVA, com relação à produção do pescado na região, quando ressaltaram as oscilações das pescas nas ilhas, relacionando tais problemas aos impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e do Projeto Albrás Alunorte que aliás, segundo eles, atingiriam também a produção do açaí. Tive a oportunidade de ouvir, durante uma reunião entre moradores da Ilha do Capim e representantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Castanhal<sup>31</sup>, reclamações desse tipo, de que os estoques de peixe estão consideravelmente reduzidos, à luz da fartura de tempos anteriores.

---

<sup>30</sup> Ver Nova cartografia social da Amazônia: ribeirinhos e ribeirinhas de Abaetetuba e sua diversidade cultural / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Coord); autores, Lilian Carolina de Araújo Santana, Marcus Vinícius da Costa Lima, Solange Maria Gayoso da Costa. – Manaus, Amazonas: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009.

<sup>31</sup> Atividade de um Projeto de Extensão coordenado pela instituição sobre a diversificação produtiva em comunidades rurais na Amazônia Paraense, nordeste Paraense. A visita ocorreu no período de 07 a 10 de agosto de 2013 na Ilha do Capim junto a alunos de graduação. A Ilha do Capim, situada na Baía do Capim, mede 994,7 ha. É a Ilha mais distante da cidade de Abaetetuba, em torno de 2,5 a 3 horas de viagem de barco e dela pode-se avistar um ponto distante na Ilha do Marajó que é a localidade Malato, do Município de Ponta de Pedras.

Esses impactos também foram observados por Almeida (2013), em Abaetetuba e por Corrêa (2010), em Cametá, quando se referiam às influências sobre as diferentes fontes de recursos da renda atual dos ribeirinhos. Outra preocupação, referente à cultura do açaí, relatada pelos moradores da região foi quanto ao aumento da ocorrência da prática da monocultura deste produto nas Ilhas e com a ocupação das “áreas de proteção permanente” (APPs), que são as margens de rios e igarapés.

Situação em parte diferente da que relatou Hiraoka (1993), em meados da década de 1990, em pesquisa realizada na região das Ilhas de Abaetetuba, quando se referia à rara ocorrência do açaí em forma de monocultura, apesar de ser uma espécie dominante. Por outro lado, o autor já alertava para o processo que denominou de “*açaização*” da região do estuário, um fenômeno dos últimos 30 anos, em que houve a substituição de floresta nativa pela expansão do açaí, fruto da melhoria no acesso ao mercado, criação de demandas nas áreas urbanas, que, segundo o autor, são fatores responsáveis para o aumento dos açazais na região. Sobrinho (S/d) e Mourão (2001) advertem também sobre outro problema encontrado na produção do açaí na região: o corte indiscriminado dos açazeiros em idade produtiva para a extração do palmito, sendo que a ação predatória chegou inclusive a afetar o estoque de frutos para a dieta alimentar local, baseada na farinha de mandioca, peixe e camarão.

Teles e Marin (2009) chamam atenção para a ampliação da comercialização do produto açaí, que tem imposto aos ribeirinhos, novas regras de produção nos açazais e de comercialização, confrontando-se as práticas tradicionais na coleta de fruto e embalagem com os empreendimentos. Entre as regras estabelecidas, a substituição das rasas, cestos de palha conhecido como paneiros ou rasas<sup>32</sup> pelas basquetas de plástico, para realizar o transporte dos frutos foi uma medida que atingiu diretamente a economia ribeirinha, sobretudo as mulheres coletoras de açaí das Ilhas ao sul de Belém. De acordo com as autoras dentre as atividades realizadas pelas mulheres neste local, destaca-se as de *apanhar* açaí e tecer rasa, sua maior fonte de renda. Essa situação fez com que manifestações contrárias aquela medida fossem encabeçadas por uma grupo que se denominou “movimento das peconheiras”<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Recipiente produzido com tala de guarumã ou arumã e que serve para guardar os frutos do açaí. Homma et al, (2006) observou algumas restrições quanto ao uso das basquetas para o transporte do açaí, uma vez que não podem ser acomodadas nos espaços curvos das embarcações. Além disso, as rasas quando vazias podem ser empilhadas uma dentro da outra, reduzindo o espaço e colocadas no toldo das embarcações, por serem leves.

#### 1.4 O município e suas transformações recentes

Há um reconhecimento de que nos últimos anos a renda da população rural tem se alterado. De acordo com Almeida (2013) Abaetetuba vive sob efeito de mudanças muito grandes. Entre elas, mudanças de preços de produtos, de estoques pesqueiros, mudanças por causa de hidrelétricas construídas e daquelas relacionadas à alteração na estrutura da renda nas últimas décadas, entre outros fatores, em função do aumento no que diz respeito ao acesso a benefícios sociais, criados e, de certo modo, amplamente disponibilizados pelo governo federal. Almeida (2013) nos informa que na região das ilhas, em Abaetetuba:

[...] Há 20 anos, 90% da constituição da renda vinha de atividades produtivas. Agora 45% da renda originam-se de transferências do governo, aposentadoria, bolsa família, seguro defeso e salário [...] (ALMEIDA, 2013).

Vários estudos têm mostrado que há uma parte significativa da população rural associada aos programas federais de transferência de recursos, em meio àquilo que Faria (2011) registrou como um verdadeiro *boom* das políticas públicas no Brasil, a partir dos anos 2000. Um exemplo é a Bolsa Família<sup>34</sup> que em todo o país já atendeu a 13,8 milhões de famílias – sendo que 93,2% dos cartões estão em nome de mulheres (MMA, 2013).

As atividades econômicas das ilhas de Abaetetuba oriundas dos recursos naturais são combinadas pela sazonalidade dos produtos agrícolas e extrativos comercializados. Assim, seguem um calendário agroextrativista<sup>35</sup>, conforme observado por Costa (1994) quando se refere à organização do trabalho das populações *tradicionais*. Segundo a autora, o calendário é marcado pelo tempo de pescar, de caçar, de coletar frutas e sementes, fabricação de instrumentos, tempo de plantar, colher, capinar entre outros afazeres oriundos das relações

---

<sup>34</sup> O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que envolvem a manutenção das crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde, seguindo o calendário de vacinação para as crianças entre 0 e 6 anos e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e em amamentação. Foi instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, faz parte do Brasil Sem Miséria e beneficia famílias em situação de vulnerabilidade social. Constitui atualmente a maior iniciativa de transferência de renda no Brasil. MMA (2013).

<sup>35</sup> O agroextrativismo é uma maneira de definir o estreito relacionamento entre o extrativismo, dos mais variados recursos oferecidos pela natureza, e a agricultura, que se explora com o fim de satisfazer as necessidades, tanto para o consumo quanto para a comercialização (GUSMÃO, 2009).

complexas com os ritmos e os fluxos de natureza. Nesse contexto, diferentes modos de organização do trabalho familiar são postos em prática para garantir a manutenção do grupo familiar e inclusive, na reorganização da economia familiar, representadas por mudanças nas fontes de renda.

O acesso a benefícios sociais recebidos pelas famílias, nos últimos anos, representa um suporte importante para a composição de fontes de renda e adaptação no uso e dependência dos recursos naturais, conforme apontam estudos realizados na Amazônia que descrevo a seguir:

O estudo de Lui (2013) realizado entre famílias de produtores rurais dos municípios de Belterra e Santarém, analisou como a mudança da renda familiar é influenciada por programas de transferência de renda e benefícios sociais, como o programa Bolsa Família, pensões e aposentadoria rural, bem como observou o autor a importância da renda proveniente do trabalho em tempo parcial, prestação de serviços, empregos públicos, na economia doméstica, no uso dos recursos, nas transformações da paisagem.

O autor constatou que os recursos do Programa Bolsa Família, das pensões e da aposentadoria rural emergiram como um dos componentes que contribuíram para a redução da atividade agrícola na composição de rendimentos familiares, influenciados também por dinâmicas internas, entre as quais se destacam: a menor disponibilidade de mão de obra familiar; desvalorização do trabalho agrícola e, por dinâmicas externas, como o baixo retorno financeiro das principais culturas anuais (arroz, feijão e milho), o custo de transporte para a produção, a concorrência com grandes produtores mecanizados e a ação de atravessadores na comercialização dos produtos.

Recursos de programas voltados à conservação ambiental no Brasil como o recente Bolsa Verde e o Seguro Defeso foram alvo de pesquisa realizada por Gusmão (2012) e Schmitz et al (2013) respectivamente. O estudo de Gusmão (2013) buscou levantar dados referentes aos avanços e desafios na implementação do Programa Bolsa Verde e sua relação com uso dos recursos naturais, em municípios do Pará (Santarém, Aveiro, Abaetetuba, Currálinho, São João da Ponta). Entre as informações apontadas pelo estudo destaca-se a importância do recurso monetário na entressafra de produtos, sobretudo, daqueles produtos considerados importante de geração de renda monetária do sistema de produção de varias famílias, como é o caso do açaí na Ilha do Marajó e na região das ilhas, em Abaetetuba. O

estudo<sup>36</sup> de Schmitz et al (2013), embora não tenha tratado especificamente sobre o uso dos recursos advindos do seguro defeso, para o provimento doméstico, chama atenção para a importância desse recebimento, sobretudo para contribuir na melhoria das atividades tradicionalmente realizadas, como é o caso da agricultura.

As informações trazidas pelos estudos mencionados me instigaram a pensar como isso acontece no contexto da ilha de Quianduba, e neste sentido, fiz perguntas para a orientação da pesquisa que assim puderam ser formuladas: Como se obtém renda nesse local? Quais as atividades consideradas importantes na composição da renda familiar? Há influência na rotina de trabalho pelos recursos advindos de benefícios sociais? Refiro-me, aos Programas Bolsa Família e ao Bolsa Verde, ambos funcionando com a transferência de recursos financeiros para as famílias. Segundo informações do IBGE/Censo Demográfico (2010). Abaetetuba recebeu um repasse de R\$25,6milhões destinados a atender 19.466 bolsas famílias Este valor representa 2,4% do total de recursos oferecidos pelo programa ao estado do Pará.

Para acessar o Bolsa Verde existem algumas condicionalidades sociais e ambientais definidas pela legislação regulamentar<sup>37</sup>, entre elas ser beneficiário da Bolsa Família. Embora PBF não seja um programa direcionado exclusivamente às mulheres (Silva, 2012), ainda assim se observa nas informações apresentadas pelo MMA (2013) que entre as famílias inscritas no Brasil, 93,2% % têm mulheres como titulares desse benefício. Nesse contexto, Silva (2012) alerta para não analisar o programa sem perceber as peculiaridades de gênero e a importância que a mulher assume na família. Ao priorizar as famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, as mulheres têm ocupado maior número enquanto titulares para o recebimento do Programa Bolsa Verde, correspondente ao valor de R\$ 300,00, trimestralmente, por um período de dois anos, o que supõe afetá-las diretamente.

---

<sup>36</sup> O estudo analisou o processo de afiliação de um grupo de pessoas à colônia de pescadores numa comunidade ribeirinha do Nordeste Paraense sob a influência do programa de política pública Seguro-Defeso. A possibilidade de ter acesso aos recursos do seguro-defeso foi a condição determinante para a crescente afiliação à colônia de pescadores, seguida pela compreensão de que a pesca faz parte do conjunto de atividades do cotidiano dos que ali habitam. Ver mais detalhe em SCHIMITZ *et al* (2013).

<sup>37</sup> Condições sociais: encontrar-se em situação de extrema pobreza (significa ter um rendimento médio *per capita* de até R\$ 70,00 (MDS, 2013). Além deste critério, deve estar inscrita no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (Cad Único) e, prioritariamente, ser beneficiária do Programa Bolsa Família. Condições ambientais: viver ou ser beneficiária de áreas rurais prioritárias, definidas pelo Programa, que cumpram com a legislação ambiental no que diz respeito ao percentual mínimo de cobertura vegetal e que desenvolva atividades de preservação e uso sustentável dos recursos naturais (MMA, 2013).

Além do Programa Bolsa Família e da aposentadoria, o Programa Bolsa Verde parece ganhar importância também para seu recebimento na região das Ilhas, como mostra a fala que ouvi de uma mulher (liderança do MORIVA) e que apresento a seguir: *Que venha de avião, de jêgue, de carro e depois pelos rios: não importa. O importante é que chegue!* Foram essas as palavras finais direcionadas à gerente da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, por Antônia, uma liderança do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Várzeas de Abaetetuba que estava acompanhada por quinze mulheres da chamada “região das Ilhas” de Abaetetuba, em meados de agosto de 2011, durante uma reunião agendada pelo grupo, por ocasião da participação na quarta edição da Marcha das Margaridas realizada em Brasília.

Antônia é uma moradora antiga da Ilha de Campompema, local onde aconteceu a primeira implantação do Projeto de Assentamento Agroextrativista,<sup>38</sup> em 2004. Demandava ela, naquela ocasião, a inclusão de seu município como beneficiário do Programa Bolsa Verde - PBV. O Programa Bolsa Verde, como sabemos, é conhecido e faz parte de um conjunto de programas voltados à conservação ambiental instituídos no país desde os anos 2000. Constitui-se o mais novo benefício inaugurado em meados de 2011, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria<sup>39</sup>. Este último envolve medidas de transferência de renda e inclusão produtiva, visando elevar as condições de vida da população que mora em lugares com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> O INCRA (2006) o define como uma modalidade de assentamento destinada a populações tradicionais, para o extrativismo, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental às atividades agroextrativistas. Tais áreas, de domínio público, deverão ser administradas pelas populações assentadas, por meio de sua forma organizativa, que receberá a concessão de direito real de uso (INCRA, 2006). Além do PAE há outros tipos de modalidades de regulamentação fundiária por parte da União, entre elas: as Reservas Extrativistas RESEX's, Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS, Projeto de Desenvolvimento Sustentável -PDS, Projeto de Assentamento Florestal- PAF e Terras de Quilombo. Ver mais detalhes sobre as características dessas modalidades em ALLEGRETTI (1994).

<sup>39</sup> O acesso da população ao Plano Brasil Sem Miséria ocorre pela inclusão no Cadastro Único, instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. Constitui-se como um meio de acesso aos programas sociais do Governo Federal (ex: Bolsa Família, Luz para Todos, Pronatec, Assistência Técnica e Extensão Rural, Projovem, Bolsa Verde, entre outros).

<sup>40</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Abaetetuba é 0,628, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Ver mais detalhe em PNUD, 2013. Acesso na página: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/abaetetuba\\_pa](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/abaetetuba_pa) em 14/2/2014 às 13h.

As primeiras atividades do Programa, no Pará ocorreram na Ilha do Marajó, na Reserva Extrativista Gurupá – Melgaço, pois dispunha-se ali das condições para sua implantação na primeira fase do Programa, segundo o Ministério do Meio Ambiente, principal responsável por sua implementação. O foco inicial do PBV eram moradores das Unidades de Conservação, cuja coleta de assinaturas é realizada pelo ICMBio. O Programa vem ampliando o número de pessoas atendidas, beneficiários em Assentamentos Tradicionais e ribeirinhos atendidos pela Superintendência do Patrimônio da União – SPU e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Movidas de esperanças por conta das reivindicações<sup>41</sup> apresentadas e, em parte, negociadas, no processo da Marcha com os diferentes representantes dos Ministérios, as mulheres voltaram para suas casas e trouxeram também em suas bagagens (pelo menos dez delas), a experiência primeira de viajar para outro estado e participar da maior mobilização específica de mulheres trabalhadoras rurais. Além da tarefa atribuída ao MORIVA, de realizar um levantamento sócio econômico junto ao seu público, visando elaborar diagnóstico que justificasse a necessidade do benefício no município. Assim, elas realizaram, em março de 2012, o referido levantamento e enviaram-no para avaliação dos diretores da Secretaria, com apoio de membros do INCRA e vereadores locais, ligados a esse movimento.

Em maio de 2012 (às vésperas do casamento de Antônia), ela contou que em meio a *um rio de felicidade*, recebeu a notícia de que seu município seria contemplado. Em junho de 2012 ocorreram as primeiras assinaturas dos Termos de Adesão. Em setembro de 2013 o número de beneficiários contabilizava quinhentos e vinte oito famílias, envolvendo diferentes formas de organização, produção e relação com os recursos naturais.

Considerando os últimos dados disponíveis, relativos a setembro de 2013, o Programa Bolsa Verde já beneficiou 44.648 famílias, das quais 14.336 vivem em 65 Unidades de Conservação de Uso Sustentável, 27.324 beneficiários provêm de 766 Assentamentos de reforma agrária e 2.420 ribeirinhos, que foram reconhecidos pela Secretaria de Patrimônio da União, em 54 municípios (MMA, 2013).

---

<sup>41</sup> Ver <http://agenciabrasil.ebc.com.br/galeria/2011-07-13/ministros-recebem-pauta-de-reivindicacoes-de-uma-comissao-da-marcha-das-margaridas-2011>. Acessado 21/08/13

O episódio que abre este ítem da tese me foi contado por Antônia durante uma reunião no escritório do MORIVA no dia 14 de novembro de 2013, quando me apresentara a trinta e seis mulheres moradoras da “Região das Ilhas”, por ocasião de uma reunião de planejamento da organização<sup>42</sup>. Uma oportunidade importante propiciada pelo grupo para expor meu interesse que, de maneira geral objetiva compreender questões relativas à atuação e posição de homens e mulheres, com atenção, mais específica às mulheres, na dinâmica atual da organização familiar.

O relato de Antônia me chamou atenção, não somente pela iniciativa do MORIVA, especialmente representado pelas mulheres, o que já o diferencia dos demais lugares que o programa abrange, pois a adesão partiu do movimento dos ribeirinhos, que ao saberem da proposta e que não seriam contemplados na primeira fase da ação federal, resolveram se mobilizar para garantir sua inclusão. Mas, fundamentalmente nos ofereceu indicativos da revelação de pesquisas, mencionados anteriormente, sobre a percepção de atores, da importância que tem ganhado os programas do governo de transferência de recurso monetário, naqueles que elegem as mulheres como representantes legais do benefício. Interessa, inclusive diante de constatações deste tipo, identificar e discutir, qual a agência dessas mulheres em termos desses recursos (como quer que ela seja)

Diante do contexto apresentado, como falado anteriormente, propus conhecer como essas pessoas vivem nesse lugar qual a dinâmica de gêneros em relação à família e ao trabalho em Lariandeuá, Ilha de Quianduba.

Ao procurar identificar, interrogativamente, o fazer diário delas (considerando a família), o que pensam sobre suas atribuições e o conteúdo de suas atividades, como aquelas de produção e manutenção do grupo familiar – sem esquecer as conexões externas e suas reverberações neste universo, pretensamente mais micro. Desse modo elenquei os seguintes objetivos:

---

<sup>42</sup> Na reunião, entre os vários assuntos tratados constava a seleção dos nomes de doze mulheres para comporem a equipe de acompanhamento e participação na Secretaria Regional do INCRA para a realização de um levantamento objetivando a atualização de cadastros das pessoas que vivem na UC e PAE com visa ampliar o número de beneficiários, conforme exposto na reunião. O novo levantamento ocorreria no período de 18/11/13 a 05/12/14; e posteriormente em janeiro, mas sem data marcada.

a) Como se caracterizam e se atualizam as configurações de família em Lariandeuá, no tocante ao seu perfil, ao conjunto variável de seus membros.

b) Como se atualizam, na vida diária, as percepções, as atribuições e a realização das tarefas em relação às mulheres e aos homens nas práticas de trabalho, doméstico e extradoméstico.

c) Identificar a composição da renda e os significados atribuídos aos recursos monetários das mulheres (diretos ou não) na dinâmica das relações familiares.

## CAPITULO II

### *Um rio, uma rabeta e uma casa: preparando a ponte da pesquisa*

O rio, como lembra Furtado (1994:70), entre outros usos, é o espaço intermediador entre o mundo “de dentro” e o “mundo de fora”; apresento ao meu leitor do trajeto ( realizado por mim) pela única via de acesso que se servem os moradores para se deslocar diariamente de Lariandeuá até a cidade de Abaeté, ou vice-versa, e que por onde tantas vezes o fiz ao longo do trabalho de pesquisa de campo. Esse trajeto, por via fluvial, me permitiu observar uma fração da dinâmica da vida das pessoas que vivem nessa parte do território de Abaeté. Além disso, me proporcionou conhecer alguns de seus moradores e acessar contato com uma mulher que posteriormente se integrou na pesquisa, além de fazer amizade com algumas pessoas da Ilha.

#### **2.1 O “caminho de água” que me leva até Lariandeuá...**

O relógio marcava nove horas quando cheguei ao porto do “Posto da CEMA” para deslocar-me até Lariandeuá numa manhã do verão<sup>43</sup> Amazônico, compreendido entre os meses de julho a dezembro. Essa época é conhecida como “período de atividade” na região, como nos diz Charles Wagley (1977: 30) em seu livro sobre Gurupá, uma comunidade amazônica situada no baixo Amazonas, no Pará. O “Posto da CEMA” (Centro médico de Abateetuba) é posto flutuante<sup>44</sup> que dá acesso às embarcações para as ilhas. Vejo várias delas, motorizadas, com ou sem cobertura, conhecidas pela população local como “rabetas”<sup>45</sup>. Além

---

<sup>43</sup> De acordo com Wagley (1977:30) “As expressões locais “verão” e inverno” têm conotações análogas aos termos correspondentes usados nos climas temperados. “Referem-se às diferenças acentuadas do ciclo anual que quebram a monotonia da vida e às quais os homens associam suas atividades” O autor lembra que o clima aqui não é uma barreira impossível de se transpor.

<sup>44</sup> Este posto está ancorado na “cabeça da ponte” (como se diz por aqui) que é um típico trapiche (espécie de ancoradouro) de embarcações com um ponto comercial chamado de Posto PDV (Petróleo de Venezuela). Localizado na orla da cidade (chamado de *Posto da CEMA* - por localizar próximo ao Centro médico). Neste local também situa a feira do açaí.

<sup>45</sup> Segundo Rocha (2011) quando as canoas recebem os motores movidos à óleo diesel ou gasolina são chamadas de *rabetas*. Estas embarcações possuem tamanhos variados. Geralmente, as maiores possuem cobertura para proteger do sol e chuvas e as menores não são dotadas de cobertura. Vale destacar que as menores são chamadas de “rabudas” ou “rabudinhas” devido uma haste que sai do motor instalado na popa da embarcação e chega a

desse tipo de embarcação, são utilizadas pelos moradores vários outros tipos de embarcações, podendo ser particulares ou comerciais, de diversos tamanhos: pequenas canoas<sup>46</sup>, “rabudos”, “cascos” à remo (menores ainda), “montarias”<sup>47</sup>, “voadeiras” e barcos maiores servindo para o transporte diário (de pessoas e produtos) e com pagamento de cinco reais por passageiro.

A imagem que se apresenta aos meus olhos é de um movimento intenso de pessoas e veículos. São motos, carros, vans e bicicletas e motocicletas circulando e desafiando as regras de trânsito. Avisto homens carregando sobre os ombros rasas de açáí desembarcado de embarcações trazidas das ilhas, rasas empilhadas na calçada para serem embarcadas, *matapis* exposto à venda, várias pessoas, principalmente mulheres (com crianças ou sem elas), me parecem fazer as últimas compras para seguir viagem, outras pessoas apenas conversando em barracas com frutas, farinha e carne. Os sons altos de propaganda de lojas e do anúncio da festa de aparelhagem para o final de semana tudo ao mesmo tempo se juntam com as vozes que vêm da feira e aos burburinhos das pessoas apressadas (algumas carregam sacolas de tamanhos variados com mantimentos) para saber os horários e garantir seu lugar na embarcação.

Em geral, os horários são pré-estabelecidos pelos “freteiros” ou “rabeiteiros” (como se diz por aqui para quem opera no transporte até as ilhas). Mas, em período de intensidade de chuvas em que consiste o inverno amazônico, os horários podem variar, sem falar das marés que regulam a navegação e sincronizam outras atividades. Ao me dirigir ao dono da embarcação, que opera a travessia para Quianduba, avisto, ao lado, outras embarcações de propriedades particulares ancoradas no trapiche (como um estacionamento), deixadas por dezenas de pessoas que diariamente seguem para resolver seus propósitos na cidade.

As pessoas entram na embarcação e procuram se acomodar: é o momento da saída. O barco (também chamado de rabetas) está cheio de mercadorias de cada usuário que serão

---

tocar a água dos rios como uma espécie de rabo da canoa. As “rabudas” e “rabudinhas” servem para os pequenos deslocamentos de pessoas entre as comunidades mais próximas. São práticas e rápidas no transporte de pequenas quantidades de passageiros e mercadoria. De acordo com as pessoas com quem conversei, vários moradores possuem “rabetas”. Estas são constatadas nos atracadouros defronte às casas percebidas em vários trechos ao longo do rio. Entre os fatores responsáveis pela disseminação das “rabetas”, segundo os moradores, resulta da expansão da comercialização do açáí (*Euterpe Oleracea*) na região das ilhas de Abaetetuba.

<sup>46</sup> Canoa a remo: embarcação movida a remo, sem convés ou com convés semifechado, sem casaria, com quilha, com pintura, de pequeno porte, comumente utilizada nas pescarias com espinhel e nas pescarias de companhia.

<sup>47</sup> Montaria: embarcação movida a remo, conhecida vulgarmente nas comunidades como *casquinho* ou *montaria*, são geralmente pintadas e tem como princípio estrutural o casco, de influência indígena e de pequeno porte, utilizadas por alguns moradores na pesca de circunvizinhança.

comercializados ou para uso próprio, tais como: açúcar, saca de farinha, óleo, garrafas de água mineral, biscoito, café, refrigerantes, uma bomba para puxar água do rio, uma televisão e uma caixa de som. Alguns passageiros se conhecem, observo pelo aceno e palavras de saudações depois que adentram na embarcação, como: Bom dia! Como está o “fulano”? Como está? Veio pra Abaeté hoje? Trouxe açaí? (inclusive quero registrar que o açaí encontrava-se em plena atividade, no seu período de safra). São variados os propósitos das idas até à cidade: visitas a parentes, negócios, atendimento médico-hospitalar, recebimento de recursos provenientes de benefícios sociais (aposentadoria, bolsa família, bolsa verde, seguro defeso), dentre outros motivos. Há professores que perderam o horário do transporte fornecido pela prefeitura municipal às ilhas, que funcionam em dias de aula e horários limitados. Havia dois deles na embarcação. Fazem esse percurso semanalmente até à Escola Dionísio Hage<sup>48</sup>, localizada na comunidade do Rio Quianduba. Aliás, esse é um percurso realizado por pelos menos nove servidores da escola. Esse movimento todo faz parte da vida diária de quem mora nas ilhas.

A rede de dormir é um elemento presente no interior das embarcações, mas pouco usado. Seu uso depende da disponibilidade de espaço. Quando usadas, destinam-se, em geral, às crianças, idosos em caso de doença, e aos donos das embarcações para descansar o corpo no intervalo da viagem. As redes são frequentemente utilizadas pelos passageiros em embarcações no cotidiano dos rios da Amazônia, principalmente em transportes de tamanhos maiores com um longo tempo de viagem e não somente nesse ambiente. Vicente Salles (1994) no artigo “Memória Sobre a Rede de Dormir” se reporta, através de vários registros da literatura, ao uso e costumes das redes nas habitações Amazônicas. Cita o escritor Câmara Cascudo ao se referir de que a Amazônia é uma grande consumidora da rede. A rede “é o verdadeiro leito popular balançando por toda parte”. Diferentemente da presença da rede no interior da embarcação, pelo menos a que tive acesso em deslocamentos ao *locus* da pesquisa, não encontrei embarcação com coletes salva-vidas, ou quando contém são insuficientes, tanto quanto a fiscalização da Capitania dos Portos.

---

<sup>48</sup> Rodrigues (2012) informa que a escola atende um quantitativo de mais de seiscentos alunos do Rio Quianduba, Maracapucu, Furo Grande, Tucumanduba, Jupariquara, Costa Maratauíra, Costa Uruá, Furo Efigênia e outros. Atende desde a Educação Infantil até o Ensino médio

Em conversa com os encarregados do transporte sobre o tempo de viagem, procurei indagar sobre tais equipamentos. Percebi que não há grandes preocupações com a situação, até mesmo pelos passageiros. Os donos das embarcações alegam que os custos com esse tipo de material são elevados<sup>49</sup> mas não deixam de temer com algum tipo de acidentes e afirmam contar com a “proteção divina”, pois é *Deus quem está no comando*. Nesse afazer diário vão ganhando habilidade e conhecimento sobre o “tempo das águas” para navegar.

Devido o deslocamento ser relativamente curto, aproximadamente um pouco mais de uma hora, e, com poucas pessoas, geralmente conhecidas, os *freteiros* me dizem se sentir mais seguros por conta do perfil da maioria de seus passageiros que está cotidianamente em interação com o rio desde pequeno. Dessa proximidade de relação com os rios pela população nos fala Moura (1987 [1910]) em sua observação à viagem realizada descrita na obra: *De Belém a São João do Araguaia*. O autor refere-se ao aprendizado precoce das crianças no exercício de nadar, que ocorre desde os cinco anos de idade nos rios da Amazônia: “todos sabem nadar, ora à flor d'água, ora mergulhando como peixes, indo boiar à grande distância, segundo o maior ou menor fôlego da pessoa, passando às vezes dois minutos” (1987 [1910]): 109). Certamente, os donos das embarcações apoiam-se nessa assimilação dos passageiros em usar os cursos d'água, entre outras coisas, para deslocar-se. Isto me pareceu não afligi-los aos perigos de uma viagem pelo rio.

Tendo vivenciado, por quase um ano, em viagens para outros lugares pelos rios na região do Pará (principalmente, à Cametá - Rio Tocantins - e Ponta de Pedras no Marajó). Em atividade de assessoria junto a grupos de mulheres que desenvolvem trabalho de artesanato, em parceria com a Rede de Mulheres Empreendedoras rurais da Amazônia, testemunhei as condições de transporte a que se submetem, as pessoas em seus deslocamentos. Imagens similares são ressaltadas por alguns pesquisadores da região ao descreverem fatos presenciados em suas viagens a campo. Silva (2009), em um estudo realizado no Baixo Tocantins/Cametá-PA,

---

<sup>49</sup> Uma iniciativa no município conduzida por alunos do “Clube de Ciência” para a confecção de equipamento salva vida com baixo custo a ser usado para esse tipo de serviço de transporte na região foi foco de uma reportagem do jornal local - *O liberal*. O equipamento testado é de miriti, palmeira de relevância econômica e cultural para a população. A palmeira contém uma propriedade que a deixa flutuar, embora absorva água com o passar do tempo. Os alunos testaram o impermeabilizante da seiva da árvore da seringueira (*Hevea brasiliensis*) para posterior confecção final, tornando-se eficiente e a baixo custo. Ver sobre o assunto a reportagem no site: <http://redeglobo.globo.com/pa/tvliberal/edopara/noticia/2014/08/em-abaetetuba-estudantes-criam-colete-salva-vidas-feito-de-miriti.html>

observou condições de transporte a que se submetem as pessoas em viagem pelo rio da região, como a ausência de equipamentos de primeiros socorros, banheiros, água filtrada e local adequado para as bagagens. Ferrão (2006), em pesquisa na Ilha do Marajó se referiu ao cenário semelhante àquele tipicamente do barco completamente lotado de mercadorias e as condições de desconforto das acomodações dos usuários que competem com as bagagens e as embalagens.

Nesse deslocamento diário das pessoas pela “rua de rio”<sup>50</sup> até Quianduba, percebi que as embarcações assumem, para cada passageiro, importância fundamental. Afinal, este é um essencial instrumento/meio de trabalho para aqueles que possuem sua própria embarcação, como para os que a utilizam como serviço de transporte coletivo. Nesse vai e vem para cada lugar das ilhas em horários determinados, as pessoas que operam o transporte criam uma relação de confiança com os passageiros apoiada na amizade. Nesse caso, as viagens, embora não tão longas, propiciam a troca de produtos, são ocasiões de sociabilidade oportunizadas pelo encontro, pela tensão da viagem, pela troca de informação, pela identidade com o meio de transporte, o rio, o imaginário. Tudo isso integra a vivência dos moradores desse lugar e, certamente, de outras comunidades ribeirinhas da Amazônia.

---

<sup>50</sup> Faço alusão a letra da música “Esse rio é minha rua” composta por Paulo André e Rui Barata ao compor que o rio é “a sua rua” e também ao que Santos, (2004. p.4) nos diz: “o rio é a rua, o meio de transporte, espaço, lazer, fonte de alimentação e *locus* de trabalho, demarcando, também, espaço de desigualdade no desenvolvimento de práticas sociais” O trânsito intenso ( na rua ) como aponta LOPES, 2006) é realizado por distintas embarcações na via fluvial correspondem a bicicleta, o carro, a moto na via terrestres; pequenos percursos, como travessia do Igarapé, realizados a nado, corresponde a andar a pé [pedestre].(LOPES, 2006)



FOTO 1: Saída do Porto da CEMA  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro de campo 2014.

A menos de dez minutos longe do porto, nos aproximam da natureza fazendo com que aquele barulho a que me referi no início – tão comuns em Abaeté e às grandes cidades – se distancie dando lugar ao vento mais forte, ao som das marés e do barulho do motor dos barcos (não tão poucos). À medida que a “rabeta” vai se afastando, a viagem ganha um clima mais calmo, os barcos agora mais dispersos, cada um seguindo seu caminho. Nesse momento, me pego pensando que a nossa vida enquanto passageiro passa a ser ‘dirigida’ pelo ordenamento do rio e tenho que concordar com Moura (1987 [1910]) de que é “inegável que a alma humana sente um bem estar de alegria ao descortinar o panorama do rio”. A viagem realizada pela manhã nos permite olhar a paisagem e, logo, vejo o sol como uma pintura. Não é comum o trajeto pelos *freteiros* até Abaeté em horários noturnos, mesmo por pessoas que possuem sua embarcação, a não ser em casos de urgência que dependerá também do fluxo da maré, podendo favorecer ou retardar o tempo de chegada e saída.

A despeito dessa situação Azevedo (2014), em pesquisa com crianças especiais na Ilha do Marajó nos mostra que há restrições também em deslocamento noturno pelos moradores, mesmo que se possa se servir de duas formas de transporte para se deslocar internamente ao espaço onde desenvolveu o estudo (povoado de Céu e Cajú-Una). O percurso do transporte automotivo através de uma Fazenda é evitado após às nove horas da noite, quando a porteira é fechada. A liberação é permitida somente em situação de emergência. Da mesma maneira

ocorre pela via fluvial; uma vez que os donos dos barcos realizam o deslocamento esporadicamente à noite, cuja travessia está sujeita às condições da maré que nem sempre são propícias à embarcação e devendo essa ser feita por uma pessoa habilitada.

Voltando à viagem, esta vai ganhando outra dimensão. Há diferentes embarcações de todos os tamanhos e tipos carregando pessoas, balsa transportando madeira; canoas guiadas por crianças, homens e mulheres, algumas com “sombriinhas” para se proteger do sol ou da chuva. Ao nos aproximar de outras embarcações as pessoas acenam umas às outras como se se conhecessem há tempo. Da mesma forma, não é raro também se deparar com alguém acenando de suas casas da janela, porta ou ponte às vezes parando de fazer algo para saudar pessoas conhecidas ou não. Compõem a paisagem habitações com detalhes comuns, casas suspensas (tipo palafitas) margeando o rio, ora umas próximas das outras, ora afastadas, sempre anexadas a uma ponte comprida e uma escada para facilitar o acesso às embarcações. As moradias sempre cercadas por área de açaizal (espécie de grande importância para as populações locais); palmeiras do miritizeiro, dentre outros vegetais; trechos de áreas de aningal (que fazem parte das várzeas dos rios e igarapés de Abaetetuba) enfim, a natureza com seus vegetais e animais.

Uma música de composição de Celso Viávora<sup>51</sup> sempre me vem à mente, cada vez que viajava para o lugar da pesquisa de campo, quando vejo “as aves que passam fazendo uma zona” ou de “um curumim assiste da canoa um boieng riscando o vazio” . A composição ainda chama atenção pela beleza da Amazônia e tece uma pergunta “molhando meus olhos de verde floresta, eu olho o futuro e pergunto pra insônia: será que o Brasil nunca viu Amazônia?” Tenho, porém, que reconhecer: todas as vezes que fazia este deslocamento me vinha o pensamento de como o meu trabalho de campo me propicia ou mesmo me estimula a procurar entender, conforme o alcance de minha compreensão, as relações presentes entre a vida das pessoas com o ecossistema local, na organização social e no trabalho produtivo num espaço geográfico-cultural tão específico: o insular, apesar da proximidade com o continente de Abaetetuba, mas sobretudo entender o significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida nesse lugar.

---

<sup>51</sup> Celso Viávora é compositor, interprete, violonista e arranjador compôs “Olhando Belém”, composição conhecida na voz do compositor paraense Nilson Chaves.

## 2.2 Os primeiros contatos, as viagens...

Como relatei na primeira seção do documento, consegui entrar em Lariandeuá (*lócus* da pesquisa) por meio de contato com Antônia (liderança do MORIVA). Ela intermediou minha ida, pois não podia me acompanhar em função da agenda da organização para o período. A proposta de ir escrever sobre as famílias desse lugar e, sobretudo, sobre as mulheres, sua vida e seu trabalho foi a apresentação que ela fez de mim por telefone a Marinês, professora de uma escola na comunidade. Depois do contato feito me forneceu o número do telefone da professora. Por meio desse contato consegui comunicar-me com ela e marcar minha primeira ida até Lariandeuá.

A agenda carregada de atividades da escola<sup>52</sup> (localizada na comunidade do rio Quianduba) e dos seus compromissos com o curso de pós-graduação foram motivos para que a professora não pudesse marcar tão logo uma data para me receber e me acompanhar; assim meu contato com o local foi postergado por algumas semanas. Finalmente um telefona dessa professora, dizendo que eu poderia ir e combinando ir me buscar, embora eu tivesse insistido para que não se preocupasse com meu deslocamento; mas disse que era melhor aguardá-la para que pudéssemos ir juntas e eu, assim, ser apresentada e aprender o caminho para voltar as outras vezes. Assim, marcamos e segui para Abaetetuba em meados de 2014. Às oito horas da manhã do dia 26/03/2014, cheguei ao terminal rodoviário<sup>53</sup> de Abaetetuba, quando recebi o telefonema da professora me dizendo que iria se atrasar devido, ao tempo chuvoso, pois sua *rabeta* (embarcação) se encontrava ainda sem cobertura. Marcamos o encontro às nove horas na feira do açaí, na beira da cidade (onde está localizado o trapiche). Ao chegar, observei um intenso fluxo de embarcações nos rio fazendo parte do dia a dia da população que vive nas ilhas. Logo nos identificamos uma à outra, em meio a várias pessoas que ali embarcavam e desembarcavam; a professora pediu-me para aguardá-la alguns minutos para que pudesse

---

<sup>52</sup> É professora e diretora da escola de ensino fundamental professor Dionísio Hage. A ocupação no cargo de direção da escola finalizou quando iniciou o curso de pós-graduação no curso de mestrado em educação na Universidade Estadual do Pará. Segundo ela, a escola oferece todas as modalidades da educação básica e atende em torno de setecentos alunos que moram na Comunidade Rio Quianduba e em Comunidades adjacentes como: Maracapucu, Furo Grande, Tucumanduba, Jupariquara, Costa Maratauíra, Costa Uruá, Furo Efigênia e outras.

<sup>53</sup> Outras formas de acesso a Abaetetuba até Belém ou vice versa pode ser feito por via fluvial e aéreo. Muitos dos moradores se servem do transporte fluvial para se chegar até Belém ou vice versa.

comprar lanche para seu filho que dirigia a embarcação (uma pequena lancha) e remédio para alguém da família. Com tudo em mãos, seguimos para a Ilha de Quianduba.

A interlocutora mora no Furo Grande e se considera da “comunidade” do Rio Quianduba, uma vez que parte de sua família mora lá, sua área de açai se localiza a margem do rio Quianduba, a escola em que leciona, a igreja evangélica que frequenta, os cultos que participa, tudo funcionam lá. Percebi que ao se identificar enquanto da comunidade do Rio Quianduba, significava estar presente nos cultos, na organização das atividades organizativas, no trabalho com o açai e com a escola. Essa questão é abordada no capítulo seguinte quando apresento a referência de pertencimento nesse lugar.

A casa de minha hospedeira é do tipo palafita assim como as demais, para suportar a inundação diária, sujeita a influência da maré. Há uma escada na entrada, com uma ponte para o embarque e desembarque de pessoas. Sua *rabeta* (embarcação) e um casco encontravam-se ancorados. Uma pequena ponte antecede a casa, composta de dois bancos grandes de madeira um de frente para o outro; esse local é utilizado para receber visitas, realizar culto e festas. Também é utilizado como um espaço de secagem das roupas e de madeira (observei as tábuas utilizadas para a reforma da casa). Ao lado da casa, verifica-se pequenas pontes possibilitando o acesso entre as construções da família uma olaria e do outro uma espécie de galpão (pequeno) onde se localiza o fogão a lenha. Também nesse espaço são guardadas ferramentas de trabalho (terçado, pá, paneiros etc.) e dois motores. A casa da professora me serviu de abrigo por várias vezes durante o trabalho de campo, principalmente no início das primeiras incursões a campo e quando necessitávamos conversar sobre as nossas pesquisas. Minha hospedagem, então, ocorreu em duas casas (da professora e de um casal de Lariandeuá que participa da pesquisa) durante o trabalho de campo entre março de 2014 e janeiro de 2016.

O interior da residência de minha primeira hospedeira é dividido em três cômodos; uma sala, cozinha e um grande cômodo que será dividido em dois quartos e um banheiro (na ocasião encontrava-se em reforma esse espaço.). Depois entendi que entre os fatores que atrasaram minha viagem, incluía-se a preocupação da família em me receber nessas condições. Na sala, uma estante contendo um televisor, porta retrato com fotos de família e um telefone celular (via rádio); uma máquina de costura, um sofá, um colchão e oito armadores de redes por toda a casa, exceto na cozinha.

O cômodo maior, por enquanto sem divisão, possui um guarda-roupa, uma mesa com livros, cadernos, canetas e um laptop, o que demonstra a vontade dos moradores dessa casa aumentarem o seu capital escolar, principalmente - a esposa e dois filhos (17 anos e 14 anos). Representa uma possibilidade de ascensão econômica e social, os pais me relataram do estímulo e investimento aos filhos. As oportunidades de escolarização são limitadas nesse lugar e, portanto, investimento por parte dos pais (bastante singular) na educação dos filhos para acessar instituições escolares de qualidade na cidade. Assim há uma diminuição da participação deles no trabalho agrícola e nos serviços domésticos. Observei que a agenda do filho mais velho, por exemplo, é preenchida, duas vezes por semana, pela manhã, para fazer curso de língua estrangeira em Abaeté e pela parte da tarde se ocupa das aulas na escola, localizada em Quianduba. Há uma reconfiguração das relações de cooperação na família e no grupo doméstico com a menor participação dos filhos quando estes estudam.

Na cozinha, uma máquina de açaí, fogão a gás, uma pequena pia com torneira. O uso se dá por meio de uma bomba para “puxar” água do rio para a casa, uma mesa de madeira com quatro cadeiras sustentam um pote para armazenar água para beber, duas prateleiras onde se guarda os pratos e talheres, um fogão a gás e um freezer. Na parede, várias painéis de alumínio penduradas, areadas e de tamanhos diferentes. Não há energia elétrica na comunidade do Rio Quianduba. Algumas famílias, como a dela, possuem gerador de energia. Estão presente na casa dela: uma antena parabólica, uma tv e uma antena de celular. Um banheiro com um chuveiro ao lado da cozinha (utilizado somente para banho). No quintal, próximo à cozinha, com uma pequena ponte dá-se o acesso ao outro banheiro construído de madeira para as necessidades fisiológicas, construído de madeira.

A professora me acompanhou e me apresentou para algumas pessoas conhecidas dela que residem em Lariandeuá, Efigênia e Santa Maria (“comunidades” do braço do rio Quianduba) e expus minhas intenções e objetivos da pesquisa para ser avaliada a sua importância e participação. Visitamos alguns espaços coletivos da comunidade (Igreja Católica, Posto de Saúde, campo de futebol) e conversamos com algumas pessoas. Depois desses primeiros contatos informais, novas idas ao campo (agora sozinha) me permitiram as primeiras observações sobre alguns aspectos da vida social, sobretudo daqueles que me interessavam, família e trabalho, com destaque para as expectativas sociais de gênero. Algumas informações obtidas nesses primeiros momentos ilustraram de certa forma os

processos produtivos no passado e dos modos de obtenção de renda atual, sobretudo com a gradativa valorização do açaí no mercado nacional, as atividades realizadas pelos membros das famílias intercaladas entre a colheita dos frutos, caça, pesca, artesanato, lazer orientaram a delimitação do tema e do local (Lariandeuá) para elaborar o projeto de pesquisa.

## **2.3 Por uma abordagem socioantropológica como eixo de análise**

### **2.3.1 Família, Trabalho e imbricações de Gênero**

Na vida social, cada família seja no meio rural ou urbano se organiza internamente de maneira diferente. Ao longo do tempo e do espaço, envolve diferentes relações no seu interior, abriga indivíduos com ponto de vista distintos, aspirações diferentes, “seja por sua condição biológica, seja por sua condição de gênero ou por sua posição na pirâmide etária” (Mota et al, 2011; Mota, 2014). Não existe um conceito único suficiente para abarcar todos os tipos de modelos que ela pode ter e também não pode ser vista como um todo homogêneo e não conflituoso BRUSCHINNI (1989).

Os estudos que se referem à família apontam o quanto defini-la é uma tarefa complexa (Lévi-Stauss,1983; Bruschini, 1989; Segalen, 1999; Fonseca, 2002; Mota, 2014; Bruschini e Ridenti, 1994). Nesse sentido, a família é um termo polissêmico com várias acepções, podendo designar tanto os indivíduos ligados pelo “sangue” e pela aliança, como pode ser vista como instituição que rege esses laços. Pode englobar grupo doméstico, mas não se restringe somente a este. Pode designar um grupo de parentes contendo agregados temporariamente, a família nuclear e aliados com os quais se partilha residência (SEGALEN, 1993,1999).

A Antropóloga Maria José Carneiro (1996: 339) em artigo intitulado a “Esposa de Agricultor na França” ao analisar as relações de gênero, focando a situação da mulher em uma aldeia dos Alpes no Sudeste da França, chama a atenção para a observação da unidade familiar como um elemento – chave na compreensão das transformações verificadas no meio rural na França, especialmente, nas relações entre os gêneros. Ela sustenta na pesquisa a ideia de que família não deve ser compreendida somente como um grupo socialmente estruturado

segundo as condições históricas e culturais que a cercam. É importante, considerar o conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais já que a família reúne indivíduos através de uma rede de relações que inclui como toda relação social uma parte ideal de pensamento ou de representação e os valores que dão sentido a essas relações.

Destarte, a discussão trazida pela pesquisa de Bruschini e Ridenti (1994) em que se propõem a demonstrar os fluidos limites entre conceitos como família, casa e trabalho foi relevante para dialogar com a situação das mulheres que vivem na comunidade de Quianduba, sobretudo para pensar: como é uma família nesse lugar? Quem vive nessas casas? Como elas existem, no âmbito da família? De acordo com as autoras, a representação de família dominante no Brasil, com o qual temos nos acostumado a pesquisar, refere-se em geral a um grupo composto por um casal e seus filhos (FONSECA, 1995), abrigados sob o mesmo teto, nos limites da unidade doméstica, onde, no “padrão” da organização do trabalho, cabe ao homem ser o provedor do grupo familiar e a prioridade das esposas aos cuidados com a casa e os filhos. Referências e proposições, aliás, que estudos mais recentes entre camadas médias urbanas, continuam a registrar, em que pese às mudanças na direção de uma maior equalização da posição e do desempenho dos membros do casal (HEILBORN, 2011; 1992MATOS, 2000; ESTUMANO, 2004).

Casa e rua apresentam-se como par inverso largamente discutido nas ciências sociais. A casa enquanto espaço feminino, e a rua, por oposição, o masculino (DAMATTA, 1985; FONSECA, 2004, SARTI, 2003). Nesse contexto, o trabalho fora da casa é considerado atividade inerente ao sexo masculino, pois possibilita a provisão do grupo familiar, conferindo maior valor social perante o trabalho doméstico tido como feminino e secundário, mesmo que na prática muitas mulheres das camadas populares (FONSECA, 2004) sempre estivessem trabalhando, embora sujeitas a estes ideais.

Para Sarti (2003) o pai assume a figura moral da família enquanto ele for capaz de atualizar a norma ideal. O homem assume a idéia de autoridade como uma mediação da família com o mundo externo. Economicamente estável representa o chefe da família. Se ocorrer da mulher trabalhar fora, esse trabalho é visto como “ajuda”, ainda que, represente a maior parte do orçamento doméstico, se comparado ao trabalho do homem. E, inversamente, o homem nas atividades domésticas somente “ajuda” nas tarefas da casa. No que diz respeito ao cumprimento do papel masculino como provedor, não figura, de fato, um problema para a

mulher, já acostumada a trabalhar. De acordo com a autora, o problema está em manter a dimensão de respeito, que é conferida pela presença masculina, mesmo quando sustentam economicamente suas unidades domésticas.

As autoras Bruschini e Ridenti chamam atenção para a necessidade de desconstruir esse modelo para que outras formas igualmente válidas não sejam consideradas incompletas ou desorganizadas, como bem lembra depois Fonseca (2004) ao se referir a dinâmicas familiares que divergem do modelo conjugal que “é frequentemente visto pela platéia como sintoma de inferioridade, desorganização social, ou atraso, como aquelas em que contam com apenas um dos cônjuges, entre elas as chefiadas por mulheres”. FONSECA (2004: 1).

Embora o estudo da tese não seja sobre o problema da “chefia” feminina ou de lares com mulheres provedoras (Silva, 2012), me vali de alguns referenciais sobre a existência de diversos aspectos que possam interferir em seu formato, transformando-as ou mantendo sua estrutura tradicional ou formação ao longo do tempo, como a pesquisa de Bruschini e Ridenti (1994) que consideram famílias como grupos sociais dinâmicos, que estão em constante transformação, em virtude de processos demográficos e socioeconômicos e que, portanto, pesquisar a família, segundo as pesquisadoras, requer, necessariamente, que o foco de investigação incida sobre determinado momento do seu ciclo vital- sem filhos, filhos pequenos, jovens etc.

As famílias são manifestação do seu contexto sociocultural, independentemente de seu formato, o qual atribui funções e papéis para homens e mulheres e organiza a estrutura e a dinâmica de suas relações sociais. Isto possibilita a revelação das diferentes maneiras que a organização familiar apresenta e com isso se defronta com a ideia equivocada de homogeneidade dos padrões familiares.

Os relatos de mulheres que exercem atividades econômicas no domicílio, apreendidos por Bruschini e Ridenti (1994) na cidade de São Paulo, demonstram que as famílias analisadas, independentemente de sua composição, raramente não extrapolam o espaço da casa. A casa constitui, mais do que o espaço de residência, vida cotidiana familiar e trabalho doméstico. Ela pode ser também um espaço de trabalho remunerado, no qual desenvolvem atividades econômicas, que mesmo quando são pouco constantes, representam ganhos adicionais e mesmo vitais para o grupo, como mostram também Anderson (2007). Maneschy (2001) e Álvares (2001) para a nossa realidade, entre famílias de pescadores no Pará, os quais,

neste sentido, são esclarecedores sobre a atuação das mulheres em atividades econômicas no que diz respeito à importância para a manutenção e reprodução do grupo.

O estudo de Anderson (2007), na pesquisa sobre a interseção entre as atividades realizadas por homens e mulheres na casa e na pesca em grupos domésticos em Icoaraci (distrito de Belém), identifica os arranjos instituídos pelos membros do grupo doméstico para garantir a manutenção da família. A autora diz que a realidade de uma boa parte das entrevistadas que trabalham em casa, mostra que o fato de permanecerem restritas ao espaço do lar e da vizinhança, onde estão cotidianamente, não significa imobilidade, pelo contrário, mostra outras atividades de renda que podem advir de outras maneiras de exercê-las como vendas (de alimentos, produtos de beleza), costuras, tecelagem de rede de pesca ou outras.

Maneschy et al (2001) mostra em pesquisa realizada no município de Vigia, no Pará, os arranjos na família para a produção do pescado e, do ponto de vista das mulheres, como elas recriam seu tradicional suporte da reprodução familiar quando ingressavam em outro ramo de atividade (serviço doméstico). Observou também que existem atividades que as mulheres realizam e que não são geradoras de renda imediata, mas são imprescindíveis para o processo de captura do pescado, destacando-se a confecção dos trastes de pesca (redes, covos, matapis) seu conserto e conservação, o beneficiamento do pescado (salga, secagem e armazenamento) e a venda do pescado. Seu trabalho serve, assim, de capital investido na pesca.

Nesse contexto, Wolff (1999:79) afirma que mulheres, trabalho e família são categorias “inseparáveis” quando queremos compreender a questão do trabalho feminino. É no contexto das estratégias familiares, segundo a autora, que ganham sentido as diversas atividades exercidas pelas mulheres, e que elas podem ser vistas como “produtivas” A autora, em sua bela etnografia sobre as mulheres do Alto Juruá, estado do Acre, no período de 1904 a 1945 observou que, embora as mulheres não fizessem parte, visivelmente, do esquema produtivo dos seringais, elas desenvolviam neles atividades que possibilitavam sua sobrevivência em um sistema do qual estavam excluídas ideologicamente. As tarefas realizadas<sup>54</sup> só passavam a ser atividades consideradas “peças-chaves” no momento em que

---

<sup>54</sup> Entre as várias atividades realizadas, destacam-se: “colher coquinhos para defumar a borracha, colher leite da estrada cortada pelo marido enquanto este vai caçar, criar galinhas que só são mortas em caso de extrema necessidade ou de alguma visita importante, costurar as roupas etc.” (WOLFF, 1999: 80).

se viam esses trabalhos como importantes para a manutenção da família e para a relação da família com o mercado.

Ainda neste caminho, a temática do trabalho feminino no extrativismo animal (pesca e coleta de moluscos e crustáceos) e vegetal (coleta de frutos, sementes, seringa entre outros) e na agricultura foi discutida em outros estudos de pesquisadores da região Amazônica e de outros lugares do Brasil, podendo ser evidenciado nas pesquisas entre famílias de pescadores como nos importantes estudos de Motta-Maués (1993 [1977], 1999), Maneschy (2001), Alencar (1993), Álvares (2001), Cardoso (1999); no extrativismo da mangaba, Mota et al, (2011, 2013); da seringa, Simonian (2009) e Wolff (1999), entre famílias que trabalham com o babaçu, Figueiredo (2005), Silva Neto (2012). Na agricultura, Ellen Woortmann (1992); Pacheco (1997) Paulilo (2004), Brumer (2004), Silva (2013), dentre outros, foram importantes para pensar as diferenças significativas na inserção da força de trabalho da mulher nas diferentes atividades.

O estudo conduzido por Motta-Maués (1993 [1977]) em uma comunidade chamada Itapuá, localizada, em Vigia, no Nordeste Paraense, onde as pessoas se dedicam à pesca e à agricultura, evidenciou o quanto as mulheres se envolvem ativamente no processo produtivo e, embora a sua atuação na agricultura seja considerada como uma atividade exercida em grande parte pelas mulheres, o homem também participa em larga medida, dessa atividade. A pesquisa mostrou que em vários âmbitos, tais como doméstico, econômico, religioso, político e o ritual são postos limites para a atuação social das mulheres e a posição mais importante, de direção, em geral, cabe sempre ao homem. A mulher é considerada como elemento de apoio, necessário, mas no cômputo geral de participação dos dois sexos, não é contabilizada. Os limites colocados para as mulheres se tornam mais evidentes na pesca, no poder e no xamanismo que são cruciais no sistema social e, entre os indivíduos das comunidades tradicionais, não podem de maneira alguma, de acordo com o tipo de interpretação e identificação feita pela autora, ser expostos à “desordem”, por isso praticamente são vedados às mulheres (MOTTA-MAUÉS (1993 [1977]: 21 e 188).

Outros elementos importantes para refletir as atividades exercidas pelo trabalho feminino, entre famílias de pescadores, estão no estudo conduzido por Cardoso (2007); sua pesquisa revelou como o trabalho de “catação” do caranguejo realizado pelas mulheres para o beneficiamento da produção e da massa direcionado ao consumo e comercialização, é

fundamental, tanto na produção da renda, quanto de aspectos ligados ao conhecimento para o manejo das áreas de manguezais - mas ainda assim convivem com a reduzida consideração de seus trabalhos.

No debate acadêmico tem se colocado que as concepções de trabalho produtivo e trabalho doméstico orientam o entendimento das relações econômicas e não econômicas na propriedade da família rural. Nas argumentações de Paulilo (2004), o conceito de trabalho produtivo foi elaborado para situações em que se dá a obtenção da mais-valia, ou seja, quando o trabalho restante é apropriado pelo dono dos meios de produção. O trabalho doméstico se definiria como aquela atividade que a mulher realiza na casa, mas em que não se obtém dinheiro para a propriedade. Nesse debate, Faria (2009) acrescenta que historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico<sup>55</sup>, cuja modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado. O fato de as mulheres realizarem várias atividades ao mesmo tempo dificulta e limita a avaliação do tempo gasto com as tarefas domésticas.

Nesse contexto, Paulilo (2004) enfatiza o quanto é complexo a separação entre trabalho doméstico e trabalho produtivo nas propriedades rurais. Desse modo o reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres em diferentes domínios ficam comprometidos.

Em pesquisa realizada por Paulilo em regiões distintas, em Santa Catarina e sertão da Paraíba observou aspectos de hierarquização e diferenças estabelecidas na divisão do trabalho entre homens e mulheres e identificou a distinção entre “trabalho leve” e “trabalho pesado”. O trabalho leve é sempre aquele reconhecido como feminino, aquele visto como o que as mulheres e crianças fazem; o segundo, contrariamente, é aquele de encargo masculino.

A autora, a partir da realidade observada naquelas regiões, percebeu que o trabalho é considerado *leve* ou *pesado* em função de quem o realiza e não pela natureza do trabalho em

---

<sup>55</sup> Segundo Faria (2009) “Duas características permanentes estão presentes no trabalho doméstico: altruísmo e afetividade. Isso explica por que uma mulher casada tem mais trabalho doméstico do que uma que vive sozinha, quando deveria se esperar uma diminuição da carga de trabalho em função da existência de dois adultos” FARIA (2009:19).

si. Tanto é que quando mulheres e crianças realizam o mesmo trabalho que o homem, entende-se que estão “ajudando”, não sendo reconhecidas e como também integrantes do trabalho produtivo (BRUMER, 2004).

Portanto, esta divisão entre trabalho leve e trabalho pesado somente existe no plano das representações sociais, o que não significa, evidentemente, um deslocamento em relação à realidade social, mas ao contrário, algo que dessa maneira como é pensado se atualiza nas relações e na posição de mulheres e homens. As mesmas situações foram encontradas nos estudos de Heredia (1979), as pesquisas de Maneschky (2001), de Motta-Maués (1993 [1977]) de Anderson (2007), na Amazônia, mencionadas anteriormente e de Sartre et al (2013) também que identificaram a idéia e consideração do trabalho produtivo feminino como “ajuda”, mesmo que as situações constatadas indiquem o quanto esse trabalho importa para a reprodução do grupo. Sartre et al, por exemplo, referem-se o quanto a presença da mulher é fundamental para a reprodução do campesinato no processo de migração para área de fronteira. De acordo com eles a sua ausência é desestruturante, pois a migração só tem sentido se for um projeto familiar. Afirmam: “Em torno do casal está construída uma norma de separação das esferas feminina e masculina, tornando difícil a vida para solteiros em tais áreas” (SARTRE et al, 2013: 109) .

Várias são as considerações relacionadas às lacunas nas orientações dos estudos sobre o trabalho e a invisibilização das mulheres na divisão sexual do trabalho. Há um esforço importante para a produção de conhecimento científico e político que tem direcionado para uma “refinação” do conceito de trabalho visando atingir suas outras dimensões. Os estudiosos da temática mulher e trabalho têm contribuído para o entendimento da realidade das mulheres que trabalham no meio rural e urbano. Motta-Maués (1999) destaca, nesse contexto as reflexões realizadas a partir das décadas de 70 e 80 – período que retrata o surgimento, desenvolvimento e as mudanças de rumo dos estudos sobre mulher e gênero.

Embora o estudo da tese tenha atenção maior nas mulheres, não posso deixar de considerar, as atribuições masculinas na organização da família, por isso a análise baseia-se na categoria gênero que se constitui um fenômeno histórico que envolve diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres, socialmente construídas (Cardoso, 2011). Tem o objetivo de desnaturalizar as categorias homem e mulher, no sentido de indicar uma rejeição ao determinismo biológico. Saffioti (1994) nos diz que trabalhar com o conceito

de gênero não se trata de negar diferenças entre homens e mulheres, mas de entendê-lo como fruto de uma convivência social mediada pela cultura. A noção de gênero não somente como uma construção sociocultural, é também como concebe Laurentis (1987) “um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição no sistema de parentesco, *status* na hierarquia social etc.) aos indivíduos no interior da sociedade” (1987 :5). Para ela, o gênero não existe previamente nos corpos e nas mentes humanas; é o efeito, nos corpos, de comportamentos e relações sociais obtidos através dessas tecnologias, que são sexuais, sociais e políticas.

Neste sentido, o conceito de gênero questiona o que é dado como natural e biológico, demonstrando que a diversidade de participação dos dois sexos nos diferentes âmbitos nas diversas sociedades, não se manifesta da mesma forma em todos os lugares; pode variar numa mesma sociedade ou em um grupo social.

Os estudiosos da questão de gênero têm mostrado que a divisão sexual dos papéis ou da posição social de mulheres e homens nada tem de natural: é uma construção social. A referência às formas como se organiza a divisão do trabalho entre homens e mulheres em vários segmentos da produção familiar, no meio rural é uma espécie de idealização, onde são concebidos para as mulheres os trabalhos voltados para a reprodução e para os homens as da esfera da “produção”. Essa divisão é fruto das representações sociais reforçadas e produzidas pela cultura (SARTI, 2003).

Scott (1990.) outra pesquisadora da categoria gênero, salienta quanto uma ruptura à fixidez desse modelo é necessária para nos possibilitar mostrar como mulheres e homens estão, ao mesmo tempo em todas essas esferas, só que a partir de seu papel social masculino ou feminino.

Nessa perspectiva vale lembrar a orientação de Silva (2013)<sup>56</sup>, em não ceder tão bruscamente a consensos que impedem o entedimento das situações vividas por diferentes mulheres. Em seu estudo sobre as mulheres e seu trabalho, na agricultura, sob a ótica de gênero/classe/raça/etnia percebeu mundos diferenciados entre homens e mulheres;

---

<sup>56</sup> Ver SILVA, Maria Aparecida de Moraes Camponesas, Fiandeiras, Tecelãs, Oleiras. A autora analisou as diferenciações de gênero no trabalho e a vida de mulheres na relação com a terra, os meios de trabalho e os homens.

contrapondo-se à homogeneidade e igualdade aparente. - a partir da esfera do trabalho que pareceu a ela “um bom caminho para o desvendamento de muitos elementos invisíveis” (2013:170).

### **2.3.2. Conduzindo os passos da pesquisa . . .**

Interessada pelas observações e vivência em Lariandeuá, procurei seguir três etapas não lineares: revisão bibliográfica, trabalho de campo (entre março de 2014 a janeiro de 2016) e tratamento e análise das informações. Ou seja, um diálogo permanente entre os autores e o trabalho de campo conformado em um percurso cíclico.

Inicialmente, realizei um levantamento de dados sociais, culturais, estatísticos econômicos e ambientais, tanto em suas perspectivas históricas, como atuais, através de consultas aos documentos oficiais (INCRA, IDESP, IBGE, EMATER, MORIVA, MMA) que envolvem trabalhos analíticos, material publicado em revistas especializadas, estatísticas e outros materiais que direta ou indiretamente foram pertinentes às questões tratadas.

Em relação às Ilhas de Abaetetuba, Pará e à região Amazônica em geral a leitura foi composta por um grupo de estudos que versam sobre experiência vivida em comunidades, cujas relações sociais estão imbricadas com o ambiente natural, num sentido material e simbólico. Destaco o estudo de Charles Wagley (1977) para minha descrição e compreensão do contexto da vida social na Ilha. Além deste, os estudos que integram o livro “Povos das águas”, organizados por Furtado, Lourdes G., Leitão, Wilma M. & Mello, Alex F; O estudo de Motta-Maués (1993 [1977]); Alencar (1993); Leitão (1996), Murrieta (1998), Azevedo (2014); Lopes (2006) Simoniam (2004); Anderson (2007); Sanches (2014); Mota et al (2008) dentre outros.

A coleta de informações junto aos grupos familiares foi norteadada pelos ensinamentos no exercício da investigação científica sob os aspectos cognitivos como olhar, o ouvir e o escrever tal como propõe Cardoso de Oliveira (1998) para trabalhar a apreensão de fenômenos sociais. Os ensinamentos de Geertz (1989 e 2003), a relação simbólica nos auto relatos narrativos, foram importantes para o processo de compreensão, uma vez que estes

exprimem subjetividades, além de apreender a riqueza das experiências individuais e coletivas relatadas pelos sujeitos pesquisados.

Nas primeiras incursões a Quianduba, correspondentes a duas viagens não realizei entrevistas com questionários fechados. Apenas me ative a conversas informais, mas com intenções batizadas pelo interesse temático, observações voltadas para as atividades das pessoas no dia a dia e a relação com o meio natural. Realizei conversas com “pessoas-chaves”, tais como agente de saúde e um professor da comunidade com o intuito de qualificar informações sobre as famílias e a dinâmica socioeconômica de Quianduba: mapear o número de pessoas e suas idades etc... As anotações das conversas eram realizadas num caderno de campo, às vezes na mesma hora ou depois.

Realizei entrevistas (em diferentes momentos) apoiada em um questionário com questões abertas relacionadas a dados sobre o perfil da família, sistema produtivo, distribuição das atividades domésticas e extradomésticas no cotidiano, as atribuições, divisão do trabalho e as ajudas mútuas.

Em cada entrevista procurava explicar os objetivos do trabalho que se tratava de uma pesquisa acadêmica. Realizei entrevistas com homens e mulheres: idosos, adultos e jovens, mas, dezessete mulheres (principais interlocutoras da pesquisa), individualmente, com o casal e com mais pessoas (quando não era possível realizar individualmente). A presença de algumas pessoas no momento da entrevista ajudou a estimular as lembranças de algumas informações por hora esquecidas.

As entrevistas eram realizadas em diferentes espaços: cozinha da casa, no espaço do lado da casa chamado de “puxadinha”, durante o deslocamento entre Lariandeuá e Abaeté, e também na sede do município de Abaetetuba. Todos os entrevistados permitiram que as gravações fossem feitas. Observei a vida local (atividades de trabalho e lazer) e anotava informações, além de fazer registros fotográficos.

Atenta aos ensinamentos de Goldemberg (2001: 56) de que a memória é seletiva, a lembrança diz respeito ao passado, mas se atualiza sempre a partir de um ponto do presente, desse modo, entrevistas com moradores mais antigos foram muito importantes neste trabalho. Permitiu nos situar as práticas de trabalho tanto passadas quanto presentes, o que contribuiu

para a compreensão, sobretudo, das formas de saber que são produzidas nesses processos de trabalho ao longo da história da comunidade do rio Quianduba.

O acompanhamento de ações promovidas pelo Programa Bolsa Verde (levantamento realizado pelo MORIVA) foi importante como fonte complementar de informações, para que se pudesse vivenciar como se expressavam os posicionamentos dos diferentes beneficiários, representantes de órgãos responsáveis pelo programa no município, posicionamentos no cotidiano - embora não se tratou, diretamente, de uma pesquisa sobre isso. Sempre que necessário, conversei com outros sujeitos sociais relevantes para obter mais informações e captar diferentes posicionamentos diante dos fatos narrados.

## CAPITULO III

### O “lugar” da pesquisa: Lariandeuá, Ilha de Quianduba.

A viagem até Lariandeuá (local de pesquisa) tem duração em torno de uma hora (podendo o tempo de viagem ser mais extenso devido às paradas na casa dos moradores embarcados ao longo do rio). A parada principal em Lariandeuá, situada numa espécie de um pequeno “trapiche” que dá acesso, no dizer de Castro (2008: 285), aos “símbolos coletivos” (escola, uma igreja, um posto de saúde, um barracão comunitário), as primeiras construções que se vê após o desembarque no “trapiche” que funciona como o porto da “comunidade” de Lariandeuá.



FOTO 2: Porto de entrada de Lariandeuá no rio Quianduba

Fonte: Waldiléia Amaral: registro de campo 2014.

Para se chegar do trapiche até as casas em Lariandeuá o transporte pode ser feito por todos os tipos de embarcações. A oscilação do nível da maré em diferentes pontos da ilha é variável. Por isso, quando ocorre a vazante da maré dificultam, em alguns trechos, embarcações maiores de seguir viagem até algumas residências. Nesse caso, alguns habitantes

de Lariandeuá utilizam-se de pequenas canoas a remo até o porto a que me referi anteriormente, conforme registrado na conversa que tive com Cláudia<sup>57</sup>:

[...] *Como sabemos o horário dos “rabeteiros” nós se organiza. Tem vez aqui que quando a água baixa muito - é dificuldade! Não tem que tá seco, torrado. No seco, na pedra só passa casco remando. rabeta grande não passa ou só se a pessoa sair empurrando.. É difícil eles entrarem pra cá. Tem um rapaz aí que vende gelo<sup>58</sup> para nós de dois em dois dias, às vezes ele nem chega aqui. Mas quando não, ele vem sem problema, combinamos antes. Agora quando tem que ir pra Abaeté, e não dá para passar, nós vai logo pra frente. De madrugada, pega a canoa, e vai mais pra frente, vai só no remo mesmo, perto da escola ou lá pra casa da vovó. A gente vai de casco mesmo, remando[...].*

Dito como se chega até a Ilha de Quianduba (capítulo II), mais precisamente até Lariandeuá; agora procuro apresentar aqui aquilo que Vale de Almeida (1995) chama de “visão exterior”, que envolve uma breve descrição da região como um todo e tenta dar conta de informações da estrutura local que possam ajudar a contextualizar a vida das pessoas que participam da pesquisa. Assim, algumas características geográficas, socioeconômicas e culturais serão apresentadas. Também, procuro “apanhar flagrantes, pedacinhos de vida por aí esparsos na ilha” no dizer da escritora paraense Lindanor Celina, em *Diário da Ilha* (1992: 44)<sup>59</sup>. Faço isso para compor um conjunto de situações observadas do contexto local e subsidiar aspectos das esferas da vida cotidiana<sup>60</sup> das famílias com percepções que podem observar, a partir de diversos ângulos, o objeto de pesquisa.

### 3.1 Localização

---

<sup>57</sup> Todos os nomes utilizados das pessoas que participam da pesquisa neste trabalho foram modificados para preservar a identidade dos mesmos conforme combinado durante as entrevistas realizadas.

<sup>58</sup> A pessoa citada mora em Lariandeuá e, como este, identifiquei durante a pesquisa de campo, um outro que realiza atividade de *freteiro*. Além de transportar pessoas também compra gelo em Abaeté e vende para outros moradores na Ilha. O gelo é vendido em sacolas de plásticos com variados preços dependendo da quantidade.

<sup>59</sup> Ver escritora paraense. *Diário da Ilha*, publicado em 1992 consiste de uma coletânea de crônicas literárias sobre a ilha de Skyros.

<sup>60</sup> De acordo com Heller (2008:32) são partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Para a autora o cotidiano é a vida de todos os dias e de todos em qualquer época histórica. O cotidiano fica presente em todas as esferas da vida do indivíduo.

O “lugar” onde desenvolvi a pesquisa de campo, para Hiraoka (1993: 134) compreende parte das “comunidades”<sup>61</sup> ribeirinhas que formam a chamada “região das Ilhas” de Abaetetuba. Está situada na parte oeste do município, na confluência do rio Tocantins com o rio Pará (Hiraoka, 1993: 134) e integram as florestas de várzea do estuário amazônico. Englobam uma área de, aproximadamente, 25.000 km<sup>2</sup>, compreendendo as ilhas do arquipélago de Marajó e as margens dos rios que compõem o estuário desde sua foz até o rio Xingu. Segundo os dados do MORIVA (2006 *apud* Ferreira, 2013), nessa região residem aproximadamente 43.000 habitantes de várzea geralmente referidos (nem sempre por eles mesmos) como *ribeirinhos*, “cujo modo de vida, trabalho, transporte, sustento, moradia, laços sociais e culturais está cotidianamente em interação com o rio” (CASTRO :2000).

Como sabemos uma Ilha, por definição<sup>62</sup> é uma “terra menos extensa que os continentes e cercada de água por todos os lados”. Essa noção se aproxima da realidade da Ilha de Quianduba que compõe o estuário amazônico<sup>63</sup>. De acordo com Lopes e Simonian (2004:15) no estuário, há influencia das marés e por isso as águas perdem a velocidade, favorecendo o depósito de sedimentos, o que explica a formação de inúmeras ilhas sedimentares e de um intrincado labirinto de canais interligados, de diferentes tamanhos. Destarte, a ilha de Quianduba (de 8.389,8 ha) é cercada por água e se situa ao norte com o Rio Piramanha e Furo Maracapucu; ao sul com o Rio Quianduba, Rio Maracapucu Miri e Furo

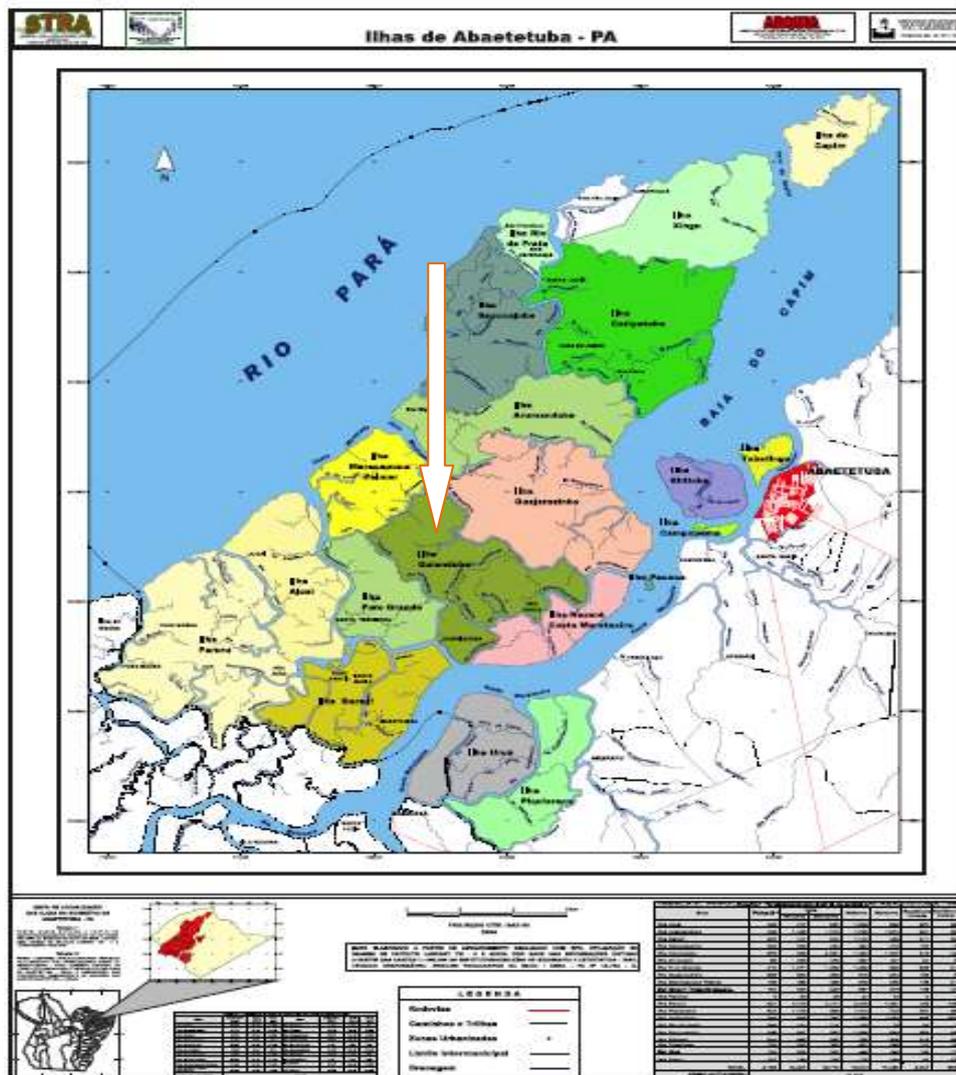
---

<sup>61</sup> Os assentamentos humanos da região das ilhas de Abaetetuba são comumente chamados de comunidades. Porém, reconheço que o termo “comunidade” possui múltiplos e complexos significados atribuídos à palavra. Entre elas, os de cunho político, religioso e as conotações emotivas que ela geralmente evoca como referência de pertencimento social (BAUMAN, 2003; WAGLEY, 1977: 125, NEVES 2005 e 2009; COWAN ROS, 2008; MAUÉS, 2010, AZEVEDO, 2014). No Brasil, desde a segunda década do século XX, essa denominação foi muito utilizados pelo movimento social e religioso católico designado Movimento da Teologia da Libertação para implementar as chamadas Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s (MAUÉS, 2010). A partir daí “no sentido social da evangelização” (Maués, 2010: 1) que os ribeirinhos passaram a denominar seu local de moradia como comunidade. Na região das Ilhas de Abaetetuba, segundo documento da CPT ( 2006: 14) existiam na década de 1980 cinquenta e sete CEB’s e todas elas são identificadas por nome de um santo. Entre elas a Comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Quianduba. Para efeito de entendimento na comunicação assumo o termo a partir das referências que os meus interlocutores reconhecem, o lugar, como nos ensina Geertz (1996) sobre a noção de *saber local*. Assim, ao longo do texto não me eximirei de explicar as situações de negociação de pertencimento que os moradores de Lariandeuca utilizam quando se identificam como “comunidade” do Rio Quianduba. Quando utilizo o termo “comunidade” corroboro com Azevedo (2014) quando se refere a um entendimento que retém, elementos políticos e de identidade.

<sup>62</sup> Ver mini dicionário Aurélio século XXI (p.32)

<sup>63</sup> O estuário do rio Amazonas compreende uma área geográfica de aproximadamente 242km<sup>2</sup>, situada entre o estado do Amapá, ao norte, e ao estado do Pará ao sul. No sentido leste-oeste, essa bacia estuarina se estende por cerca de 244.825,57km<sup>2</sup>, tendo como limite mais setentrional os estreitos de Breves. No sentido norte sul, a sua extensão alcança cerca de 200 km. Inúmeras ilhas de diversos tamanhos fazem parte da geografia física do estuário (PALHA e TOURINHO, 2009)

Japaraquira; ao leste Furo Maracapucu Miri e ao oeste pelo Rio Piramanha, Furo Tucumã e Rio Quianduba, pertencente ao município de Abaetetuba.



[...] O sistema patomográfico do município é importante: rios caudalosos cortam-no em todos os sentidos, formando ilhas aprazíveis e férteis, lançando-se uns nos outros e, por fim, no majestoso Tocantins, que aí forma as duas enseadas entre a ilha do Capim, as quais são conhecidas vulgarmente com enorme baía de Beja e baía do Marajó [...] Entre os rios do Município conta-se o Meruú, possante corrente d'agua, que nasce no município de Igarapé-miri, percorre-o em grande parte, comunica-se com o Tocantins pelos furos de Anapú, Mitipucu, Panacuera, Tucumanduba, Maracapucu e furo do Capim; com o Moju, pelo Igarapé-miri e Canal; recebe no seu percurso o Cagi, o Santo Antônio, o Tauará, o Acaraqui, o Abaeté, o Jurumã e outros pequenos rios, e lança-se no Tocantins, formando esse grupo brilhante de ilhas, que constitui uma parte do território de Abaeté, e em cuja extremidade está collocada a ilha do Capim, com o seu utilíssimo farol [...] MOURA, 1987 [1910]: 18 e 19).

### 3.2 Tempo de ocupação

A região das ilhas apresenta um processo antigo de ocupação e originam-se da miscigenação que se deu com a chegada dos primeiros europeus na região, especialmente de missionários Capuchinhos e Jesuítas, e com a criação da Companhia do Grão Pará e Maranhão chegaram os primeiros colonos europeus (Hiraoka, 1993: 137). Ao relacionaram-se com as populações indígenas remanescentes na várzea, cuja relação, segundo, Anderson (1992:102) deu origem à chamada cultura cabocla dos ribeirinhos da região, posteriormente, de escravos negros africanos, diversificando a composição étnica e cultural com a mistura dessas três etnias (índio, negro e branco). Após a década de 1760, com a expansão das atividades agrárias, escravos africanos trazidos para trabalhar no cultivo de cacau, café, arroz e cana-de-açúcar, e após 1870, a expansão da produção da borracha foi ampliada com a chegada de migrantes nordestinos que fugiam de longas secas no nordeste, especialmente vindos do Ceará (Hiraoka, 1993). Estes, chegados a partir do fim do século 19 e início do século 20 (Rocha, 2011) e sem falar das Imigrações de municípios próximos. Dona Isabel de oitenta e três anos do Furo Grande, situada na Ilha de Quianduba, confirma essa heterogeneidade cultural desse lugar:

*[...] Meu pai era descendente do Nordeste, quando veio para casar com minha mãe, já era rapaz e ela moça – filha de portugueses. E meu pai, veio morar para cá por conta da seca no Ceará que ocorreu por certo tempo e centenas de cearenses vieram para Belém, pra cá [...].*

A população da ilha de Quianduba está distribuída em doze comunidades. A comunidade do rio Quianduba como se convencionou a ser chamada pelos moradores, composta por Santa Maria, Lariandeuá<sup>64</sup> (local onde se concentra a pesquisa de tese), Furo Tucumanduba e Furo Efigênia. Embora, como disse antes, não tenho a pretensão de aprofundar a complexidade que os significados relacionados à categoria comunidade expressam, não posso deixar de citar algumas referências que as pessoas com as quais conversei informam quando mencionam o termo.

Na realidade os moradores dizem ser uma única grande comunidade. Segundo Sabourin (2009) esse é um termo bastante usado por expressar a ideia de localidade e de imediação, pois para ele geralmente “carrega as noções de parentesco, espiritualidade (religiosa) e compartilhamento de recursos” (2009:48). Isso é bem verdade em Lariandeuá, dentre as respostas, as que se transcrevem abaixo que exprimem parte dos significados, há uma ideia relativamente clara dos limites das comunidades, ora no sentido de manter as identidades de cada uma, ora quando se trata de remeter a uma organização formal que representa o grupo de vizinhos envolvendo parentes afins, consanguíneos e de compadres, como disse Seu Domingos:

*[...] Se eu estiver em Abaeté ou em Belém, eu digo que sou do braço do Rio Quianduba<sup>65</sup>. Eu não digo que sou de Lariandeuá. Eu falo só o nome do rio, mas quando eu vou tratar do “Projeto da Marinha”, aí nesse caso, eu já digo que sou da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Quianduba, porque envolve todo mundo o conjunto. É a família, os vizinhos (...) Agora aqui dentro não; a gente diz o nome de cada igarapé (Igarapé-açu, Lariandeuá...), porque todo mundo aqui se conhece [...].*

Por várias vezes, durante a pesquisa de campo, ouvi moradores dizerem que vão *lá na comunidade do Perpétuo Socorro*, onde se encontram a igreja, o posto de saúde, um barracão para as reuniões, um pequeno trapiche e a escola. Outra associação que fazem a pertencer a comunidade refere-se ao mecanismo de discussão e decisão coletiva de regras do uso do

---

<sup>64</sup> Nome de um igarapé do Rio Quianduba, chamado também por alguns como Larianduba. As ilhas, as comunidades são identificadas pelo nome do rio ou de um padroeiro/a. Esses rios diferenciam os moradores de cada localidade, como também, os moradores de uma mesma comunidade. Lembro que igarapés são braços estreitos de rios pequenos, médios ou grandes, geralmente possuem águas escuras e são navegáveis por pequenas embarcações e canoas. Caracterizam-se pela pouca profundidade e desempenham um importante papel como vias de transporte e comunicação.

poção. Como uma área delimitada de uso comum dos recursos naturais “o poção<sup>66</sup> é uma reserva comunitária” o que exclui os não moradores do Lariandeuá em relação à pesca.

A religião também é referida, frequentemente, utilizada como forma de pertencimento a uma comunidade, como diz este outro morador:

[...] *Pode-se chamar de comunidade para o nosso informativo lá fora, mas aqui dentro temos as comunidades: evangélica e a católica. Mas a gente sabe que no fim envolve uma população só, uma comunidade só. É o que serve para o nosso informativo lá na cidade, na hora de apresentação pro nosso bem comum, envolve todo mundo [...]*

Os moradores reconhecem que não cabe fazer a separação de uma representação ‘para fora’ porque traduz nas dificuldades de participar de algum projeto unificado, pois *aqui todo mundo é só família*, mesmo que haja conflitos caracterizados pela disputa de fiéis entre si. *O nome Lariandeuá é pra gente, não está em documento nenhum. Lá para fora é Quianduba. Nós usamos os dois documentos das duas comunidades para qualquer benefício: comunidade católica e evangélica cristã – Igreja Cristã Evangélica do Rio Quianduba.* Os moradores pertencem à religião cristã, são fiéis das Igrejas católica e protestante (Assembleia de Deus, Quadrangular e Deus é Amor). A igreja católica durante muito tempo teve seu trabalho pastoral nas ilhas, sem outras iniciativas religiosas concorrentes. Porém, especialmente em Lariandeuá, esse quadro vem mudando em Abaetetuba (Silva, 2013) É possível observar um grande número de *evangélicos* como diz esse morador: *Pra bem dizer de um tempo pra cá muito gente virou crente. Aqui pro nosso lado, [Lariandeuá] eu acho que a maioria das famílias é evangélica, mas no Rio Quianduba ainda é a igreja católica que domina, mas eu não sei até quando, porque tem muita gente virando crente.*

Uma situação semelhante foi observada por Alencar (2005) em pesquisa realizada em comunidades nas áreas de várzeas do médio rio Solimões, situadas no Estado do Amazonas. A denominação usada pelos residentes para comunidade pode variar bastante. Pode ser associada a um rio como referência geográfica que é “do domínio público”. Além disso, pode, também, se referir a uma área delimitada espacialmente (separada das residências) que se situam vários “equipamentos comunitários”. A afiliação religiosa, segundo a autora, parece

---

<sup>66</sup> É nesse local que habita seres sobrenaturais, como a *cobra grande* e onde as *casquetas* viram, conforme informo no Capítulo V.

ser a de maior força de pertencimento a uma comunidade, ainda que não seja tão nítida, quando se tenha mais de uma confissão religiosa.

Cowan Ros (2008) em um estudo realizado entre camponeses da Vila de Yavi, em Puna, na Argentina, apresentou variados significados da categoria nativa da comunidade que para aqueles indica: 1) um espaço geográfico de moradia e trabalho, a ilha; 2) um grupo de convivência, ou seja, o conjunto de vizinhos que coabitam em uma área e 3) uma entidade formal de organização e representação política dos membros de uma aldeia. Desse modo, o autor chama a atenção para o fato complexo que adquire o termo, “envolve diferentes significados ou entidades, tangíveis e intangíveis, que estão relacionadas entre si e associadas a normas e valores” (2008:45). De acordo com o autor torna-se necessário para se compreender o significado de uma considerar as demais

No dia a dia os moradores de Lariandeuá estabelecem uma divisão espacial local para lhes permitir situar-se; similar ao que fazem os moradores de Itapuá, localidade localizada em Vigia, no Estado do Pará, estudada por Motta-Maués (1993 [1977]:10). Estabelecem a divisão das comunidades da seguinte maneira: Baixo Quianduba, onde existem habitações construídas de maneira esparsa, sendo chamada de Furo Grande e Furo Efigênia; Médio ou centro Quianduba, onde se localiza (Lariandeuá/Uba) e ainda Alto Quianduba, como se referem à cabeceira do Quianduba. No “mapa” desenhado pelo morador pode-se identificar as estruturas mais definidas de mercado expressos como mercearias, ponto comerciais, padaria dentre outras. Especificamente em Lariandeuá há três mercearias, quatro olarias, um local de “fabricação “ e manutenção de *rabetas*.

No tocante às demais comunidades, conforme consta no PAE (Plano de Desenvolvimento do Projeto Agroextrativista do Assentamento Nossa Senhora do Perpetuo Socorro Abaetetuba-Pará) estas são chamadas de Furo Quianduba; Rio Maracapucu, Em suas margens encontram-se as povoações Sagrado e São José; Rio Maracapucu-Miri, incluindo as comunidades: Bom Jesus, Jupariquara e Furo Grande; Rio Ipiramanha; Cariá; Maracapucu Médio e Furo Tucumanduba. Este último representa a menor concentração populacional.



Figura 3: Desenho construído por Moisés Rodrigues. Adaptação de Waldiléia Amaral, 2014

Em Lariandeuca (*locus* da pesquisa) uma de suas características é o tempo extenso de moradia de seus habitantes. Embora não se tenha a data precisa, os moradores dizem ter mais de um século de ocupação. Esse tempo longo é confirmado por Silva et. al (2010) a respeito dos moradores da ilha que incluiu em sua pesquisa Lariandeuca. O autor confirma um número expressivo de pessoas com mais de vinte anos residentes no local, em 2007. Dos seiscentos que ele inquiriu, pelo menos 291 moram há mais de vinte cinco anos na ilha e chama atenção para as moradias mais recentes, que podem ser explicadas pela inclusão dos habitantes desse lugar no Programa de Reforma Agrária.

O período longo coincide também com as narrativas dos mais idosos de Lariandeuca e da geração atual (terceira e quarta geração de famílias) ao me informarem que seus avós e/ou bisavós moravam ou trabalhavam nesse lugar ou mesmo em comunidades vizinhas em diferentes tipos de atividades da agricultura e do extrativismo.

De modo geral, durante muitos anos a economia da Ilha de Quianduba concentrava-se na extração da seringa e de várias espécies madeireiras usadas como lenha, a cana-de-açúcar e as olarias.

### **3.3 “No início era um beiradão cheio de roçado”: famílias, tempo de moradia e a dinâmica socioeconômica**

A comunidade de Lariandeuca é composta por pessoas que são parentes entre si. No geral, nascidos no mesmo local ou em outras localidades da Ilha. Segundo as pessoas com as quais conversei, até pouco tempo tiveram poucas oportunidades e condições de estudo devido não ter escola no local. Os terrenos que hoje ocupam são provenientes de compras e de herdeiros. Os mais idosos relatam que no início da ocupação os próprio moradores demarcavam a terra para trabalhar sem disputas, no sentido de não ter preocupação em delimitar e titular propriedades, ainda que houvesse um proprietário de engenho que empregava vários homens e mulheres para trabalhar nos seus roçados.

Os moradores sabiam dos limites de cada área ocupada, isto é, reconhecem o direito de morar e de usar os recursos naturais. Embora os terrenos não sejam delimitados fisicamente, são reconhecidos por todos. Dizem que havia maior disponibilidade de recursos no tempo dos primeiros ocupantes, permitindo-lhes arrecadar um grande pedaço de terra e, assim, previa-se

o acesso à terra aos filhos que depois *foram povoando, um convidava o outro*. Essa situação foi constatada por Loureiro (2004), quando estudou a história de ocupação da região Amazônica. A autora chama atenção para o fato de que até o final dos anos de 1950, grandes extensões de terras rurais na Amazônia constituíam de "bens livres" do ponto de vista de serem trabalhadas sem disputas por pequenos moradores naturais da região que não possuíam titulação de terras. Evidencia que naquele ano apenas 31.5% da população da Região vivia nos centros urbanos. Mas todos viviam à beira dos rios, seja em cidades, vilas, povoados, em grupos de duas ou três casas, ou isolados na mata conforme aponta Seu Domingos (78 anos):

*[...] No início eu não sei te contar. Eu nasci aqui, mas quando eu me entendi, eles já eram moradores há tempo; muito deles trabalhavam com a cana, além do sua lavoura de sobrevivência, do seu camarão, da sua caça.... Isso aqui era um beiradão cheio de roçado. O rio foi se abrindo com o tempo. Eu morava com meu pai aqui e quando eu casei eu morei com ele. Aqui onde eu moro há 47 anos, era de outro dono [família Ribeiro] nós compramos uma parte do terreno dos herdeiros [...]*

Dona Joana (83anos) filha mais velha de uma família de onze irmãos me conta que já casada veio de outra localidade da ilha não para a casa atual, mas do sogro, que há tempos morava em Lariandeuá:

*[...] Olha, eu me lembro...o que tá na minha memória...Quando nós viemos morar pra cá, a gente só tinha um filho. Eu estava gestante do segundo. ... Quando eu vim pra cá, a modo que já tinha uns três meses de gestante do segundo. Eu morava bem ali [referindo-se a casa ao lado]. Do outro lado [do igarapé] naquela casa já moravam dois moradores que era o sogro da minha filha e o pai dele [do marido]. Também, eu tinha dois tios que moravam aqui. Antes, a gente morava em Igarapé-açu [comunidade vizinha] com os meus pais. E os meus avós moravam numa comunidade aqui perto. E foi lá que fui nascida e fui criada: em Igarapé-açu. Aí, ele veio [marido] roçou e fez nossa casinha, forrou com palha e soalhou com caxiúba. Mas, antes eu fui morar na casa do pai do meu marido que já morava nesse mesmo igarapé mais adiante. .Eu tinha um cunhado já que morava ali na boca do outro igarapé que tem pra ali. O meu filho, o mais velho completou, paresque [parece] sessenta anos em abril. Então a gente completou sessenta anos morando aqui [...]*

Segundo Goldemberg (2004: 56), a memória é seletiva, a lembrança diz respeito ao passado, mas se atualiza sempre a partir de um momento do presente. Um comentário como o de Maurice Halbwachs (1990) e Ecléa Bosi (1994 [1979]), aqui é muito enriquecedor sobre a memória. Halbwachs pensa em uma dimensão da memória que envolve o plano individual, acredita que as memórias de um indivíduo nunca são só suas e que nenhuma lembrança pode

existir independente da sociedade. Assim as memórias são construções dos grupos sociais, são eles que ordenam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada.

Portanto, nada na memória escapa à trama sincrônica da existência social do presente. Ela reconstrói o passado e com o desapego dos fatos de uma temporalidade linear que faz parte da própria reconstrução. Bosi, por sua vez, acredita que o modo pelo qual o sujeito vai misturando na sua narrativa memorialista a marcação pessoal e, assim, “a memória grupal é feita de memórias individuais”.

As rememorações selecionadas não são cronologicamente precisas, constato que nas lembranças, por exemplo, algumas histórias comuns, sobressaem, sob a forma de temporalidades diversas, relacionadas ao uso do solo e da história desse lugar são acionadas. Entre essas histórias destacam-se: “do tempo dos engenhos de cana, do tempo que tinham muitas olarias”. Falam do surgimento de um ‘mercado’, nos últimos anos, para o açai. Reporto isso ao longo da tese às formas de ocupação, às mudanças que ocorreram na economia do local, às famílias *mais antigas* da comunidade, ao trabalho que desenvolviam em torno, principalmente, da cana de açúcar e/ou das atividades oleiro-cerâmica que estão nos relatos das pessoas e se constituem em fragmentos significativos para cada um dos narradores.

Seu Domingos de setenta e oito anos lembra, quando era criança, com a idade entre dez a onze anos acompanhava o pai no trabalho diário nos roçados, através da venda de mão-de-obra no engenho: *Eu me lembro que quando eu ia ajudar meu pai no roçado. Via que os avós da família Ribeiro e do Pacheco moravam aqui... Lembro de ter umas três casas.* Esse outro morador, descendente da família Vilhena, acrescenta: *Moravam poucas pessoas aqui, umas três, quatro casas que era o seu Benedito Ribeiro (Barbado) ali na esquina. A velha Pacheco mais adiante. Miguel Picaíca [da família Ribeiro] e Zeca Teodoro - irmão do meu avô, moradores que tinham nessa beira. Depois os filhos foram casando e povoando.*

Identifica-se também na fala dos moradores que atualmente há um redimensionamento, em Lariandeuá, da relação entre as unidades familiares e o acesso à terra:

[...] *No rio Quianduba, nos tempos dos antigos, os velhos tinham muita terra, muita terra mesmo. Agora não. É um em cima do outro, como a senhora pode ver. Uma parte veio de lá de Igarapé-açu [daqui mesmo] . A primeira geração, do tempo do velho Barbado que é a mesma geração do meu pai, tinha na época uns quatro moradores aqui [referindo-se a Lariandeuá]. Bem ali na boca. Depois que nós veio*

*(viemos) pra cá para essa terra que era do meu pai. Isso é herança. Podia limpar o terreno e mesmo que não morasse aqui, nenhuma família vinha tomar posse, porque tinha muita terra nessa época. Aos poucos foram chegando as famílias, os filhos [...]*

Essa é uma prática comum em áreas de povoamento antigo como uma forma de proporcionar condições para garantir grupo de parentes na localidade. Ou seja, “persiste a ideia da família como um modelo que comporta relações de proximidade, com laços que permeiam a vida doméstica, o trabalho e a vida social” como nos fala (MOTA, 2014: 298).

Os relatos mostram uma movimentação para Lariandeuá, principalmente de segmentos das famílias mais antigas entre as comunidades vizinhas: Igarapé-açu [mais antiga], beira do Rio Quianduba, Maracapucu, Tucumanduba. Nas narrativas são evidenciadas as famílias: Vilhena, Pacheco, Rodrigues e Ribeiro. Das quatro famílias parte dela foi vendendo as terras saindo e se *espalhando* pela ilha e para outros lugares do Pará. Entre as quatro famílias os descendentes da família Vilhena foi o que mais migraram para fora da ilha apenas uma pequena parte continua em Lariandeuá, conforme conta Seu Rosaldo, que é quem comprou, depois de muito tempo, uma parte do terreno da família Vilhena em Lariandeuá para dividir com os filhos. É claro que, efetivamente, há em Lariandeuá outras famílias/parentelas que foram chegando e se misturando, mas elas quase não aparecem nas narrativas e comentários a respeito do lugar.

Quando inquiridos sobre os primeiros moradores em Lariandeuá todas as pessoas com as quais conversei são enfáticas a apontar aquelas quatro famílias como pioneiras, a partir dos laços de parentesco; enquanto “donos” iam trazendo alguém da família, que passa a viver na mesma área. Outra forma, identificada por Silva et al (2010) no Rio Quianduba, está relacionada com a decadência da borracha e da cana-de-açúcar, quando os moradores ficaram com os terrenos, através do sistema de “inquilinato”. O autor refere-se a “um sistema de parceria” em que um pretense proprietário e posseiro, mantém “de favor”, com trabalhadores agroextrativistas em suas áreas ocupadas exigindo, em troca, metade de toda a produção do imóvel, exceto criação de pato, galinha e pesca com matapi. (2010: 1 e 2).

Os dois diagramas (representados nas figuras 3 e 4) servem para exemplificar duas famílias: Ribeiro e Vilhena reconhecidas pelos moradores entre as mais *antigas* de Lariandeuá. Embora não represente todas as quatro identificadas pelas pessoas que participam da pesquisa, e muito menos a complexidade real de cada uma, nos ajuda a estampar o

movimento dos indivíduos da ocupação de Lariandeua e daqueles membros que não residem mais no local. Ajuda, ainda, a revelar a composição de algumas unidades domésticas, das quais tratarei no capítulo seguinte.

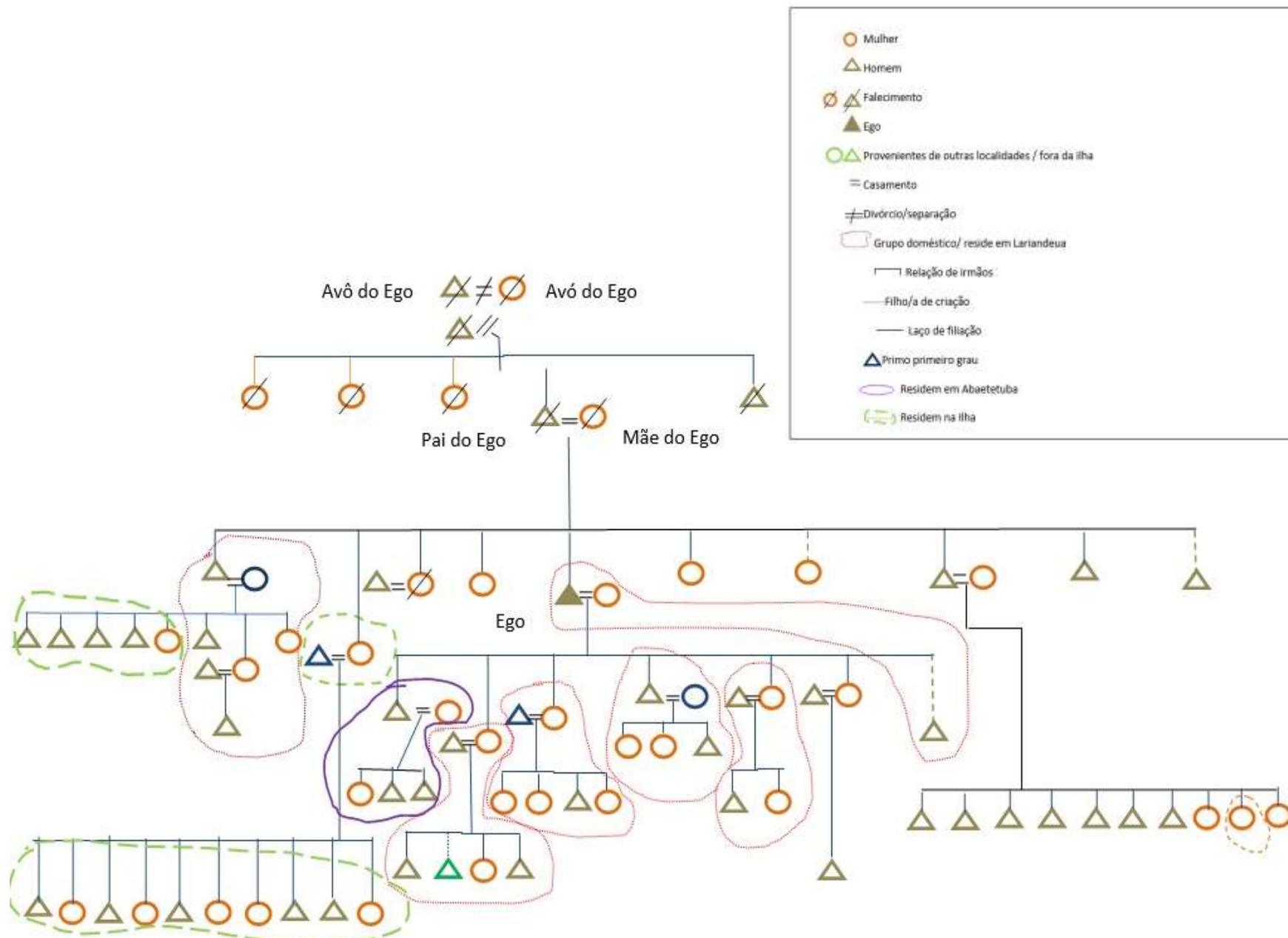


FIGURA 4- Diagrama da Família Ribeiro  
 Fonte: Waldileia Amaral. Pesquisa de campo/2015

O primeiro Diagrama é de Manuel Apolinário e Maria Marcilênia Negrão por quem passa o domínio da herança da terra em Lariandeuá a seus descendentes. Seu Manuel foi o segundo marido de Dona Maria (viúva). Quando se *juntou* a ele, residia no Furo Grande com seus pais e as três filhas do relacionamento anterior. Decidiram ir morar em Lariandeuá, temporariamente, na mesma residência dos pais dele até construir sua própria casa, situada às proximidades da casa da família Vilhena. Da contratação do casamento tiveram dois filhos: Benedito e Antônio. As famílias já estabelecidas vão incorporando novos membros. Benedito casou com Celecina, nascida em outra localidade da Ilha, filha de uma família numerosa, cujos irmãos trabalhavam com extrativismo e roçado, principalmente de cana de açúcar. Eram conhecidos por ajudar a organizar as novenas de santo e as festas profanas da Ilha, junto com Antônio (irmão de Seu Benedito) que, aliás, era o mordomo das festas em Lariandeuá. Na casa da família Ribeiro havia uma capela e, ao lado da casa, havia um pequeno barracão onde as festas corriam 'soltas por lá'. As novenas eram realizadas às noites do mês mariano, juntando gente da redondeza e onde, também, acontecia a festa tradicional em homenagem à Santa Maria quando recebiam pessoas de várias partes da ilha.

Os pais de Benedito, que organizam a mudança do casal, estabelecem a moradia próxima dos demais familiares. Dessa união, tiveram oito filhos (quatro homens e quatro mulheres). Além dos filhos, adotaram uma sobrinha afillhada do casal, de nove anos, como uma forma de amenizar a situação de sua cunhada, já que seu irmão havia falecido e a mãe ficara com outras sete crianças (três meninos e quatro meninas). Mais tarde, um sobrinho, filho da irmã de Celestina, passou a viver com eles, por conta da separação dos pais que foram morar em outro lugar. A irmã de Dona Celestina levou com ela três filhos.

Dois dos filhos de Celecina se mantêm até hoje com seus descendentes em Lariandeuá. Os demais, por conta de alianças matrimoniais estabelecidas na área, foram se espalhando, mas todos na ilha de Quianduba. Seu Rosaldo (Ego) casou com Dona Socorro e tiveram seis filhos, todos casados com pessoas de Lariandeuá e de outros lugares da ilha. Duas das filhas casaram com primos de primeiro grau (pela parte materna) e residem em Lariandeuá. As demais casaram com pessoas que moram em Lariandeuá, exceto o filho mais velho que mora em Abaeté com a esposa e três filhos. A família da esposa morava em Maracapucu e migraram todos para Abaetetuba. O outro filho casou com uma moça nascida em Belém. Porém, sua mãe nasceu em Lariandeuá, descendente da família Vilhena e reside ha

anos em Belém. Pode-se desprender da Figura 3 a maioria dos membros da família permanece na ilha.

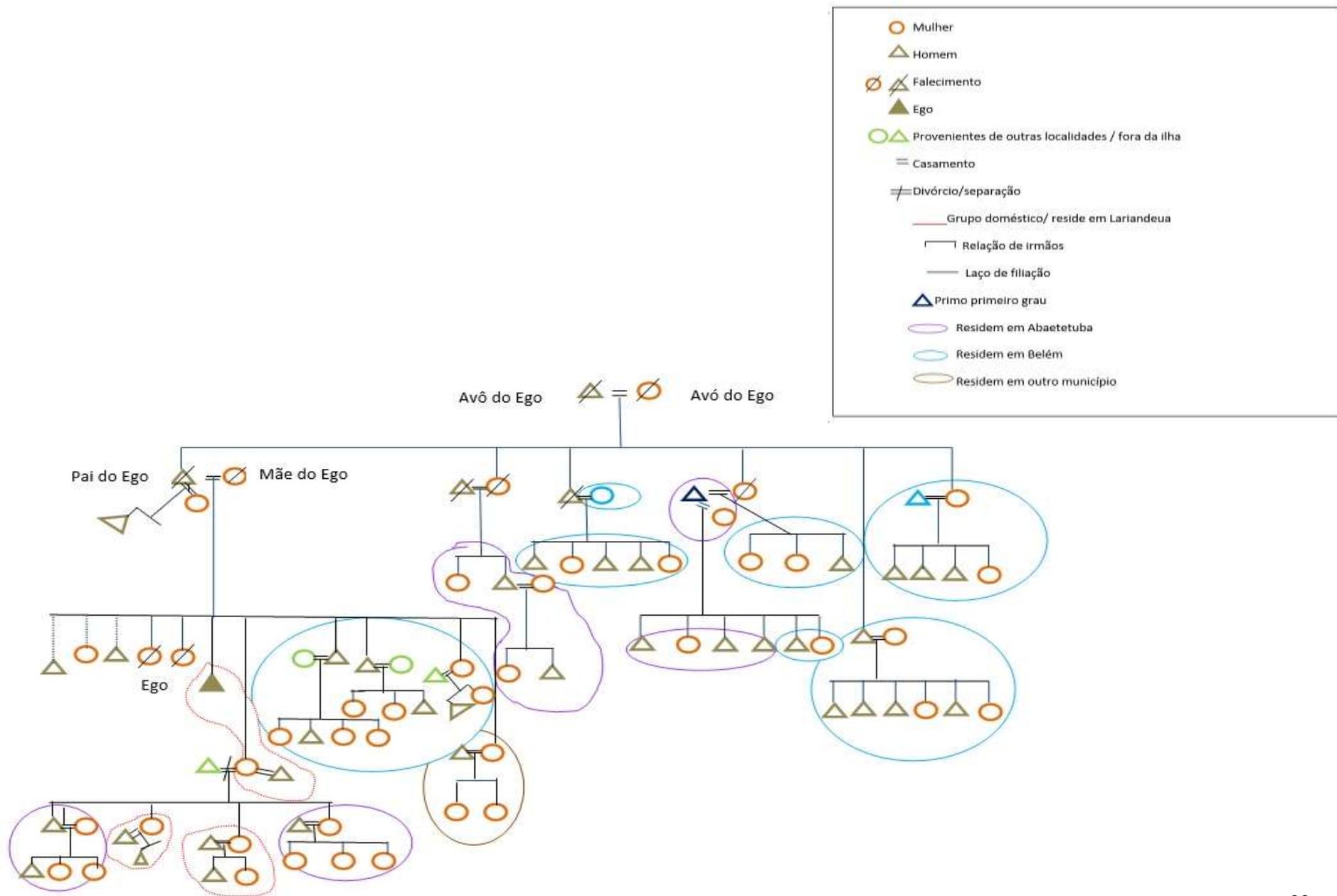


FIGURA 5: Diagrama da Família Vilhena  
 Fonte: Waldileia Amaral. Pesquisa de campo/2015

Os relatos a seguir são referentes à família Vilhena (Figura 4) e foram dados por um neto de Seu Venâncio, o qual guarda algumas referências das gerações que se formaram nesse lugar e a linha de transmissão da terra passa aos descendentes atuais em Quianduba.

De acordo com o neto, seus avós Francisca Rodrigues e Venâncio Ferreira Vilhena nasceram na Ilha, em localidades diferentes. Seu Venâncio era dono de um Engenho chamado São Pedro no início do século XX, situado ao final de Lariandeuá. O casal teve seis filhos (três mulheres e três homens). Todos eles, quando casaram, residiam em Lariandeuá, próximo da casa do pai, exceto o mais velho, que recebeu do pai um espaço doado de parte de uma casa de vivenda, coberta de telha (segundo o neto estilo uma fazenda) próximo onde se situa, atualmente, a igreja e o posto de saúde em Lariandeuá (aliás, espaço doado pela família para a construção da igreja). O filho mais velho que falo, é pai de meu informante, Seu Carmelindo casado, com Dona Leodina. O marido trabalhava com o Seu Venâncio e era um comerciante responsável pelo abastecimento local com produtos de consumo e, assim como os demais filhos, trabalhou no Engenho.

Seu Carmelindo com Dona Leodina estabeleceu residência na vivenda após o matrimônio. Aos sete anos de convivência tiveram o primeiro filho, nesse intervalo dona Leodina engravidou, porém perdeu antes mesmo de completar dois meses de gravidez. A cunhada de Dona Leodina se enforcou deixando duas crianças (um menino e uma menina) e Dona Leodina pediu para criar a menina, o seu irmão (viúvo) levou o menino com ele para Abaeté, mas pouco tempo depois pediu que Dona Leodina o criasse. O casal teve oito filhos (cinco mulheres e três homens) depois que estava com as duas crianças, além de homem agregado que ajudava nas tarefas de Seu Carmelindo. A existência de mais dois engenhos faz parte da memória dos moradores. O neto me conta (mesmo ainda menino) de como era a vida de trabalho nesse lugar:

*[...] Eu me lembro de quando dei por mim eu morava em Abaeté e meu pai vinha trabalhar durante a semana e voltava no sábado... Eu era menino. Mas lembro de quando a gente vinha para cá... Eu lembro de uma fazenda, que criava bode, carneiro, gado [...] Na época, tinha o Engenho de São Pedro, que era do meu avô. Existia o Engenho de Santa Maria e, na boca do rio, havia o Engenho Santo Antônio. Nos engenhos existiam muitos trabalhadores. Eram como escravos. Amanheciam, todos eles, na ponte esperando para ir pro mato homens e mulheres, preparados em equipe para ir capinar roçado, cortar o arroz, quebrar milho e cortar a cana – meu avô morava no fim de Lariandeuá. Eu me lembro de que os*

*empregados passavam agindo [remando], porque naquela época não tinha motor (...) O meu avô, antes do Engenho, ele tinha uma enghoca, moía cana, não era feito de sarrilhos e os bois, amarrava nos bois, para virar para fazer o açúcar. Ele tinha uma prensa e se beneficiava algodão, óleo de cozinha... O meu avô era cooperado na cooperativa. Aí.. parte da aguardente era levada para cooperativa que recebia que essa aguardente para engarrafar e transportar e repassar para os industriais e outra parte ele vendia dentro da ilha [...]*

Uma referência ressaltada na sua narrativa diz respeito à lembrança da participação das mulheres em várias atividades dos Engenhos de cana de açúcar. O neto conta que algumas mulheres trabalhavam ‘acompanhando’ o marido no engenho dos avós em atividades de preparação da comida ou da capina dos roçados. Refere-se a uma mulher *da cabeceira do igarapé* de Lariandeuá que ‘acompanhava’ seu marido na capina do roçado de cana, que mesmo depois do falecimento do marido e com filhos pequenos continuou prestando serviços para o avô de capina roçado de cana e *apanha* do cacau. O beneficiamento do tucumã, do óleo de cozinha e do algodão eram atividades realizadas *debaixo da casa* (no ambiente doméstico) onde se concentravam as mulheres, acompanhadas de dois homens, crias do seu avós, afirma o neto para me dizer que, embora, se trata de atividades executadas, principalmente, por mulheres, elas trabalhavam em outras atividades consideradas como atividades masculinas nos roçados da cana.

Como dito antes a oscilação nos preços e mercados foi responsável por ciclos de ampliação e declínio da cana de açúcar, segundo Hiraoka (1993). Durante o auge da cana de açúcar, entre as décadas de 1960 a 1970, o número de engenhos aumentou. Anderson (1992: 108) com base nos dados de 1970 do IBGE relata da importância que o sistema de produção da cana-de-açúcar alcançou (somado à produção de Igarapé-Miri e Abaetetuba) no período de auge que representou 90% da área plantada no Estado. Quinze anos depois, o ritmo de produção não se manteve. Ao final da década de 1980, segundo Hiraoka, começaram a diminuir o número de engenhos. Fatores, como as relações de trocas obsoletas entre os produtores e proprietários de engenhos, a legislação trabalhista, altas taxas de inflação, a política açucareira do Instituto do Açúcar e do Alcool e a comercialização em massa pelos produtores do Nordeste e Sudeste após a construção e pavimentação da rodovia para Belém, contribuíram para o rápido declínio.

Para garantir sua manutenção, os moradores das ilhas continuaram trabalhando com atividades de criação de aves e porcos, a caça, a pesca e a extração de alguns produtos abundantes na floresta de várzea (sementes de árvores, como fontes de azeite, cera e sabão) a serem comercializados localmente para obter produtos manufaturados.

Diferentemente dos descendentes dos Ribeiro, boa parte dos Vilhena migraram para Belém e Abaeté com o intuito de ampliar os estudos dos filhos e de conseguir estabilidade econômica com a obtenção regular de salário, em contraposição à instável da produção do engenho da família que se encontrava em decadência. Atualmente somente o neto e sua irmã (com os filhos casados) moram em Lariandeua os outros irmãos estão espalhados em Abaeté e Belém, conforme mostra a figura 2.

Os motivos da migração desta família podem ser esclarecidos, em parte, pelos argumentos apresentados por Anderson (1992) e Nahum (2011) apontando que durante a década de 1970 alterou-se drasticamente a organização do território e a espacialidade do município com a abertura de rodovias, principalmente a PA-150 e a decisão do Governo Federal de implantar o Complexo Albrás/Alunorte (IDESP,1991). A dinâmica econômica regional desencadeada a partir dos grandes projetos, sobretudo os impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) influenciaram no modo de vida ribeirinho, desencadeando escassez do pescado, êxodo rural, associado aos processos de periferização de Abaetetuba. A chegada daquela hidrelétrica influenciou, ainda, na ampliação do mercado informal no município, estabelecendo um novo padrão de reprodução do capital, considerando que foi construído primordialmente para fornecer energia para os grandes projetos minero-metalúrgicos instalados em municípios vizinhos, como Barcarena. (NAHUM, 2011).

### **3.4 Os engenhos, as olarias e o tempo da valorização do açaí**

Através das informações fornecidas pela literatura (Hiraoka, 1986; Anderson,1992; Leitão, 1996; Machado, 2005; Silva et al, 2010; Nahum, 2011) e pela população mais idosa encontram-se presentes nas narrativas as alterações nas paisagens e a produção das atividades econômicas das ilhas. Em tempo passado, a ilha constituiu-se de um grande *locus* de proprietários de engenhos para a produção de cachaça, além do milho, arroz, algodão e de,

outras culturas de subsistência associadas ao extrativismo animal e vegetal. Um destaque feito por Hiraoka (1993) e Leitão (1997) refere aos produtos advindos das florestas de várzea, entre os quais, a exploração da “seringa” (*Hevea brasiliensis* L.) e de várias espécies madeireiras usadas como lenha vendidas para Belém e para produzir pão (padaria) e a energia termoelétrica. Com a queda no preço da borracha e o com o uso de combustível pela Paraelétrica, a demanda por lenha diminui, simultaneamente, com a expansão urbana após 1960, especialmente, em Belém, proporciona aos ribeirinhos, a comercialização do peixe e camarões de água doce em vez da seringa. Nesse contexto, vários moradores da ilha inseriram-se na economia de mercado diante de um mercado consumidor também crescente (LEITÃO, 1997).

A cana-de-açúcar era o produto comercial mais valorizado nos roçados das várzeas das ilhas, provocando a conversão de florestas primárias e secundárias. Dona Joana uma moradora antiga de Lariandeuá, diz da dinâmica de trabalho dela e as relações e condições de trabalho nos canaviais, marcadas pela exploração dos *engenheiros* sobre os trabalhadores:

*[...] Trabalharei muito com a minha vó. Trabalhávamos muito no corte da seringa. Quando a minha vó cortava seringa pra defumar as borrachas, ela preparava aquelas goma grande, parecia um remo. A gente só parava para tomar o mingau que a mamãe mandava atravessar do outro lado do rio e aí a gente acabava, deixava a vasilha pegava o balde e voltava a trabalhar. A gente chegava do corte da seringa cansada, mas eu era bem nova, acho que tinha uns oito para dez anos, eu era carregadeira de paneiro. Era tiradeira de sarnambi. Eu era a primeira filha eu trabalhei muito com a minha vó ajuntava o caroço do mucuim tudo era os comerciantes que encomendavam. A minha vó era “fazendeira” de panela de barro....Também, trabalhei muito tempo na cana como trabalhadeiras do roçado da capina. Eu já era moça e trabalhei na soca da cana. A gente não via dinheiro. Era tudo no caderninho...no final era a gente que devia [...]*

A produção da cana-de-açúcar baseava-se em processos em que se empregavam muitas pessoas, às vezes um número importante de membros de uma mesma família. Duas formas para esse processo ocorriam pelo sistema de meia, isto é, faziam os contratos verbais da meação, onde os “patrões” aportavam com os recursos e os canavieiros com sua roça e serviços e ganhavam parte da produção desses canaviais, que revendiam para os próprios donos dos engenhos dos contratos de meação. Esse senhor de Furo Grande me diz não ter participado do sistema de aviamento, pois trabalhava individualmente e da dificuldade de quem trabalhava para os *Engenheiros*:

*[...] Quando eu comecei trabalhar na lavoura por minha conta eu fazia e vendia diretamente ao Engenheiro. Não trabalha para ninguém – não era aviário de ninguém. Em Lariandeuá havia apenas um engenho, do Seu Venâncio, eu vendia meu produto pra ele... Quem não tinha condições de fazer o roçado, pedia auxílio para aviar até amadurecer. Tinha a mercearia do Engenho, era farinha, mantimento, açúcar, café, jacaré, peixe seco, peixe liso, era servido de coisas básicas. Quando vendia a cana descontava, tinha gente que não conseguia pagar com o roçado.[...]*

No passado, Lariandeuá foi a localidade mais importante num grande número de olarias voltadas para a produção de telha e tijolos. Hoje, essa atividade é menos marcante que há alguns anos. A atividade oleiro-cerâmica, ainda presente na comunidade do rio Quianduba, surgiu em meados do século XX. Vários moradores reconhecem Antônio Barbalho (falecido) como o primeiro oleiro no rio. Iniciou com a produção de pequenos utensílios usados no carregamento e armazenamento de águas dos rios. Mais tarde, ampliou a produção com a confecção de potes que serviam de depósitos de mel da cana, como também tigelas para recipiente do leite de seringueira, panelas, torradores de café e cacau e o alguidares para amassar o açaí. Com a expansão dos engenhos, abriu-se a possibilidade de aumento da densidade demográfica na região como um todo e impulsionada também pelo surgimento de novos processos de trabalho, principalmente, com a implantação do Projeto ALBRÁS que em Barcarena, ocasionou o crescimento acelerado da população e nesse contexto surgiram e/ou ampliaram olarias com a produção de telhas e tijolos para as construções de casas. Especificamente em Lariandeuá, a atividade oleiro-cerâmica se intensificou o que lhe forneceu o “status” de centro econômico das Ilhas de Abaetetuba. (Rodrigues, 2013). Durante estada em campo das quatro olarias, atualmente, resistem apenas três.

A atividade é caracterizada pelo emprego de tecnologia local (nativa), com predominância de processo manual e organização produtiva de base familiar, fabricação de tijolos, telhas e artefatos de barro para uso doméstico e ornamental (potes, filtros, alguidares, vasos, bocas de fogão e pequenos objetos decorativos). Essa produção tem presença marcante na primeira metade do século XX, no que se refere à economia do município de Abaetetuba. O auge da indústria oleira na Ilha Quianduba ocorreu entre 1982 e 1995, quando existiam 150 empreendimentos, contrastando com as 20 de 1967 e as 60 de 2005. A produção oleiro cerâmica atualmente é pouco presente na comunidade; de aproximadamente trinta e cinco

olarias ao longo do rio Quianduba que funcionavam a pleno vapor em meados de 1990, apenas vinte estão funcionando e em condições precárias (Rodrigues, 2013). Especificamente em Lariandeua apenas quatro funcionam.

### 3.5 Ecologia e Paisagem atual

Tomando como critério o ambiente local, a Ilha de Quianduba está caracterizada como de várzeas flúvio-marinhas do estuário do Rio Pará (Lima, 1976) por terras sujeitas às marés que, de acordo com Hiraoka (1993:135) são denominadas várzeas de maré<sup>67</sup>

Não existe, em Quianduba, a cheia anual onde as águas cobrem o solo de forma mais marcada (em torno de quatro a seis meses), como da ilha de Ituqui, situada na região de Santarém, no Baixo Amazonas no estado do Pará, estudada por Murrieta & Prins (2006) e Adams et al (2006) ou de outras áreas acima do rio Amazonas. Embora não haja essa sazonalidade mais ‘precisa’ na ilha, assim como nas demais áreas de várzeas estuarinas, há ritmos de vida distintos e instáveis para os moradores de cada região. O ecossistema amazônico do fluxo das marés, da safra e entressafra, impõe que as famílias que vivem nesse ambiente se organizem para se inserirem nos ciclos naturais. *“Aqui no tempo do verão o açaí é o nosso barco chefe, no inverno vai falhando”*.

As várzeas de maré são consideradas bens da União<sup>68</sup>, possuem dominialidade federal, denominadas de “terreno de marinha”<sup>69</sup>. Isto quer dizer que a União é proprietária da área

---

<sup>67</sup> A várzea estuarina é um ecossistema complexo, com imensa riqueza biológica passível de apropriação humana. Os rios amazônicos e as suas áreas inundáveis cobrem mais de 300.000 km<sup>2</sup>. Aquelas inundadas duas vezes por dia, pelo movimento de marés que apresenta movimentos cíclico-repetitivos. Silva (2010) e Lima (1956) complementam que este movimento alternado de ascensão, fluxo ou enchente tem a duração exatamente de seis horas e doze minutos, ao fim dos quais atinge sua máxima elevação conhecida como maré alta ou preamar. Ao cessar o movimento por cerca de sete minutos, começa o refluxo ou vazante, cujo intervalo de tempo ocorre também em seis horas e doze minutos, permanecendo estacionada por sete minutos.

<sup>68</sup> “Sobre os bens da União consulte: Anotações e comentários às leis básicas”. Brasília: SPU, 2002. Disponível: [www.spu.planejamento.gov.br](http://www.spu.planejamento.gov.br)

<sup>69</sup> De acordo com o Decreto-Lei nº 9.760/46, artigo 2º são considerados terrenos de marinha aqueles terrenos localizados em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente para a parte da terra, da posição da linha preamar média de 1.831 (Decreto-Lei nº 9.760/46). b) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagos, até onde se façam sentir a influência das marés; c) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se façam sentir a influência das marés. Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De13438.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13438.htm). Acesso: 13/12/2014

como um todo, e o morador não possui a titularidade definitiva da terra, apenas a concessão de uso<sup>70</sup>:

Abaetetuba foi cenário de um importante histórico de organização social dos trabalhadores rurais ribeirinhos. Desde a década de 1980, organizações sociais se mobilizavam para a legalização das terras de marinha. A atuação do movimento social propiciou uma articulação entre os órgãos federais, notadamente a parceria que permitiu a SPU autorizar a criação de projetos de assentamentos agroextrativistas em ilhas federais pelo Incra. Mesmo com os PAEs criados, em 2006, a SPU começou a emitir TAUS (termo de autorização de uso Sustentável) nos assentamentos de Abaetetuba. Esse processo de “regularização” das famílias pelos órgãos causou, no início, certa confusão quanto à competência (se do INCRA, ou da SPU) governamental sobre o território.

Trecanni (2005) ao analisar os diferentes tipos de apropriação da terra, as implicações para o uso dos recursos naturais da várzea e a busca pela garantia dos direitos por parte das organizações locais no enfrentamento de complexos<sup>71</sup> problemas, informa da existência de mais de quinhentas ilhas exploradas há muito tempo por populações tradicionais ribeirinhas, onde confluem as bacias dos rios Amazonas e Pará. Ainda segundo este autor, com base em dados não oficiais, ressalta que 70% dos seus ocupantes não possuem qualquer documento que comprovem a propriedade dessas áreas.

O fato de muitos moradores não possuírem documentação comprobatória sobre a posse da terra resulta de fatores relacionados à complexidade das normas legais e da burocratização dos processos administrativos. Ora, sem a comprovação da posse da terra os *ribeirinhos* ficam impossibilitados de acessar crédito, aposentadoria e outras garantias de direitos sociais. Ao lado disso, a ausência de algum registro legal cria um ambiente de insegurança para esta população.

---

<sup>70</sup> Sobre os diferentes arranjos fundiários, discussões sobre a complexidade das normas legais, modalidades de regularização, consultar: BENATTI, J. H, SURGIK; TRECANNI, G.D. A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos . Manaus: Edições Ibama / ProVárzea, 2005. CARVALHEIRO, K.O; TRECANNI, G.D; EHRINGHAUS, PC.; VIEIRA, P.A. Belém: CIFOR e FASE, 2008; Manual de Regularização Fundiária em Terras da União. Disponível: [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/%20081021\\_PUB\\_Manual\\_regularizacao.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/%20081021_PUB_Manual_regularizacao.pdf)

<sup>71</sup> A iniciativa de se buscar estratégias para garantir direitos a populações de várzea na Amazônia começou no Pará em Gurupá-Pa. (BENATTI et al, 2005).

A regularização, tanto das áreas de várzeas quanto os terrenos de marinhas (seja coletiva ou individual), se dá por Concessão de Direito Real de Uso<sup>72</sup>. O passo inicial tem sido a criação de Projeto de Assentamento Agroextrativista, empreendida pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O órgão responsável nos Estados por estas terras é a Gerencia Regional da Secretaria de Patrimônio da União – GRPU – que pode emitir um Termo de Autorização de Uso –TAU – como foi feito com as pessoas que participam da pesquisa até que a Concessão de Direito Real de Uso seja estabelecida.

Foram criados os primeiros Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE's) modalidade de Assentamento de Reforma Agrária em Abaetetuba no ano de 2004, possibilitando a regularização fundiária reclamada pelos moradores e suas organizações sociais. Ao final da década de 1990 o Fórum Regional da Reforma Agrária que incluía como um de seus representantes o Movimento de Pequenos Agricultores de Nordeste Paraense (MPA) que por sua vez envolvia o Movimento de Ilhas de Abaetetuba. Este último reclamava das autoridades os mesmos direitos dos trabalhadores da “terra firme” por analogia. Demandavam eles o acesso a crédito, assistência técnica, título da terra e outros direitos sociais. Neste contexto, houve a transferência das Ilhas Campopema e Jarumã para o acervo fundiário do INCRA, por ato do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Esta situação originou, em 2004, dois Projetos Agroextrativistas (PAE's): o PAE Nossa Senhora do Livramento e o São João Batista.

Esse contexto possibilitou que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Região incluíssem demais ilhas no Programa de Reforma de Agrária como aconteceu na Ilha de Quianduba, tendo o envolvimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (STRA), Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Colônia de Pescadores Z-14 nesse processo conforme informou (SILVA *et al*, 2010).

---

<sup>72</sup> A concessão para morar e usar os recursos naturais para cada família dependerá do contrato realizado entre o Governo e Associação que representa os moradores (CARVALHEIRO *et al* 2008)

A Ilha de Quianduba foi objeto dessa ação estatal em 2005 ao ser implantado como projetos de assentamento em *terrenos de marinha*, sob uma portaria do INCRA SR-01/G/nº 042, de 28 de novembro de 2005 que regulamentou o Plano de Desenvolvimento do Projeto Agroextrativista do Assentamento Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – PAE (2007), como possibilidade de regularizar as áreas ribeirinhas, com a concessão do TAU e passou a abranger uma dimensão ambiental às atividades agroextrativistas.

A implantação do PAE caracterizou uma nova situação para os moradores em Lariandeuá. Primeiro, pela possibilidade de acesso ao termo de concessão como reconhecimento de direito de uso das áreas por famílias que ocupam o lugar há anos. Depois, o acesso pelos moradores aos créditos para construir ou reformar suas casas e aos programas e benefícios sociais: aposentadoria, bolsa família e bolsa verde. Outro aspecto foi a ampliação da participação em organizações sociais como a Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba – AMIA e do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas – MORIVA, contemplando a exigência para implementação do PAE.

Esta notícia trago para corroborar a descrição do lugar como importante elemento para a compreensão do contexto atual das famílias e das terras em Quianduba, uma vez que este cenário aponta para algumas questões significativas no entendimento das transformações sociais que ocorrem na região das ilhas de Abaetetuba e nas demais comunidades rurais na Amazônia, principalmente, no que se refere ao reconhecimento das populações de várzea como ‘potenciais’ beneficiárias das políticas de reforma agrária e assistência social (aposentadoria, bolsa família, bolsa verde, dentre outros). Ressalto este aspecto porque altera a configuração de renda das famílias e a produção local. No capítulo V analiso a importância daqueles recursos acessados pelas famílias em Lariandeuá para o orçamento doméstico e as influências e significados atribuídos a eles na dinâmica das relações familiares.

Ainda sobre a implementação do PAE, uma situação observada por mim em conversas com algumas pessoas que participam da pesquisa, é a existência de alguns moradores que não dispõem de documentos pessoais para a efetivação do contrato de concessão. Os documentos pessoais como lembra Portella et al (2004 *apud* Amaral, 2007), é condição primeira de acesso à condição de sujeito. Além destes, há necessidade de comprovar a atividade para que se tenha direito à aposentadoria, crédito, salário maternidade e auxílio doença como nos diz Cristina que integra:

[...] Nessa época dos “projetos das terras da marinha” foi muito bom em parte porque veio ajudar as pessoas do “sítio”. De primeiro, tinha gente aqui que não tinha nem casa para morar e quando tinha, não tinha nenhum documento. Eles deram apoio para fazer sua casinha, para quem tinha deu para fazer uma reforma. As pessoas não davam importância para as documentações. Tinha famílias inteiras aqui que não tinham nenhum tipo de documento (refere aos documentos pessoais). Tinha parente nosso que se tinha tudo bem. Se não, tanto faz.... Eles (funcionários do INCRA e GRPU) vieram e fizeram um recadastramento e ensinaram que tanto homem quanto a mulher, casado ou amasiado, tinha que ter documento isso foi de 2005 a 2007 e assim deram casas e apoio de R\$ 2.000 a R\$ 2.500[...]

Cristina quando se refere *em parte* reclama do não aporte em termos de assistência técnica para as pessoas que acessaram crédito. Hoje tem *gente que está inadimplente, tem se atrapalhado porque não tem assistência técnica*.

Os desafios para a gestão de recursos naturais às famílias camponesas na Amazônia têm se apresentado sob diversas modalidades de territórios (p.ex. áreas protegidas, terras indígenas e assentamentos). Cada uma apresenta particularidades na gestão, orientadas por regulamentações específicas. As comunidades rurais da Amazônia que vivem em Projetos de assentamentos como os moradores de Lariandeuá ainda precisam de grande atenção e apoio para conseguir utilizar seus recursos naturais de modo a obter efetivas melhorias sociais, econômicas e ambientais. Créditos e recursos liberados sem orientação apropriada, falta de escolaridade com qualidade que permita ao agricultor familiar vislumbrar uma visão de mundo, para além das necessidades imediatas.

### **3.6 Os terrenos, os sítios...**

Cada grupo doméstico em Lariandeuá possui uma área de terra denominada de “terreno” O local onde moram pode se chamar de sítio, sendo no terreno ou distante dele. “*Quem mora em Abaeté, se chama de quintal, aqui é um sítio*”, me afirma Seu Rosaldo. Geralmente, não é delimitado por cercas, aos arredores das casas em Lariandeuá. há alguns tipos de plantas ornamentais, medicinais, frutíferas, combinadas com espécies florestais nativos e/ou plantados por eles o que de acordo com Murrieta & Winkler Prins (2006)<sup>73</sup>, no

---

<sup>73</sup> Ver o primoroso e inspirador artigo intitulado: “Eu adoro flores!” Gênero, estética e experimentação agrícola em jardins e quintais de mulheres caboclas, Baixo Amazonas, Brasil que trata dos aspectos das interações sociais, econômicas e ambientais das mulheres e suas atividades nos jardins e quintais da ilha de Ituqui.

padrão regional em casas ribeirinhas como urbanas, é comum o cultivo de jardins e quintais e neles como observaram os autores no estudo realizado : “é fonte de significados e práticas nos quais status, conflito e aspirações são constantemente negociados”(2006:290), pois os quintais familiares de Lariandeua, são sistemas diversificados com arranjos produtivos destinados fundamentalmente para alimentação familiar e como função importante na geração de renda monetária.

O sitio corresponde ao lugar em que os membros dos grupos domésticos intimamente relacionados organizam a vida econômica na produção de gêneros alimentícios para consumo da família como para venda ou troca por outros bens e serviços com outros. É também o lugar da *morada da vida* (HEREDIA, 1979)

### **3.6.1 As casas...**

Na ilha de Quianduba as casas estão dispostas ao longo da margem do rio. É padrão nesse lugar, assim como em outras comunidades em áreas de várzea e mesmo nas comunidades rurais na Amazônia<sup>74</sup>, as casas serem construídas em madeira, de forma suspensa, com os assoalhos distantes do solo (tipo palafita) para suportar as alagações periódicas; com cobertura de telha de barro (material quase todo conseguido localmente) ou de zinco. As portas e as janelas, de madeiras, com maior incidência são voltadas para frente do rio. É comum ter uma escada na entrada, com uma ponte (de madeira) para o embarque e desembarque de pessoas é freqüente ver pessoas às tardes, sentadas na ponte para avistar a movimentação das pessoas, além, de servir para ancorar as embarcações. Aliás, lembro que o numero de “rabetas” (de tamanhos variáveis) tem crescido nessa região, como diz um agricultor: “*aqui agora é a montaria do povo*”. Em cada casa não é raro ver uma, principalmente, as menores, chamado localmente de “rabuda” ou “rabudinha”.

---

<sup>74</sup> HIRAOKA(1993), DIEGUES et al. (1999); FRAXE (2004), LIMA (2005) ; SILVA (2009); TORRES e SANTOS (2011), TORRES ( 2012) AZEVEDO (2014), ADAMS et. al, (2006), MOTTA-MAUÉS (1993 [1977]), SILVEIRA e BASSALO (2012); MURRIETA (2006 ); FERRÃO(2006).



FOTO 3: Casa pintada com pátio e duas *rabetas*: uma maior dotada de cobertura e uma menor sem cobertura chamada, localmente, de *rabudinha*  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro de campo 2014

Algumas casas são construídas com varanda na lateral ou pequeno pátio para frente do rio geralmente utilizada para a preparação do matapi, fabricação do paneiro, da cuia dentre outros (Foto 3) . Tarefas que são coletivas entre homens, mulheres e crianças. Dependendo do horário neste espaço se concentram várias pessoas. Poucas são as residências ‘pintadas’ que contrasta com as demais (Foto 4).



FOTO 4: Casa pintada e avarandanda com escada para embarque e desembarque de pessoas.  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro de campo 2014

As pequenas pontes (estas presentes em todas as casas) possibilitam o acesso entre as construções da família



FOTO 5: Casas de madeira sem pintura e pontes entre as casas  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro de campo, 2014

Raras são as habitações, em alvenaria (em número de nove do total de setenta) (Fotos 6 e 7) , construídas e em geral situadas nas áreas próximas a olarias, onde o terreno foi sedimentado pelos resíduos da telha e tijolo que de acordo com Silva et al (2010) a opção por esse tipo de habitação relaciona-se com custo mais acessível. Outro tipo de arquitetura presente, em numero pequeno (duas), são as casas de dois pavimentos.



FOTO 6: Casa de alvenaria  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro de campo, 2014



FOTO 7: Casa de alvenaria com pátio  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro de campo, 2014

Algumas moradias ao redor da casa há hortas e jardins cultivados em canoas suspensas  
(Foto 8)



FOTO 8: Plantas medicinais cultivadas dentro de uma canoa  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro de campo, 2014

O interior das casas sofre variações em Lariandeuá em termos de divisão e mobiliário. Algumas casas não possuem divisões internas, exceto da cozinha, enquanto outras podem ter mais de um cômodo (sala, quarto e cozinha). A casa onde me hospedei em Lariandeuá possui uma grande sala (dividida com um pano) sala e quarto e uma cozinha separada por uma parede de tábua.

Na sala um televisor (nem todas as casas), uma mesa e quatro cadeiras de plástico e quatro armadores de redes. No quarto, há um guarda-roupa e seis armadores de rede. Na cozinha uma mesa com cinco bancos, um fogão a gás, um filtro, uma pia e um pequeno armário de madeira. Ao lado da cozinha, um “puxadinho” coberto de madeira, uma mesa e um fogão à lenha.

O banheiro para tomar banho, quando se tem, é próximo da casa de moradia, no quintal (a casa em Lariandeuá onde me hospedei não há banheiro para tomar banho). É comum o banho ser tomado no rio ao ar livre. Uma pequena ponte dá acesso ao sanitário, este construído de madeira a uma distância, mais ou menos, oito metros. De construção simples,

os banheiros são quadriláteros, construídos com varas amarradas em esteios nos quatro cantos, as paredes de tábuas e obedecendo ao mesmo estilo de cobertura da casa (poucos sanitários não são cobertos). Os banheiros e sanitários possuem pequena entrada, a qual é fechada por um tecido ou lona plástica, tábuas (em número menor) ou com folhas de palmeira que vedam a entrada quando o banheiro ou sanitários estão em uso. As instalações sanitárias são, em geral, feitas atrás da casa, mais distante que o banheiro. Em algumas casas, próximo ao quintal, encontram-se estruturas para abrigar pequenas criações.

Há também casas em que o cômodo que antecede a sala é utilizado como pequeno comércio (mercearias onde se vendem mantimentos como o sal, açúcar, café, farinha etc...). Nesse ambiente contém um balcão e a mercadoria.

Há casos em que a cozinha não é conjugada à casa – é uma construção independente e que acomoda o fogão à lenha (este presente, praticamente, em todas as casas), possui uma bancada grande onde são colocados utensílios para preparo das comidas e panelas e o jirau. Este consiste de uma pequena construção de madeira que serve para tantas atividades no entorno da casa<sup>75</sup>. Este caso não suprime a presença da cozinha dentro da casa. Quanto ao mobiliário dos quartos, normalmente encontra-se em qualquer deles apenas banquinhos, redes penduradas em armadores, guarda roupa e, raras vezes, uma cama.

As duas casas onde sempre sou abrigada (Furo Grande e Lariandeu) são pintadas por dentro e não por fora. Os pisos das moradias são de tábuas. Em algumas outras, observei que estes são pintados com a criatividade nas cores, primorosamente alegam o ambiente e contrasta com a parede. Em outras moradias, cujo piso, sobretudo da sala, possui revestimento (não cerâmico) que lembra lajota (FOTO 9).

---

<sup>75</sup> Nos jiraus há especialização de plantas e ervas medicinais, de plantas que servem para o tempero da comida, de plantas decorativas. É onde se fazem também, os preparados para o grupo familiar. Neste preparo restos de comidas caem para os animais ciscar, fuçar e se reproduzirem. (AMARAL, 2007)



FOTO 9: Interior de uma casa em Lariandeuá  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro 2014

A sala é o lugar mais visitado, é onde se localiza a televisão, onde se recebe eventuais visitas e transformam-se como local de dormida e de trabalho como mostra na (Foto 9 e Foto 17). A imagem acima (na Foto 9), sobretudo na sala, fotos de membros das famílias dispostas em paredes. Algumas delas de colação de grau, de aniversários. Contém em algumas delas: estantes, vasos de flores e imagens religiosas, exceto, em casas de evangélico.

Utensílios, como máquina de lavar, têm sido o eletrodoméstico adquirido nos últimos anos por várias famílias. Aliás, quero registrar que esse padrão tipológico retrata uma divisão social em função de poder aquisitivo para materializar sua habitação dentro de determinada tipologia identificada. Na casa há uma pequena pia com torneira e uma mesa de madeira, um armário onde se guarda os pratos, copos e talheres. Na parede, várias painéis de alumínio de tamanhos diferentes penduradas em pregos, dispostas e areadas com palha de aço e sempre brilhando. As painéis também são destaques próximos ao jirau.

Os armadores de redes, estes, por toda a casa, pois as redes usualmente tomam o lugar das camas, mas frequentemente são utilizadas como cadeiras. O sofá, quando presente, é pouco usado. Em todas as casas que visitei me deparei com as redes atadas ou suspensas em cordas amarradas ao esteio da casa durante o dia. Não é possível imaginar a comunidade do rio Quianduba sem as redes que se constituem símbolo marcante da cultura local. A propósito

deste assunto, recordo que por diversas vezes quando marcava entrevista com as pessoas sempre me era oferecida uma rede, além do cafezinho como sinal de hospitalidade. Relembro na primeira vez que fiquei hospedada nas duas casas onde sou acolhida, não precisei usar uma que trazia na bagagem, pois me foi oferecida e ao mesmo tempo a recomendação que esse item seria dispensável às próximas vezes.

Não existe água potável em Quianduba. Dependendo das condições financeiras algumas vezes, compra-se água mineral para beber. Para tomar banho, preparar os alimentos e outras atividades diárias a água é retirada dos rios através de um sistema de caixas d'água e armazenada como mostra a Foto 10. Também, é coletada do rio com baldes e armazenadas e conservada em caixa d'água ou vasilhames grandes e, posteriormente, a água destinada para consumo é armazenada em um pote de barro que fica na cozinha sobre uma pequena mesa ou sobre a pia. O pote não filtra a água, apenas a torna um pouco mais fresca para beber. Assim, é coada com um pano, em algumas vezes utiliza-se o hipoclorito (utilizados somente quando o agente de saúde o distribui).



FOTO 10: Armazenamento de água na casa de uma família em Lariandeuá

Fonte: Waldiléia Amaral, registro 2015

Na ilha de Quianduba não há coleta de lixo. O descarte o que é feito somente por algumas pessoas foram incentivados pelos agentes de saúde a queimar. Também, é utilizado o lixo orgânico que é atirado ao rio como comida para os peixes ou nos quintais para os animais domésticos (principalmente cães, aves e suínos) e serve como adubo. As garrafas plásticas, potes de manteiga quando reutilizadas servem para armazenar o açaí, e para uso doméstico. Às vezes, são (re) utilizadas pelas crianças como brinquedos, mas no geral são queimadas.

Os moradores de Lariandeuá, assim como os demais das comunidades da Ilha, não dispõem de uma infraestrutura básica para atender suas necessidades. O posto de saúde, localizado na entrada de Lariandeuá abriga um técnico em enfermagem e um agente de saúde. De acordo com ele, as famílias geralmente recorrem aos seus serviços em casos mais simples como um corte superficial, virose, distúrbios gastrointestinais, picadas de animais peçonhentos que são avaliados por ele e, em geral, tratados no próprio posto de saúde. Em casos mais urgentes relacionados a acidentes de trabalho são encaminhados para o posto de saúde de Abaetetuba, uma vez que o posto de saúde local não dispõe de estrutura para realizar esse tipo de atendimento. Afogamentos e acidentes de trabalho na produção não são frequentes, segundo ele.

Na comunidade do Rio Quianduba existem quatro igrejas e presencia-se o exercício da vida religiosa de muitos moradores de Lariandeuá. Eles se dividem entre católicos e protestantes. Há três igrejas evangélicas com denominações diferentes, localizadas em lugares distintos, não tão centrais quanto a da católica, porque foram construídas posteriormente. A igreja católica tem o nome da padroeira do lugar: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Ocupa, uma área de mais ou menos 100 m<sup>2</sup>, na entrada de Lariandeuá (a mesma do “porto”), área reconhecida por todos como propriedade coletiva da comunidade do Rio Quianduba. Ao lado uma escola, o posto de Saúde chamado de Bom Samaritano e um tipo de salão, conhecido como “barracão” que é usado para festas e reuniões da comunidade. Nesse local os prédios foram construídos com tijolos e telhas (parte do material doado pelos trabalhadores das olarias). Há um pequeno campo de futebol e uma caixa d’água que abastece esse complexo.



FOTO 11: Igreja Católica Nossa Senhora do Perpétuo Socorro/Lariandeuá  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro 2015



FOTO 12: Postos de Saúde em Lariandeuá  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro 2015

As igrejas (Quadrangular, Assembleia de Deus e Deus é Amor) se situam em lugares distantes umas das outras ao longo do rio Quianduba. Somente a igreja Deus é Amor, localizada em Lariandeuá. A construção da igreja Quadrangular e Assembleia de Deus são de alvenaria. As duas possuem uma pequena construção ao lado do prédio do templo chamada de “casa pastoral”, destinada a receber o pastor vindo de Abaetetuba e comunidades vizinhas.



FOTO 13: Igreja Evangélica: Assembleia de Deus localizada no rio Quianduba  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro 2015



FOTO 14: Detalhe do prédio de madeira da Igreja do Evangelho Quadrangular, localizada em Lariandeuá  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro 2015

Estes grupos se reúnem semanalmente para as reuniões/cultos da Igreja, e, nos finais de semana, para a celebração, com cultos/ou missas. É importante também pontuar que, em Lariandeuá, as igrejas evangélicas possuem grande representatividade entre os moradores. Muitas famílias se organizam para a realização de atividades e eventos sociais durante todo o ano.

As atividades culturais locais se resumem àquelas da religiosidade popular e aos festejos em homenagem, principalmente, a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, momento em que a população se manifesta com procissão fluvial e novena.

Percebi que algumas pessoas também concebem a igreja e suas festas religiosas como uma forma de lazer e sociabilidade seguidos da Escola e dos jogos de Futebol

No que se refere à Educação em Quianduba, nem sempre foi acessível como nos dias atuais. Até o final da década de 90, a estrutura de ensino atendia somente à Educação Infantil e as séries iniciais do Ensino Fundamental, situação que levou algumas famílias a migrarem para a cidade. Atualmente, existe a escola Dionísio Hage, situada no Furo Grande. É constituída de uma estrutura física que comporta dez salas de aula, secretaria, brinquedoteca, sala de informática, copa-cozinha, refeitório e três banheiros; atende Educação Infantil até o Ensino Médio.

Quanto à participação em instâncias organizativas em Lariandeuá, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTRA) concentra o maior número de filiações por parte dos moradores. Nem todos participam como associados do Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), apenas dois são associados à Associação da Colônia dos Pescadores de Abaetetuba (Z-14). A implementação de políticas sociais e bolsas assistenciais do Governo Federal tem dinamizado o processo de filiação no sindicato e a associação do Assentamento Agroextrativista \_PAE Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

## CAPITULO IV

### ***“Minha família é grande, irmã!”: imagens das formas de organização e vivências familiares em Lariandeuá***

*“....Afluentes de um só rio somos todos, acredito. Artérias de uma só veia que deságua no coração. Bela missão esta que nos foi dada: a de criarmos e recriarmos pacientemente a cada dia. Sem que o sangue jamais nos suba à cabeça, é o que peço. Família somos todos” (O arroz de Palma (2015[1951]))*

Como venho dizendo nesta tese, lancei meu olhar sobre a relação família & trabalho sem esquecer as injunções de gênero, ciclo biológico e de vida social da família. Assim, busco abordar, neste capítulo, como se caracterizam e se atualizam as configurações das unidades familiares em Lariandeuá, no tocante ao seu perfil, pois penso que os “arranjos” dessas unidades podem me “dizer alguma coisa” - para lembrar de Klaas Woortmann (1985: 4)<sup>76</sup> - sobre as relações e formas de participação feminina e masculina em grande parte das atividades ali realizadas, com intuito de apresentar uma aproximação da dinâmica e variação sócio cultural das unidades familiares e também para falar como são mesmo as coisas nesse lugar.

Destarte, concordando com Brandão<sup>77</sup> (1999) para quem a família camponesa, além de ser uma equipe de trabalho, é também uma unidade afetiva; e com Bruschnini (1989:12), que considera a família um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco e que determinam entre si não só relações de afeto, mas tensão, solidariedade, conflito, pois para a autora, a família não é uma unidade harmônica e serena voltada para a satisfação de

---

<sup>76</sup> Ver Klaas Woortmann (1985:4) quando se refere à comida (foco de sua análise) como um texto em que pode ser lidas outras coisas, além de sua materialidade. A partir da idéia de Geertz (1989) de que o antropólogo deve interpretar a cultura como se se tratasse de textos literários, o autor sustenta a concepção de que “a cultura é uma linguagem e um sistema de comunicação e isto em um duplo sentido: um sistema de mensagens ditas por algumas coisas” sobre outras “coisas”; e um sistema onde diferentes núcleos de representações que estão em comunicação uns com os outros, como que formando uma “rede de significados” Segundo ele a comida o trabalho, a família, a terra, por exemplo, são “núcleos de representações”. É em torno a tais núcleos que a cultura constrói os textos que o pesquisador deve ler.

<sup>77</sup> Acrescento aqui a menção que fez Woortmann (1993) ao concordar como discurso proferido por Brandão em uma Conferência na Universidade de Brasília quando enfatizou a afetividade presente na família camponesa que segundo ele: “o camponês não deve ser visto apenas como trabalhador, como é usualmente tratado, mas também como um ser que sonha, ama, se diverte, que possui não apenas braços mas também alma e coração” (1993:8)

necessidades econômicas, mas composta de indivíduos que vivenciam um constante jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres.

A partir da concepção mencionada, procuro no primeiro momento “entrar devagar” no âmbito de algumas casas e conhecer quem vive nelas, como são constituídas estruturalmente, como ocorre a formação da unidade doméstica, entender, assim, os aspectos que interferem e dão forma à sua organização. Atento para as relações de reciprocidade e a comunicação de parentes consanguíneos e afins no dia a dia. Enfim, faço isso para que no capítulo seguinte possa me ocupar de observar e interpretar como homens e mulheres (sem esquecer as crianças) organizam-se na vida diária, quanto a gerenciar o provimento material e afetivo, o uso do dinheiro, a realização das tarefas, sempre com atenção às formas pelas quais as relações entre os gêneros se processam na vida cotidiana, considerando a geração e as etapas do ciclo de vida e, sobretudo, o significado que dão, nesse contexto, à experiência vivida.

O modelo de família que temos como referência no local da pesquisa é composto por um pai e uma mãe, casados com seus filhos solteiros, abrigados sob o mesmo teto e comendo da mesma panela (Mendras, 1969), nos limites da unidade doméstica. De acordo com Vale de Almeida (1995) “esta idéia é o modelo local, é o modelo religioso e moral” e também (digo eu) de certa forma o modelo, preferencial, aos olhos do Estado, uma vez que ele legitima os homens como representantes no mundo público, por meio do chamado “Chefe de família” (Butto, et al, ; Scott, 1990). Isso porque no “padrão” da organização, segundo Bruschini & Ridenti (1994) e Woortmann (1989) é atribuído ao homem ser o provedor financeiro do grupo familiar e a prioridade da esposa são os cuidados com a casa e os filhos. Referências e proposições, aliás, que estudos mais recentes entre camadas médias urbanas, continuam a registrar, em que pese às mudanças na direção de uma maior equalização da posição e do desempenho dos membros do casal (MATOS, 2000; TORRES 2001 e 2004, ESTUMANO, 2004; HEILBORN, 2004; IGREJA, 2011).

Nesse contexto, autoras como Bruschini e Ridenti (1994) tem chama a atenção para a necessidade de ‘desfazer’ esse modelo para que outras formas igualmente válidas sejam consideradas como bem lembra depois Fonseca (2002, 2004), ao se referir a formas familiares que divergem do modelo conjugal estável<sup>78</sup>, alimentando o mito como “sintoma de

---

<sup>78</sup>. Segundo Fonseca (2004) até o século XX, em algumas regiões, os casamentos legais eram limitados, menos da metade da população adulta, formalizava sua união conjugal (FONSECA, 2004: 523).

inferioridade, desorganização social ou atraso” (Goldani, 1993), para aquelas que contam com apenas um dos cônjuges, entre elas as "chefiadas por mulheres” (termo criticado, mas ainda aceito entre os estudiosos e órgãos oficiais)<sup>79</sup>. Do mesmo modo, Sarti (2004) evidencia a importância de distinguir o que se entende por família e unidade doméstica (a casa)<sup>80</sup>, uma vez que essa imprecisão, segundo a autora, não considera a rede de relações na qual se deslocam os sujeitos em família e que aprovencionam os recursos sociais e materiais acionados pela família mais ampla em casa e na vizinhança.

A família tem um sentido mais amplo, engloba a casa, mas não se restringe somente a esta. Nesta direção Woortmann, E. (1995) lembra, ser essencial considerar outras formas de atuação institucional como o parentesco, como princípio organizativo e como elemento básico da reprodução social do campesinato. Ou seja, fugir de suas regras rígidas para que se possa perceber como a unidade familiar se viabiliza no dia a dia como pontuou SARTI (2003 e 2011) e ultrapassar a idéia de família, além dos limites do lar (Cowan Ros, 2008) e da perspectiva economicista.

#### **4.1 A família, além da unidade residencial....**

Não dá para negar que o padrão residencial da família nuclear composta a partir do casamento de um homem e uma mulher seja a referência de cada lar em Lariandeu. Mas, o

---

<sup>79</sup> Ver mais sobre discussão da designação e suas limitações em diferentes situações no estudo de SILVA (2011).

<sup>80</sup> Em Lariandeu, quando iniciei o mapeamento do número de famílias existentes (situação muito semelhante à observada por Azevedo (2013) em duas comunidades no Marajó). Alguns moradores e (também) a agente comunitária de saúde (ACS) me informavam que o número de casas correspondia a uma família, conformada, às vezes, por outras pessoas além dos pais e filhos. Portanto, nem sempre é coincidente com a família nuclear. Desse modo, procurando respeitar o termo utilizado pelas pessoas que participam da pesquisa e por vezes, da própria literatura que analisa o grupo doméstico não separado da família, considerado como um grupo composto por pessoas que compartilham uma mesma unidade residencial. Os termos família e grupo doméstico (casa) algumas vezes aparecem como sinônimos na tese. Entretanto, se faz necessário a distinção para se entender a dinâmica das relações familiares. Segundo SARTI (2003) as famílias pobres (e, digo eu, das camadas médias também) “.dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos sem rupturas. Isso implica em alterações frequentes nas unidades domésticas” afirma a antropóloga (2003: 65). Destarte, utilizo a distinção elaborada por Woortmann e Woortmann (2004: 3) que se referem à família como uma idéia de valor, o valor-família, permanente no tempo. Enquanto o grupo doméstico (casa) se refere a uma reunião de pessoas cuja composição geralmente varia ao longo de um ciclo evolutivo e que, em diferentes momentos, pode retornar as formas presentes em momentos anteriores.

que define a extensão da família entre as classes populares como nos mostra Sarti (2010), é a rede de obrigações que se estabelece: “Sua delimitação não se vincula à pertinência a um grupo genealógico, uma vez que a extensão vertical do parentesco restringe-se àqueles com quem convivem ou conviveram, raramente passando dos avós”. E nesse sentido, a ideia de família adquire elasticidade (2010:33).

Para uma das mulheres que entrevistei a consideração de parente é relativizada quando determinadas pessoas são consideradas como “da família”. Para ela sua família são seus “filhos de sangue”<sup>81</sup>, as pessoas de dentro da casa (ultrapassando aqui, a ideia da família composta de pai, mãe e prole) e a de fora da casa, tendo formato diversos e nesse contexto “se estabelece um círculo de relações pessoais preferenciais (reais ou potenciais)” (Candido, 2001). Na dimensão preferencial, segundo o autor, a escolha individual aparece com maior clareza, pois sua materialização depende de fatores como: proximidade física, da afinidade entre as pessoas e das possibilidades e necessidades econômicas de cada um num momento determinado, assim, ampliam os quadros biológicos e legais de parentesco, como vai expressado na fala de Dona Joana:

*[...] A minha família é grande, irmã! Mas, agora, em casa mesmo, só estão morando eu e minhas três netas. Meus filhos casaram e cada um foi pro seu canto. Um ficou morando aqui ao lado e os outros todos nesse igarapé lá pra baixo. Tem um que mora lá pra Abaeté; outro lá pra cabeceira do Marapacupu . Os que moram mais perto sempre vêm aqui comigo, procuram saber como estou ou de vez em quando eu vou lá com eles. Os que moram mais longe aparecem aqui nos feriados e quando podem, né?. E sei que posso contar com eles lá na cidade. Às vezes numa situação difícil eles aparecem (...) Nós resolvemos os problemas que têm para resolver por aqui mesmo, aqui por perto. Eu gosto de morar aqui. Tem, também, da parte da minha mãe. Têm, também, os vizinhos, os amigos aqui por perto que eu sei que posso contar é que nem da família. (...) Olha, eu peço pro seu I... comprar remédio para mim quando vai em Abaeté e ele traz (eu sou madrinha de leite dele), se preocupa comigo. É que nem parente. Do meu marido (falecido) então, pense! Tem*

---

<sup>81</sup> Lins de Barros (1987) afirma que as relações familiares são vistas em primeira instância pela existência biológica, sendo este vínculo fundamental para demarcar os laços entre parentes consanguíneos lineares. Sobre essa existência há uma constante revisão das relações e dos indivíduos( 1987 :42).

*um monte de parente em Quianduba. Quando moramos com eles na casa grande, ali pra baixo [...] a mãe dele já tinha uma porção de filho, netos, sobrinhos e ainda criava filhos dos outros [...]*

Ter com quem contar é fundamental para esta moradora na construção das relações familiares dentro e fora de casa, onde se estabelece uma rede de sociabilidade, de troca de favores e auxílios mútuos. Aliás, essa é uma forma de convívio familiar nesse lugar. De forma mais ampla a estrutura familiar na ilha abrange tanto parentes consanguíneos quanto afins, compadres, além de pessoas agregadas, tendo todos por objetivo a reprodução social e econômica dos membros participantes. Essa situação confirma o aspecto levantado no estudo de Sarti (2011 [1996]) quando pesquisou as relações familiares entre moradores de um bairro na periferia de São Paulo, na década de 1980. A antropóloga mostra que a primeira característica da família pertencente às camadas populares é sua configuração em rede, contradizendo a idéia corrente de que esta se constitui em um núcleo.

Ainda para Sarti (2011), a noção de família para esta camada está referida ao aspecto moral de ajuda e não exclusivamente à noção de um grupo com base biológica. Ou seja, “são da família aqueles com quem se pode contar” (...) “aqueles em que se pode confiar” (2011: 85 e 86). Situação observada em estudos etnográficos em contextos rurais e urbanos realizados na Amazônia por WAGLEY (1983), ANDERSON (2007); FRAXE (2011), MACHADO (2008); PANTOJA (2002); SANCHES (2014), dentre outros.

Ao pedir que me dissessem o significado da família, Celina, por exemplo, se baseou nas noções de amor e da solidariedade que independem da distância física entre os membros. A referência que ela tem de família corresponde a um lugar de apoio (qualquer que seja ele) mesmo com todos os conflitos que possam existir. Associa a família a valores (positivos) incalculáveis:

*[...] Família para mim é tudo. É um lugar que eu sei que posso contar, ter um apoio. É uma coisa que não existe pedra preciosa que se compare a ela, a pedra está estipulada um valor. A família não tem preço, não tem tamanho. Cada dia que se passa você ama mais, você pode ter o problema que tiver, pode ter os conflitos que for, as brigas que tiverem. Se acontecer alguma coisa comigo ou com meu marido, eu te garanto que no final sempre haverá uma maneira de me ajudarem, ajudarem os meus filhos que ficarem. Para cada problema que surge, vai ter alguém que vai poder te ajudar. Você pode ir embora, passar anos, décadas. A pedra preciosa não aumenta não se espalha, família, o amor se espalha, mesmo que os primeiros partirem, os que ficarem irão preservar. Conseguimos conviver com o defeito de*

*todos, tem as brigas que afasta um pouco, é normal, mas o amor de estar em família é maior, você se sente acolhido [...]*

O significado da família expressada por Celina envolve solidariedade, compromisso e sensibilidade frente às adversidades da vida, pois deste lugar que se aguarda resposta aos problemas que a vida apresenta como pode ser observado a seguir.

Voltando à narrativa apresentada antes aqui (pag. 3) que é parte de uma entrevista<sup>82</sup> realizada com Dona Joana, “moradora das antigas” (como se diz na Ilha de Quianduba), gostaria de chamar a atenção para alguns elementos que revelam parte da dinâmica familiar nesse lugar, que abrange as (re)composições das unidades familiares presentes nessa localidade. Tais aspectos podem derivar dos mais diferentes motivos e circunstâncias e se revela considerável, no que diz respeito aos objetivos propostos na tese.

Vejamos, então, o caso da família dessa moradora. Hoje, viúva, de oitenta e três anos, Joana é aposentada. A família dela compunha-se do marido e mulher e onze filhos. Dentre estes, três faleceram recém nascidos Os demais: três mulheres e cinco homens, todos casados, nenhum mora com ela vivendo em residências localizadas em Lariandeuá ou fora e em áreas distintas de cultivo. A casa de Joana é de madeira (tipo palafita). Interligada à esta, parte do que ficou da casa antiga<sup>83</sup> (dois quartos que foram transformados com a chegada das netas) e uma olaria de sua propriedade. Aliás, esta foi alugada há pouco tempo para um vizinho e o filho para trabalharem na confecção de telha, pois depois que seu marido adoeceu não pôde mais seguir com tal serviço. Ao lado da casa dela, mora um filho casado com cinco filhos. Residem com ele apenas uma filha e um filho solteiro. A idade alcançada, acima da expectativa de vida no Brasil<sup>84</sup>, possibilita que Dona Joana conviva com outras gerações, dentro de sua casa e fora dela. Na conversa que tive com ela isso fica explícito em que passo a contar agora:

---

<sup>82</sup> Entrevista para conhecer diferentes aspectos relacionados ao lugar e à família, a partir de seus testemunhos, o processo de construção de um grupo local, hoje Lariandeuá. Importante dizer que na primeira visita que fiz à casa dela, no início da pesquisa de campo (2014), o marido estava vivo, com a saúde bastante debilitada. Faleceu no mesmo ano.

<sup>83</sup> Construída em regime de mutirão pelos parentes, com materiais disponíveis dos recursos naturais do local (palha e madeira). Diferente da casa atual, erguida com materiais comprados, e através da contratação de mão de obra assalariada e somada com a força de trabalho da família.

<sup>84</sup> Dados do Censo 2010 mostram que a expectativa de vida do brasileiro aumentou 25,4 anos no período entre 1960 e 2010, passando de 48 para 73,4 anos.

De altura mediana, olhos pretos feito ameixas, morena (como se auto-classifica), cabelo comprido, vários fios alvos e (sempre) presos feito coque (comumente chamado de *pitó*),. Dona Joana estava sentada em uma rede à minha espera e com semblante um pouco cansado, por conta de seu estado atual de saúde (reumatismo). Alega, por vezes, ter dificuldade até para andar quando a dor se acentua. Observei ao mesmo tempo em que apresenta “ar cansado”, que exibe uma personalidade forte e predisposição para conversar. Em Lariandeuá, posso dizer também que, assim como constatou Neves (1981) em seu estudo<sup>85</sup> “todos eles são pródigos em conversar e hospitaleiros quando convidados a relembrar o passado”. Por isso, Dona Joana não hesitou em me receber e conversar amistosamente.

Naquela tarde a conversa foi longa. Na sala de sua casa logo me foi servido, pela sua neta, o cafezinho frequentemente oferecido às visitas nesse lugar. Pedi à neta, também, para que preparasse um suco de fruta (que seu neto acabara de trazer, a pedido de sua filha que reside na comunidade) que me foi servido acompanhado com biscoito. Avisou-me que muita coisa talvez não fosse lembrar, pois “a cabeça anda falha” segundo ela. Porém, a memória pessoal como bem diz Azevedo (2015 [1951])<sup>86</sup> em seu lindo romance: *O arroz de Palma*: “ a memória puxada da cabeça, é esforço de selecionar o que nos é querido” (2015: 247). E foi isso que ela fez. De posse de algumas fotografias de familiares, algumas delas retiradas da parede da sala e de uma pasta guardada dentro de um guarda-roupa contendo documentos pessoais, receitas médicas, ajudou a contar muitas histórias numa conversa tão informal, inclusive, com vários instantes de emoção, que certamente não poderia conhecê-las através dos questionários fechados de campo, pois guardava comigo a recomendação de Segalen<sup>87</sup> de que “a familiaridade do pesquisador deve ser construída pouco a pouco, com questionários e entrevistas flexíveis e deve-se evitar a aproximação com um questionário pré estruturado” (2001:5 )

---

<sup>85</sup> Neves, D. P. Lavradores e pequenos produtores de cana. Estudo das formas de subordinação dos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>86</sup> *O Arroz de Palma* é um romance do escritor contemporâneo português Francisco Alonso Vellozo Azevedo, Francisco Azevedo, além de escritor é dramaturgo, roteirista cinematográfico, poeta e ex-diplomata. O livro envolve diversos temas que versam sobre família em seus dramas e alegrias, migração, casamento, conflitos, dentro outros.

<sup>87</sup> Ver entrevista com Martine Segalen em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832001000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000200015). Data 22/10/2015 às 13h15min.

Durante a conversa e, em outras ocasiões<sup>88</sup> também, as lembranças mais significativas vieram à tona. Em sua memória de infância tem registros de tempo de quando era *mocinha*, quando morava com seus pais na casa dos avós que abarcava três gerações; do namoro; o casamento, a perda do filho recém-nascido. Os variados tipos de ocupações e ritmo diferentes; o convívio com os netos, a alegria de acessar a aposentadoria ao comparar a situação de pessoas que faleceram, inclusive sua mãe, e não conseguiram obter a aposentadoria.

e poder dar assistência as netas e filhos; as alegrias quando todos os filhos que não residem na ilha se juntam, que costuma encontra-los nos momentos festivos, principalmente, para celebração de final de ano, quando a família extensa se reúne. Ela, também, contou algumas dificuldades enfrentadas ao longo da vida, como por exemplo, do falecimento do marido e por ter perdido um filho na sua primeira gravidez e lamenta que *naquela época tudo era mais difícil* para o acompanhamento médico ao recém-nascido. Relatou da (re) distribuição de funções no grupo doméstico quando os filhos eram pequenos e a primeira morada depois de casada foi mencionada.

Enfim, lembranças que informam da formação e etapas de desenvolvimento do seu grupo doméstico e seu papel enquanto mãe e esposa na organização familiar, além do circuito de trocas de bens, favores e afetos na rede de parentesco. Também fez questão de me dizer dos “incômodos da vida” no que se refere aos vínculos entre os membros da família - ela me disse que estes não são carregados de harmonia. Desentendimentos, também fazem parte dessa manifestação. Percebi isso quando comecei a ir mais vezes lá e quando fui ganhando confiança das pessoas, o que me possibilitou escutar algumas “confidências”.

Com os seus oitenta e seis anos de idade e, destes, pelo menos sessenta anos vivendo em Lariandeuá, disse-me que gosta muito de morar na localidade, ainda que tenha pensado, um pouco antes do falecimento de seu marido (ele perto de completar noventa anos), em mudar-se para Abaeté (como eles costumam chamar Abaetetuba), devido à necessidade de acompanhamento médico que exigia o caso.

---

<sup>88</sup> Quando voltava de uma visita do terreno adquirido por um casal (localizado longe da residência) da pesquisa em Lariandeuá, mencionada na tese sob o título “Uma tarde no “jardim” de Dona Socorro e Seu Rosaldo” encontrei Don Joana em uma visita na casa de seu filho (que encontrava-se adoentado) em Maracapucu, onde pude conversar com ela e por ocasião de entrevistas na casa dela antes e depois que seu marido falecesse.

O falecido é ligado a uma família numerosa cujos (alguns) membros estão “espalhados” na Ilha. O sogro de Joana está entre os moradores antigos que se deslocaram de outro igarapé da Ilha para Lariandeuá. A casa dele sempre era abrigo de passagem para os filhos que se *amasiavam*. Ao longo dos anos, seus filhos e parentes passaram a viver no local, construindo novas residências e, desde então, ampliando o número de moradores.

Antônio (marido de Joana) antes e depois de casado trabalhou nos roçados de cana de açúcar para os proprietários de engenho, inclusive, para o Engenho do Seu Venâncio mencionado no capítulo anterior. No seu terreno, exerceu diferentes atividades durante o ano: nos roçados de mandioca, no plantio do milho, na pesca do peixe, no camarão, na coleta de frutos e comercialização, sobretudo do açaí, dentre outros frutos, além de trabalhar na olaria ao lado da casa na produção de telha. Nos últimos anos sua vida, girava em torno dos cuidados com a saúde debilitada.

A possível ida do casal, nos últimos meses, em Abaeté era sempre motivo de incentivo e preocupação por parte dos filhos para que se transferissem para lá. Depois que enviuvou, o convite se ampliou, agora, pelos outros filhos. Aliás, esse tipo de atitude é esperado por boa parte dos pais idosos em Lariandeuá, como gratidão aos anos dedicados à criação dos filhos.

Lembro de uma vez quando voltava de Lariandeuá para Abaetetuba, em companhia de um senhor e sua filha, onde me hospedava por algumas vezes durante o trabalho de campo. Ele teceu um comentário para o vizinho sobre viuvez. Caso a sua esposa viesse a falecer antes dele, certamente iria escolher entre suas cinco filhas aquela com quem gostaria de ficar, pois sabe que pode contar com qualquer uma das filhas, diferentemente dos filhos. Mas nem sempre isso é efetivado plenamente<sup>89</sup>.

Entre os depoimentos, encontrei o relato de Dona Aldora, de setenta e cinco anos, uma senhora negra e magra, cabelo à altura do ombro. Os olhos grandes vivos e energéticos se encontra em situação de viuvez há quinze anos. É uma avó que até pouco tempo recebia o

---

<sup>89</sup> Uma situação contrária exposta pode ser observada no filme: “Parente é serpente”, de 1992, do cineasta Mario Monicelli. O filme se passa numa típica família italiana durante as festas de final de ano onde a questão da idade é o papel central da história. A ceia de natal, quando se reúne toda família, a matriarca anuncia que ela e o marido estão muito velhos para continuarem morando sozinhos e decidiram ir morar com um dos filhos. A trama envolve uma grande batalha entre irmãos, todos não querendo se responsabilizar pelos pais até conseguirem se livrar deles.

Bolsa família pelo fato de sua neta morar com ela, a pensão ainda não é fato em sua vida: *Tô aposentada e batalhando pra ver se consigo a pensão*. Ela teve oito filhos e me diz sentir muito o distanciamento dos seis filhos que moram longe, sobretudo depois que seu marido faleceu. Um dos filhos foi embora para o Amazonas há vinte seis anos e pouco sabe dele. Das duas filhas que ela tem, uma casou e reside em Abaetetuba. A outra, mais nova, há dez anos quando solteira foi trabalhar em casa de família para estudar em Belém e até hoje reside lá. Mas, agora *amasiada com um rapaz de Ananideua*, trabalha como cabeleireira. Quando migrou para Belém tinha a expectativa de melhorar financeiramente com o salário que ganhava prestando serviço em “casa de família” e buscar sua única filha que deixara com a mãe, assim que tivesse condições financeiras. Com o tempo, a filha (ainda solteira) insistia para que a mãe fosse embora pra Belém. Dona Aldora me diz que sempre ouvia da filha: *Venha simhora, mãe!* A filha argumentava que com a aposentadoria a mãe poderia viver em Belém e o filho mais velho poderia *tomar di conta* do seu açaiçal.

O que se espera é que os filhos permaneçam residindo na casa dos pais até que se casem, mas na prática nem sempre isso acontece. Nessas circunstâncias o arranjo encontrado pela filha solteira foi de deixar a sua única filha de cinco anos, acordado entre elas para a mãe cria-la como filha, reforçado por Dona Aldora, após a morte do marido. Atualmente, na casa de Dona Aldora residem um filho solteiro, de quarenta e oito anos, (deficiente visual) e hoje, com dezesseis anos, sua neta que *já está “colocada”*, como disse Dona Aldora, ao se referir que casou (contrato informal entre um casal) é o ‘genro-neto’ de dezoito anos.

Os encontros dos filhos com Dona Aldora não são frequentes e menos ainda é o apoio financeiro recebidos deles:

*[...] Eu sinto uma tristeza...todos me largaram, menos esse aí que mora aqui do lado...é a foto do pai dele, parece que eu tô vendo ele. Eu tenho um irmão que é meu vizinho, mora aqui do lado (...) É ele que me socorre quando preciso. A minha filha mais nova, mãe dessa menina, quando pode vem nas férias...eu tô esperando ela pro final do ano. Eu recebia bolsa família, mas me tiraram eu chorei tanto porque me ajudava demais. Agora chegou o bolsa verde, paresque [parece] não um mês que eu recebi e o que me ajuda agora...So de colírio pro meu filho é cinquenta reais [...]*

A permanência de algum parente próximo, um filho, um irmão, por exemplo, é sempre desejada ou, então, caso isso não aconteça, pode ficar um neto, por exemplo, que, quando pequenos recebem os cuidados dos avós. Logo cedo, as crianças começam a assumir tarefas e responsabilidades dentro da casa e/ou da produção e podem retribuir, futuramente, aos

cuidados recebidos. Uma observação importante, a partir dos registros de campo, diz respeito ao auxílio dos netos nos cuidados da saúde dos avós, companhia em consulta médica dentre outros propósitos a serem resolvidos na cidade, como por exemplo ir ao banco, visitar algum parente.

É isso que se espera. Porém, a instabilidade do grupo doméstico que se fragmenta e se recompõe constantemente, implica estender os laços e as obrigações para um grupo maior de solidariedade. Nesse ínterim, é importante o apoio também dos vizinhos para a manutenção do sistema de reciprocidade.

De volta à conversa com Joana, esta diz que sempre recusa o pedido dos filhos para morar com um deles. Por ocasião das consultas mensais, ela aproveita para visitar os filhos na cidade e trocar notícias e alimentos de ambos os lados. Mas, afirma que prefere permanecer, assim como a maioria das pessoas de mais idade com quem conversei, no local e na sua própria casa: *foi aqui que construí minha família e daqui só saio quando eu morrer* disse-me com toda convicção. A opção em permanecer em Lariandeuá e na mesma casa relaciona-se, segundo ela, ao trabalho que possa dar aos filhos, restringir a liberdade de decisões dela. Além disso, teme não conseguir acostumar-se com a vida da cidade, comparando com Lariandeuá, que ainda considera “tranquila”, mesmo tendo conhecimento de alguns casos de vítimas de assaltos realizados por grupos organizados que percorrem áreas da região das ilhas e realizam assaltos. Esses grupos são chamados de “piratas”-<sup>90</sup>. Considera Abaeté agitada e violenta. Mas, sobretudo, pelo fato de residir, como diz Comeford num “território de parentesco” (2003:40), onde sabe que pode contar com a qualidade das interações (rede social de apoio) construídas, que atendem “aos princípios de solidariedade que norteiam as relações de entre parentes e “aparentados” como nos fala NEVES (1981:4).

A rede social de apoio que as pessoas em Lariandeuá mantêm com aqueles familiares que residem na cidade são muito importantes em diversas circunstâncias. Em meus registros,

---

<sup>90</sup> Evento de assaltos, nos últimos anos, tem sido recorrente as embarcações, principalmente devido à grande circulação de dinheiro com a venda do açaí e de tráfico de drogas. Tomei conhecimento pelos moradores de uma programação realizada no centro comunitário de Quianduba no dia 23/10/2015 com representantes da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado e moradores da comunidade os quais reivindicam entre outras coisas por policiamento fluvial devido os altos índices de violência nas ilhas e rios.

há algumas solicitações de abrigo em casa de parentes, em situação de doença e de estudo. Essa ampliação da rede de parentesco que uma pessoa da ilha tem, segundo CoWan Ros (2008), diz respeito, em certa medida, “às conexões que tem com o mundo externo e de suas próprias possibilidades que interagem com outros universos sociais para além da Ilha” (2008: 27).

Ela sente orgulho em contar que recebe apoio frequente dos filhos que moram longe. Mas, especialmente, aqueles que moram mais próximos que se juntam para ajudá-la no que seja, já que o sustento da casa é advindo principalmente de sua aposentadoria, do dinheiro das “bolsas” do governo e boa parte destinam-se a remédios:

*[...] Olha, sempre tem um que sobe e deixa um açaí que bateu, até porque eu não amasso mais açaí. O meu genro quando pode, sobe e deixa um pouco de camarão. O filho que mora em Abaeté me manda remédio quando eu preciso...Quando tenho que ir me consultar sempre durmo na casa deles [...]*

O filho que mora ao lado assume a responsabilidade do *açaizal* e se responsabiliza pela venda do produto que complementa o provento da casa. Percebe-se aqui a importância dos avós que mantêm, não só o próprio sustento, como também amparam sua família com a vivência de parente de geração mais nova na mesma casa, como pode ser observado na composição atual do seu grupo e de outros que mencionarei mais adiante, principalmente, onde as mulheres são as provedoras principais da casa. Por outro lado, a presença de pessoas de mais idade na casa de algum parente, não é frequente em Lariandeuá. É mais fácil acontecer o inverso. Morar na casa de algum filho pode acontecer desde que não tenham condições físicas para realizar algumas atividades básicas, como deslocar-se e se alimentar sozinho, principalmente. Tê-los em casa ou perto, é bastante considerado em Lariandeuá, pelo afeto, cooperação em atividades por ventura solicitadas no âmbito doméstico e/ou orçamento e da renda com sua aposentadoria, pensão e outros que, por vezes, pode ser o principal ou os únicos rendimentos regulares da casa.

Diversas são as maneiras encontradas por homens e mulheres de Lariandeuá no seu fazer diário para a manutenção da família. Nesse processo, o apoio que prestam (e que necessitam) aos parentes, é acionado à família mais ampla, em casa e na vizinhança.

## 4.2 A circulação de crianças e o destaque das avós nas dinâmicas familiares...

Ao conversar com as mulheres sobre a composição dos seus grupos domésticos familiares e as “coisas da vida”, como costuma dizer minha orientadora; observei depois de forma mais atenta<sup>91</sup> nos meus registros de campo a frequência de um “arranjo” na dinâmica familiar que envolve a mobilidade de crianças “entre os lares de muitas mães” (Motta-Maués, 2012) em diferentes circunstâncias e atualizações. São atos de ir e vir de meninos e meninas entre lares, de parentesco ou de vizinhança com a criança, cuja estada nos lares pode durar pouco tempo ou levar anos. Segundo Fonseca (2006), o termo circulação de crianças, usado em estudos da antropologia, designa a “transferência de uma criança entre uma família e outra, seja sob a forma de guarda temporária ou de adoção propriamente dita (Fonseca, 2006: ) e que “implica a mobilidade infantil”, segundo Godoi (2009:290).

Embora não seja este o propósito da tese, mas penso que a existência dessa prática na vida social desse lugar deva ser frisada por estar, geralmente, ligada às mulheres, meu foco maior na tese; e ao que parece ser (e é, em geral) ligadas a obrigações do parentesco nesse lugar. Por se tratar de uma prática que envolve a predominância feminina, mesmo que os homens participem como apontam os estudos realizados por (GODOI, 2009; MOTTA-MAUES, 2004 ; FONSECA, 2006).

Vejamos o caso de Janete<sup>92</sup>. Constitui-se um caso de circulação de crianças presente na ilha e em outros tantos lugares<sup>93</sup> como apontado por Fonseca (1995), Igreja (2011),

---

<sup>91</sup> Acrescida das observações em discussões em sala de aula sobre o trabalho de campo nos seminários realizados pela minha orientadora com seus orientandos.

<sup>92</sup> Casada no civil, mas sua situação conjugal foi atualizada quando enviuvou há um ano. Hoje com sessenta e quatro anos teve cinco filhos: três homens e duas mulheres, entre vinte seis a quarenta e seis anos. Atualmente, morando com ela somente o filho de mais idade com a esposa de quarenta e seis anos (sem filhos) e o neto de sete anos por parte do primeiro casamento da filha que mora em outra localidade na ilha. O neto nasceu prematuro, ocasião em que a filha morava com ela e o marido, assim que se *amasiou*. Ao requerer maior atenção pelo estado de saúde o neto continuou morando com a avó até os quatro anos. Depois passou a morar com a mãe em outra localidade dentro da ilha, mas não se acostumou diz a avó: *Era muito apegado a mim. E no começo ele me chamava de mãe porque ouvia meus filhos chamando...Depois, ele foi vendo os outros netos chamando de vó e me chama agora assim*. A afeição de Janete pelo neto não é difícil de ser escondida. Algumas vezes a encontrei a bordo voltando de Abaetetuba e me dizia ter comprando algum agrado para ele ( Danone, roupa, brinquedo...).

<sup>93</sup> Godoi, investigando a literatura sobre o tema, aponta estudos etnográficos de outras partes do mundo dedicados ao estudo do parentesco, do casamento e da família que envolve a prática de circulação de crianças. Dentre os quais se destacam: monografias sobre a África (Dupire, 1988; Goody, 1982; Goody, 1969; Lallemand,

Wagley (1977), Motta-Maués (2004, 2009); (Sanches, 2014). A mulher é a terceira filha dos onze filhos, sendo sete meninas e quatro meninos. Nascida em Maracapucu Grande (Ilha de Quianduba), com oito anos de idade já podia realizar tarefas essenciais aos cuidados da casa: lavar louça, varrer a casa, buscar água, prender os bichos do terreiro, *reparar menino*, como disse ela. Foi entregue, então, por sua mãe, para morar com um casal em Lariandeuá (a esposa do casal é prima da sua genitora) como “filha de criação” (como se diz por aqui). É observação corrente em Lariandeuá de que crianças são o que posso considerar os “polivalentes por excelência” como diz Pessoa (1999:218). Entre seis e dez anos são inseridos na lida das tarefas domésticas como ajudantes na rotina dentro da casa, incluindo o cuidado com os irmãos menores, em atividades do *terreno*, como a *debulha* do açáí, na *apanha* do açáí, na pesca do camarão, por meio da ajuda aos pais. Depois de dez anos (mais ou menos) começam a assumir tarefas no dia a dia de maneira mais regular, seja no trabalho doméstico ou nas atividades agroextrativistas.

A prima desejava compensar a falta de uma filha no seu grupo doméstico, pois teve oito meninos. É oportuno lembrar aqui que a geração dos pais de Janete e de seus avós maternos e paternos tiveram em média dez filhos. Atualmente, o que se observa na geração seguinte à de Janete e, de um modo geral, em Lariandeuá, é a redução da prole. Embora, ter muitos filhos em idade produtiva como aponta Stolcke (1994), seja, ainda, de grande vantagem para a família-rural, pois quanto mais favorável a proporção trabalhador/consumidor dentro da família, melhor será sua situação econômica, apesar de que durante a fase inicial de ciclo de vida familiar, quando os filhos são pequenos, esta seja limitada.

Janete me diz que chamava de mãe à mulher que a “criou”. E que adorava ajudá-la na feitura do artesanato da cuia, tarefa que aprendeu e que a levou por muito tempo a ganhar um “dinheirinho” até pouco tempo: *aprendi com ela que com a cuia a gente pode ter o nosso dinheirinho pra hora do enrasque*. Ela também era uma costureira de “mão cheia” e trabalhava a manhã inteira (para aproveitar a claridade do dia) costurando para as pessoas da ilha. A mãe de criação é considerada de *boa condição*, segundo Janete, comparando a situação de seus pais. Quando acolheu Janete havia prometido à sua genitora que Janete poderia ajudá-

---

1980), a Oceania (Carroll, 1970; Brady, 1976), a Ásia (Massard, 1983 e 1988) e entre os esquimós (Dufour, 1984; Guemple, 1979).

la nas tarefas da casa e com os cuidados dos meninos e dar à ela condições para que frequentasse a casa de uma das professoras para ler e escrever, já que ela nunca teve oportunidade de ‘sentar em um banco de uma escola’ quando estava com seus pais. Janete faz questão de dizer que se sentia como uma filha, pois seguia as regras de comportamento de obediência e respeito: *Era só eu de menina na casa, né? Ela contava comigo pra tudo quanto era serviço... Ela gostava muito de mim, porque eu fazia direitinho e nunca fui de dar trabalho para ela. A minha mãe ia na casa dela, mas era difícil.* As atividades diárias de Janete eram numerosas e a impossibilitava de frequentar a escola e de brincar regularmente com os novos irmãos. Dizia sentir saudades dos irmãos “de sangue”, mas as dificuldades geográficas restringia esse contato bem como de chegar à casa da professora:

*[...] Quando eu fui morar com a minha prima (ela me pediu pra minha mãe) eu tomava conta da casa e dos meninos dela (...) eu ficava com dó de deixar ela sozinha e ir estudar na casa de uma professora. Passava o dia inteiro na máquina....Ela queria que eu estudasse...Depois que arranjei homem, aí mesmo que eu não dei mais conta de estudar [...]*

Durante o tempo de solteira (afirmou que só saiu da casa da mãe de criação quando casou, com vinte e um anos) foi muito fiel à sua mãe de criação. Contribuiu nas tarefas domésticas, sem ser paga pelos serviços e, nem mesmo depois de casada, deixou de ter cuidado e apreço com a mãe, principalmente, quando esta se encontrava com a saúde debilitada, até seu falecimento, há três anos. Essa atitude corresponde às obrigações morais de que tanto fala Sarti (2003) a respeito de um tipo de situação na qual a relação com os pais que criam e cuidam são merecedores de profunda retribuição, sendo um sinal de ingratidão o não reconhecimento dessa contrapartida. O contato com sua genitora e irmãos não foi interrompido, mas não era frequente por conta da distância geográfica. Limitava-se em encontros de final de ano ou em eventos da igreja e de aniversário de algum parente.

Em apoio aos estudos de Motta-Maúes (2004; 2008; 2009; 2012) que tratam de práticas informais, como bem diz ela (mas nem tanto) de circulação de crianças<sup>94</sup> na

---

<sup>94</sup> Para maiores informações sobre o assunto além de Motta-Maúes (2004; 2008; 2009; 2012) ver trabalho em contextos rurais e urbanos realizado por Ellen Woortmann (1995) entre colonos do Sul do Brasil e sítiantes do Nordeste brasileiro, Sanches (2014) em comunidade quilombola próxima à cidade de Belém; Fonseca (1995), em segmentos de baixa renda de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Amazônia esta autora nos apresenta um repertório de modalidades em que as crianças são postas, em algumas circunstâncias, em circulação, algo importante para a compreensão em Lariandeuá. Segundo a pesquisadora o termo “criar” não é homogêneo. Ele pode ter distintos significados: a) criar como “filho” pode ser como um biológico ter o mesmo estatuto de um filho, ou não; b) só criar pode ser traduzido na forma de receber, abrigar e dar suporte material e educativo e esperar retribuição de fidelidade e de cuidado na velhice; c) criar como parente (sobrinho, neto, irmão) sem passar ao estatuto e, dessa maneira, à identidade de “filho” mesmo o de “criação” e d) criar como uma espécie de “cria filho” – em que acontece a complexa relação onde a criança ora é tratada como filho, ora tratada como filho de criação, na tradução da “cria” de família.

No repertório descrito pela autora, identifiquei que Janete foi criada, como uma espécie de “cria-filho”, em que o grau de transferência não implicou que os laços de sua família de origem fossem cortados. Porém, intercorrendo neste caso, segundo a pesquisadora “a esdrúxula situação em que a criança que é tomada para ser criada por alguém, ora é tratada como filho de criação, ora como cria, configurando para ela um estatuto ambíguo e ambivalente” (MOTTA- MAUÉS, 2009: 15).

Nos registros, também, observei a ocorrência frequente das casas dos avós como um espaço de acolhida de netos em situações que permeiam proteção, cuidado, não esquecendo, nesse painel, outras personagens que aparecem, também, nesse apoio (tias, irmãs, primas...) como a figura de duas tias: Dona Celecina, da família Ribeiro e Dona Leodina, da família Vilhena, ambas referidas no terceiro capítulo. Dona Celecina abrigou um sobrinho como uma forma de amenizar a situação da cunhada e de sua irmã em situação de viuvez e separação. Dona Leodina, por sua vez criou um casal de sobrinhos por conta da morte de sua cunhada que havia se enforcado.

Uma situação relevante por mim identificada se refere a um tipo de combinação em que as avós, em situação de viuvez, classificadas como as principais provedoras econômicas de seus lares, no papel de “esteio” da família, como nos diz Motta-Maués (s/d), ainda que a maioria tenha a presença de uma figura masculina, através dos homens (filho ou irmão), seja na mesma casa ou em outro espaço. Essas avós são requisitadas para dar suporte em diferentes circunstâncias .

A casa de Dona Joana é uma dessas casas de avó que recebeu três netas. Ela abriga três netas com idades de onze, vinte e dois e trinta e um anos. Todas solteiras. A neta, Mariza, de vinte e dois anos, sempre circulou<sup>95</sup> na casa dos avós, desde pequena. Mas, há pouco tempo fixou residência na casa de D. Joana<sup>96</sup> quando a ela foi solicitado o preparo dos alimentos e os horários com a medicação dos avós. A neta de mais idade se encarregava da tarefa. Mas, começou a prestar serviços à escola pela manhã, no lugar de sua prima que se encontrava em período de resguardo pós-parto. Outro aspecto evidenciado pela fixação de residência da neta de vinte e dois anos, se deve aos desacordos e conflitos recentes entre o pai e a filha, por conta de uma relação de namoro não “aprovado” por ele.

As netas de onze e trinta e um anos são criadas desde pequenas pelos avós, o que levou os avós a recomeçarem uma “segunda carreira de pais”(Peixoto, 2000). Confirmaram o que diz Fonseca de que “as mulheres começam cedo e terminam tarde sua carreira de mãe” (Fonseca, 2006 ). A menor (irmã de Mariza) foi abrigada no lar de Joana quando o filho enviuvou. Sua esposa morreu de câncer, deixando três filhas e dois filhos, entre eles, uma criança de apenas três anos de idade. Joana “pegou” a menor para criar, educar e dar suporte emocional. Os demais netos continuaram aos cuidados do pai e das tias paternas, até recompor o grupo doméstico familiar do viúvo com uma nova união conjugal, confirmando o que Vale de Almeida (1985:35) aponta de que homens viúvos, vivendo sozinhos, não são aceitáveis em muitos contextos, sendo provável morarem na casa de um dos filhos ou se casarem novamente, conforme também constata Peixoto (2000: 97) em pesquisa realizada entre noventa pessoas (homens e mulheres) de sessenta anos e mais, pertencentes às camadas populares da França e do Brasil. A autora identificou que na maioria dos viúvos brasileiros, não vive só, alguns se casam novamente, e outros vivem até terceira união conjugal.

Em Lariandeuá, de fato, não é comum viúvos viverem sozinhos. Identifiquei novas combinações de convivência no interior de seus grupos doméstico familiares com a presença, por exemplo, de uma sobrinha que trabalha na manutenção das atividades domésticas e outro homem viúvo há pouco tempo que vive com os filhos. É comum, nesse lugar, que arranjos domésticos sejam feitos, principalmente quando os mais velhos não possam mais exercer as

---

<sup>95</sup> Em diversas situações: levar recado dos pais, brincar, numa visita em companhia de algum parente, quando deixados aos cuidados dos avós na ausência dos pais, dentre outros momentos e circunstâncias.

<sup>96</sup> Quando sua mãe faleceu, encontrava-se com onze anos. Passou a morar com sua tia materna em outro local da ilha. Nas férias ficava na casa dos avós e do pai. Há dois anos veio morar com seu pai.

atividades requeridas diariamente, coincidente com que afirma Peixoto (2000) ao dizer que a coabitação com geração mais velha é frequente nas “camadas populares brasileiras” e, portanto, não é fato recente.

### 4.3 As predileções...

De volta à narrativa de Dona Joana e agora de Dona Aldora, também. As netas estabeleceram com as avós uma relação plena de afeto ao longo dos anos. As relações afetivas entre Joana e as duas netas (11 e 31) anos e de Dona Aldora com a neta de 16 anos são tecidas pouco a pouco e aí, surgem as predileções.

Dona Joana me afirma gostar de todas com a mesma intensidade, mas seus filhos dizem que ela não consegue esconder as preferências, causando, segundo Dona Joana, certa *ciumeira*. Sempre há algum comentário, por parte dos filhos, com tons de brincadeira, de que as duas netas criadas pelos avós são as “preciosas”, principalmente a de mais idade. Há também tensões por parte dos filhos de que avó não deva se consumir (em função da idade e estado de saúde) pela situação de conflito entre o filho e neta Mariza. O caso de Joana é um dos poucos (apenas dois) que encontrei de avó paterna em Lariandeu a assumir as netas como se fosse mãe. As duas, inclusive, as chamam de mãe e o avô de pai. Em geral, os arranjos prováveis, são dos deslocamentos do núcleo conjugal /doméstico desfeito ou refeito para rede mais ampla para a família consanguínea da mulher, como constata também Sarti (2011). Dona Joana me justifica dizendo que a de mais idade foi criada e cuidada por ela e o marido *desde quando, nasceu e se acostumaram com a pequena*. A outra de onze anos: *coitada, tão pequena ficou sem mãe (...) e meu filho ficou consumido com tudo isso....precisava de apoio*.

Corroboro com Lins de Barro (1987) em seu livro: “Autoridade & afeto: avós, filhos e netos na família brasileira” que, da mesma forma analisada por ela, essa é uma situação considerada dramática nas relações familiares em Lariandeu, entendida como um processo alheio à vontade dos filhos, principalmente, quando seus filhos são pequenos e assim considerados “vítimas inocentes” (1987:58). Nessa situação, a família torna-se alvo de uma mobilização familiar, principalmente pelo lado materno de parentesco, como ocorre similarmente com frequência em situação dos casais que se separam. Nessas circunstâncias,

os avós são solicitados ou veem-se como responsáveis por seus netos menores e procuram apoiar os filhos, não no sentido de assumir por inteiro a responsabilidade própria dos pais, mas indiretamente, pois a estadia do neto na residência é sempre considerada passageira ou nem sempre acaba acontecendo como bem mostra o caso da neta mais velha de Dona Joana.

A neta de trinta e um anos, Heloisa, vive aos cuidados de Joana desde o nascimento. A mãe de Heloisa é filha de Priscila, que engravidou com quinze anos, ainda solteira de “*um aparecido de Limoeiro do Ajuru*”<sup>97</sup>. Teve um relacionamento breve com o rapaz. Diz a avó: “*Não chegaram nem se amasiar*” Em Lariandeuá se espera que as mulheres primeiro se juntem e depois tenham filhos.

Ainda morando com Joana, a filha prestava serviço doméstico na casa do irmão, quando estes passavam a semana em Abaeté. Ela trabalhava como forma de contribuir na criação da filha. O irmão passou a morar depois em Abaeté, por conta da esposa que se efetivou como funcionária pública do município. Priscila decidiu ir junto com família do irmão, motivada pelo desejo de melhores condições de vida e oportunidade de emprego. Assim, chegou a trabalhar em “casa de família” em Abaeté, o que diminuiu o contato com a filha, passando a vê-la somente nos finais de semana e feriados, quando era possível a liberação de folga pelos patrões.

Pouco tempo depois, conheceu um rapaz da ilha (sobrinho de um vizinho) por ocasião de um aniversário do tio. De volta ao lar dos pais, e com consentimento deles, pouco tempo depois foi *viver junto* com o rapaz na casa do sogro. Com ele, teve quatro filhos: uma mulher e três filhos, todos hoje casados. O casal *vive junto* em Maracapucu até hoje. A responsabilidade para com os netos é um elemento importante na vida das mulheres em Lariandeuá, principalmente, dos netos de pais separados.

O auxílio do casal de avós foi indispensável na maternidade da filha e no apoio material e afetivo. O fato dessas pessoas geralmente terem filhos de relacionamentos anteriores também impõe limites para uma nova coabitação ou pelas fragilidades dos laços conjugais. Parecem aguçar os laços intergeracionais e acentua a presença dos avós nessas

---

<sup>97</sup> Dona Joana me reportou que o casal não conseguiu se entender para manter o relacionamento. Embora o rapaz tenha registrado a criança. Diz Joana que eram muito novos e na verdade nem se conheciam direito, pois era do município de Limoeiro do Ajuru, município que integra, junto com mais seis municípios, entre eles Abaetetuba, a região do Baixo Tocantins. À distância até Abaetetuba em torno de 60 km.

situações. Perto dali, no mesmo igarapé, nesse mesmo contexto, há presença de outras avós (com diferentes perfis) que entram em cenas familiares em Lariandeuá ao assumiram em parte ou inteiramente as responsabilidades atribuídas aos pais. Elas entram em ação para assumir o cuidado, a educação e manutenção destas pessoas.

O recasamento por parte de um dos cônjuges, tende a se dar sob novas referências, pois é neste momento que, geralmente, mudará de casa (Fonseca, s/d e Neves, 1985) e nessa situação os filhos da união anterior são, em geral, vistos como empecilhos para uma convivência com o novo cônjuge, causando um conflito entre conjugalidade e maternidade em que poderá ocorrer separação dos filhos em relação à mãe ou ao pai. Esse não foi o caso de Fátima (nora de Dona Joana) que residia em outro local da ilha, com seu ex-marido e próximo da família do cônjuge e de sua mãe. No entanto, ao passar a morar na casa do novo marido, levando com ela sua prole e juntando com a do esposo, outra combinação de arranjo se estabelece confirmando os estudos que tem destacado de que o grupo doméstico chega a se transformar várias vezes como um aspecto característico da família: a sua elasticidade e mutabilidade (BRUSCHINNI, 1989 e SARTI, 2006).

No caso da filha que “precisou” deixar a neta (com o total apoio de Joana), a avó me diz que achava muito importante ela começar sua nova vida *sem filhos*, para que não corresse risco de desandar a união, pois poderia causar conflito com o eleito.

Por outro lado, como acentua Brito (2014)<sup>98</sup>, o rompimento da relação e a configuração de novos “arranjos”, por sua vez, podem oferecer espaço e possibilidade de estabelecimento de vínculos afetivos importantes, como foi o caso da neta de vinte dois anos de Joana, em que Fátima (companheira de seu pai) tem tido um papel importante na reaproximação da filha com o pai, para que ele mantenha um convívio saudável com ela e *amoleça* o coração, como disse Dona Joana.

O vínculo afetivo estabelecido entre Heloisa e os avós é tão forte que a neta não hesitou em continuar vivendo, sob o mesmo teto, com eles, quando estava *crescidinha* e podia decidir-se pela permanência lá. Acredito que também pelo fato de não ter conseguido firmar

---

<sup>98</sup> Ver BRITO, Rosaly de Seixas. Diferentes, desiguais e conectados: (?) Vivências juvenis, representações midiáticas e negociação de sentidos na cena metropolitana. Belém: UFPA, 2014. (Tese de Doutorado).

elo mais forte com sua mãe, já que ela era pequena e antes de fixar residência com ela, que só a via nos períodos de férias escolares. Heloisa me disse: *eu me dou bem com meu padrasto. Sabia que eu até tentei (ela conviveu menos de um mês) morar com eles !? hum, não me acostumei*”

Heloisa afirma que o relacionamento dela com sua genitora embora seja “distante”, mas, diz ter amor por ela, apesar de não a ver com frequência Diz-me entender da decisão da mãe em “ refazer sua vida” sem incluí-la inicialmente até obter determinadas condições de vida. A afeição especial que tem pela avó é estampada e me afirmou ter mais intimidade com ela: *A minha avó é tudo para mim. Quando quero fazer alguma coisa eu converso primeiro com ela . O fato também de não morar junto com seus irmãos interfere para a manutenção mais forte do lado fraterno: Quanto aos meus irmãos, posso te dizer que não convivi com eles, como irmãos mesmo...a gente se vê muito pouco, a relação de irmão que tenho é mais forte com as minhas primas que moram com nós em casa.*

Ao falar de predileções é interessante reafirmar o estudo de Peixoto (2000) que analisou o relacionamento entre avós e netos na França e no Brasil, no que se refere ao processo das preferências e transmissões entre gerações para refletir a situação apresentada. Segundo a autora as predileções dos avós são só esporadicamente reveladas e muito menos admitidas:

[...] Mesmo afirmando amar todos os netos igualmente, no final das contas tem sempre um que é mais querido do que os outros. Em geral, a eleição afetiva se constrói ao longo da infância dos netos e raros são os avós que escolheram seu preferido a partir da adolescência, fase da vida caracterizada por redefinição das relações familiares [...] (PEIXOTO, 2000: 98).

De acordo com a pesquisadora, as predileções não se criam espontaneamente. Estão ligadas a diversos elementos, entre eles, incluem: a frequência dos encontros que podem ocorrer por visitas ou telefonemas; a primogenitura, as afinidades, as trocas de presentes e de serviços que traduzem para com o outro, sobretudo a convivência que se dá na relação de cuidado ou de criação de netos, seja de maneira temporária ou definitiva, são as mais frequentes para a eleição. De acordo com Lins de Barros (1987) a casa dos avós constitui-se, portanto, num leito favorável para a criação de laços de amizade, afetos e brincadeiras entre avós e netos.

Nesse contexto, das extensas referências do famoso “Em Busca do Tempo Perdido” de Marcel Proust (2009 [1951]), lembrei-me<sup>99</sup>, então, de uma das emocionantes passagens de um dos livros clássicos da literatura. Com tamanha sensibilidade que tinha o autor descreveu a relação tão próxima de uma avó e um neto, o treinamento ao menino a bater na parede do quarto em que dormia para que entre todas as crianças que existiam, ela reconheceria as batidas dele. Ela começa a acostumar o neto (mais velho) de deixá-la porque ele diz que não consegue viver se a avó morrer. “Marcel, personagem central e o narrador”, num trecho do volume 2 “à sombra das raparigas em flor” começa a falar, dirigindo-se à avó:

“... Uma vez eu lhe disse:

- Não poderia viver sem ti.

- Não, isso não – respondeu-me com voz alterada. – É preciso ter o coração mais forte. Pois, então, que não seria de ti no dia em que eu viajasse? Pelo contrário, serás ajuizado e feliz.

- Sim, serei ajuizado se não fores mais que por alguns dias, mas ficaria contando as horas.

- E se eu me for por alguns meses ... – só de ouvi-lo apertava-se-me o coração – ou por anos ... ou por ...?

Ficávamos os dois calados e não nos atrevíamos a nos olhar. Mas a mim causava maior dor a sua angústia do que a minha. Assim, aproximei-me da janela e disse a minha avó muito nitidamente, olhando para o outro lado:

- Bem sabes que sou uma criatura de hábitos. Nos primeiros dias que passo separado das pessoas a quem mais quero fico muito triste, mas logo, sem deixar de lhes querer, me vou acostumando, a vida se torna outra vez tranquila e grata e eu resistiria a uma separação de meses, de anos (...). Mas, não pude continuar e pus-me a olhar para a rua sem dizer nada. Minha avó saiu do quarto por um momento. “No dia seguinte, comecei a falar de

---

<sup>99</sup> Minha orientadora me chamou atenção sobre esta relação que está em vários volumes do livro, particularmente nos volumes 1, 2 e 3: O caminho de Swann, à sombra das raparigas em flor e O caminho de Germantes, respectivamente.

filosofia em tom de grande indiferença, mas fazendo com que minha avó se fixasse nas minhas palavras, e disse-lhe que era curioso verificar como, desde os últimos descobrimentos científicos, ia o materialismo desmoronando e que de novo se considerava como muito provável a imortalidade das almas e sua futura reunião.” (2009 [1951]: 365).

#### **4.4 Composição dos grupos domésticos e o valor dos laços de família em Lariandeuá**

Em Lariandeuá existem setenta casas. Em cada uma, são abrigadas, atualmente, no mínimo duas e um máximo de onze pessoas, perfazendo um total de trezentos e sessenta e nove pessoas. A composição (tabela anexada) apresenta como tipo majoritário a família composta por um casal, que compreende o marido e a mulher, unidos pelo casamento civil e/ou religioso ou vivendo “amasiados”, sem filhos ou com filhos (biológicos e/ou de criação), o que confirma as informações de que esta é a forma mais tradicional de organização familiar no Brasil, conforme apontam BRUCHINNI e RIDENTI (1993: 33).

Outras combinações são encontradas. Além do casal, pode viver também na mesma casa, mais de uma família nuclear, aparentados entre si ou agregados. Outras formas se apresentam formadas por um dos cônjuges e outras pessoas, parentes ou não. Entre essas combinações encontramos; mulher adulta (viúva) vivendo com filhos, netos e agregados; um pai vivendo com os filhos; “dois casais”, sem na verdade sê-lo, um constituído por um tio (um senhor viúvo de setenta e três anos)<sup>100</sup> e uma sobrinha que cuida dele (solteira, 24 anos); uma viúva e um neto solteiro de 25 anos; um homem solteiro vivendo com sua irmã (casada pela segunda vez) e o cunhado.

Embora os registros mostrem a forte composição familiar, em Lariandeuá, caracteriza-se pela presença do casal (homem e mulher) com filhos; têm contornos diversificados em relação aos parentes, conforme pode ser observado no Quadro 1 que corresponde, apenas, aos grupos domésticos das principais mulheres da pesquisa. As configurações do Quadro 1 confirmam os estudos que tratam do tema da família, ou seja, esta deve ser vista para além do núcleo elementar, entre as camadas populares brasileiras que tem a ver com a existência de

---

<sup>100</sup> Este senhor há menos de um ano enviuvou. Os seis filhos que teve um mora em Belém dois em Abaeté, duas filhas residem em Belém e outra, ao lado da casa dele.

famílias em diferente desenvolvimento de ciclo doméstico. Traz consigo formas de ajuda mútua, redes de parentesco e compadrio.

Quadro 1: Composição Atual do Grupo Doméstico em Lariandeuá

Mulheres	Número de moradores na casa incluindo a mulher com quem conversei	Residentes
Leonora	8	Mulher (viúva) ,2 filhas,1genro, 1 filho, 3 netas
Cristina	9	Esposa, Marido, 4 filhas, 1 filho, 1 genro,1 neta
Irene	4	Esposa, Marido, 1 filha, 1 filho
Célia	7	Esposa, Marido, 3 filhos , 1 filha, 1 “agregado”
Lúcia	4	Esposa, Marido, 1 filha, 1 filho
Claudia	3	Esposa, Marido, 1 filho
Camile	5	Esposa, Marido, 4 filhas e 1 filho
Josefa	10	Esposa, Marido, 4 filhos, 4 filhas
Janete	6	Mulher (viúva), 2 filhos, 1 nora, 2 netos,
Socorro	4	Esposa, Marido, 1 filha, 1 filho
Aldora	4	Mulher( viúva) 1 filho 1 neta e 1 neto genro
Joana	4	Mulher (viúva) e 3 netas
Bete	9	Esposa, Marido, 4 filhas, 1 filho, 1 genro,1 neta
Paula	3	Esposa, marido e irmão da esposa
Nazaré	11	Esposa, Marido, 3 filhos, 3 noras, 2 netas, 1 neto
Juliete	4	Esposa, Marido, 1 filha, 1 sobrinha
Rosane	11	Mulher (viúva), 02 filhas, 04 filhos, 1 nora, 2 netas

Fonte: Waldileia Amaral, pesquisa de campo, 2014

Wagley (1977) ao descrever, alguns assuntos de família em uma comunidade chamada por ele de Itá, no Pará, identificou a forte presença da família nuclear (homem, uma mulher e seus filhos). O autor constata que “a gente de Itá, em geral, acha inconveniente a vida em comum de parentes consanguíneos ou contraparentes, apesar do grande valor que dão a um

grande círculo de família” (1977: 165), de modo que reconhecem os benefícios de dividir a casa com parentes ao vivenciar laços de cooperação entre os membros nas tarefas diárias da casa e dos cuidados com as crianças, afirma o autor.

Do mesmo modo que em Itá, em Lariandeuá não é comum ver um filho ou uma filha casados, residindo com os pais. Em geral, todos preferem ter seu próprio lar e constituir uma nova “célula econômica” (Lima, 2006:146; Stolcke: 1994:61). Observa-se, frequentemente em Lariandeuá, algumas casas agrupadas, uma ao lado da outra ou do outro lado do igarapé (desenho 1), onde sempre há algum parente como vizinho (filhos, filhas, netos, irmão, prima dentre outros) o que favorece os contatos cotidianos entre famílias ou, dependendo das circunstâncias, o compartilhamento da residência com outros parentes.



FIGURA 6: Disposição das casas na percepção de uma criança de Lariandeuá  
Fonte: Desenho de Adrielle, 12 anos

A constituição de uma família orienta os estabelecimentos de residência. De acordo com Woortmann (1995) o casamento exige, da parte do noivo, *o chão de morada*<sup>101</sup>, *o chão*

<sup>101</sup> Isto é, o espaço que compreenderá sua casa e seu quintal, condição para que esse filho se torne ele mesmo um pai de família, num contexto cultural que privilegia a residência neolocal (p. 11)

*de roça* (1995:286). No entanto, em boa parte das pessoas inquiridas na pesquisa o início da vida a dois se deu na casa dos pais de um deles. Situação encarada como provisória até que tenham condições de fazer sua própria residência. Aliás, padrão bem difundido na Amazônia constatado em vários estudos <sup>102</sup>. Como falado anteriormente, via de regra, o local desejado, dependendo da disponibilidade de terra, será onde residem parentes, facilitando assim as relações entre grupos domésticos que estão em diferentes ciclos.

Entre meus registros, há um caso de solidariedade em relação a um casal que se encontrava, em geral, como todos que casam, numa situação concebida como temporária na casa do pai da moça. A possibilidade de construir a sua própria casa veio com o recurso advindo do Programa do Assentamento Agroextrativista com a “casa do projeto de Marinha” como é identificada pelos moradores de Lariandeuá. Trata-se do crédito habitação disponibilizado para os moradores. Destina-se recurso para a compra de material necessário para a construção das moradias e pagamento de mão de obra requerida para (re) construção das casas. Porém, na ocasião da reunião o jovem casal não constava na lista de beneficiados. Em 2005, no processo de cadastramento das primeiras famílias, os responsáveis pelo cadastro chamaram atenção aos moradores para avaliarem as condições de suas casas – se era necessário a reforma naquele momento com a promessa de que numa próxima remessa seriam contemplados. Foi aí que um casal solidário com a situação da prima com seu agregado familiar – composto por ela, marido e filhos, que viviam na casa do sogro – decidiram, então, disponibilizar sua vez a ela com a expectativa de ser contemplado numa próxima lista.

Conversei com um casal jovem que exemplifica o que estou dizendo em relação a importância e ao desejo de ter sua própria casa. Vivendo *amasiados* há um ano, ele vinte anos e ela dezoito, quando namoravam, com poucos meses de namoro a jovem engravidou “sem planejar”. Na época, o rapaz não estava realizando “capina” como *diarista* nos açazais. Sem condições financeiras para a construção de uma casa, o casal aceitou a oferta do pai dele de morar na sua casa e começaram então a morar juntos.

Atualmente, Pedro é assalariado, na função de ajudante de pedreiro em Barcarena. De quinze em quinze dias, volta para casa de seus pais. Sua esposa, diariamente, compartilha os

---

<sup>102</sup> MOTTA-MAUÉS (1993 [1977]:66), NEVES (1986), LIMA (2006), HARRIS (2006); MOTA (2014), FRAXE (2011)

afazeres domésticos na casa dos sogros e recebe auxílio da sogra no cuidado do recém-nascido. O pai disponibilizou um espaço ao lado da casa dele para o filho construir residência. Diz Pedro a mim: *Agora que já tenho minha família, tô querendo terminar a nossa casa, mas ainda não deu. Acho que até final do ano a gente muda.* A mudança para a casa nova celebra um momento importante para Pedro que a pretensão é encarnar uma unidade “independente” economicamente.

Nesse período trabalhando em Barcarena, Pedro não abandonou à área de açazal que o pai deu a ele para usar, assim que foi morar com eles, de modo que tem investido em capital (contrata trabalho de diarista) para o cultivo e extração do açai, permitindo, desta forma, conservar esse tipo de atividade e assegurar um eventual desligamento do emprego.

Em geral, as pessoas em Lariandeuá preferem morar na sua própria casa. Mas, reconhecem que o fato de morar próximo de alguém da família é bastante considerado por ter com quem contar, como diz Pedro: *É bom morar próximo. Pra mim, assim, que passo muito tempo fora de casa, a mamãe e as minhas irmãs ajudam ela (a esposa) com meu filho que ainda é um bacurizinho.* A jovem mãe apesar de reconhecer que recebe importante apoio da sogra e das cunhadas, já que sua mãe mora em outra localidade, diz achar ruim não ter sua própria casa. *É ruim tá na casa que não é sua, né? A gente tem essa cama aqui, fica ruim onde ela está. Não tem um quatinho só pra nós guardar as nossas coisinhas, mas se Deus quiser a gente vai ter a nossa aqui do lado mesmo. Eu ajudo a minha sogra. A gente se organiza pra bater a roupa na máquina: tem a dela e das minhas cunhadas. Eu bato roupa para ela quando ela vai pro mato, as minhas cunhadas me ajudam com o meu filho quando eu preciso ir na casa da minha mãe que está doente.*

Pelas circunstâncias da pesquisa trato de algumas configurações de família mais evidentes, como disse no capítulo II, que, embora seja dada maior atenção às mulheres na tese, decidi não tratá-las isoladamente, até porque minha análise se respalda na categoria gênero<sup>103</sup>, que, segundo Carneiro (1996:339), sublinha o aspecto relacional entre os indivíduos e de sexos diferentes também. Por isso não deixei de capturar (quando possível) as perspectivas masculinas, através de diversas temáticas extraídas da observação do contexto local, das conversas que realizei com o casal, individualmente (incluindo os homens solteiros,

---

<sup>103</sup> De acordo com Louro (1997) “o conceito de gênero tem se constituído de fundamental importância para compreender como as características sexuais são representadas através das práticas sociais”.

viúvos e mulheres também nessa condição na unidade familiar contatada) ou mesmo pelas perspectivas das falas femininas sobre as masculinas, sobretudo para evidenciar configurações características das relações de gênero que revelam diferenças na construção de poder que se apresentam em formas de estratégias e percepções distintas (Scott, 1990 e Cordeiro, 1996: 130). Esclarecida a “ausência” masculina e de outras mulheres (também), as informações apresentadas no quadro mais adiante são referentes às mulheres que participam da pesquisa e procuro compreender os tipos de formação e das relações familiares, a partir do que ouvi e observei.

#### **4.5 “Abrindo as portas”: as mulheres (os homens também) e a família em Lariandeuá**

De modo geral as mulheres com quem tratei mais de perto neste capítulo nasceram e se criaram na Ilha de Quianduba, sendo onze em Lariandeuá, duas entre Baixo e o Alto Quianduba, uma em Maracapucu, uma na comunidade Santa Maria. Somente duas não nasceram na ilha: uma em Ananindeuá e outra em Igarapé-Miri.

Todas são filhas de mulheres que nasceram na ilha e possuem relação de parentesco consanguíneo e/ou afins com os primeiros ocupantes de Lariandeuá, ou migraram para lá de outras localidades da ilha para construir suas vidas, suas casas e um futuro melhor. Aliás, é bom que se diga que uma família em Lariandeuá sempre está ligada à outra, pelo menos através de um parente comum.

No que diz respeito ao perfil etário das mulheres, as idades temporais oscilam entre os vinte um e oitenta e três anos. Isto permitiu observar, inclusive, as diferenças de visões sobre a formação da família, as etapas do desenvolvimento do grupo doméstico, o número de filhos, a situação conjugal, dentre outras temáticas que acabavam por desaguar ou provir no tema de meu interesse. Destarte, 47% delas têm menos de quarenta anos, 41% estão entre 41-70 anos de idade; 2% encontram-se acima de 70 anos, conforme Quadro abaixo:

Embora a definição de auto atribuição cor/etnia não seja um aspecto tratado na tese, apresento algumas autodefinições de cor que podem contribuir para o desenho do perfil desse universo de mulheres. Assim, no grupo das mulheres entrevistadas, uma se declarou preta, treze morenas, uma disse ser parda e uma morena clara.

Quadro 2: Perfil das Mulheres envolvidas na Pesquisa

Nome *	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Nº de Filhos (as)	Religião	Ocupação Principal	Local de Nascimento
Leonora	65	Não estudou	Viúva	9	Evangélica	Dona de Casa/Pensionista	Quianduba
Cristina	36	Ensino médio completo	Amasiada	3	Evangélica	Professora	Lariandeu
Irene	37	Fundamental incompleto	Casada	2	Evangélica	Dona de casa	Lariandeu
Célia	35	Fundamental incompleto	Casada	4	Evangélica	Lavoura/Dona de casa	Lariandeu/ Quianduba
Lúcia	36	Ensino médio completo	Casada	2	Evangélica	Agente de Saúde	Lariandeu/ Quianduba
Claudia	34	Fundamental completo	Casada	4	Evangélica	Dona de Casa	Lariandeu
Camile	21	Ensino médio completo	Casada	1	Evangélica	Dona de Casa/ Professora	Furo Grande
Josefa	75	Não estudou	Viúva	8	Católica	Roçado/Aposentada	Lariandeu/Quianduba
Janete	64	Fundamental incompleto	Viúva	8	Evangélica	Serviço doméstico/aposentada	Lariandeu/Quianduba
Socorro	62	Não estudou	Casada	8	Evangélica	Aposentada/ Fazendeira de cuia	Lariandeu/Quianduba
Aldora	66	Não estudou	Viúva	8	Católica	Dona de casa Aposentada	Maracapucu/Quianduba
Joana	83	Não estudou	Viúva*	11	Evangélica	Dona de casa/ Aposentada	Santa Maria/Quianduba
Bete	35	Fundamental incompleto	Casada	05	Evangélica	Roça, fazendeira de cuia	Lariandeu/Quianduba
Paula	41	Fundamental incompleto	Casada	05	Católica	Dona de casa e Lavradora	Igarapé-Mirim
Nazaré	45	Fundamental incompleto	Casada	9	Evangélica	Lavradora	Rio Quianduba
Juliete	26	Ensino médio completo	Amasiada	2	Católica	Tecedora de pano/artezanato de miriti	Lariandeu
Rosane	49	Fundamental incompleto	Viúva	10	Católica	Dona de casa/Tecedora de pano e rasa	Lariandeu

Fonte: Waldileia Amaral, pesquisa de campo, 2014

Quando inquiridas sobre a ocupação principal, logo me chamou atenção a diversidade com que a definiam, como mostra o Quadro acima. Embora todas se referissem inicialmente

somente as atividades da casa<sup>104</sup> (preparar o alimento, limpar a casa, cuidar dos filhos, das criações etc.) como unidade central ligada à mulher e às crianças ou das filhas/meninas da geração seguinte. Porém, ao indagar e acompanhar o dia a dia delas, várias atividades realizadas que vão se distinguindo de uma casa para outra. Desse modo, elas não descrevem apenas as suas atividades produtivas ou domésticas, mas têm outras atividades como a da igreja, da educação dos filhos e do lazer. Discussões de que me ocuparei no capítulo seguinte, aliados aos elementos aqui aventados do cotidiano para identificar, interrogativamente, entre outras questões, como é o fazer cotidiano das mulheres (considerando a família), o que pensam sobre suas atribuições e o conteúdo de suas atividades, como aquelas de produção e manutenção do grupo familiar – sem esquecer as conexões externas e suas reverberações neste universo, pretensamente mais “micro”.

No que se refere à escolaridade, pode-se dizer que, no geral, as entrevistadas possuem um baixo grau de formação escolar. No universo das mulheres com quem conversei, cinco afirmam não terem frequentado escola, mas dizem assinar seu nome, sobretudo aquelas com idade acima de sessenta anos. A concentração maior, em número de seis, ocorre entre as que não concluíram o ensino fundamental, dados que não divergem com a realidade educacional apurada por Rodrigues (2013) em pesquisa entre seiscentos moradores da Ilha de Quianduba que referem um percentual de 56,50% de moradores não ter concluído o ensino fundamental.

Por fim, há três mulheres que completaram o ensino médio e uma delas ingressou no ensino superior realizado em uma faculdade particular, em Abaetetuba e outra, atualmente, trabalha prestando serviço à prefeitura do município em Lariandeuá como professora na escola local. Por último, existe uma mulher que atua como agente de saúde, desde 2010, no mesmo local.

Em cada família há diferentes maneiras dos pais se esforçarem na valorização e extensão das carreiras escolares dos filhos. Entre as condições de acesso a escola, os motivos e as causas que tinham para deixar de estudar, ou mesmo para o pouco estudo, frequentemente apareciam em seus discursos: a ausência de escola em Lariandeuá e/ou a existência de poucos professores e, principalmente para as mulheres com idade maior do que sessenta anos, o

---

<sup>104</sup> Como uma forma de me dizer onde realizam suas principais atividades na organização familiar que pressupõe cuidar da casa e de todos. Dados de várias pesquisas tem apontado para uma espécie de predominância feminina no tocante a uma “fixidez” da responsabilidade e presença no lar (Woortmann, 1987, Motta-Maués, 2006)

trabalho em casa e obrigações familiares. Estas alegam como causas principais: o casamento, a chegada dos filhos, a falta de “liberdade”, a demanda por parte da família, com as tarefas domésticas e da produção, a necessidade de acesso à escola em outros lugares, por conta da não disponibilidade de transporte, além de problemas de saúde.

Os fragmentos de falas de algumas mulheres que participam da pesquisa que seguem abaixo refletem algumas dessas razões:

*[...] Estudei até a segunda série. Aqui era muito difícil escola, só tinham duas professoras ... Eu digo que nem estudei, porque eu não aprendi nada de leitura e não ia todos os dias (refere-se à época de muito serviço na lavoura e da disponibilidade de transporte), foi só o meu irmão que aprendeu, eu só aprendi mesmo assinar por causa do nosso documento, né? Ele (o irmão) me ensinou. Eu só me habituava a trabalhar na planta do arroz, da cana, em casa... E meu pai também não tinha condição de mandar todo mundo porque dependia da casqueta, a gente não tinha embarcação nessa época e ele tinha medo que eu arrumasse “homem”<sup>105</sup>.*

O que se pode observar, além das dificuldades iniciais quando não havia escolas no local, é que também não se “compreendia” a possibilidade de uma mulher estudar<sup>106</sup>, cujo destino era o casamento e a vida do lar. Em geral, elas foram pouco privilegiadas para prosseguir com os estudos, principalmente, nas famílias onde o número de homens era superior, ou porque o pai precisava de toda mão de obra disponível para ajudar a realizar as tarefas da roça:

*[...] Olha, eu era muito presa. Para bem dizer, eu só sei assinar o nome, porque a minha mãe não me deixava estudar de jeito nenhum. Ela era terrível! Agora que ela melhorou. Eu era a filha mais velha, só tinha eu e minha irmã. O resto era tudo macho. Trabalhava muito com ela e minha avó. A mamãe me prendia muito, ela achava que eu ia namorar logo (...). Depois, resolveu me encaminhar para casa de*

---

<sup>105</sup> O termo arranjar, marido, homem, macho, é uma forma comum de elas se referirem a relação do homem e da mulher e conseqüente a isso será um casamento não formal.

<sup>106</sup> Isto não quer dizer que no universo masculino não aconteça. Pelo contrário, identifiquei entre os filhos das mulheres com quem conversei, principalmente aquelas de idade acima dos 40 anos, casos em que seus filhos adolescentes e jovens em épocas de safra de produtos, faltavam aula até abandonar o estudo para contribuir com família em serviços do terreno e fora de Lariandeuá com trabalho assalariado. De acordo com Brandão (1994: 123) a escola é sempre uma situação de conflito para a família. A presença do filho na escola representa a ausência na lavoura e, muitas vezes, a necessidade do recurso ao trabalho assalariado. Esta situação também é confirmada em estudo realizado por Silva (2002) em Quianduba ao problematizar o referencial didático nos currículos que tem como parâmetro a vida na cidade e que desconsidera o tempo/espço da escola ribeirinha. “O currículo é alheio ao tempo/espço do rio, da maré, dos períodos de chuva forte, da safra do açai e da produção local” aponta a pesquisadora. Por isso muitos jovens do sexo masculino abandonam a escola para se dedicarem ao trabalho seja em seu lote ou como diarista em diferentes frentes de trabalho, constata o estudo (SILVA, 2012).

*um conhecido para trabalhar e estudar em Abaeté, mas não demorei muito lá não (...). Depois casei e me enchi de filho e sempre trabalhando com minhas cuias [...]*

A escola nem sempre foi acessível como nos dias atuais<sup>107</sup>, principalmente para homens e mulheres de mais idade. As primeiras escolas da comunidade funcionavam na casa de duas professoras. Parte do problema de prover educação adequada na ilha, como Lariandeuá, além de não existir escola os professores não tinham qualificação para lecionar. portando, diploma ginásial. Até o final da década de 1990, a estrutura de ensino atendia somente à Educação Infantil e as séries iniciais do Ensino Fundamental, situação que levava algumas famílias a sair de Lariandeuá ou encaminhar seus filhos para a cidade, em casa de conhecidos e/ou parentes dispostos a dar a acolhida às crianças e jovens.

Não é difícil encontrar famílias que saíram da ilha para manter os filhos na escola e acabaram fixando residência na cidade, como condição de acesso à educação e/ou aprendizado profissional<sup>108</sup> a exemplo da família de Seu Venâncio que comentei no terceiro capítulo, ou como aquelas crianças e adolescentes entregues pelos pais para trabalharem em “casas de família”. Esse é o caso de Socorro<sup>109</sup> que me contou que além de enfrentar as

---

<sup>107</sup> Lembro que o direito à educação é reconhecido no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 como um direito social, como pode ser observado no decorrer deste item que este direito nem sempre foi acessado entre as mulheres da pesquisa por diversos motivos conforme relato. Paludo(2001) nos diz que grande parte das mulheres eram analfabetas, pois, a educação pública, até a década de 1950, ainda não era realidade na maior parte das cidades do Brasil, principalmente no meio rural. Atualmente, funcionam duas escolas na ilha de Quianduba. Uma localizada em Lariandeuá chamada de Escola Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro que atende a Educação Infantil e de Ensino Fundamental e a Escola Dionísio Hage, situada no Furo Grande. Esta atende Educação Infantil até o Ensino Médio. Em Lariandeuá há um *barqueiro ou freteiro* (como são chamados) contratados pela prefeitura para realizar o transporte dos alunos. Segundo Corrêa (2012), na região das ilhas, existem noventa e duas escolas. Porém, cinquenta continuam funcionando em barracões, centros comunitários, casa do professor, sacristia da igreja. Há um campus da Universidade Federal do Pará instalado em Abaetetuba desde 1987 e no ano de 2008 o Campus do Instituto Federal de Educação do Pará – IFPA foi inaugurado.

<sup>108</sup> A migração, especialmente, para a cidade é acompanhada da valorização do estudo e da atração por oferta de emprego, criadas nos setores de mini-indústrias e serviços que têm efeitos sobre a desvalorização do trabalho agrícola e extrativo entre os ribeirinhos, como apontou Hiraoka (1993). O autor apresenta algumas possibilidades econômicas até o final do século XX, informando que ocorreu a modernização das principais olarias da região, que revelaram a produção em escala para o mercado, ocorrendo mudanças no modo de vida dos trabalhadores e na possível migração para outras áreas e para Belém, principalmente a partir da década de 60 do século XX.

<sup>109</sup> Casada com Rosaldo. Da relação com ele tiveram cinco filhos (biológicos) e um (de criação). O filho de criação foi *pego* para ser criado de uma prima dela que morreu de complicações de parto do quarto filho. Atualmente moram com eles na casa somente o filho de criação de 21 anos solteiro.

dificuldades de acesso à escola, vivenciava relação de conflito<sup>110</sup> com os pais, expressado no controle que eles exerciam sobre ela. Reclama a falta de liberdade ou pouca locomoção espacial permitida a ela, conforme relatado anteriormente.

A privação da escolarização de mulheres em Lariandeuá é uma realidade vivenciada por outras mulheres do meio rural. O estudo do público da Educação de Jovens e Adultos do meio rural - EJA<sup>111</sup> realizado por Silva (2012) que objetivou identificar a relação entre as representações culturais da escolarização das mulheres no período de 1950 a 1970 e a formação dos estudantes da EJA na atualidade, constata que entre as histórias das mulheres que viveram nessa época informam que os pais não permitiam que as meninas frequentassem a escola. Alegavam que a escolarização iria fazer com que “as meninas se tornassem muito espertas e passassem a escrever cartas para namorados”.

Aqui é oportuno dizer que a coerção social praticada sobre a educação de Janete, assim como de Dona Leonora<sup>112</sup> que não conseguiu estudar, porque não existia escola na localidade, também foi impossibilitada pela demanda do trabalho em casa como tantas outras que também reclamam da falta de liberdade (naquele tempo e contexto) para sair de casa e estudar, para namorar, para frequentar outros espaços “ditos” masculinos (muito embora na prática do cotidiano, as coisas não sejam tão rígidas assim). Essa situação revela um ingrediente cultural numa estrutura social onde o homem tem mais liberdade, como refletem Motta –Maués ([1977]1993) e Aguiar & Strapossola (2010). De acordo com os autores a natureza dos conflitos entre os membros de uma família é diferente quando envolve homens ou mulheres, é balizada por um viés de gênero:

---

<sup>110</sup> O termo *conflito* aqui é utilizado a partir de Aguiar e Strapossola (2010) que se referem “a determinadas situações que, mesmo potencialmente, estimulam ou podem estimular tensionamento da relação entre pais e filhos (as); ou, ainda, que explicitam a presença no espaço familiar de interesses divergentes, podendo esses serem justificados através das diferentes visões de mundo, concepções, valores, posturas, etc., que se colocam em confronto nesse espaço”.

<sup>111</sup> A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio. Ver mais sobre a pesquisa em: <http://www.uesb.br/eventos/semanapedagogia/anais/58CO.pdf> (acesso, 13/08/2015 às 15:46h).

<sup>112</sup> Casou com dezoito anos e enviuvou há dezesseis anos. Tiveram nove filhos, quatro homens e cinco mulheres. É provedora do seu grupo doméstico que conta, atualmente, com duas filhas (uma casada e uma solteira/desquitada), um genro, um filho solteiro e três netas.

“A condição do jovem na família rural é uma condição de subordinação, especialmente da jovem, a ‘falta de liberdade’ é um termo muito utilizado para se referir à condição da moça no meio rural. Os pais procuram exercer sobre elas enquanto vivem com eles (bem mais que os rapazes), mecanismos de vigilância e regulação que se estendem para os espaços que frequentam. Para os filhos (homens) o tensionamento entre pais. [...] tem o seu lugar, sobretudo na gestão da propriedade que se coloca na questão da liberdade e da autonomia para decidir, para interferir no processo de gestão da propriedade e desenvolver seus próprios projetos e com eles obter uma renda própria que lhes possa garantir autonomia financeira (AGUIAR e STRAPOSSOLA, 2010: )

Ainda na fala de Socorro outro aspecto observado é a preocupação dos pais em protegê-la de qualquer “falatório”. Para eles, “cada ação é objeto de uma apreciação e julgamento” (Comerford, 2003: 31) e isto implica um aumento no grau de controle sobre elas para não se afastarem do modelo pregado da imagem de uma moça “direita” e fugir da *fofoca* (Fonseca, 2004)<sup>113</sup>. A *fofoca*, segundo Cordeiro (2006 e 2007), parece ser um dos recursos amplamente usados em diferentes contextos rurais “para dificultar, impedir as transgressões, desrespeitos ou negligências às ordens morais de gênero pertencentes a uma dada matriz heterossexual” que envolve o recato, a obediência aos pais, a discrição dos afetos e da sexualidade e a conformação dos limites corporais e das condutas.

De outro lado, porém, encontrei mulheres que conseguiram elevar o nível de escolarização, como Cristina de trinta e cinco anos que deseja ir mais adiante nos estudos pelo PARFOR<sup>114</sup>, na Universidade em Abaetetuba. Também, encontrei Irene de trinta anos que manifesta disposição para voltar a estudar e recuperar o tempo que ficou fora da escola em função da maternidade que ocorreu prematuramente; o que implica, muitas vezes, para um grupo de mães muito jovens o abandono dos estudos que junto com a “nova” vida de casada estão embutidas várias responsabilidades que as impedem de se ausentar por muito tempo da casa, como demonstra a fala abaixo:

*[...] Quero ver se esse ano eu termino a 5ª e 6ª série. Eu parei, porque na época que nós era criança, não tinha, de primeiro, o ensino para concluir o ensino médio, era até a 4ª série, até com meus quatorze anos por aí. Como nessa época o estudo não tinha tanto valor, era uma coisa que os pais não davam tanto valor, a gente teve que abandonar a escola pra trabalhar. Aí foi quando começou a ter o ensino médio, eu*

<sup>113</sup> De acordo com a autora a “fofoca serve para informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública”.

<sup>114</sup> O PARFOR se constitui em uma Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes pública da educação básica.

*já tava quase com dezessete anos. Depois fui morar junto com meu marido, e na época já tinha a quinta série. Mas como posso com marido e filho pequeno?. ... Agora, o meu marido trabalha lá pra Barcarena e vem de quinze em quinze dias. Tenho que ser mãe e pai [...]*

Nesse contexto, é interessante observar que, entre as mulheres de Quianduba, a referência e o desejo de que outras gerações garantam a continuação de estudo ( e isso tem acontecido), uma vez que hoje são maiores as facilidades de acesso à escola. Janete (a quem me referi anteriormente) me diz que hoje se sente “aliviada” pelo acesso a serviço de transporte escolar, mesmo insuficiente, para atender a totalidade de alunos, para que os filhos frequentem a escola e pelas oportunidades<sup>115</sup> que têm de escolher se querem seguir com os estudos ou não:

*[...] Hoje eu fico muito feliz da rabeta vim buscar e deixar na escola meu filho, meus netos, eu me (a) lembro que a gente só tinha uma canoinha. E por esses projetos<sup>116</sup> que vem dos governos. Hoje em dia, os vários projetos têm os momentos de lazer, mas tem o momento que preste para aprender, eu fico assim agradecendo a Deus. Por isso, eu digo para essa minha neta aqui para ela aproveitar e estudar mesmo e se formar. Depois pode pensar em arranjar marido e ter filho. Oportunidade ela tem, porque na minha época pra se ter um estudo tinha que ter condição própria, nem o governo ajudava, nada, nada... Eu que tive que trabalhar em casa de família pra tentar pelo menos saber assinar o nome. Eu digo pra minha neta: pra coisa que preste tem todo o meu apoio [...]*

Célia se refere às condições atuais de acesso à escola e às oportunidades que os filhos têm de sair e conhecer outros lugares que não usufruíam quando eram da idade deles:

*[...] Eu já falei pros pequenos daqui, eu não tive a oportunidade que eles estão tendo. Eu acho assim que quando uma moça vai com o professor pra alguma viagem com os colegas, como eles fizeram ano passado lá pro Mangal das Garças, lá em Belém, pra fazer algum ajuntamento, né? Ela se sente mais realizada, mais valorizada. Isso no meu tempo, Deus me livre! Nem passava pela cabeça dos meus pais deixarem. E, até porque, nem escola a gente tinha [...]*

Embora exista, atualmente, escola em Quianduba e em Lariandeuá, os meios de que dispõem são poucos e insuficientes. Os moradores queixam-se do reduzido serviço de transporte escolar para atender a Ilha, da necessidade de estruturas de comunicação, melhores condições sanitárias da escola, aumento do número de professores, principalmente, que

---

<sup>115</sup> Refere-se a ampliação das políticas educacionais e o ao acesso ao Bolsa Família, que tem entre suas condicionalidades a frequência na escola.

<sup>116</sup> Cita a influência nessa decisão do desejo de alguns pais quanto a um futuro diferenciado para seus filhos e a possibilidade de acesso ao Programa Bolsa Família, que tem entre suas condicionalidades a frequência na escola.

residam no local, segundo eles, para evitar faltas e permitir acompanhamento dos alunos mais efetivo; e ainda a implantação da energia elétrica. Mais importante seria a elevação da escolarização ao nível superior em escola pública e não privada (recentemente implantada em Quianduba), pois a ensino superior publico só é possível na cidade, sede do município ou na capital, Belém.

Poucos são os jovens que chegam a cursar o ensino superior. A filha de dezenove anos (solteira e sem filho) de Bete estuda em uma universidade pública em outro município. Para isso, passou a contar com a acolhida na casa de um tio materno, há um ano. Antes, ela dividia um quarto (alugado), com duas colegas da ilha, localizado próximo à universidade. Nas férias escolares, a filha de Bete retorna para a casa dos pais. Quando é possível mandar *um dinheirinho*, ela vem, de quinze em quinze dias.

De maneira geral, os moradores almejam e se esforçam para que os filhos tenham estudo formalizado e aumentem as possibilidades de participação mais direta na aquisição de rendimentos. O acesso à escolarização, no nível superior, representa um esforço e um salto importante para o jovem da ilha. São poucos aqueles que conseguem chegar à universidade. Tive a oportunidade de conversar com três jovens que cursam Matemática, Biologia e outro que se prepara para prestar concurso do vestibular em Agronomia.

A filha de Bete que cursa Matemática me diz que almeja se formar e ter uma profissão. Casar e ter filhos não escapa de seus planos, mas isso deve acontecer quando estiver formada e conseqüentemente, quando tiver um emprego. Outro aspecto constatado é a conquista da confiança dos pais em permitir que a filha solteira estude em outro lugar e não necessariamente em Abaeté.

Ao ocupar uma fração importante da vida, pelo tempo prolongado que requer um curso de graduação, a mãe me diz confiar na filha “longe dos olhos” dela. *Tenho pra mim que não vai arranjar logo homem e nem filho... Ela tem cabeça pra isso... O namorado dela por enquanto é o estudo* [risos]. Compara com a da filha, a situação da irmã, ao interromper o estudo bem mais jovem, por conta da gravidez.

Michel Bonzon (2004) reitera de que a idade da primeira relação é sempre mais precoce nos meios populares entre outras coisas em função da saída de certos controles da família e algumas mulheres estabelecem logo que possível, uma vida conjugal ou pré conjugal

por exemplo, como aconteceu com algumas das pessoas com quem conversei em Lariandeuá, que cedo se amasiaram, como foi o caso de Dona Nazaré que fugiu com seu marido aos treze anos de idade pela repressão do pai por ser ainda muito nova. No entanto, o autor ressalta não de que a herança cultural familiar represente nela um papel marcadamente. O fato é que à maturidade precoce contrapõe-se o atraso daqueles que fazem longos estudos:

[...] a permanência prolongada na instituição escolar mantém esses jovens em uma posição de dependência material, ou até mesmo psicológica, adolescente, que não favorece uma transição precoce à sexualidade adulta. Certos tipos de estudos mais exigentes (séries científicas no secundário, classes preparatórias nas escolas superiores) podem criar uma atitude ascética, em que o aprendizado da sexualidade, custoso em investimentos pessoais, não é considerado prioritário [...] ( BONZON, 2004: 98)

Marta, vinte anos, é a pessoa letrada de maior nível no interior do seu grupo doméstico, assim como a filha de Bete, filha de pai e irmãos com poucos anos de estudo. Cursa o segundo ano de Biologia, em Abaetetuba. Diz ela que namora um rapaz de dezenove anos da Igreja, mas não está nos planos se casar logo: *porque sei, se eu for embora com ele agora, não conseguirei terminar... E aí, ter filho, pra terminar o curso vai ficar difícil, né? ...O nosso pastor ajuda muito nos conselhos sempre fala pra a gente estudar primeiro.* Ainda segundo Bonzon (2004) a religião não costuma favorecer a precocidade sexual e de certo modo pode exercer certo controle sobre a conduta de jovens e adultos. Marta me diz que a vida dos pais é bastante sacrificada e por isso até pensa em casar e ter filhos, mas quando conquistar sua independência financeira.

Vejo aqui similaridade ao estudo de Estumano (2004), intitulado: Uma vida, duas vidas, muitas vidas – que fala das “diferenciações de gênero no cotidiano familiar e profissional de camadas médias e urbanas em Belém” quando fala a respeito do “filho adiado” em uma relação. O casal deixa de ir a festas por conta dessa cobrança, da conformação a um modelo, os casais modernos têm o filho adiado.

Por fim, a valorização do ensino escolar formal é variável de acordo com o capital cultural de cada família. Para Gabriel, de dezessete anos, que se prepara para o vestibular em Engenharia Agrônoma e integra um grupo doméstico composto por uma mãe com graduação em sociologia, o pai com segundo grau incompleto e o filho menor, irmão dele, de

15 (quinze anos) estudando, o desejo maior é ser um engenheiro e ter um emprego, preferencialmente, perto dos pais e ajudá-los.

Quando indagava sobre o estado civil das mulheres com quem conversei, para compor o perfil das mesmas, busquei interpelar como o casal se conheceu, se eram do mesmo local, parentes, quanto tempo vivem juntos, o número de filhos e a composição dos membros que moram na casa atualmente. Nas conversas, alguns termos e situações comuns estavam nas narrativas das mulheres e homens de Lariandeuá que indicavam maneiras de vivenciar as relações de namoro e casamento e que ganham – como sempre ocorre – contornos específicos e flexíveis em relação aos padrões morais e legitimados socialmente.

#### **4.6 Entre as narrativas (algumas) maneiras de vivenciar as relações de namoro e casamento na ilha de Quianduba: o que se espera, o que se vive**

*“... Ai, a primeira festa, a primeira fresta, o primeiro amor.  
Na hora certa, a casa aberta, o pijama aberto, a família. A armadilha.”  
(A flor da idade. Chico Buarque)*

Segundo Pantoja (2002), é comum entre os jovens viverem momentos de descobertas das relações afetivo-sexuais e nesse caminho viverem alguns acontecimentos, nem sempre transcorrido sem conflito; o primeiro amor, o primeiro beijo, o namoro, o frio na barriga, o coração palpitante são referências importantes para meninas e meninos nesse processo. E, nesse mesmo terreno, as mulheres com quem conversei parecem ser as guardiãs de detalhes em Lariandeuá.

Entre as conversas diárias na Ilha, as referências sobre o namoro ocorrem, de maneira geral, na informalidade. A partir dos treze para quatorze anos, as mulheres, principalmente as mais velhas, contam que na sua época, quando eram *mocinhas* ou como se diz na “flor da idade”, os pais eram bem mais rigorosos que hoje em termos de controle sobre os relacionamentos de namoro. Mas ainda assim, hoje, o namoro é tolerado pelas famílias em Lariandeuá com certa cautela, como diz uma moradora que cito abaixo como uma relação de continuidade entre as gerações:

[...] *Por mais que hoje as coisas tenham mudado pra as moças, eu acho que devido o governo ter dado tanto apoio para os filhos estudarem, se ganha uma bolsa, obriga-se a largar o lar e estudar. Elas estudam passam mais horas na escola... A moça já se torna um pouco dona da vida dela com pouca idade, elas conseguem namorar mais que no tempo da gente, mas também algumas dão mais pontada na cabeça. Ela acaba fazendo coisas que não deve fazer, porque não tem uma noção da responsabilidade do que é... Dentro de Abaeté, eu tenho família por lá e eles começam a namorar na escola, a moça dorme na casa do namorado e vice-versa. Aqui você não vê um namorado dormir na casa da namorada, isso não tem. É raro engravidar e depois fugir. Os pais são rígidos porque eles querem uma pessoa certa. Casar e viver até morrer. Antes, as pessoas ficavam juntas, sem casar, mas agora o padre tá exigindo para batizar, o casamento. As mulheres que levam o marido para a igreja [...]*

Os namoros em Lariandeuá assim como abordaram estudos em diferentes tempos, contextos e lugares (Woortmann, 1992; Menezes, 2003; Cancela, 2013.), geralmente os namoros começavam com um “oi”. Depois, podia haver ocasiões em que se prolongava a conversa, com a presença de outras pessoas, alguns olhares, mas, raramente, se via publicamente carícias, um beijo na boca, no máximo um *selinho* (como se diz hoje). O que *os olhos viam* era no máximo “só pegar na mão” ou, timidamente, “colocar os braços sobre os ombros da moça”, conversar na ponte ou na janela da casa da jovem, com a presença de outras pessoas, com horário determinado pelos pais até o início da noite. No entanto, o controle por parte dos pais, e dos ‘olhares’ da vizinhança sobre essas relações, não eram suficientes para a inibição dos encontros às escondidas com seus pares, o que mostra a debilidade de tal controle por parte da família.

Assim, elas me dizem que sempre havia um jeito de burlar as regras de alguma maneira. Citam os lugares e momentos propícios para as *escapulidas* e para que os encontros pudessem intercorrer: a igreja<sup>117</sup>, por ocasião das missas, cultos e festas, em aniversários de algum vizinho ou parente, por ocasião dos mandados pelos pais (situação, por exemplo, em

---

<sup>117</sup> Embora os calendários de eventos da Igreja evangélica sejam mais robustos, atualmente, em Lariandeuá, as pessoas de mais idade citam os eventos dos católicos envolvendo novenas e as festas dos santos padroeiros como ocasiões bastantes propícias para iniciar os namoros, encontrar-se com o eleito/a ou ocasião para a fuga dos enamorados. Isso acontece, principalmente, para as mulheres acima de 50 anos que afirmam que em época das festas os moradores na ilha se preparavam para acolher pessoas de outras localidades, ocasiões em que algumas mulheres exibiam os vestidos de tecido obtido do trabalho no Engenho Santo Antonio, de Antonio Pinheiro Filho, para fabricar cachaça. De acordo com uma mulher de Furo Grande de 86 anos, os *engenheiros* (*espécie de intermediários*) “traziam as peças de tecido compradas no comércio do Guimarães em Abaeté. Ele não pagava a gente em dinheiro, apenas em produtos” Disse-me uma senhora entre os vários produtos oferecidos (carne, peixe, manufaturados) havia peças de tecido, aliás, muito requisitadas pelas moças para feitura de vestuários para as festas da igreja, sempre acompanhadas por um membro adulto de suas famílias. Atualmente são poucas ocasiões de festas como *antigamente*

que vão à casa de um vizinho ou parente levar ou pedir emprestado algum objeto, levar recado)<sup>118</sup> o campo de futebol, a escola, as viagens realizadas por *freteiros* para as localidades da ilha (esses três últimos me foram apontados pelas mais jovens entre as mulheres da pesquisa por seus filhos/as quando tive a oportunidade de ver e ouvir deles.

Irene, hoje com trinta e oito anos, casada com Marcelo, quarenta anos, me diz que as mulheres que infringiam a vigilância sabiam que corriam perigos e certamente seriam repreendidas pelos pais quando descobertas:

*[...] Eu me lembro de que quando a gente queria se encontrar a gente dava um jeito. À tarde, sempre nós tomava (mos) banho aí na frente. A tia do meu marido morava bem ao lado de casa. Ele sempre vinha aí como quem não quer nada [risos] Eu dava um jeito ou ele de mandar dizer por alguém (minha prima era a nossa escudeira) pra dizer que ia estar em tal lugar.. Ah..mas quando o pai descobre pode ter certeza que apanhava. ....A mulher só passava a ser daquele homem quando ela passava a morar com ele. Se ela saísse e namorasse fora, quando ela chegasse elas apanhavam. E todo mundo sabia, de boca em boca. E não demorava muito e fugiam [...]*

Embora os casais se sintam envergonhados em falar das transgressões, as mulheres, principalmente, dizem que as relações mais íntimas acontecem quando os casais fogem e vão viver juntos. *A gente só vai namorar mesmo* (manter relações sexuais como enfatizam) *quando casam. É por isso que tem muita menina que foge cedo. Eu penso assim: quando a gente é muito presa, como eu fui, pode ter certeza que no primeiro cio, na primeira lua, como a minha avó dizia, essas pequenas vão embora.*

Assim como na comunidade de Itapuá, que Motta-Maués pesquisou em meados da década de 1970, em Lariandeuá, também não é tão incomum, manter relações sexuais antes de uma vivência conjugal e, também, a ocorrência de gravidez pré-nupcial. Assim como observou Cancela (2013) a convivência e a proximidade entre as casas ou a coabitação (mesmo temporária), são espaços propícios apontados na fala das mulheres onde o relacionamento se iniciava e onde facilmente os encontros poderiam ser combinados. A proximidade das casas permitiu que Cristina e Ailton iniciassem o namoro.

Ele vindo em uma *comitiva*, como me disse ela, de São Miguel do Guamá (município do estado do Pará) com vários outros trabalhadores que prestavam serviços a madeireiros

---

<sup>118</sup> Quem chega em Lariandeuá pode observar as casas (em geral) uma ao lado da outra (distanciada por pontes) ou de frente uma das outras (separadas pelo igarapé), embora não havendo nenhuma ordem de disposição.

daquele município. Ailton ficara, inicialmente, acolhido na casa do avô de uma sobrinha dela, passavam meses por lá e depois retornavam. No decorrer do tempo, ele passou a se hospedar na casa do tio de Cristina (por conta da proximidade com a área de reserva de madeira), nas proximidades da casa dela, aliás, separada, apenas, por uma ponte.

Foi quando conhecera mais de perto seu futuro marido, já que as saídas para lugares mais distantes eram ‘reguladas’<sup>119</sup>, em parte, pelas restrições de transporte e/ou para uso das filhas, pois sua família possuía somente uma *casqueta*. Após a vinda de Ailton para a residência do cunhado, os dois passaram a se ver corriqueiramente na casa ao lado, nos almoços ou fins de tarde, quando ele seguia para o campo de futebol junto com os irmãos, cunhado e o primo dela. Ocasão propícia para as trocas dos primeiros olhares e gestos mais íntimos e finalmente o prenúncio do namoro. Mesmo sem o consentimento dos pais, Cristina ia vê-lo amiúde: sempre às escondidas.

O relacionamento de namoro com Cristina durou um pouco mais de um mês, tempo de duas idas e voltas de seu futuro cônjuge na comitiva. Aliás, tempo suficiente para planejamento da fuga para o município do rapaz. Ailton havia rompido uma relação de três anos de casamento (com a benção do ‘padre’) devido o reconhecimento da infidelidade de sua primeira esposa, com quem tivera dois filhos. Com a moral abalada perante a família e os vizinhos, além da indisposição com a família da esposa, por conta da guarda dos filhos, isso fez com que o rapaz permanecesse mais dias em Lariandeuá para evitar conflitos com aquelas pessoas.

Cristina conta que ele foi o ‘primeiro’ e o ‘único’ homem dela. Uns dias antes de fugir, ela havia ‘sinalizado’ à sua mãe que queria dar *um rumo* em sua vida. Ao se consolidar a fuga dos enamorados, numa noite quando os pais encontravam-se ausentes (os dois no culto da igreja), seguiram para casa de um amigo de Ailton em outra comunidade e no início do outro dia, seguiram para o município do rapaz. Quando soube da fuga da filha, a mãe teria ficado zangada e ‘surpresa’ pela rápida decisão e temerosa por saber que o rapaz possuía filhos com outra mulher e pelo procedimento de como ocorre a fuga, que no geral os jovens são

---

<sup>119</sup> Em Lariandeuá percebe-se que não há muitas diferenças entre meninos e meninas com idade de cinco e seis anos, eles estão juntos. Depois que são rapazes, vão a lugares mais distantes com e até embarcação que a família disponibiliza. Enquanto as saídas das meninas são mais retidas, não só pelo trabalho junto com a mãe no mundo doméstico, mas pelo medo dos pais de que elas possam “cair na vida” (NOBRE, 1998).

abrigados na casa dos pais do rapaz. Nesse caso, os pais residem em outro município, daí a inquietude e preocupação da reação da ex-esposa de Ailton com sua filha.

Passado o momento de tensão, o casal veio se “redimir” (esse tipo de atitude é esperado pelos pais), dois meses depois, da atitude desviante com os pais. Grávida, os dois permaneceram um ano em São Miguel, tempo para que o primeiro filho nascesse. Um pouco antes do falecimento do pai dela, este havia lhe concedido parte do terreno para construir sua casa, localizada atrás da residência da mãe (viúva), representando, dessa maneira, o consentimento da família para a união do casal. Hoje, dessa relação há três filhos: de um, dois e quatro anos.

Embora os casais falem envergonhados da quebra das regras quando se referem às relações mais íntimas, dizem que quando esta é publicizada, ou numa ocorrência de gravidez antes de “se amasiar” ou “casar tudo bonitinho”. O ideário tradicional em Lariandeuá é “se casando e “engravidando”, como assinala Pantoja (2002)<sup>120</sup> em seu estudo, e não casando porque está grávida. Mas, pode acontecer dos jovens, com o apoio da rede familiar, organizam-se para viverem juntos. Foi o que aconteceu com a filha de uma das mulheres pesquisadas. Quando estava próximo de completar quinze anos engravidou de um rapaz de dezenove anos, de outra localidade da ilha. Para que a moral da moça e da família não fosse abalada, os pais da jovem (agora avós) acolheram o casal na residência (um quarto) e permitindo o uso comum da cozinha. De acordo com Neves (1985) o valor moral atribuído a paternidade<sup>121</sup> e à maternidade como funções específicas à relação de casamento cria uma situação social favorável ao ato social de coabitação.

Em conversa com algumas mulheres da localidade – situadas na faixa etária entre 35 e 65 anos - elas revelaram que é muito bem visto ‘aos olhos da comunidade’, a menina que consegue chegar aos quinze anos<sup>122</sup>, estudando, sendo frequentadora da igreja e, principalmente, não tendo sido foco de *fofoca* por conta de namoros escondidos e, pela perda

---

<sup>120</sup> Para se referir a forte presença de traços de origem da grande maioria do grupo de jovens e suas famílias por ela investigado num bairro da cidade de Belém que eles, por terem “*um pé no campo*”, atualizam nas experiências afetivo-sexuais.

<sup>121</sup> Em Lariandeuá não é comum o rapaz se negar ao reconhecimento da paternidade da criança.

<sup>122</sup> Algumas mulheres relataram que na impossibilidade de realização do aniversário de quinze anos, desde que a moça mantenha o perfil esperado, aos dezoito anos tem seu aniversário festejado.

da virgindade antes de se *amasiar*. Ao manter seu estatuto de *moça*<sup>123</sup> e dependendo da ‘reserva’ financeira da família, tem seu aniversário de quinze anos planejado e celebrado com a ajuda da família. A realidade empírica aqui estudada apresenta certa semelhança encontrada por Sanches (2014) que atenta para esse rito de passagem<sup>124</sup> em Abacatal e de Pantoja (2002) em Belém.

Quando iniciei a pesquisa de tese observei alguns comentários a respeito do aniversário de quinze anos<sup>125</sup> de uma *mocinha* que seria realizado ao longo do ano. Inclusive, fui até convidada pela família para participar do evento, mas, devido à morte de um parente próximo da menina (uma semana antes do aniversário) não foi possível realizá-lo. Lembro-me da mãe e da avó me relatarem dos preparativos da festa e de outras (poucas) meninas também que tiveram seus aniversários celebrados e festejados.

---

<sup>123</sup> De acordo com Sanches (2014): “Aos quinze anos em diante e até manter a primeira relação sexual com algum homem as meninas são moças (virgens). Caso “percam” a virgindade, perdem também o estatuto de moça e serão chamadas de “mulheres” (2014:151). Ver mais detalhes em seu primorosa pesquisa em Abacatal.

<sup>124</sup> Leach (1974) diz que os ritos de passagem são medição para o tempo em diversas sociedades, já que eles estão atrelados à demarcação dos desenvolvimentos de ciclo vital humano. Esta marcação, por sua vez, liga-se a alguma espécie de representação ou definição do tempo.

<sup>125</sup> Os aniversários de quinze anos costumam ser celebrado na casa ou na igreja. Especialmente para aquelas que frequentam a igreja evangélica (Assembleia de Deus), há organização, por parte de outras meninas, para a entrada da moça na igreja com coreografias, apoiadas com leitura de louvores e textos bíblicos. Geralmente é realizado um culto pelo pastor local, posteriormente, realizam-se sessão de fotografias e ao lado da igreja é servido um jantar. As aniversariantes usam vestido em geral, alugado, de diferentes cores: rosa, lilás, verde e vermelho. O rosto é cuidadosamente maquiado e cabelo caprichosamente arrumado. Para aquelas cristãs católicas, em geral a celebração é realizada na casa da aniversariante ou no centro comunitário com festa dançante e a meia noite a valsa.



FOTO 15: Celebração de aniversário de 15 anos de uma jovem de Lariandeuá  
Fonte: Foto cedida pela aniversariante

Para a festa há toda uma organização, os preparativos ocorrem bem antes com a criação de pequenos e médios animais, incluindo o porco e, no dia, fazem muitos assados e doces. Os convidados, em geral, são os familiares, os jovens da escola e da igreja que frequentam os vizinhos que residem na ilha ou de outras localidades. O mérito da menina de receber homenagem no dia de seu aniversário de quinze anos é expressada nessa fala: *É uma boa menina, estudiosa, não me dá trabalho, mesmo!* Disse-me a mãe, comparando com atitudes de outras meninas que não estudam ou abandonaram a escola porque engravidam ou constituem família antes de quinze anos. A idade para a constituição de novas unidades familiares, em geral, varia de dezessete a vinte um anos, ou até antes, para as moças. Por isso não é raro como aponta Motta-Maués ([1977]1993) em estudo em Itapuá, encontrar mulheres tendo filhos e, ao mesmo tempo sendo avós como foi o caso de duas mulheres da pesquisa que comento mais adiante. Os rapazes casam, geralmente, mais tarde, em geral, depois dos dezenove anos.

Embora não tenha presenciado nenhum aniversário de quinze anos durante a permanência em campo, tive acesso a registros fotográficos e de um vídeo e pude ouvir também de alguns familiares sobre esse rito de passagem na ilha.

A tia de uma aniversariante me reportou que a realização do aniversário de sua sobrinha ocorreu no salão da igreja cristã (Assembleia de Deus) e ouvi os discursos proferidos, durante a festa, pelos familiares do merecimento que teve a aniversariante para a celebração. Entre os quais são ressaltados: o de se *“mostrar uma filha muito obediente, estudiosa, que ajuda nas tarefas da casa, cumpre direitinho os seus deveres.. E que se caprichar (ou seja, continuar manter uma conduta regular) o casamento vai ser ainda melhor* disse a mãe. A mãe lamenta não ter conseguido proporcionar uma festa para outras três filhas. A irmã da aniversariante diz ser *um sonho de todas as filhas terem uma festa como a da irmã. Mas, quando chegou a vez da nossa irmã, todas nós ajudou para que a festa pudesse ser realizada* . A irmã ressalta da impossibilidade das três irmãs não terem o aniversário de quinze anos realizado por conta das dificuldades financeiras de seus pais.

Voltando para as relações de namoro, entre as pessoas que participam da pesquisa, poucas foram às situações entre as mulheres em que o casal declara publicamente suas ligações amorosas, com anuência reconhecida dos pais e mesmo quando não são ‘aprovadas’ formalmente por eles também não são inibidas. O desestímulo, por parte dos pais, relatado por duas mulheres ocorre em situação em que seja uma ‘moça da igreja’ e o jovem namorado não; ou então por ser um parente muito próximo. Nestes casos, as cobranças à sua conduta são acentuadas, mas isso não as impede de continuar a relação ‘às escondidas’ ou de impor suas escolhas de namoro e matrimoniais publicamente, de modo que não é raro encontrar primos de primeiro grau casados.

Acompanhei por algum tempo o caso de namoro *escondido* de uma moça. Ela estava perto de completar dezesseis anos e contribuiu para se observar essa prática (não tão) escondida nesse lugar. Namorava escondido por não ter permissão dos pais, achavam que ela deveria se concentrar primeiro para terminar os estudos, e se preocupavam que o namoro poderia trazer uma gravidez ‘antes do tempo’.

O rapaz (dezessete anos) aproveitava a passagem para o campo de futebol (aos finais de semana) e parava em frente à casa de Patrícia para dar carona ao seu irmão e a um vizinho da família da namorada, sempre, em tardes ensolaradas. Depois que tive a oportunidade de falar com Patrícia sobre isso, ela me confessou: *Quando ouvia o barulho do motor da rabudinha se aproximar, eu sabia que era ele, ficava nervosa, nervosa, me tremia todinha, não queria que ninguém desconfiasse que a gente estivesse se gostando, porque se o papai*

*sonhar, ele não vai mais deixar eu sair com o meu irmão.* A volta do campo de futebol era o momento do rapaz se ocupar de jogar conversa fora com os primos dela e dos colegas que vinham com ele, era um momento propício para ver Patrícia e lançar os primeiros olhares. O irmão de Patrícia começou a desconfiar e logo se mostrou reticente ao possível namoro porque ouvia relatos de que o rapaz namorava outra menina na comunidade e por não ser da mesma religião dos pais, certamente seria um motivo para que os mesmos não a deixassem namorar.

Patrícia sempre que podia me acompanhava às visitas e acabei insistindo um pouco quando esta me conduzia até à casa de uma vizinha dela. Ela comentou comigo sobre o namoro. Disse-me gostar dele e achava que a implicância do seu irmão é devido ao ciúme que ele demonstra ter, mas confessa conseguir driblar a vigilância dos pais quando vai para a escola e para a igreja. Ela sente o peso da autoridade do pai, através da regulação dos espaços que deve frequentar e compara a liberdade dada ao irmão:

*[...] Eu fico pensando o papai deixa ele ir (o irmão) com os colegas para tudo quanto é canto e com a rabetinha dele. A hora que ele chegar está bem pra eles, mas para mim, não; se eu saio com o meu irmão, agora somente pra igreja, às vezes participo da reunião dos jovens, mas tenho horário pra voltar..até ele (o irmão) me vigia [risos].*

Um tempo depois soube por uma moradora (vizinha da família), casualmente, que Patrícia teria apanhado da mãe por conta de uma escapulida. A informação revestida de um forte teor de moral sobre o comportamento de Patrícia enfatizou que a mãe não deixou o pai da menina saber que esta havia chegado tarde da escola, possivelmente, por conta de namorado. A vizinha ainda teceu comentário de que entende a preocupação da mãe com eventual reação do pai ao tomar conhecimento do acontecido e de possibilidade de uma gravidez indesejada da filha muito cedo: *Aqui se não controlar essas meninas num passe elas arranjam filhos e acabam com a vida dos estudos. Hoje, elas estão mais soltas...*

Em Lariandeuá, o controle exercido à conduta das pessoas é sempre objeto de observações pelos moradores de várias maneiras. Lembro-me, por diversas vezes, ao encontrar-me na casa das pessoas que participam da pesquisa, conversando com elas, de repente éramos interrompidas por algum morador ou alguém da própria família que chegava ou fazia questão de acenar. E de maneira discreta, às vezes, perguntavam se apenas me

encontrava passeando, se se tratava de alguém do governo, do Incra, ou se eu era parente da professora. Enfim, era uma maneira de procurar saber quem eu sou e qual meu interesse ali. Por outro lado, as pessoas com quem conversava, às vezes, até me interrompiam para ouvir o barulho do motor da embarcação e averiguar quem estava passando.

Comefford (2003) ao descrever várias situações de observação feita dos moradores sobre a circulação e atividades na localidade durante o seu trabalho de campo infere que esses eventos narrativos podem ou não ser classificados como *fofoca* que tem uma forte carga negativa:

[...] Esse controle informal exercido por todos é apenas um aspecto do controle mais amplo exercido de maneira geral, não só sobre as incursões dos estranhos (que nesse caso é mais aberto e indiscreto), como também sobre as ações dos moradores, que são sempre objeto da observação dos outros moradores. É evidente, por exemplo, o acompanhamento que os moradores exercem na medida do possível sobre as atividades agrícolas e pecuárias de seus vizinhos, sobre os namoros e casamentos, as doenças e mortes, e sobre os conflitos entre as famílias e dentro de cada família. Com a troca de informações em inúmeras conversas. Mais do que apenas troca de informações, trata-se na verdade de eventos recorrentes que envolvem a narrativa das ações observadas, em termos de certos valores e categorias e de acordo com certos padrões tanto relativos à forma da fala como à forma do encontro. Esses eventos narrativos podem ou não ser classificados como *fofoca* (termo de forte carga negativa já que, como dizem na região, “fofoca é a pior coisa”) dependendo das circunstâncias, da maneira de narrar, e, sobretudo de quem realiza a classificação – que será por sua vez parte de outra narrativa, que pode ela mesma ser classificada ou não como *fofoca*, e assim por diante (COMEFFORD, 2003: 32)

Há um consenso entre as mulheres de mais idade de que o controle sobre as filhas seja hoje menos rigoroso do que no “nosso tempo”. Mas, de modo geral, observa-se ainda que o conflito entre pais e filhas insiste permanecer pelo fato de como são socializadas conforme especifica Nobre (1998):

[...] Quando resgatamos, em uma linha da vida, o desenvolvimento de meninos e meninas, percebemos que, na área rural, eles estão juntos, sem grandes diferenças até por volta dos 5 anos. Depois, as meninas começam a seguir as mães, aprendendo com elas o trabalho doméstico e contribuindo para a realização deste. Os meninos passam a seguir o pai, a aprender com ele e a brincar entre meninos nas horas de lazer que geralmente são maiores que as das meninas. Os rapazes também saem mais, vão mais longe, enquanto as moças ficam mais com a família, não só pelo trabalho, mas pelo medo dos pais de que elas “caiam na vida” NOBRE, (1998: 2)

Nas narrativas das mulheres com quem conversei aparecem ingredientes modernos que atualizam formas de se encontrar escondido, com o uso dos celulares, mas permanecem a padrões morais:

*[...] Eu vejo assim que hoje com o telefone, sempre se dá um jeito de ultrapassar as barreiras. Por exemplo, se eu vou fazer uma viagem em algum lugar, eu deixo logo um recado para ele, uma mensagem no celular e nos encontramos rapidinho. Uma coisa eu te digo: aqui na ilha pode ter certeza você não encontra um rapaz que dorme com a namorada na sua casa, como é em Abaeté. Menina de 14 e 15 anos faz isso [...]*

Mas, hoje, a vontade familiar é cada vez menos capaz de se impor às escolhas matrimoniais.

A imposição não é difícil também acontecer de casal<sup>126</sup> crente, como se diz, em que, um dos dois se converteu para ter o aceno positivo por parte dos pais. O casal Socorro e Rosaldo foi um desses. Contam que se conheciam desde criança (eram vizinhos). Ela tinha uns quatorze anos e ele dezesseis quando iniciaram o namoro. Ele me informa que, antes de namorar com a Socorro já flertava com uma menina de treze anos, conforme conta:

*[...] Era finalzinho da tarde, estava voltando do mato. Eu namorava antes uma menina e passei na beirada da casa dela, e eu a vi com um menino conversando. Fui embora. Pensei: esse negócio não vai dar certo. Passei num outro dia e vi (Socorro) tingindo cuiá. Ai, passei e falei: oi, meu amor!, e ela respondeu “sem jeito”, “meio assim”: Oi. Como eu trabalhava, de vez em quando com o pai dela, ele me conhecia, morávamos próximos. Ai, começamos namorar. Primeiro, escondido, um beijinho ali, não era facinho [risos], uma conversa, mas, era difícil o contato naquele tempo, porque a mãe o pai sempre estavam por lá, e a Socorro era crente e eu não. Ela não saía. Só mesmo pra igreja. Eu logo subi e falei com o pai dela que se deu muito comigo. Eu não era de bebida ia pra novenas, pra festas, mas porque era família que fazia tudo isso. Na casa do meu avô era uma capela. Tinha festa, novena de santo, festejava a Santa Maria a semana inteira. O meu tira era o mordomo<sup>127</sup> da festa. Quando era sábado fazia a festa dançante. Então isso foi um agravamento pra mulher, mas eu não era aquele de beber.... Mas depois passou um tempo eu me converti [...]*

---

<sup>126</sup> Em conversa com um casal que não fazem parte da amostra, mas vivem na ilha. A esposa me contou do namoro dela com seu marido que a religião teve um “peso” importante para decisão de namorar com o futuro marido

<sup>127</sup> É uma espécie de mediador do compromisso da comunidade para com a Santa Maria. Divulga, organiza a festa e se responsabiliza pelo oferecimento de café, acompanhado de algum doce e/ou salgado nas ladainhas. Tem o mesmo papel do “festeiro” que Machado e Manesche (2012) descrevem e do “noiteiro” descrito por Wagley em Itá.

Dona Socorro acrescenta:

*[...] Eu ia muito com a minha vó S. para igreja (Assembleia de Deus) e depois a família dele descobriu que eu era crente. Em casa era somente eu e meu irmão mais velho da igreja evangélica. Eu era muito presa...se alguém me visse com homem era certeza de surra! O resto tudo frequentava a capela da casa do tio dele... Uma vez eu fui lá (casa onde havia capela)... Eu vi que tinha uma capela muito bonita, mas nunca fui para festa. E a mãe dele (do seu Rosaldo) foi à minha casa, sem eu saber, e pediu a minha mãe para não deixar mais que eu namorasse com o filho dela, porque eu era evangélica e não ia dar certo. E começaram os problemas. A mamãe já não queria mais que eu continuasse, queria que eu largasse ele. Já tinha quase dois anos nisso. E ele começou a viajar, trabalhava em várias coisas, trabalhava no mato, no Ver-o-Peso. Era um homem trabalhador.. Não era homem de beber... Tinha responsabilidade... Queria saber do trabalho. Mas não deu jeito, nos casamos! Eu fui morar com ele de primeiro na casa do tio dele, porque a gente não tinha nossa casa de primeiro. Depois fomos morar ao lado da casa do pai dele que comprou um terreno do irmão. Mas eu não estava grávida. Que dizer, casemos, não! Casemos depois no cartório, porque era caro fazer casamento. Eu lembro assim, quem podia fazer festa de casamento, fazia. Primeiro se junta e depois casa. Passemos dois anos amasiados. Aqui de primeiro era muito difícil o casamento com o juiz e com pastor que não tinha. Ai veio autorização do governo e fizeram de graça os casamentos, foi casamento coletivo. Eu me lembro de que embarquemos num casquinho, numa tarde e fomos pra lá, eu já tinha o primeiro filho. A gente não é casado na igreja, mas a gente é registrado...depois não demorou muito pra ele se converter [...].*

Dona Socorro expressa aqui traços do perfil do seu eleito considerado como “bom partido” para um casamento, mesmo com todas as tensões da sogra, pois se converter para igreja evangélica supõe abandonar as atividades de lazer, como as festas profanas realizadas pela família do eleito e de consumir bebidas alcoólicas etc. Ela sente certo orgulho em dizer que ela não casou grávida. Procura enfatizar de não poder se aproximar mais do plano ideal de registrar o matrimônio na igreja, valorizado localmente, por conta da condição financeira.

Em Lariandeuá, geralmente os casais que vivem juntos depois de algum tempo, resolvem registrar no cartório e/ou na igreja (padre ou pastor). Entre as mulheres ouvidas a respeito do estado civil, nove delas dizem ser casadas, seis são viúvas e duas se identificaram como amasiadas. As mulheres amasiadas, ou seja, não registradas formalmente, dizem que esse número foi bem maior, o fato de algumas pessoas se converterem para a igreja evangélica tem possibilitado registrar a união com os chamados *casamentos coletivos* quando aproveitam para formalizar a união. Embora não se apresente a primeira vista, os perfis das uniões conjugais revelam que não é incomum na ilha às mulheres se *juntarem* primeiro, em geral, sem filhos, para estabelecer a união. As formas como isso ocorrem podem ser pela *fuga*

dos enamorados, pelo pedido formal do rapaz ao pai da moça, tanto para namorar quanto para se *amasiar*.

#### **4.7 O rio que leva amores também traz rumores: a fuga dos namorados, os comentários e a concretização da união conjugal**

As fugas tem se apresentado como prática presente na Ilha de Quianduba e em Lariandeuá para concretizar a união do casal conforme contei a história de namoro de Cristina anteriormente. Imaginei que a fuga acontecesse de forma esporádica, mas aos poucos fui ‘descobrir’ que não. Quando conversava com as pessoas sobre seu estado civil diziam ser *casada*, *juntada* ou *amasiada*. Porém, ao poucos, quando fui tomando conhecimento dessa prática por algumas pessoas, descobri que algumas mulheres e homens viveram a experiência do casamento através da fuga. E assim expressam o *casamento com fuga* e *casamento tudo bonitinho*.

Entre as razões ressaltadas para o acontecimento da fuga se refere a “pressão” exercida pelos pais em não concordar com o namoro ou por condições financeiras, pois o casamento na igreja é um ritual que requer gastos. As falas a seguir indicam alguns desses elementos que configuram a fuga entre os quiandubenses:

[...] *A fuga acontece pela ansiedade. Às vezes começam a namorar por um período um pouco longo...E quando percebe que não dá para casar, não tem como fazer o casamento, foge. Tem toda aquela confusão, amanhece os comentários pelo Rio.* (Rosane)

[...] *Fugimos depois do culto. Era noite quando fugimos. Quando eu fugi, era uma maneira de fugir da pressão do papai. Isso acontece também em outros lugares aqui no rio, é uma coisa normal aqui. O meu marido combinou comigo pegou a montaria do primo dele, foi tudo combinado falou com o tio dele pra nós ir pra casa dele na mesma noite. Tudo acertado. Eu fiz isso porque eu era muito presa.... Passou um tempo, o meu marido veio conversar com o papai. Com a minha irmã, foi diferente, o papai foi atrás dela, porque ele achava que ela tinha fugido com o nosso primo, ela namorou com o meu primo, mas quando o papai descobriu, ela já estava com outro. Ele foi à casa do meu primo, mas ela não estava lá, tivemos que dizer a verdade pra ele que ela tava era com o outro que hoje o marido dela Todo mundo já sabia com quem ela tinha embarcado. Ai ele (pai) se quietou e não demorou menos de quinze dias eles vieram se acertar com o papai [...]* (Irene)

Em contato com a literatura do campesinato não é raro encontrar histórias de fugas de jovens namorados para citar alguns: Wagley (1977) em Itá descreve o caso de Ana Botelho e João Inácio que provocou até o envolvimento da policia no caso, após brigas com o pai da jovem e a imposição do mesmo para que o rapaz oficializasse a união depois de meses da fuga. O autor conta que depois de um tempo a moça foi pedir a benção ao pai Woortmann, K & Woortmann, E (1993) em estudo entre grupos de camponeses de Sergipe estudados ressaltam entre os casos por eles, uma forma padronizada de realizar a fuga que de maneira geral se foge para o lugar esperado podendo ser para casa do pai do rapaz ou parente próximo e depois recebe a “concordância” dos pais. Por sua vez, Sodré (2013) em estudo realizado em Capitão Poço no Pará, entre moradores das comunidades quilombola denominada de “Quilombo de Narcisa” também se refere a fuga de Dona Lucia e seu Pedro que cumprem alguns requisitos de “grupo preferencial” ou usual de “casamento na comunidade” no local, pois são primos e moradores do mesmo local, mas mesmo assim a ação é realizada em segredo, segunda a autora, talvez pela dificuldade financeira para cumprir com o rito.

As situações descritas de fugas dos namorados em Lariandeuá acontecem pelos rios e não pelas estradas: o rio leva os enamorados por meio de *rabetas*, hoje mais velozes, antes canoas, conforme o mistério, mas ele também traz notícias e desfaz o mistério: *Ai começam os rumores, o disse me disse, a “fulana fugiu”, olha o “o galo cantou antes da hora, as anedotas “hoje vai ter buchada”*

As pessoas de Lariandeuá dizem que fugir não é uma forma condenável de realizar uma união conjugal, mas isso não quer dizer que ela seja sempre “naturalizada”:

*[...] A fuga é como se fosse um procedimento normal aqui na ilha. Não é tão normal para as moças que são da igreja por conta do estilo de vida, principalmente se o moço não for da doutrina. 95% dos casos quando acontece a fuga os meninos vão pra igreja junto com as moças [...]*

*[...] As fugas acontecem devido a moça gostar do rapaz e eles não terem condições. Porque demora quando se casa oficialmente, cerca de seis meses. Então, ocorre a fuga. É comum entre as ilhas. Os casais se encontram no festejo da igreja ou em festas dançantes e aproveitam para namorar. Ao meu ver, a fuga hoje é para não ter compromisso, os pais que bancam todas as despesas dessa meninas mais jovens. E não duram muito tempo juntos. Há vezes que quando fica com o pai, consegue um terreno para a família nova. Tiveram dois casamentos tudo bonitinho nos últimos tempos por aqui. Casamento requer um recurso [...]*

*[...] A fugida, geralmente é para a casa dos pais do moço, um tio de confiança também. Porque é uma responsabilidade muito grande, ninguém quer se envolver em confusão.(...) É raro engravidar e depois fugir. Os pais são rígidos porque eles querem uma pessoa certa. Casar e viver até morrer. Antes, as pessoas ficavam juntas, sem casar, mas agora o padre tá exigindo para batizar, o casamento. As mulheres que levam o marido para a igreja [...]*

Lucia e Camile se encontram no grupo de mulheres que casaram tudo *bonitinho*. Ou seja, se aproximaram do padrão ideal, pois cumpriram as etiquetas como o pedido de namoro e casamento (no civil e religioso) e a realização da festa. Durante minha permanência em Lariandeuá realizaram três casamentos em que o casal já vivia *amasiado* há algum tempo, possuindo filhos entre 3 a 12 anos de idade. Dois deles foram realizados em programação da igreja de casamentos coletivos, o outro foi realizado na casa da noiva com o pastor.

Assim, a fuga em Lariandeuá caracteriza-se, também, como uma forma que permite contornar outra maneira de vivenciar a união conjugal sem disputa. Isso quer dizer que a forma de casamento vivenciada na comunidade não é homogênea, ela é mais real do que ideal.

## CAPITULO V

### **Tempo, trabalho e gênero: ritmos ecológicos, as atividades sociais e agroextrativistas em Lariandeuá**

*“ . . . Aqui a vida não é ruim. A gente só não pode se lascar. Trabalho tem. Tem o açai, tem o miriti, tem a safra do camarão, tem um período bom pra adiantar o serviço da cuia... No inverno é mais apertado. Mas a gente tem que se virar, né? Tem a bolsa verde, a bolsa família... É uma benção! Tem dado uma ajudinha pra gente (...) Eu também tiro um tempo pra visitar os amigos, ir pra igreja”. (Rosane, Lariandeuá)*

Dando continuidade ao conhecimento das dinâmicas intrafamiliares e das formas de organização da vida social em Lariandeuá, neste capítulo, procuro mostrar como as pessoas organizam suas atividades produtivas e reprodutivas na vida diária. Atento para a distribuição das tarefas e as relações de gênero aí processadas, considerando as etapas do ciclo de vida, os ritmos de trabalho, a socialização dos membros e, sobretudo, o significado que dão nesse contexto ao que vivenciam.

Porém, antes de tratar de conhecer e interpretar como homens e mulheres se organizam na vida diária, é importante destacar a relação dos moradores com o meio natural e as condições de exploração da natureza que tem influência no seu modo de vida, sem esquecer, é claro, daquela que resulta das relações sociais intra e inter locais.

A ilha de Quianduba abriga recursos das florestas de várzea que possibilitam aos moradores se envolver em diversas atividades ligadas à agricultura, caça, pesca e com a exploração dos produtos naturais ou plantados. Assim, ao interagirem cotidianamente com os cursos d'água e com a floresta, os quiandubenses engendram primoroso repertório de conhecimentos ecológicos, individuais ou coletivos - sobre o território e os ciclos da natureza - e elaboram atividades que articulam, no dizer de Castro (1998: 5): “elementos técnicos e simbólicos”.

Na perspectiva de Toledo e Barrera-Bassols (2008), os conhecimentos e práticas sociais e de trabalho representam a construção de uma “memória biocultural”<sup>128</sup>. Na visão

---

<sup>128</sup> É o encontro do conhecimento, da interação cultural e biológica que em conjunto testemunham uma série de recordações que se encontram nas mentes de homens e mulheres que compõem os chamados povos tradicionais.

desses autores, esse acúmulo de conhecimento é provido da transmissão de geração para geração, do aprendizado obtido através do uso do solo, da observação e das experimentações realizadas e dos aprendizados pela socialização intracomunitária, constituindo-se, portanto, a memória como um recurso importante na vida dos ribeirinhos.

O acompanhamento do dia a dia de alguns moradores aos quais tive acesso e das conversas com eles, em especial daqueles reconhecidos como “guardadores” de um “saber local” (Geertz,2003), me oportunizou ter ideia da interação da vida deles com o ecossistema ao longo do tempo, me possibilitando traçar uma linha para um horizonte até onde minha interpretação alcança. Nessas lembranças, por exemplo, algumas histórias comuns sobressaem, sob a forma de temporalidades diversas, relacionadas ao uso do solo e da história desse lugar. Entre essas histórias destacam-se: “do tempo dos engenhos de cana”, “do tempo que tinham muitas olarias”. Falam do surgimento de um mercado, nos últimos anos, para o açaí, como pode ser observado no capítulo III.

Além disso, a convivência durante a pesquisa de campo permitiu-me apreciar o uso que fazem no dia-a-dia dos recursos naturais para os diferentes fins: alimentação, medicinal, trabalho, combustíveis, e como essa relação com o meio ambiente interfere na organização do trabalho dos membros da família no interior das casas, dentre outras coisas. Vejamos:

Nesse contexto, em uma tarde fui guiada por um casal e a neta<sup>129</sup> para uma visita ao *terreno*<sup>130</sup> deles *ou no mato* (como é aqui chamado) de onde retiram (assim como os demais que participam da pesquisa) parte dos produtos mencionados anteriormente, além de servi-los disso tudo; penso eu ser um local que desempenha um espaço de experimentações.

---

<sup>129</sup> Esta não compõe a unidade doméstica do casal, mas assim como outras pessoas, principalmente quando residem próximo dos seus parentes (avós, tios, primos...) é freqüente a circulação entre diferentes casas temporariamente ou duração mais demorada. Estar próximo, separado apenas por uma ponte, favorece a sociabilidade. A neta sempre acompanha os avós ao terreno quando não está na escola e auxilia a avó na feitura da cuia e nas tarefas da casa é quando aproveita, ao final da tarde, para assistir sua “novela favorita” na televisão dos avós.

<sup>130</sup> Adquirido parte de herança do pai. O local onde reside é também herança do pai.

## 5.1 - Uma tarde no “jardim” de Dona Socorro e Seu Rosaldo . . .

Era terça-feira, do mês de junho e havíamos descansado um pouco após o almoço (Seu Rosaldo fazia intervalo para regressar ao *mato* e Dona Socorro acabara de lavar a louça do almoço e do cafezinho) quando fomos para o *terreno* da família. O ponteiro do relógio marcava às 13h20, mas foi o movimento da maré que determinou nossa saída, pois a maré estava crescendo e seu Seu Rosaldo alertou da dificuldade de andar pelo terreno alagadiço. Com a embarcação (*rabeta*) da família, seguimos: eu, Seu Rosaldo, Dona Socorro e uma neta de treze anos que se encontrava na casa deles. Seu Rosaldo dirigia a embarcação e ao longo do caminho me mostrou vários *matapis* deixados por ele e por moradores, como isca para a pesca do camarão que se encontrava em período de safra.

O mês de junho corresponde, mais ou menos, ao mês de preparação para o período de menor volume pluviométrico. Chegando ao terreno, a maré ainda não havia coberto o solo; então, ele me disse: “*no fim de semana, a água quebra*”; isso quer dizer que o volume de água diminui e alguns trechos enxugam e nos possibilitaria andar melhor no local. Alertou-me que a água está “*de avanço*” – quando perguntei o que significava “*água de avanço*”, Seu Rosaldo pacientemente me explicou:

[...] *água de avanço é quando está corrente, que não pára, está sempre avançando. No período que lhe falei (no verão), todo esse espaço seca quando a maré vaza, é de quarto, e dá para andar; aí surge a areia (...)* A maré de quarto dá licença pra gente trabalhar. Agora as chuvas já estão diminuindo, mas quando é no tempo do inverno mesmo (intensas chuvas) e quando a maré é de lance não dá muito bem pra trabalhar [...]

As ilhas de Abaetetuba, conforme informa Hiraoka (1993) são caracterizadas por um relevo, composto por sedimentos quaternários, cujas terras (mais) altas das ilhas não superam três metros sobre o nível das marés. Estes terrenos não alagados recebem, localmente, o nome de *icas* que ocupam poucas áreas nas ilhas (menos de 10%), segundo o autor.

A ilha de Quianduba é caracterizada por várzea baixa, isto quer dizer é umedecida ou invadida parcialmente, durante quase todo o ano, pelas marés lançantes associadas com as luas cheia e nova. Seu Rosaldo me afirma que durante a estação chuvosa (“o inverno”) este trecho está quase constantemente encharcado. É que aos efeitos das marés, se acrescenta o volume das águas pluviais, mas a mata de várzeas estuarinas é um ecossistema adaptado à

inundações sazonais e diárias (sentem a influência das marés) segundo os autores LIMA (1956) e TOURINHO *et al* (2009).

Com o avanço da estação de estiagem, quando as chuvas são mais escassas, segundo Seu Raimundo, alguns trechos vão adquirindo consistência até tornar-se firme. De acordo com Lima (1956) “A largura da várzea baixa pode alcançar alguns quilômetros e a sua área é bem maior do que a das várzeas altas”. O autor ainda nos informa quanto à vegetação das áreas inundáveis, o regime de fluxos de água é o fator que interfere e determina a intensidade de uso do solo. Estabelece os limites e possibilidades das atividades agropecuárias, florestais e na composição vegetal das áreas inundáveis, influenciando na distribuição das espécies e na formação de diversos tipos de associações vegetais.

Por isso, ao nos aproximar do terreno, observo a aninga (*Montrichardia arborescens Schott.*) como vegetação ciliar, típica desse ambiente<sup>131</sup>; vindo logo em seguida (a impressão que se tem) uma paisagem formada somente das palmeiras de açazeiro (de fato é abundante)<sup>132</sup> e do miriti (*Mauritia flexuosa Mart L. f*) - chamando-me atenção pela sua altura e exuberância - vegetação típica do ambiente de várzeas estuarinas. O açá/fruto tornou-se o produto mais importante no sistema de produção devido sua contribuição para o consumo doméstico, ao seu valor econômico no mercado regional que, nos últimos anos, tem sido a principal fonte de renda das famílias. Não há nenhum morador que não se utilize desse produto para o autoconsumo e muitos *apanham* para vender e compor o orçamento doméstico.

Porém, ao adentrar no *mato*, é apresentada uma vegetação constituída por uma mata já antropizada constituída de espécies vegetais<sup>133</sup> em estado de regeneração natural e de algumas outras, plantadas pelo casal em diferentes estágios de desenvolvimento. Segundo seu Rosaldo, escolhida em trechos de solo mais apropriado para o cultivo, porque há lugares que não

---

<sup>131</sup> De acordo com Lima (1956) Nas áreas banhadas pelos rios do estuário é comum o aparecimento de algumas espécies capim rabo de rato, da aninga dentre outros nas várzeas muito baixas de formação recente, e que ainda se deixam inundar diariamente. Isso representa fase inicial da evolução. “*Mais tarde, o agrupamento precursor na consolidação dos sedimentos e na elevação do nível da várzea é aumentado pelo aturiá ou pelo mangue, seguindo-se depois as palmeiras típicas das áreas baixas, tais como o buriti e o açá*” (1956:41).

<sup>132</sup> Representa a espécie vegetal mais importante da ilha, segundo os moradores, em função ao seu aporte para a alimentação doméstica e associam também ao valor econômico no mercado regional.

<sup>133</sup> Em levantamento realizado pelos técnicos do INCRA em 2007 para compor um Diagnóstico da Composição Vegetal, foram identificadas duzentas espécies vegetais em condição de regeneração natural e plantadas pelos moradores. Ver mais detalhes em: Plano de Desenvolvimento do Projeto Agroextrativista do Assentamento Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Abaetetuba/PA (2007)

oferecem condições agrícolas, em função da variação de subida e descida do nível da água durante o ano, principalmente, no período chuvoso. A mandioca é uma delas.

Entre as famílias que participam da pesquisa, apenas uma - de Dona Nazaré - cultiva para fazer farinha; seu terreno possui trechos de terra-firme que não é encoberto durante a elevação da água o que permite o tempo até a maturação, mesmo correndo o risco da imprevisibilidade da intensidade das chuvas. A farinha, subproduto da mandioca, é consumida diariamente pelos moradores e declaram comprar na ilha, em Abaeté ou dos marreteiros. Há também outro tipo de mandioca, a macaxeira (*Manihot esculenta* Crantz), presente, assim como o milho, em alguns roçados.

Estando o solo da várzea sujeito à muita umidade durante grande parte do ano, por influência das marés, há que se escolher para cada local as culturas e os meses com menor intensidade das chuvas. Destarte, as pessoas desse lugar têm aprendido a gerir adversidades e elaboram meios de adaptação ao ambiente ecológico, assim como Seu Rosaldo que tem procurado cultivar e manter algumas espécies frutíferas, nem sempre de reprodução longa, como o limão (*Citrus limonum* L.) e o caju (*Anacardium occidentale* L.) dados os efeitos prejudiciais da alagação, e outras espécies resistentes às inundações como o miriti, o açaí e espécies madeira como a andiroba (*Carapa guianensis* Aubl), a seringueira. Entre esses vegetais, os maciços de açazeiros predominam.

Avisto logo depois a manga (*Mangifera indica* L), o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* K.schum), outras espécies como o jupati (*Raphia taedigera* Mart). Na ocasião perguntei para que servia o jupati e logo me informa: *Eu uso a tala pra fazer meus matapis*, ofício que aprendeu com o seu pai. Mais adiante, uma árvore alta é avistada: é o pau mulato (*Calycophyllum spruceana*), que serve para a produção de madeira, e a andiroba (*Carapa guianenses*) também para o uso medicinal quando é retirado o óleo, muito usado por eles como cicatrizante, anti-inflamatória, anti-helmíntica. *Boa parte do que tem aqui fui eu que plantei. Como a senhora pode ver, o caboco do sítio aqui não tem nenhuma assistência para dizer se tá certo ou tá errado. Eu não tenho estudo, porque tudo isso eu aprendi com o meu pai e com a vida de todo o dia*<sup>134</sup>.

---

<sup>134</sup> De fato, a assessoria técnica em projetos de assentamentos da reforma agrária deveria vir após a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento. No entanto, além de incipiente, é inapropriada ao não refletir a dimensão dialógica entre técnico/as e agricultores/as. A razão primordial da crítica aos modelos de assistência

Ele se refere ao desenho (espaçamentos mais apropriados a cada cultura) e o arranjo desses sistemas, baseado na sua apropriação do ambiente ecológico. A conversa foi interrompida pela esposa “*Olha as flores, Wal!*” “*Ah, eu gosto muito de flores!*” – apontou rapidamente para umas plantas com flores de cores branca e vermelha. Aliás, várias delas floridas, mas não soube me dizer o nome. Uma delas, ganhou da sua cunhada: “*Aqui tem goiabeira*” (*Psidium guajava L.*), “*tem a cuieira*” (*Crescentia cujete Gaertn.*). E continua falando: *Olha ali! A casca da cuia é muito boa pra fazer xarope pra tosse de guariba* (coqueluche) me disse Dona Socorro que é uma das mulheres que comercializam o artesanato da cuia. Desde pequena, trabalha nesse afazer que aprendeu com sua avó.

Há pretensão por parte de o marido construir uma casa não para morar, mas como um lugar de apoio e de lazer para a família. Daí origina-se a denominação do local como ‘jardim’, um *sítio*, como se diz, quando se tem a moradia. Na beirada do igarapé e a agrofloresta: *É por isso que preparo terreno. Tem um monte de qualidade de planta que nós plantamos fora as que já têm aqui.* Mesmo que ainda não se encontram reunidas todas as condições necessárias para realizar seu desejo, no meu entendimento o que Seu Rosaldo tem em seu “jardim” ilustra muito bem as experimentações camponesas em termos de diversidade e complexidade dos arranjos (técnicos, culturais, ecológicos), mesmo que não tenham encontrado todas as condições para fazê-lo. Mas o fazem dentro de suas condições e entendimentos.

Enquanto ia mostrando cada espécie que havia plantado e da vegetação nativa, ele me chama atenção para falar de sua função: “*Veja a palheira!*” (Conhecido também como ubuçu - *Manicaria Saccifera*) “*Aproveita tudo dela, a palha se cobre casa e a fruta que dá é boa para estômago, diarreia*”. E continua: “*Bem ali* (lado direito ao nosso) *há a sucubeira* (*Himathanthus sucuuba*), *o leite é bom tomar para estômago e a casca também*” me disse Dona Socorro. Mais para a frente aponta e me diz: “*Tem o miritizal, eles ficam muito grandes na terra e gera muita água, são tirados de baixo para cima os pés de miriti. É no inverno a safra dele*”. Logo trata de me dizer os diferentes usos que fazem: *Com o fruto do miriti a gente faz mingau, das folhas a rasa, o paneiro, abano... Os bichos comem também... e tem um monte... que nem me lembro agora.* O uso das plantas para fins medicinais aprenderam com

---

técnica, remetem à formação predominante dos profissionais de agronomia inspirado nas *Fazendas – Modelos, Estações Experimentais e Centros de Ensino*. Nessa concepção, tais estruturas eram as responsáveis pela “modernização”, “alavancagem” e “formação” da “agricultura moderna”, atribuindo à prática camponesa a definição de uma “agricultura atrasada” (ASSIS, 2004).

seus antepassados. Dona Socorro diz conhecer um pouco por conta da sua avó, mas muito mais com a prima do esposo que era benzedeira da comunidade. *Ela benzia criança e conhecia muitas plantas pra fazer chá pra dor, pra ferimento. Era uma estudiosa das plantas.*

Em outros momentos, procurei inquirir-lhes sobre a existência de crenças, mas percebia resistência em falarem. Talvez, pelo fato de terem se convertido para a igreja evangélica, ficam constrangidos de contar. Esse constrangimento pode ser pela diferença de referência e validações que existem entre o campo científico e saberes tradicionais. *Nós somos evangélicos, então chamamos o pastor, e se não der jeito, vai procurar um médico.* Desse modo, Seu Rosaldo se refere a um *tempo antigo* em que algumas pessoas procuravam sua prima (falecida) para *benzer as crianças e melhorar sua fraqueza... tirar quebranto, fazia banhos.* *Ela não era de tambor* como me disse. Ele me conta que antes as pessoas procuravam benzedores e parteiras para tratamento de saúde e acompanhamentos das grávidas. *Os nascimentos antes eram todos com parteira, mas as parteiras que tinham por aqui ficaram velhas e pararam. Duas que eu conheci já morreram.*

Com a ausência de posto de saúde em Lariandeuá e as dificuldades para o deslocamento até o hospital em Abaeté em tempos passados, as pessoas recorriam bem mais vezes ao *mato* e ao quintal para uso medicinal das plantas para manutenção da saúde. *Hoje as pessoas preferem usar os remédios da farmácia e as buchudas preferem ter menino em Abaeté,* acrescenta Dona Socorro que teve todos seus filhos acompanhados por uma parteira. Ao mesmo tempo, me diz que muita gente ainda faz uso medicinal de vários tipos de plantas. Ela mesma, no quintal da sua casa cultivava várias delas.

De acordo com Harris (2006) por ser tratar da visão de um mundo católico, as crenças associadas ao ambiente encantado às histórias sobre o boto, cobras grandes, matinta perera, pajés, por exemplo, são consideradas pelas pessoas convertidas para as igrejas evangélicas superstições e “bobagem de caboclo” como diz Wagley (1977:229) – que evidencia em seus escritos a importância do imaginário social na Amazônia – e devem ser descartadas na busca de conhecimentos verdadeiros e não serem considerados como ignorantes.

A conversa com Seu Rosaldo e Dona Socorro tão despretensiosa me deixou curiosa sobre a atuação desses especialistas e do imaginário dos quiandubenses. Em outro momento durante minha estada em campo me contaram da existência na ilha de uma mulher referida

por eles como *pajé, uma feiticeira do rio Quianduba*. Na ocasião se manifestaram com a negação à religiosidade afro, atribuindo a natureza maligna a uma de suas sacerdotisas: *Ela é de Maracanã, mas praticou o mal para os outros e agora está seca, seca... muito magra disse*. Essas pessoas por eles são vistas como *coisas do mal*. Durante idas à Lariandeuá para o trabalho de campo; aproveitei para perguntar sobre a existência de culto religioso afro na ilha, sem sucesso nenhum. Tomei, apenas, conhecimento da atuação de um homem como *parteiro* e uma mulher, que por estar bastante idosa para realizar o trabalho de partejar, se dedica somente (eventualmente) à *puxação*<sup>135</sup>. Não foi possível conversar com essa senhora, pois se encontrava em Belém em tratamento de saúde. O homem é um agente de saúde e me afirma:

[...] *Hoje quem faz (acompanha) parto sou eu. As Marias parteiras já ficaram velhas e uma morreu. Eu só não faço o primeiro parto porque às vezes acontecem problemas e eu não quero me responsabilizar. Já contabilizei quarenta e nove crianças. A última criança recebida foi no final do ano passado [2013]. Existem momentos que eu estou indo para o hospital como acompanhante e não dá tempo. Então, como sempre tenho equipamentos na minha bolsa, acabo fazendo lá mesmo[...]*

Outras quatro pessoas com quem conversei: um homem e uma mulher, ambos católicos, uma jovem e um homem *crente* (como se diz por aqui) me dizem das crenças vinculadas a um espaço do igarapé chamado de *poção* considerado como um lugar *encantado* onde *os casquetas viram* onde tem *visagem*. Apoiam-se no que contavam os mais velhos que esse lugar precisa ser respeitado; se *não respeitar* as regras da natureza, acreditam que recebem algumas sanções, como por exemplo ficar *panema* por conta da desobediência ambiental. Isto me foi dito por Dona Josefa, setenta e cinco anos. Já Seu Ricardo, cinquenta e cinco anos, reside próximo do *poção* e confirma a declaração de se tratar de um lugar *encantado*:

[...] *Poção é um encontro das águas, é um redondo. Eu me lembro quando eu era criança, água grande de fevereiro, ficava rodando e tinha um redemoinho enorme. E tinha um senhor que passava com o menino que ia para Maracupucu e buscava*

---

<sup>135</sup> Serviço oferecido por parteiras as gestantes, como uma espécie de pré-natal. Realizam massagens abdominais para acompanhar o desenvolvimento do feto, amenizar incômodos, verificar a posição correta para o nascimento, comunicam possível período do nascimento e informam o sexo do feto. Outros especialistas chamados de *puxadores* realizam o serviço para o tratamento de alguma fratura de ossos, torceduras, *costas rasgadas*, dores musculares e levantamento de *espinhela caída*.

*louça (artesanato da olaria). Uma tarde, estávamos sentados na ponte, quando chegou nesse redondo, o redemoinho pegou a embarcação. O menino e o senhor foram socorridos. Mas tudo foi destruído (...). As pessoas dizem que é encantado. Quando minha mãe casou com meu pai, que já vivia há quatorze anos, mamãe contava que tinha uma visagem no rio, tarde da noite vinha uma embarcação grande e quando chegava na boca do rio, tinham rumores de várias vozes. Mas foi acabando. O Poçõo é um lugar respeitado, as pessoas não atravessam à noite. Aqui tem Pirararas – são peixes que eu já vi. Alguns morrem afogados[...]*

A jovem, apoiada em fragmentos do que contava sua avó me diz que hoje as pessoas já não falam mais sobre isso

*[...] Eu lembro da vovó contando de sair um fogo do fundo do Poçõo. Eles estavam todos na frente da casa da vovó e de repente boiou tocha de fogo, o pessoal ficou com medo e todo mundo quis apagar, porém como apagar se o fogo saiu da própria água?(...) Criaram que algumas pessoas tinham visto um homem bonito no Poçõo, muito bonito, de cabelos e olhos bonito que encantava as mulheres que passavam por lá. Outros já falavam de uma sereia que encantava os homens (...). Eles inventaram para as mulheres e os homens não andarem de noite, formularam toda essa lenda para colocar medo nas pessoas e como acreditavam, não saiam. (...) Hoje o Poçõo está sendo usado como um lixão, porque a gente joga lixo no terreiro e a água grande vem e vai embora. Como no Poçõo fica circulando lixo, quando a água vai baixando, o lixo vai ficando porque vai rodando. É muita quantidade de sujo[...]*

O homem crente se refere ao *Poçõo* como um lugar especial, um *criatório*, onde se cria peixe, local onde as pessoas da comunidade têm o direito de pescar, *mas com respeito*. Refere-se há um tempo passado, *no tempo de criança*, quando se ouvia dos pais e avós historias do *Poçõo*: *Lá existiam contos sobre sereia, cobra grande. Mas a maior parte do que os antigos inventaram era para amedrontar as crianças.*

Em conato com o Caderno Nova Cartografia intitulado: *Povos e comunidades tradicionais e suas práticas sociais de preservação dos recursos naturais da Amazônia* identifiquei um desenho realizado por crianças de Quianduba durante uma oficina para o compor o caderno. Nesse desenho elas fizeram referência ao *Poçõo* como um lugar encantado: onde a “*cobra grande*” “*embarcações viram*” e usaram um desenho para expressar a existência:



FIGURA 7: Desenho produzido por crianças e adolescentes ribeirinhos da Ilha de Quianduba, Abaetetuba, 2008  
 Fonte: Caderno Nova Cartografia 3, Agosto de 2014

Corroboro com Simonian (2004) de que uma pesquisa mais minuciosa e um trabalho de análise desses mitos e lendas precisam se realizados, pois eles não existem no vazio, conforme exemplificou Furtado (1994: 70) para os habitantes dos lagos do Médio Amazonas de que a “cobra grande” “existem várias delas” contendo nas narrativas do mito, segundo a autora, “uma retração no afluxo de pescadores aos mananciais, contendo dessa forma o esforço de pesca nos locais piscosos”. “Assim, eles deixam de pescar no tempo coincidente com a passagem da cobra grande” tornando-o uma razão prática de atitudes do cotidiano para os habitantes daquele local que tem na pesca a base de seu sustento. Segundo Mauss (1971 *apud* Simonian, 2004) “mitos e lendas revelam os sentimentos e as apreensões dos seres humanos, independente do contexto cultural e histórico” (2004: 312).

Continuando com a visita. Nesse lugar, as crianças são extremamente criativas. A neta de Dona Socorro complementa: *os brinquedinhos de miriti, Vó! As pranchas que os pequenos surfam* A menina conta que os meninos colocam o mitiri, um ao lado do outro, fica igual uma tábua, reforçam com corda, fazem prancha, estilo *Surf*. Pegam pedaços de madeira, preparam, correm com a prancha para deslizar na água. Cada brincadeira tem um tempo. Ela me diz que, também é muito comum as crianças pegarem Perema (*Rhinoclemmys punctularia*) uma tartaruguinha: *elas criam e colocam na água, brincam, colecionam e depois olham quem tem mais. É uma diversão!*

É comum nesse lugar, embora com os jogos eletrônicos cada vez mais presentes e adquiridos em Lariandeuá, as crianças utilizarem para brincar produtos do *mato* e inventarem seus próprios brinquedos, diferença das brincadeiras da cidade.

Os objetos são marcados pela identidade cultural e por características sociais desse lugar, cujas brincadeiras refletem o cotidiano da população local. Durante o período de trabalho de campo, assisti várias crianças se divertindo em vários espaços: no interior de embarcações (Foto 13) nos banhos diários do rio, em que as crianças exercitavam toda a sua capacidade acrobática (quem chega mais rápido do outro lado do igarapé) etc... Com criatividade elaboram até bola com folhas da aninga para brincar de futebol, embora seja mais frequente a bola comprada na cidade.



FOTO 16: Crianças brincando no interior de uma embarcação em construção  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro de campo 2014

A neta me diz ter confeccionado junto com as primas seus próprios brinquedos. Quando era menor; utilizava folhas do açaí, miolo do miriti e com garrafas de plástico de refrigerantes, adquiridas na cidade, dependendo de sua criatividade, faziam vários brinquedos. Com a argila disponível nas olarias de parentes, confeccionavam pequenos utensílios para brincar:

*[...] Eu gostava de brincar de boneca com as árvores de açaí, tinha um lugar em que meu tio trabalhava na fabricação de embarcação, rabetas, cascos. E eu ia lá, pegava um monte de pedacinho de madeira, flocava lá no açazal, pegava pote de manteiga para brincar de panelinha, também fazia panelinha de barro, depois enchia de água [...]*

Embora dividindo com os videogames e outros brinquedos industrializados, enfatiza que o miriti ainda é o preferido das crianças. Os usos acima mencionados e outros podem ser constatados no trabalho de Santos & Coelho e Ferreira (2012). Em pesquisa junto aos moradores de três localidades da região das ilhas de Abaetetuba; inferem as autoras, a utilização de todas as partes da palmeira na elaboração de vinte seis formas de objetos - nem sempre usadas no dia a dia pelos moradores – e constatam a relevância econômica que tem para a renda deles. A pesquisa de Silva (2012) reflete o processo educativo na socialização e representação da fabricação dos brinquedos produzidos pelos artesãos de Abaetetuba.

Adiante, Seu Rosaldo nos alerta da possibilidade de descer um pouquinho da embarcação e andar, embora estivesse encharcado o solo. Seguro de que caminho percorrer, ele dizia: *“essa terra é muito grande. Não sei tudo que tem aqui, mas um bocado eu já sei pro que serve, o tempo delas. Como a senhora pode ver (apontou para o solo) é o Mamorando (conhecido como Mamorana – Bombax aquatiucum Auble), serve para segurar terra, colocar estrumo (adubar) na terra, fazer a proteção.”*

A preocupação da referência à qualidade do fruto do açaí é bastante valorizada entre os moradores, sobretudo quando são apresentados para a venda: *O açaí não pode ser plantado somente no descampado, ele não tem proteção, pois os compradores sabem o tipo de açaí que eles estão lidando”. Pela qualidade: Você chega em Abaeté com a rasa do açaí e quando os compradores olham, mordem e se acharem que o fruto é carnudo, insistem e negociam o preço para a compra.*

Consideram que a aparência é fundamental na hora da venda: *Se o açaí não tem carne, foi feito no sol, está ressecado e eles nunca mais voltam. Desse modo, encontram dificuldade para viabilizar a venda: Um senhor que tem um terreno lá para baixo, ele é pai da minha cunhada e aí os compradores conhecem o açaí dele, conhecido por ser ressecado. E não compram, é dificultoso pra vender.*

Eles também sabem que devem se preocupar com as condições de regular a boa luminosidade para ajudar nos processos de floração e boa frutificação dos frutos são observados e utilizados critérios para isso, tanto é que além da dispersão entre as culturas em função das condições do solo mais apropriado para cada cultura, escolhem o local onde ocorre maior abertura de vegetação e quando fazem o desbaste, conferindo assim menor competição com outras espécies. De acordo com Mourão (2001), quando a palmeira é exposta ao sol, alcança a altura, entre dez a quinze metros, apresenta vigorosa brotação, podendo alcançar vinte e sete estipes por touceiras. Isso quer dizer que os estipes de uma touceira de açazeiro apresentam diferentes estágios de crescimento, o que permite ordenar a produção de frutos e extração do palmito, porém desde que se faça o manejo para garantir a rotação de produção de estipes.

Algumas palmeiras do fruto me foram apontadas (as mais altas) que serão aproveitadas para a extração de palmito. *Este aqui eu vou tirar o palmito, tá muito alto, dificulta pra subir, é arriscado.* Essa é uma maneira utilizada localmente com a intenção de melhorar as condições de desenvolvimento das touceiras e assegurar a produtividade dos frutos. Aliás, em todos os tipos de manejo desenvolvidos pelas famílias com as quais conversei, existe a retirada do palmito eliminada com a finalidade, não somente para o aproveitamento econômico, alimentação e a utilização do tronco para a lenha, mas para diminuir o risco de queda do *apanhador* e se machucar na coleta com a altura mais elevada. E continuam falando: *Aqui tem a safra do verão do açaí e na falha dele tem uns que consegue produzir. A gente tem uns pés novos que dão pra apanhar*” me falou Dona Socorro – que ao meu lado – destacou o seu trabalho ao lado do marido, mas considerado por ela como uma complementar: *capino com terçado quando tá seco, sempre que posso eu venho com ele e ajudo.*

Resolvemos parar um pouco nossa peregrinação e sentamos em uma faixa de terra menos alagadiça. Seu Rosaldo providenciou uns cocos para aliviar a sede. Dona Socorro saiu para juntar um caído no chão e nesse instante a neta pediu para avó a faca e uma colher que trazia dentro de um saco plástico. Nesse momento me chamou atenção o domínio e destreza com que a neta abriu o coco e, repentinamente, desloco meu pensamento para uma passagem do romance de Lindanor Celina (1971): “Estrada do tempo - foi”, envolve a história de moças dentro de um internato, chamado Santo Amaro em Belém.

Embora não seja o caso aqui, uma vez que a situação recordada trata da traquinagem da personagem (Lena) junto com as colegas da escola que às escondidas comiam frutas do quintal e quebravam a uniformidade dos dias, mas pela maestria com que a neta do casal abriu o coco que nem da personagem da história. Observe:

[..] A Lena arrebatou-lhe o facão e, com extraordinária perícia foi descascando o coco, que num minuto se viu nuzinho da bucha toda (...) Três ou quatro esgotaram a água, então a Lena foi rodando o fruto na mão e, com certos golpes desfechados não com a lâmina, mas com o reverso, num instante abriu-o em duas cuias quase perfeitas (...) Ela repartindo os pedaços com igual perícia, deixando o quengo limpinho, saboreava o coco [...] (Lindonor Celina, 1971: 51/52)

Assim como a neta de Dona Socorro, desde muito cedo, meninas e meninos em Lariandeuá são socializadas no convívio familiar por um lento aprendizado do “repertório e da lógica das regras da vida cotidiana do lugar” (Brandão, 1990: 44). Observam e vão repetindo as atividades diárias dos adultos até praticarem as tarefas sozinhas e serem convocados a ajudar os adultos ao trabalho em toda extensão.

De fato, vários estudos sobre o campesinato (Heredia, 1979; Anderson, 2007; Sanches, 2014; Brandão, 1990) apontam para a socialização das crianças, de acordo com o sexo, que desde muito cedo estão em processo de aprendizado nos espaços de trabalho da família (casa, roça, quintal, rio, igarapé, mato etc...). Aos filhos cabe, em geral, acompanhar o pai quando estão mais crescidinhos em suas atividades, tanto aquelas desenvolvidas no âmbito do *mato* e dos cursos d’água como naquelas realizadas fora da propriedade, como a comercialização dos produtos agroextrativistas. As filhas aprendem, desde a mais tenra idade, as lidas domésticas.

Dona Socorro me conta que a neta por morar próximo da sua casa sempre presta ajuda em alguns momentos na feitura do artesanato da cuia (realizado na *puxadinha* da casa dela), mas não a deixava pegar na faquinha para *fazer a fita*<sup>136</sup> com medo de ela se ferir. Porém, de tanto observar a avó aprendeu o ofício cedo: *tu precisas ver ela (a neta) com a faquinha fazendo as fitas das cuias, ela veloz ... Mais do que eu.. e nunca se feriu.*

---

<sup>136</sup> Consiste em raspar *o beijo* (borda) *da cuia* a altura de “dois dedos” na horizontal com auxílio de uma pequena faca a fim de manter a diferença de tonalidade de cor.

Enquanto tomávamos a água e depois devorávamos a carne de coco, continuamos a conversa. Seu Rosaldo lamenta que nenhum dos filhos mostre interesse pelo cuidado do terreno como todo, apenas pelo fruto. Quando necessitam na perspectiva de renda monetária aumentam a intensidade e a quantidade recolhida frequentemente: *Eles vêm aqui apenas pra apanhar o açaí e juntar pra vender*. Esta fala é bastante ilustrativa do que Hiraoka (1993) alerta pela pressão do mercado com que têm influenciado a quantidade e a intensidade da coleta nessa região, que segundo Mourão (2001: 169) “corre-se o risco de danos ecológicos sérios, pois os fatores de ordem ecológica nem sempre são levados em consideração”. E a esposa, complementa: *Terreno é para quem limpa, quem cuida, tem que ter capital para manter. Senão fica só a capoeira*.

Quando a coleta do açaí destina-se para consumo familiar a quantidade e a intensidade da atividade são reguladas de acordo com a necessidade. Quando destinada ao comércio (local) sua coleta ocorre pela demanda do mercado e da necessidade de renda do grupo. Mas, quando o fruto destina-se ao mercado mais amplo há maior pressão sobre os recursos e nessas condições pode ser bastante prejudicial ao ambiente como advertiu Mourão (2001) anteriormente. E Seu Rosaldo expressa preocupação:

[...] *A minha preocupação é ter para os meus netos, a gente não pode depender só do açaí, olhe do jeito que tá, a senhora sabe, só vai tirando, tirando, não cuidando, os cachos tão cada vez mais fracos, não tão mais graúdos. E o pessoal acaba só apanhando o açaí e não cuida (...). No tempo dos meus pais, era mais difícil era, mas tinha fartura do mato [...]*.

Ele me afirma que não depende somente dos produtos do *mato* e do quintal para compor sua renda e o cardápio alimentar, outros ingressos provêm, do benefício e da aposentadoria que o casal recebe e do filho que reside em Abaeté. Mensalmente, quando possível, envia *uma ajudinha* e contribui para a manutenção da família.

Na verdade, independente das atividades “tradicionais” de natureza agroextrativista, cabe destacar a tendência crescente de aumento da porcentagem entre as famílias de Lariandeuá que obtêm os seus ingressos monetários fora do universo da produção da natureza: aposentadoria e pensão; trabalho assalariado; atividades comerciais e de transporte dentre outros.

Inclui também neste “cálculo” a contribuição de parentes que não residem na mesma casa destacado por Seu Rosaldo a respeito do filho que de certa maneira: “têm direito de herança sobre a unidade produtiva: lote, floresta, curso d’água, roça etc..”. Situação similar é observada por Siqueira (2006:261)<sup>137</sup> em estudo realizado em unidades familiares no estuário amazônico ao se referir aos arranjos e dinâmicas internas nas unidades familiares.

Nem sempre o marido pode contar com a companhia da esposa, pois esta tem a responsabilidade de cuidar das tarefas domésticas e da feitura do artesanato de cuia. *Tem vez que eu venho e passo o dia aqui e voltamos só à tardinha* destaca Dona Socorro. O esposo me conta: *Eu chego aqui, tiro a camisa, respiro, penso. Tomo banho, como carne de coco. Fico empitado com o trabalho e depois vamo [s] embora. O dia que eu não venho, fico doente. Não troco isso por nada.*

Dona Socorro, assim como outras mulheres com quem conversei, me dizem participar da roçagem das plantas, da debulha do açaí, principalmente no pico da safra do fruto, quando há necessidade toda a família se organiza para participar. *Quando não dá pra mim, vem só os dois* (o marido e o filho). E quando os acompanha aproveita para tirar lenha. Depois dessa conversa, nos organizamos para voltar.

A relação com os recursos naturais, como pude observar ao longo da visita, seja nas falas ou mesmo nas ações das pessoas de Lariandeuá com quem conversei e convivi durante a minha permanência em Lariandeuá, facilmente se faz notar algumas expressões das especificidades da experiência produtiva e social que aparecem sempre referidas, a partir da observação que eles fazem, do contexto espaço-temporal. Fazendo alusão, por exemplo, às variáveis temporais de maior ou menor incidência das chuvas, conhecido como o inverno e verão amazônicos; dos ciclos lunares, do movimento das marés, relacionados ao período de pico e redução dos produtos e da organização do trabalho: *No tempo do verão é o açaí que toma de conta da gente* me disse Seu Adriano<sup>138</sup>, casado, de trinta e sete anos quando me informa de suas atividades durante o ano.

---

<sup>137</sup> Siqueira.A.D. Gênero e vida cotidiana: mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas do estuário amazônico. In: ADAM. C., MURRIETA, R., NEVES, W. Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade (2006). São Paulo: Annablume: 261- 287.

<sup>138</sup> Seu Adriano é esposo de Claudia, trinta e quatro anos. Na casa moram ele, a esposa, três filhas de nove, treze e quinze anos e um menino de onze anos.

Já Lucio<sup>139</sup> (solteiro) de vinte anos, integrante da comissão do grupo de jovens da Igreja Cristã Assembléia de Deus, se responsabiliza junto com cinco outros jovens de organizar os eventos na comunidade durante o ano. Além do trabalho no seu *açaizal* (localizado no *mato* da família), o jovem presta serviço de diárias na *apanhação* do açaí, na capina nos terrenos de seus vizinhos e associa o tempo de menor incidência de chuvas (verão) ao tempo de ganhar dinheiro; e se planeja:

[...] *No verão é o tempo bom pra gente trabalhar em várias qualidades de serviços, é o tempo de ganhar dinheiro com o açaí e de fazer os festejos (...). Nessa safra (verão) pretendo ajuntar dinheiro e dar entrada no motor (...). Aqui no inverno é mais difícil, a chuva põe qualquer um de volta pra casa e trabalhemos em outros serviços (...). A gente passa um aporreio por aqui, tem o dinheiro dos outros serviços e das bolsas do governo pra segurar o caboco. Senão, se enrasquemos tudinho [...].*

Por sua vez, Dona Socorro (referida anteriormente) me fala do ápice do camarão no mês de maio, ocorrida no período do inverno, ainda que se possa pescar durante todos os meses do ano com uma produção oscilante, ela comenta: *No inverno tem o camarão, mas é tão curtinha a safra dele. Ah, tem do miriti que é no inverno. Pensa! Tomamos aquele mingau gostoso!*

Alguns sinais são relacionados às observações que fazem dos horários diários das marés ao pescado do crustáceo, utilizando técnicas locais, aprendidas com os seus antepassados, usadas por homens, mulheres e crianças para o trabalho do dia a dia: *Quando a maré tá seca é hora de gapuiar disse dona Bete.* Associam a maré ao aparecimento de determinadas fases da lua: *Na maré de quarto é hora de colocar o matapi no poço. Depois na vazante eu saio pra despescar.*

Como se pode inferir acima, os elementos presentes nas narrativas dos moradores de Lariandéua associam aos conhecimentos sobre o ambiente que os circunda e a relação a determinados fenômenos da natureza e das variações climáticas, com o ritmo de suas atividades produtivas e de lazer. Trata-se de representações simbólicas dos ciclos naturais e de um complexo calendário agrícola ou pesqueiro presente em comunidades tradicionais, como

---

<sup>139</sup> É filho de Dona Rosane (viúva) e mora com ela. Além dele, na casa vivem duas irmãs solteiras de quinze e trinta e dois anos; três irmãos solteiros com idades de dez, doze, dezoito anos e um irmão de vinte e dois anos (casado) que mora com a esposa e duas filhas. Sendo onze pessoas, ao todo.

fala Diegues (1995: 169): “*Há o tempo para fazer a coivara, preparar a terra, semear, capinar e colher, como também há o tempo de se esperar as espécies de peixes migratórios, como a tainha*”: Ainda de acordo com o pesquisador esses “tempos” são muitas vezes celebrados por festas que marcam o início e o fim de uma determinada safra. O que na perspectiva de Evans Pritchard (1979) é denominado de um “*tempo ecológico*.”

Aqui é oportuno recorrer ao clássico estudo desse antropólogo quando pesquisou a vida dos *Nuer*<sup>140</sup>. Ao discutir a noção de tempo e espaço<sup>141</sup> desse grupo, relacionando com a estrutura social o autor distingue dois tempos:

O primeiro denominou de “tempo ecológico” que se refere, principalmente, “aos reflexos de suas relações com o meio ambiente” Envolve as mudanças nas estações (auge chuva e da seca), aliado a outros fenômenos como: “os movimento dos corpos celestes além do sol e da lua, a direção e a variação dos ventos e a migração de algumas espécies de pássaros” (1979: 109). O segundo é o “tempo estrutural” que são “reflexos de suas relações mútuas dentro da estrutura social” (1979: 107 e 108). Os dois tempos, segundo o autor, referem-se a uma série de acontecimentos de destaque que estão no período de sua ocorrência e que a comunidade os observa e relaciona, uns aos outros.

Para os *Nauer* o ciclo ecológico é de um ano e possui duas estações principais que correspondem, de maneira geral, ao período de maior precipitação pluviométrica, chamado por eles como *tot* (meados de março a meados de setembro) e o período de estiagem, chamado de *mai*, abrange os meses de outubro a fevereiro. Os aspectos pelos quais as estações são definidas com maior nitidez na contagem do tempo são associados ao controle do movimento das pessoas para a residência nas aldeias e para o acampamento e de suas necessidades que traduz principalmente o ritmo ecológico para o ritmo social do ano

---

<sup>140</sup> Ver Evans-Pritchard, E. Os *Nuer*: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Perspectiva: São Paulo, 1979. Os *Nauer* vivem no Sudão na África Oriental e se dedicam, principalmente, às atividades do gado, mas também da pesca e da agricultura, numa região caracterizada pela variação ecológica.

<sup>141</sup> Ao retratar a ecologia do povo nilota o autor confere: “as limitações ecológicas e outras influencias nas suas relações sociais, mas o valor atribuído às relações ecológicas é igualmente significativo para a compreensão do sistema social, que é um sistema dentro do sistema ecológico, parcialmente dependente deste e parcialmente existindo por direito próprio. Em última análise, a maioria – talvez todos – dos conceitos de espaço e tempo determinados pelo ambiente físico, mas os valores que eles encarnam constituem apenas uma das muitas possíveis respostas a este ambiente e dependem também de princípios estruturais, que pertencem a uma ordem diferente de realidade” (EVANS- PRITCHARD, 1979:106).

No calendário de atividades apresentado pelo autor (1979:11) no período das chuvas são indicados como ponto de referência os cuidados tomados em seus cultivos (milho e sorgo), a primeira colheita do sorgo, as cerimônias de casamento, dentre outras. No acampamento, no período da estiagem as pessoas se voltam para a pesca, para a segunda colheita do sorgo, caçam, apanham frutos silvestres dentre outras. Ou seja, eles observam determinados fenômenos da natureza para organizar suas atividades, mas não a regulam.

A oscilação social entre inverno e verão também faz parte da dinâmica das sociedades esquimós, conforme mostra o estudo sobre sua morfologia social<sup>142</sup> realizado por Mauss (1974)<sup>143</sup>. Cada mudança de estação (inverno e verão) é marcada por manifestações diferentes, onde os agrupamentos e os sistemas de classificação alteram-se também, isto é, há uma oposição entre inverno e verão, resultado da representação coletiva.

O verão é marcado pela dispersão e mobilidade do agrupamento, pois é nele que se observam mais nitidamente as construções e desmontes das tendas a cada fase estacional, internamente ocupada por uma única família de maneira dispersa e nelas a relação de parentesco é restrita. Em oposição à distribuição, o inverno é caracterizado pela concentração da vida social, marcada pela proximidade das casas, em cada uma contém diversas famílias internamente. Há também um lugar que concentra o grupo, chamado o *kashim*, um lugar de reunião, cerimônias e festas que reúnem toda a sociedade.

[...] A vida social dos Esquimós apresenta-se a nós, portanto, sob duas formas nitidamente oponíveis, e paralelas em sua dupla morfologia. Certamente, entre uma e outra há transições: não é sempre de forma abrupta que o grupo entra em seu abrigo de inverno, ou sai dele; do mesmo modo, nem sempre é de uma única família que se compõe o pequeno acampamento de verão. Mesmo assim, de uma maneira geral, os homens têm duas formas de se agrupar, e a essas duas formas de agrupamento correspondem dois sistemas jurídicos, duas morais, duas espécies de economia doméstica e de vida religiosa [...] (MAUSS, 1974: 498)

A noção de *tempo ecológico* na ótica de Evans-Pritchard (1979) foi referência nos estudos de Alencar (1991); Huguenim (2001); Lopes (2006) e Azevedo (2014) para compreender como àquele opera entre populações tradicionais de distintos lugares do país:

---

<sup>142</sup> Refere-se à forma pela qual o grupo humano se caracteriza ao se assentar no solo, sua forma e composição com vista a explicar o substrato material (quantidade, densidade e distribuição) para a vida coletiva.

<sup>143</sup> MAUSS, M. *Morfologia Social: ensaios sobre as variações sazonais das sociedades esquimó*. In: Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: APU/EDUSP, 1974. Volume II, PP Sétima parte.

A pesquisa sobre a pesca feminina na ilha de Lençóis, no estado do Maranhão realizada por Alencar (1991) constata a sazonalidade caracterizada também por momentos de verão (época da seca) e do inverno (período da chuva) e dos ciclos lunares que provocam alterações, ao longo do ano, nos ritmos e tempos de trabalho social e produtivo das pessoas desse lugar, especialmente para as mulheres (foco de sua pesquisa). Segundo a autora: “*essas variações ocorrem tanto em relação à pesca, como em relação à produção do carvão e atividade de lazer (...). É a prevalência da noção de tempo “circular”, cíclica e não linear”* (1991:59).

Azevedo (2014), em estudo realizado em duas comunidades da Ilha do Marajó, do mesmo modo observa o tempo ecológico caracterizado em duas metades (período do verão e do inverno). Ao focar o olhar às experiências sociais de crianças (portadoras de deficiência), sem esquecer suas famílias, o autor enfatiza algumas situações reguladas pelo tempo ecológico. Segundo ele, no pico do verão a rotina é alterada em função das condições de estiagem que interferem no abastecimento de água, comprometendo a qualidade e quantidade da mesma e observa a participação das crianças na coleta de água do poço e do caminhão pipa, cuja distribuição ocorre semanalmente pela prefeitura. Nesse período, ocorre a safra do caju e o peixe torna-se escasso nas proximidades dos rios que cercam as vilas e alteram o padrão de consumo e as práticas familiares em relação à alimentação dos filhos. No inverno “*pescadores artesanais lançam suas malhadeiras à procura de peixe com intuito de melhorar seu suprimento alimentar*” (2014: 87).

Atenta para a especificidade na lógica temporal dos pescadores artesanais (localizado na costa litorânea fluminense ao Norte do estado do Rio de Janeiro) que não condiz com a lógica do Seguro Defeso para a região, Huguenim (2001) observou o “desencaixe”, proposto por Giddens<sup>144</sup>, da concepção à normatização da cata do caranguejo com a concepção de *tempo* das catadoras de Gargaú (localmente conhecidas como caranguejeiras). De acordo com a autora, o calendário local (baseado na observação e experiência das catadoras com o seu universo natural), a prática no manguezal ocorre entre outubro e dezembro “período que os

---

<sup>144</sup>. Giddens (1991) conceitua desencaixe como o “deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaco” (1991:29). Ver mais em: GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

caranguejos estão “descascados” (2011:), isto é, já realizaram a “muda” e, portanto, estão bons para a cata e o consumo”, contrapondo-se, segundo ela, ao período estabelecido pela portaria do IBAMA que proibia a atividade justamente naqueles meses: “No contexto local a “andada” ocorre de dezembro a março, a proibição da cata desde outubro não pode ser justificada”. Assim, o tempo de resguardo, neste sentido, é garantido apenas parcialmente com a interdição da captura de fêmeas em dezembro.

Embora, referindo-se a outra realidade (dos lugares) acima mencionada, mas há similaridade quanto à “marcação” do “*tempo ecológico*” Evans-Pritchard (1979) que em Lariandeuá pode se dizer é grifado também por dois períodos distintos, um de maior incidência de chuva denominado de inverno, corresponde entre os meses de janeiro e junho, podendo ocorrer chuvas no período que antecede o verão, cuja época corresponde de julho a dezembro, caracterizada por chuvas reduzidas (época de estiagem) e das fases da lua, de modo que tudo isso influencia na organização das atividades das famílias e da comunidade cuja” seleção de pontos de referência é determinada pela significação que essas mudanças têm para as atividades humanas” (Evans Pritchard, 1979:116). Veja:

*[...] No inverno, se não tiver cuidado, as galinhas morrem afogadas, porque é chuva todo tempo, e tem que aproveitar esses momentos no verão. Se você olhar, ninguém pára em casa, é o açai e todo tipo de serviço, porque quando é inverno, todo mundo fica com as suas famílias sem muito trabalho. Até as olarias molham tudo, e pára todo o serviço, os donos de família vão trabalhar em outro lugar (...) sobrevivem de camarão, pelo mato, que é longe. No verão não dá camarão, somente a partir de fevereiro, março. Menos no mês de maio. Mas é um período curto, passou aquela safra, diminui muito, acaba. O Bolsa Verde é em julho aí só em outubro que vai receber [...]*

De modo geral, os moradores quando se referem às principais atividades (produtivas) e sua importância, no contexto da sazonalidade temporal, as associam a um ritmo distintivo: “No verão, Açai; no Inverno, Camarão” como bem sintetiza Lopes (2006) no título de sua bela dissertação de mestrado para dizer da relação entre o tempo e o desenvolvimento das práticas econômicas, por ele analisadas, numa comunidade chamada Jamaci, situada, numa área insular do município de Belém, estado do Pará. Além do camarão no inverno, em Lariandeuá, os moradores se referem ao miriti, sobretudo para o consumo da família.

Os meses de inverno, assim como observado por Wagley (:189) em Itá, as pessoas de Lariandeuá, associam-nos também ao período em “parar mais em casa”, o que não significa

imobilidade. Vejamos: “*No inverno, trabalha. Se não trabalhar fica sem meio de viver*”; “*É mais fácil encontrar gente na casa na época do inverno do que na época do açaí.*” Relacionam-nas ao trabalho mais moderado: “*Os trabalhos do mato é mais rápido, a chuva coloca qualquer um de volta pra casa;*” *No verão, na safra mesmo do açaí, o pessoal tá mais pro açaizal*”. É bem que, verdade mesmo, quando marcava as conversas ou mesmo quando chegava sem avisar nas casas das mulheres que participam da pesquisa nesse período, percebia os homens mais ausentes do que elas. Isso não quer dizer que não tenha acontecido no inverno e que elas não participem do processo da coleta, como fala Bete:

*[...] No período da chuva que começa final de novembro até abril, maio, a gente fica bastante na casa. A maré tem um tempo que interfere no trabalho, só que a nossa vantagem é que a maré enche e vaza. Há lugares que a maré só enche muitos meses. Aqui são só algumas horas, quando ela sai de cima da terra, nós voltamos a plantar, a colher. Eu gosto do clima do inverno, água grande, a chuva que é uma vitamina para a plantação onde a terra é seca [...]*

Entre os meses que antecedem cada estação, as pessoas se ocupam do preparo e conserto de instrumentos utilizados na realização das atividades. Não é raro vê-los na limpeza do açaizal, confeccionando o matapi, rasas e paneiros e consertando a rede de malhar. Tanto no verão quanto no inverno, algumas atividades que se constituem como complementares, tornam-se relevantes para garantir itens de consumo e de manutenção da família em alguns meses. É o caso da produção de cuias que nos meses que antecedem os festejos juninos (abril e maio) e o círio de Nazaré (setembro), realizados em junho e outubro, respectivamente são encomendadas pelos marreteiros para o comércio nas feiras: do Ver-o-Peso, em Belém e do centro, em Abaetetuba.



FOTO 17: Casal no preparo do matapi e a feitura do artesanato da cuia  
Fonte: Waldileia Amaral, registro de campo 2014



FOTO 18: Casal consertando a rede de pescar (malhada)  
Fonte: Waldileia Amaral, registro de campo 2015

No inverno, quando ocorre a safra do camarão, embora se estenda por todo o ano como uma produção flutuante, o mês de maio é o mais favorável à pesca, quando se obtém

maior tamanho e quantidade de camarão. É frequente ver pessoas com os *matapis* em suas embarcações de um lado para o outro. Entre as famílias com as quais trabalhei, no geral, todas colocam entre cinco a doze *matapis* por família possibilitando extraírem-se cem a duzentos gramas por armadilha e quando vendidos, custam dez a doze reais o quilo.

O trabalho tem início (em geral, nos meses de interseção do verão para o inverno), com o preparo de uma armadilha conhecido como *matapi* podendo ser produzido pelos próprios extrativistas e comprado localmente entre R\$ 4,0 a 5,00. O *matapi* é uma armadilha com o formato de um cilindro com diâmetro (em geral) com tamanho de 25 cm e 40 cm de comprimento. Em suas extremidades apresentam um espécie de funil que permitem a entrada do camarão. No meio do instrumento há uma abertura lateral com formato de uma pequena janela que é aberta somente para colocar a *poqueca*.

O *matapi* é feito com fibras da tala das palmeiras: *jupati* e do *miriti*, ambas coletadas no próprio local, como nos disse aquele casal, e da preparação da *poqueca*<sup>145</sup> para uso próprio ou venda ao custo de R\$0,50. A utilização do *matapi* é atrelada ao ciclo da maré, cujo momento propício ocorre na sua vazante, durante a *pacuema* na lua minguante como se fala por aqui.

---

<sup>145</sup> Uma farinha moída da palmeira do babaçu (adquirida no comércio de Abaetetuba ou vendidas por marreteiros) misturada em água morna e colocada em pequenas porções em folhas de guarumã e presas com folhas de *miriti* e com pequenos furos para que exale e atraia os camarões....



FOTO 19: Armadilha (matapi) para a pesca do camarão exposta para a venda  
Fonte: Waldileia Amaral, registro de campo 2014



Foto 20: Isca para camarão chamada de poqueca  
Fonte: Waldileia Amaral, registro de campo 2015



Foto 21: poqueca à venda na porta da casa  
Fonte:Waldiléia Amaral, registro de campo 2015

Outra maneira de capturar o camarão é através da *mocooca*, uma espécie de dique construído temporariamente nos igarapés e nos lagos, na margem da ilha com intuito de retirar a água – para *gapuiá*- de seu interior. O dique tem a função de impedir que água do interior do lago seja depositada para o seu exterior sem que retorne e permita que o local seja totalmente seco (H. Azevedo, 2014). Após a secagem, feita com balde e cuia, os camarões são recolhidos.

A pesca do peixe é realizada pelas famílias em Lariandeuá principalmente para o autoconsumo. Alguns instrumentos são elaborados localmente ou comprados. Utilizam o termo *mariscar* [pescar] para dizer da busca de peixes nos igarapés, nas margens dos rios e no *poção*<sup>146</sup>. Pescam com caniço<sup>147</sup>, rede de lancear<sup>148</sup> e a *mocooca*, a malhadeira, o caniço e o *matapi*. Apenas dois homens dizem pescar peixe mais distante da ilha entre os meses de junho

---

<sup>146</sup> E um lugar (como se diz por aqui) *Encantado*

<sup>147</sup> Composto por linhas e anzóis nas extremidades ligadas a uma vara retirada de plantas locais.

<sup>148</sup> De malha fina presa nas extremidades por duas varas.

e julho. Existe a norma de não pescar no período do defeso que se estende do mês de novembro a fevereiro quando recebem o seguro defeso<sup>149</sup>.

Algumas pessoas com quem conversei têm percebido a redução do estoque de camarão e do peixe, nos últimos anos. As significações do tempo presente revelam o aumento da população. Associam ao aumento ao número de pessoas, o que significa um aumento da quantidade de *matapis* e pressão para aumentar a produção – o que pode colocar em risco a conservação das matas e de implicações para o desenvolvimento dos sistemas de produção das famílias. Outro aspecto ressaltado diz respeito aos orifícios dos *matapis*, cuja abertura está cada vez mais estreita, impossibilitando a saída dos camarões menores. Ao lado disso, os moradores percebem a mudança do tempo na produção do açaí: *Antigamente, julho era verão, o açaí estava preto. Já estamos em agosto, e não tem açaí. Isso faz que a gente perceba o quanto a natureza está mudando...*

A safra do açaí implica diretamente na renda das famílias. Acontece entre os meses de janeiro e junho a entressafra. Assim, diversas são as formas utilizadas por eles para a manutenção das despesas da casa, complementada com outras fontes de renda. Além, daqueles serviços mencionados anteriormente, entre as pessoas com quem conversei, apenas duas recorrem ao trabalho oleiro na própria localidade ou em Santa Maria. Porém, o setor oleiro-cerâmico apresenta também certa sazonalidade de acordo com o período do ano. No período de maior ocorrência das chuvas, a produção diminui consideravelmente em relação ao período de estiagem (verão), devido ao aumento da umidade no ar que influencia no tempo de secagem do produto. Segundo Lira (1998) é no inverno que a demanda aumenta e quando consegue melhores preços.

Na entressafra do açaí, as pessoas também se voltam para a coleta do fruto do miriti entre os meses de janeiro e março. O fruto é consumido principalmente em forma *in natura* ou de mingau, podendo acontecer a venda e, quando necessário, é ofertado como moeda de troca para aquisição de produtos como gasolina e gelo, comercializados por freteiros que realizam transporte até à cidade. Uma vez presenciei troca pelo gelo e também entre os vizinhos. Às

---

<sup>149</sup> Benefício dado pelo governo federal com o pagamento aos Pescadores, através da Colônia de Pescadores Z-14 de Abaetetuba. O valor corresponde a um salário mínimo por mês durante toda a temporada.

vezes, a retribuição pode ser combinada com um pouco de açaí quando este “começa falhar” ou pela retribuição pela utilização da máquina despoldadeira, dentre outras coisas:

[...] *Quando [es] tamo[s] com alguma necessidade.. porque aqui o nosso alimento é o açaí. A gente vive do mato. Eu tenho cupuaçu, coqueiro, cacau, limoeiro, “a[rvore]ve de pimenta” é difícil eu juntar miriti. Minha vizinha me manda fruto ou um mingau tão gostoso que ela faz...Faltam as coisas, cada um dá um pouquinho e graça a Deus a gente sempre teve [...].*

Outra forma é oferecer de presente ou em momentos de dificuldades (viuvez), constatado na entrevista que fiz com uma viúva - Dona Aldora- por ocasião da morte do marido, seguida meses depois do filho. O filho mais velho e os vizinhos levam algum tipo de produto. Outra situação foi de uma família que teve a casa incendiada, perdendo praticamente todos os utensílios e vestuário. Tendo com isso a solidariedade de algumas pessoas e parentes mais próximos no dia a dia, com a oferta de açaí, miriti *in natura* e na forma de mingau. Além do mutirão realizado para construção de uma nova casa e doação de roupas. Ouvi por várias as pessoas me dizer que hoje não há mais solidariedade como antes. *“As pessoas olham só para o seu umbigo” Eu acho que aqui há uma maior desunião. Aqui são contadas as pessoas que me ajudam*”. Tomei conhecimento de situações delicadas que se deram na vida de algumas pessoas com as quais conversei ou de alguém conhecida delas. São desentendimentos entre vizinhos por conta de terras, discriminação, ciúmes, preconceitos que fazem parte também da vida desse lugar.

Há moradores que têm conseguido obter açaí fora da época normal, principalmente, daqueles açazeiros da primeira safra e conseguido vender com o preço melhor. Em estudo realizado por Homma *et al* (2006), ele também identificou tal situação em Igarapé-Miri. Há correspondência da utilização do manejo de acordo com as estratégias dos agricultores desenvolvidas na produção do açaí. Embora não tenha me detido nesse tipo de informação, pude auferir em algumas entrevistas que, de modo geral realizam basicamente a roçagem do açaisal.

## 5.2 “O barco chefe agora pra gente é o açaí”

A frase acima integra o diálogo comigo e Lauro, quando conversava sobre as atividades produtivas da ilha. Ele é uma *espécie de marreteiro* (assim se auto identificou) e me conta das gerações anteriores, da produção do açaí sempre frequente no lugar, principalmente utilizada para o *bébe* (consumo) *da família* consumido na forma de vinho (suco) misturado à farinha de mandioca. Como se sabe, as áreas de várzea apresentam condições favoráveis para o desenvolvimento dessa palmeira e nesses últimos anos têm despertado o interesse de várias pessoas, em graus variáveis de envolvimento com o mercado:

*[...] O povo sempre sobrevive do açaí, do camarão, da manga, do miriti. Meus avós, todos apanhavam açaí, mas não era como é hoje. Aqui o pessoal se preocupa com a colheita do açaí. Uns tiram só pro consumo mesmo, mas outros tiram pra vender... e vendem!(...) A venda é facilitada porque você já vê o povo com seu motor, combina com freteiro... porque sempre tem alguém pra comprar pode ser lá no beiradão tem também os atravessadores daqui mesmo espalho as rasas. Eu mesmo sou uma espécie de marreteiro, eu compro e levo para Abaeté depois eles levam para as fábricas que ficam em Castanhal. Levo duas ou três vezes toda semana pra Abaeté. No verão tem mais produção e varia o preço. O inverno o preço melhor [...]*

Com a chegada do verão amplia o nível de expectativa, entre os moradores, de conseguir melhorar o cardápio da mesa e para aqueles que destinam parte de sua produção para a venda com a safra do açaí<sup>150</sup>, entre julho e dezembro, tendo o seu pico (agosto/setembro) e depois até dezembro, não com a mesma quantidade, pois a produção *começa falhar*. Durante minha estada no verão de 2014 e de 2015, pude observar a dinâmica bastante diferente vivenciada no inverno quanto às despesas das casas.

É o período em que durante as refeições - *almoço e no jantar tem açaí do grosso* - o açaí se apresenta com melhor quantidade e qualidade; além de outros produtos alimentícios adquiridos da cidade para o consumo e de maior envolvimento dos membros da família no processo da coleta. Realidade similar observada por Homma et al (2006), Brondízio e Neves (1997), Azevedo, 2014; Gusmão, 2013; Nascimento (2013) em Abaetetuba.

---

<sup>150</sup> As casas apresentam graus variáveis de envolvimento com a comercialização do açaí.

### 5.3 “No verão tem mais divertimento”

A chegada do verão movimenta a comunidade, especialmente os jovens e crianças. Esporte e lazer, expressos em jogos de futebol e brincadeiras que as crianças e jovens mobilizam em momentos de sociabilidade formal, materializados em torneios, disputas em campeonatos, ou no cotidiano. Normalmente, entre julho-agosto de cada ano é realizado, em Lariandeuá, o torneio da “União dos Rios” que envolve clubes de futebol das comunidades circunvizinhas e movimenta o comércio local aos finais de semana. Um pequeno bar/lanchonete é bastante freqüentado durante o período com venda de gênero alimentício e bebidas alcoólicas. Além da época do torneio, os jovens e adultos reservam, à tarde, jogos de futebol durante a semana, até sexta-feira pagando ao responsável pelo aluguel do campo por R\$2,00.



FOTO 22: Campo de futebol de Lariandeuá  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro de campo 2014



FOTO 23: Bar e lanchonete localizado ao lado do campo de futebol  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro de campo 2014

Embora o calendário de atividades religiosas se estenda por todo ano em Lariandeuá, constata-se uma diversidade de eventos com maior concentração no período dos meses de julho a dezembro. De acordo com Claudia, embora esteja envolvida o ano inteiro o período do verão favorece uma maior frequência às atividades:

*[...] Aqui pra gente o nosso lazer pra bem dizer é a igreja. De lazer, nós vamos para a igreja, quarta feira tem culto de oração, culto para cá pra cima quando a maré está boa que acontece de quinze em quinze dias, nas terças. No Sábado de manhã tem culto da união feminina de oração, sábado à noite tem culto de evangelização. Domingo de manhã tem a escola bíblica dominical. Quinta-feira fazemos visitas para os idosos e adoentados. Domingo a tarde tem reunião da igreja e domingo à noite tem culto. Quando chove muito, no inverno é mais dificultoso, mas se der tempo de chegar, a gente vai. No verão, é bem melhor, é dificultoso*

*quando tem a maré que seca muito e a gente acha melhor não ir. Tem momentos que não dá para ir de jeito nenhum, mas é difícil não irmos [...]*

De um modo geral, as atividades concentram-se no período do verão e são, geralmente organizadas por homens, mas principalmente por mulheres e jovens. Suas atribuições residem na organização de datas e logística para os eventos e se incumbem de preparar e servir comidas e as bebidas, limpeza e organização do espaço.

Os cristãos não católicos em suas diferentes denominações apresentam calendário mais diversificado de eventos. Começam desde março (com referência ao Dia Internacional da Mulher), maio com o Dia das Mães e se estendem até o mês de dezembro, com eventos alusivos ao Natal e Ano Novo. Destacam-se eventos específicos como Escola Bíblica de Férias (julho) e outros de caráter formativo, relacionados à juventude (mês de outubro) e festejos de aniversários de estruturas organizativas da Igreja (departamentos masculino e feminino com eventos realizados em agosto e novembro, respectivamente).

A igreja católica tem suas atividades de festejos iniciadas somente em maio com o dia das mães. Ocorre aqui em julho, os festejos são em homenagem a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (padroeira do lugar) que movimenta não somente a comunidade católica da comunidade, mas também moradores de comunidades vizinhas. A preparação é dirigida por homens e mulheres. Além disso, seu calendário apresenta a celebração dos Dia dos Pais em agosto, eventos festivos à “santas” (Nossa Senhora de Nazaré, em outubro, e da Conceição em dezembro), além das festividades de Natal e Ano Novo.

As crianças e adolescentes aproveitam o período de estiagem para brincar ao redor das casas onde antes a terra estava encharcada, impossibilitando a exploração desse ambiente. As brincadeiras ocorrem, preferencialmente, no período vespertino, uma vez que a maioria ocupa-se pela manhã com a escola. Nesse espaço, as piras (pira cola e pira se esconde) o “cemitério”, a bola, a bandeirinha, o banho de rio sem chuva alternam-se com as frequente tarefas delegadas à elas.

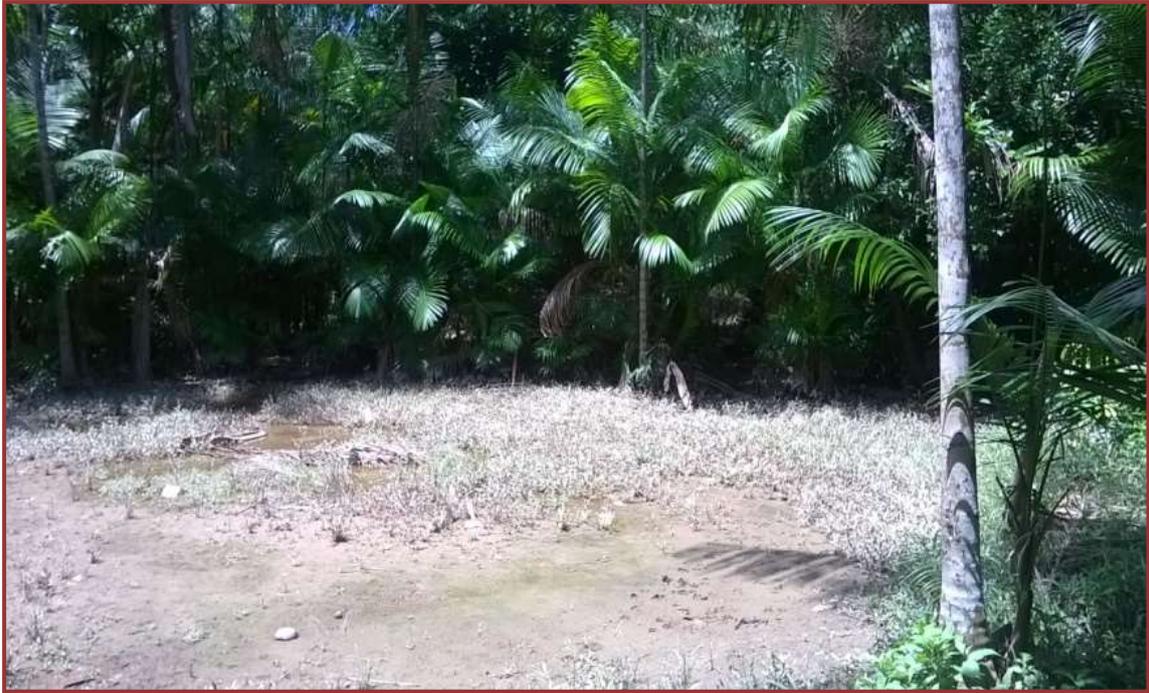


FOTO 24: Campo de futebol, no quintal alagado durante o inverno/2014  
Fonte: Waldileia Amaral, registro de campo 2014

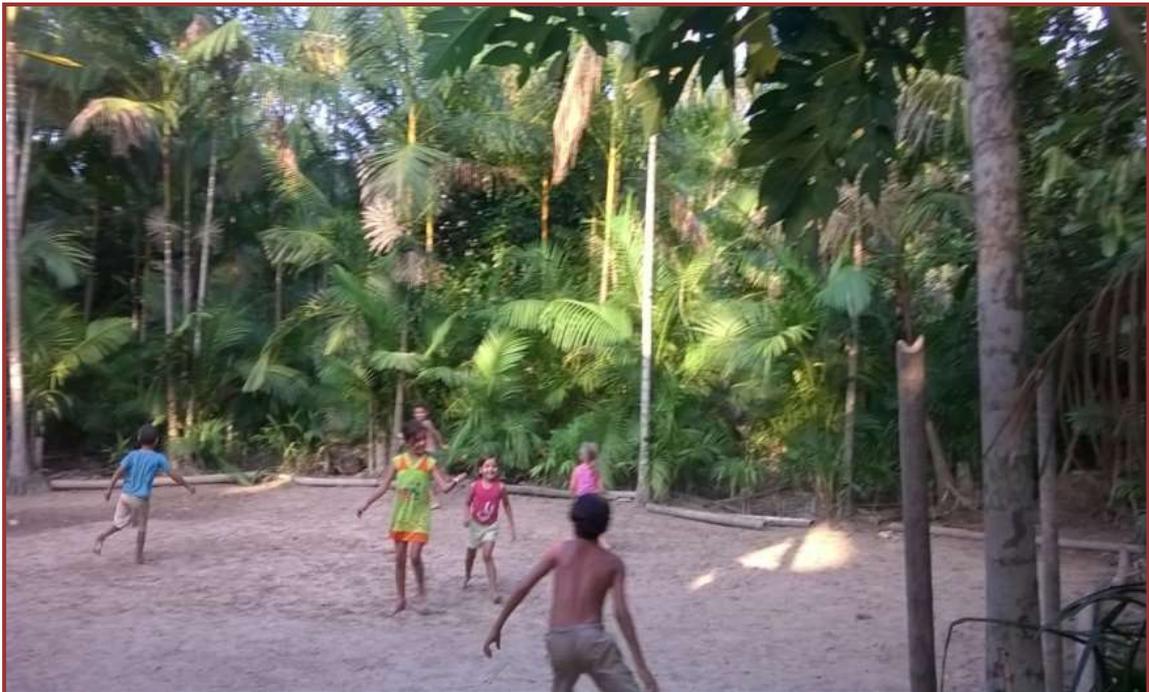


FOTO 25: Crianças brincando de bola no campo improvisado no quintal seco durante o verão/2015  
Fonte: Waldileia Amaral, registro de campo 2015



Foto 26: Menino empinando pipa de dentro de uma “rabudinha” durante o verão/2015  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro de campo 2015



Foto 27: Crianças brincando e tomando banho de igarapé numa tarde durante o verão/2015  
Fonte: Waldiléia Amaral, registro de campo 2015

Longe de elencar todas as atividades em Lariandeuá associado ao tempo ecológico, o calendário sistematizado na figura a seguir apresenta a disponibilidade durante o ano de parte de produtos agroextrativistas, orçamento doméstico e da distribuição de evento social de alguma forma relacionado ao calendário sazonal e o tempo mercantil.

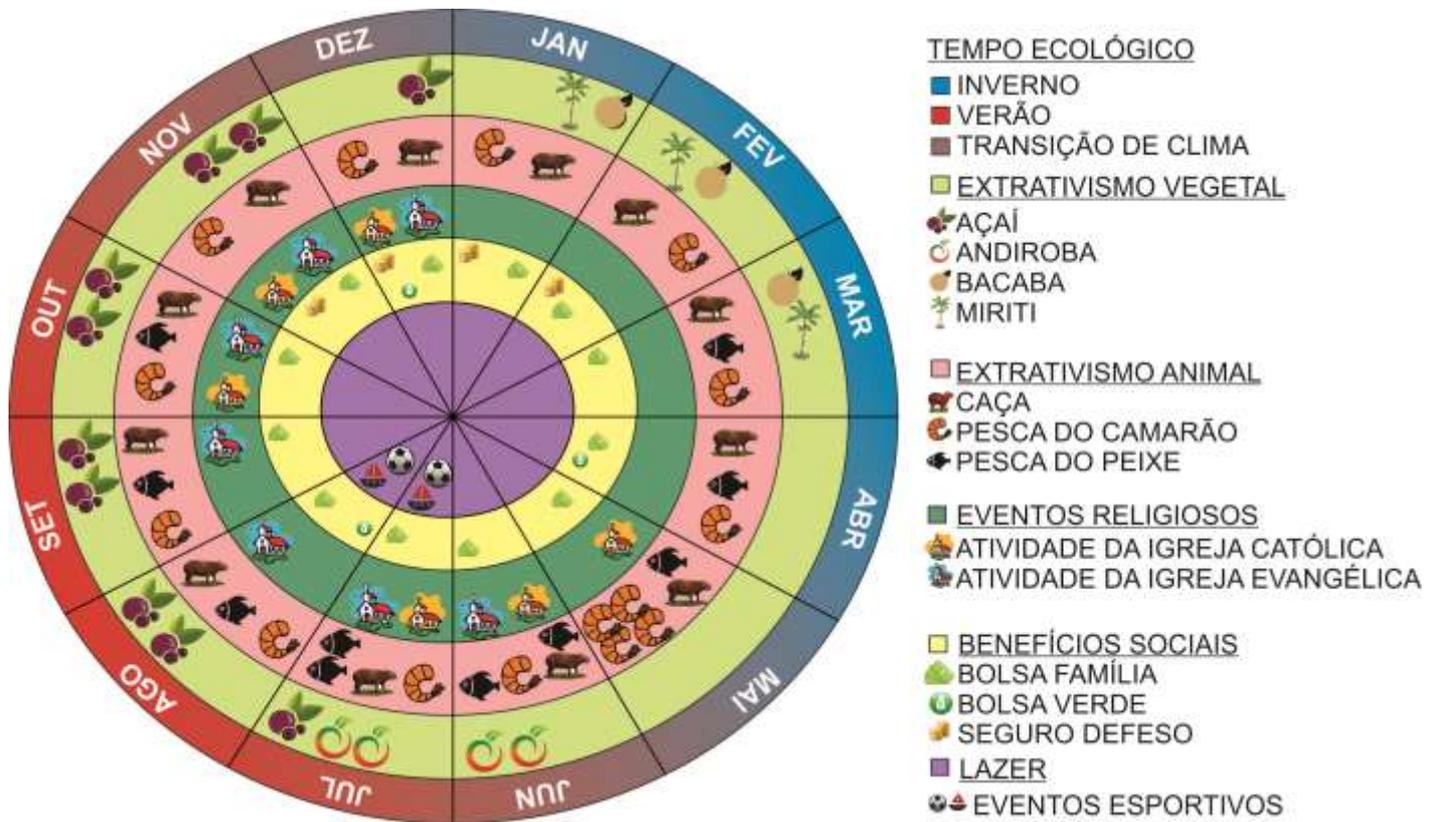


Figura 8: Tempo ecológico/Atividades: produtivas, lazer, religiosa, orçamento doméstico  
 Fonte: Elaborado pela autora, pesquisa de campo (2014 e 2015)

#### 5.4 Na lida de cada dia, de tudo se faz um pouco: organização das tarefas e as imbricações de gênero

De modo geral, as pessoas com quem eu conversei (homens e mulheres) dizem realizar atividades do quintal, da casa, do cultivo da roça, do extrativismo animal e vegetal, sendo comum classificarem o tempo relacionando-o com a atividade (tempo de *gapuiar*, tempo da *safrá*, tempo da *entressafrá*). Expressam também que aos homens são atribuídas algumas atividades do *mato*, que para eles são as atividades consideradas “pesadas” ou “perigosas” como: caçar, derrubar, queimar, além de trabalhar como diarista para a *apanha do*

*açaí*, para transportar tijolos e telhas da olaria para a embarcação, tirar barro, trabalhar como *de freteiro*. A eles, também, cabe ser o provedor principal e o responsável pelo sustento da família e pela coordenação das atividades do *mato*. Dentre o conjunto das atividades realizadas em Lariandeuá, as atividades de organizar as tarefas domésticas (cuidar da casa e socialização dos filhos) são consideradas de responsabilidade das mulheres; a feitura da cuia, fazer paneiro, *debulhar* e cuidar das criações estão no rol das atividades consideradas “leves” e do âmbito feminino conforme me informa Seu Rosaldo:

*[...] O trabalho de mulher em Lariandeuá é cuia, é tecer paneiro, nunca vi um homem fazendo. É um trabalho maneirinho. Trabalho de roça. O serviço do mato é homem e mulher. Trabalhemos juntos. Assim como é no mato é na Olaria. São vários serviços ao mesmo tempo. No matapi, tapa o Igarapé – com tala de um comprimento específico, tece o paneiro, cortamos umas varas, de manhã a gente despesca. Fazemos por maré, não se faz todo dia. É coisa de ano [...]*

No fragmento da fala de Dona Nazaré, por sua vez, está identificada a idéia e a consideração do trabalho da mulher como *ajuda* e, na direção oposta, as atividades domésticas realizadas por homens são igualmente olhadas como ajuda por se afastarem de suas atribuições próprias, que são consideradas produtivas; confirmando as observações dos estudos de Motta-Maués (1993[1977]), Maneschy (2001) e Brumer (2004) Ávila (2004) realizados em comunidades rurais brasileiras. O trabalho valorizado é o da enxada, o trabalho pesado. As outras tarefas são vistas apenas como complementares:

*[...] Às vezes o meu marido me ajuda lava uma louça, quando eu estou doente. Já trabalhar no mato, no machado, eu não me garanto. Mas ajudar com a mandioca, fazer farinha, eu ajudo [...]* Nós fazemos de 90 a 120 quilos. A saca da farinha é 70 reais (...) Apanhar o açaí eu também não faço, porque ele não deixa. Quando eu era mais nova, eu apanhava com minha cunhada que é falecida. Mas eu *debulho* [...]

*Eu faço um pouco de tudo, nem pensa!* disse-me Célia que acorda cedo e prepara o café, mas nem sempre se encarrega de preparar a refeição do dia, quando precisa sair mais cedo para ir à cidade ou para o *mato*. Geralmente, delega essa tarefa à sua única filha de dezoito anos e solteira, mesmo tendo dois filhos homens de treze e dezenove anos, além de um “agregado” de dezesseis anos (abrigado recentemente na casa). Nesse caso, supõe-se ser, essa, uma tarefa das mulheres. Sem subtrair aqueles afazeres reconhecidos localmente como

de âmbito feminino: cuidar da casa e dos filhos; Célia consegue se envolver e contribuir para o orçamento familiar, pois simultaneamente concilia as tarefas da casa com o artesanato de barro (ao lado de sua casa) e, quando precisa, assume junto com o filho mais velho o transporte das crianças realizado pelo marido quando este precisa se ausentar.

Sérgio, o marido, quarenta e um anos, nascido e criado no mesmo igarapé que Célia, por sua vez (com uma embarcação há pouco tempo adquirida com a venda do açaí e do recurso do Bolsa Verde) atua como *freteiro*, realizando serviços de transporte escolar pela parte da manhã e se dirige para cada *braço* de rio da ilha, em dias determinados (quando possível leva um dos filhos como companhia) para vender produtos como a farinha e seus derivados, pois em Lariandeuá a produção agrícola é limitada. Somente uma família cultiva a mandioca para o fabrico da farinha. Daí a demanda por esse tipo de produto. O carvão e o peixe também são comercializados na porta das casas. Produtos estes adquiridos entre agricultores da ilha que possuem trechos de terra-firme próximos a Abaetetuba. Ele afirma realizar algumas tarefas da casa (preparar refeição e cuidar dos filhos). Situação ocorrida quando os meninos vão para a escola e na ausência da mulher ou da filha do casal – o que significa, cozinhar para ele apenas! Isso pode acontecer também quando a mãe se encarrega da tarefa mensal pela parte da manhã (o que se dá nos últimos anos) em companhia de algum dos filhos ou da irmã que mora ao lado da casa dela) de receber os benefícios (Bolsa Família e da Bolsa Verde) ou de ir para a unidade de saúde em Abaeté, para conseguir ficha e se consultar, O marido me diz:

*[...] Quando as duas não estão, vão para Abaeté, geralmente por volta das 11h30, por aí, é quando estou terminando de deixar os estudantes, vejo que elas não chegaram, passo logo ali (refere-se à mercearia) e compro alguma coisa para gente almoçar. Quando ela deixa pronto eu só faço esquentar. Para mim é mais difícil porque passo o dia inteiro fora, mas sempre se dá um jeito...Dá para ajudar [...]*

O cotidiano das quiandubenses é marcado por uma situação de trabalho permanente e continuado. Isto pode ser observado pelas falas das mulheres, quando descrevem sua inserção nas atividades diárias de trabalho doméstico ou de natureza agroextrativista que variam de uma casa para outra. Os arranjos postos em prática são variáveis para a realização das atividades, em função, principalmente, da estrutura da família e da fase do desenvolvimento do grupo doméstico ( FORTES, 1974)

#### 5.4.1 Trabalho no espaço doméstico e as atividades agroextrativistas: distribuição e responsabilidades

O dia de uma mulher em Lariandeuca começa cedo, antes mesmo de o sol aparecer por volta das cinco horas da manhã. Às vezes, até antes e se prolonga até às 21h00 ou 22h00. Elas não sabem precisar quanto tempo destinam para as atividades realizadas diariamente. Dona Socorro que hoje é aposentada diz que cada dia de trabalho é um dia diferente:

*[...] Em casa, eu acordo três horas, três e meia, quatro horas. Vai depender do dia. Nós dormimos nove horas, porque o motor [que fornece luz elétrica] pára às oito e meia. Depois, me levanto, faço o café. Deito na rede até ele ir para o serviço, porque nem toda vez eu vou. Cuido das minhas cuias. Quando tem gás, o café é rápido: cinco minutos. Mas quando é lenha, custa mais: 15 minutos. Lavo a louça. Às vezes, uma neta minha vem e me ajuda. Ela vem varrer a casa, enrola a rede. Meu filho apanha açaí, põe de molho, eu bato ou ele bate, ajuda os primos na Olaria. Quando eu vou pro mato eu levanto, preparo a comida, às vezes já deixo pronto alguma coisa e nos leva pra lá, eu e meu marido, e só vem a tardinha [...]*

Em geral, pela manhã, as mulheres se incumbem de cuidar da casa que inclui: preparo do café, lavagem de roupas, varrer a casa, *enrolar* (dobrar e guardar) as redes, o lençol, lavar a louça, coletar água, *amassar açaí*, cuidar dos filhos, preparar o almoço. Apenas três se dedicam parte do dia às atividades assalariadas da prefeitura (duas como professoras e uma como agente de saúde). Por volta das 11h30, o almoço já está pronto: é quando as crianças retornam da escola. Para aquelas que trabalham no serviço público *vai chegando e preparando a comida para o almoço*. Almoçam às 12h00. Depois do almoço, descansam um pouco ou aproveitam para guardar a roupa, ou dão continuidade às tarefas do preparo da cuia, do paneiro, coleta fruta do terreiro. Outras, quando a maré está boa, vão pescar. Outras, reparam e cuidam dos netos....Por volta das 17h00, preparam o jantar ou complementam com o que sobrou do almoço. Preparam o suco (vinho) do açaí por volta das 18h00. O preparo pode ser feito de forma manual, depois do fruto ficar de molho na água, amassa manualmente para que a polpa se solte para obter o suco com adição de água. Em Lariandeuca o ofício de “amassadeira” é tipicamente feminino, não que os homens não o façam, mas não é freqüente, como Disse Seu Francisco: *é mais a mulher que amassa...Está em casa e prepara..* Também pode ser obtido o vinho por meio de uma máquina (despolpadeira) popularmente denominada

de bateadeira, construída em aço inoxidável, modelo vertical, processa os frutos do açazeiro com a adição de água. Depois, a partir das 19h00, jantam, assistem televisão, lavam a louça...

Ainda pela manhã, ao redor da casa, cuidam da criação de pequenos animais e de cultivo de verduras e frutas (maxixe, pimenta, jerimum, frutas.). Quase todas as famílias, com exceção de duas, criam aves (galinha, peru e pato) e não costumam vender. São destinadas para o consumo familiar, para aniversários, dias festivos etc.. Porém, em situação considerada de *precisão* como chamou Heredia (1979), ou seja, situações que escapam do cotidiano, em que os produtos do *mato*, da pesca, não são suficientes, nessas circunstâncias as aves são comercializadas para suprir as despesas familiares. Geralmente é a mulher que se encarrega dessa tarefa. Há, também, a criação de porcos, atividade praticada por poucas famílias, somente quatro. Nessa atividade é comum crianças (meninos e meninas) auxiliarem os adultos para prender as “criações” e alimentá-las, quando não estão na escola.

Para uma família jovem, composta por crianças menores de cinco anos, o trabalho da casa cabe às mulheres, embora se tenha a participação de homens de forma esporádica e seletiva. Quando os homens trabalham no ambiente da casa, geralmente ocupam-se de tarefas referentes à confecção e manutenção dos instrumentos da pesca como o matapi e a rede de malhar e consertos das pontes etc... Quanto maior a idade dos filhos, mais dividida é a tarefa entre os membros da família, pois se pode contar com a colaboração nas atividades domésticas, principalmente das meninas. Na verdade, as mulheres de Lariandeuá só deixam de ir para o *mato*, quando as necessidades são menores, principalmente quando o seu grupo doméstico é composto por um número de filhos adolescentes e do sexo masculino, pois filhos pequenos exigem maior esforço dos adultos.

A casa de Camile é composta por ela, o marido e um filho de um pouco mais de um ano. Atualmente, é professora na escola em Lariandeuá e diz se ocupar somente com os cuidados da casa, principalmente, pela parte da tarde. Explica da impossibilidade de poder se envolver em atividades do *mato*, por conta do filho ainda pequeno. Ela diz receber ajuda do marido nos cuidados com a casa e com a criança quando este está sem trabalho fora. Ele presta serviço de diárias na ilha como calafate (especialista na vedação de juntas ou fendas entre tábuas de embarcação) e de carpinteiro. Segundo Camile: *Depois que terminou minha licença maternidade, ele cuidava do neném. Eu acordo cedo deixo tudo preparado.* Atualmente, recorreu ao auxílio de uma sobrinha para *cuidar* do seu pequeno. Pela parte da tarde em dias determinados

realiza, com um grupo de mulheres da Igreja, visita aos doentes da ilha e participa das reuniões do MORIVA.

O apoio que possa receber da rede de parentesco ou de vizinhança é bastante importante para aquelas que têm filhos pequenos a serem liberadas para realizar as tarefas do grupo familiar. O marido de Irene migra, temporariamente, para Barcarena (município vizinho) para trabalhar como pedreiro. Ele retorna de quinze em quinze dias para casa. Essa fonte de ingresso é combinada com o açazal e quintal que, em sua maior parte, é destinada para o consumo doméstico. Mas, quando necessitam, se organizam para tirar algumas rasas para venda. A família dela é composta pelo marido e dois filhos: um menino de oito anos e uma menina de seis anos. Ela conta com o auxílio de uma irmã ou da mãe para *olhar* os meninos quando voltam da escola, quando precisa ir à Abaeté, ou *quando a maré tá boa (seca) pra gapuiá*.

*[...] Peço pra uma das duas olharem os pequenos pra mim. Às vezes eu levo o maior comigo....Assim ele vai logo aprendendo (...) Tenho o meu terreno, eu capino. De manhã, eu arrumo os meninos. O tio deles leva para a escola, compro a comida, preparo. Depois, calço a bota e vou capinar: pego matapi, também. Na hora de pegar na escola, mais tarde, pego a rabeta e busco os meninos [...]*

Constatai que com a migração do marido para Barcarena, Irene assume a responsabilidade de contratação de mão de obra para manter a limpeza do *mato* e, no período da safra do açáí, assume a comercialização. Consideradas como funções externas à propriedade, segundo a consideração local, essas atividades são consideradas de domínio dos homens. Dessa forma, as situações práticas não condizem com os padrões de referência não são, portanto, fixos, uma vez que permitem mudanças conforme as necessidades.

O processo de trabalho da pesca ou da coleta de frutos é um espaço importante para a socialização dos meninos e meninas, como diz Cláudia (34 anos) que compartilha o lar com o marido e quatro filhos: três meninas de quinze, onze e sete anos e um menino de treze anos. Constata essa situação especialmente para os meninos que se socializam nos papéis de seu pai:

*[...] As meninas pescam, pegam o caniço e vão com esse [refere-se ao filho] Puxam o peixe aqui na ponte, às vezes pescam no porto da mamãe ou no igarapé. Quando a*

*maré está cheia ou quando seca lá no poço. Pode pescar com malhadeira, tem vezes que eu vou pilotar enquanto o meu filho pega [...]*

Célia, referida no início do item, conta que quando o filho mais velho era pequeno sempre acompanhava o casal para as atividades de coleta de frutas e da pesca do camarão.

*[...] Eu me lembro que quando esse meu filho maior aqui ele tinha uns cinco anos ele ia acompanhar a gente na apanha do açaí. Minha irmã, ele pegava a peconha sem eu ver... quando eu via esse menino, ele já não estava lá em cima do açazeiro. [...] Eles aprendem cedo. Às vezes ele acompanhava o pai dele lá pra perto do Capim<sup>151</sup> quando sai para pescar...ele já era maiorzinho [...]*

Os filhos, quando rapazes, são considerados parte importante para a manutenção das despesas do grupo familiar, enquanto moram com os pais. Aos poucos, vão adquirindo “independência” financeira, pois se espera que casem e tenham a sua própria família. É comum, em Lariandeua, que os rapazes, por volta dos dezesseis anos, comecem, ou às vezes até mais cedo, a preparar o seu *açaizal* ou prestem serviço de capina ou de *apanhador* na ilha ou, às vezes, até na propriedade dos pais quando desejam comprar algum objeto de uso pessoal (calçado, vestuário, até pequenas embarcações).

Vale registrar aqui a que é concedida ao filho uma pequena parte do terreno da família para ser cuidada de forma individual esse momento marca a sua “independência” no grupo familiar, antes mesmo do casamento. É como *roçadinho* dentro da família camponesa estudada por Heredia (1979).

Em meus registros de campo encontrei dois jovens: um de dezoito e outro de vinte um anos, que realizam atividade de capina e apanhador na propriedade dos pais. O de dezoito tem seu próprio *açaizal*. Seu Francisco me diz que prefere pagar o seu filho de 21 anos: *Esse meu filho aqui estuda, chega da escola e ficar fazendo o que? Se drogar, se prostituir? Por que não trabalhar? O que eu pago para outro, eu pago para meus filhos e ele vai aprendendo.* Nesse contexto, o trabalho dos filhos, na visão dos pais, assume um sentido de uma proteção contra os perigos e para evitar “os descaminhos” do mundo da rua, como nos fala SARTI (2011: 105).

---

<sup>151</sup> Ilha do Capim (região das Ilhas de Abaetetuba)

Ficar somente em casa e realizar as atividades domésticas, como disseram, pela primeira vez, algumas mulheres para mim, quando cheguei a Lariandeuá, “não significa imobilidade” como bem lembra (Anderson, 2007 e Maneschy, 2001). Adaptando as perguntas e observando mais de perto do dia a dia delas, sobressai atuação, ainda que de maneira não contínua (para a maioria das mulheres), mas freqüente, em atividades para além do trabalho doméstico e com o cuidado com os membros da família. Sobressaem aquelas atividades relacionadas às diferentes etapas de produção e comercialização do complexo “mata-rio-roça-quintal” (Loureiro, 2001:50) e da comunidade, confirmando os estudos no meio rural que constatam que, na prática, sempre houve mulheres que estiveram, tanto na esfera da reprodução, como na produção.

A pesca (de peixe e camarão) e o açaí são produtos que ocupam papel fundamental na vida dos moradores da ilha, pois fornecem principalmente alimento e, para alguns, é considerado fonte principal do orçamento financeiro da família. Dependendo do calendário sazonal do produto, ancorado ao ciclo de mudanças ecológicas, da composição da família e o ciclo de vida, se vê homens e mulheres (e também crianças) envolvidas em ritmos e ocupações variadas: na pesca, na coleta de frutos, nos cuidados das criações, feitura do artesanato, dentre outras tarefas produtivas.

A família de Célia possui uma pequena olaria ao lado da casa dela, com ajuda do filho menor e de um rapaz, recentemente agregado à família, trabalham na feitura de “boca” de fogão de barro (Foto 24). Ela coordena a organização desse trabalho quando o marido se ausenta. Dependendo da disponibilidade de mão de obra a família contrata algum vizinho para desembarcar o barro. Ela me conta que por ser ao lado da casa combina tarefa e responsabilidades: *vou cuidando da casa e ajeitando a comida ao mesmo tempo*. Quando sente que há necessidade e dependendo da disponibilidade dos membros *sai para colocar o matapi*.



Foto 26: Boca de fogão feito de barro  
Fonte: Waldiléia Amaral , registro de campo, 2014

Durante a safra do açaí, o trabalho para a venda começa às 06h00. Dependendo do local, a saída pode ocorrer mais cedo. Em geral, é ao *pai de família* que cabe organizar as tarefas da coleta do açaí para o consumo da casa e para venda. Para o aproveitamento dos açazais são executadas atividades ao longo do ano: limpeza do açazal, retirada das ervas daninhas, os desbastes da touceira, replantio, coleta do fruto (que envolve a subida para apanhar o cacho e a debulha dos frutos), acondicionamento dos frutos na rasa, o transporte, processamento e a comercialização. Dependendo da necessidade e da disponibilidade dos membros do grupo doméstico todos participam. A ajuda dos filhos maiores a partir dos 14 e 15 anos aparece em todas as etapas. As crianças e as mulheres se encarregam da *debulha*, cabendo aos homens executarem a *apanha*, mas isso não necessariamente é fixo, como demonstram os relatos abaixo:

*[...] Eu apanhava açaí quando era solteira, depois que eu fui com ele e a avó dele me pediu para eu não apanhar mais, porque disse que prejudicava a mulher; falou que somente o marido tem que apanhar, nunca as minhas filhas, porque ela diz que a mulher tem útero e fazer muita força para apanhar, assim como a bexiga que pode ser prejudicada [...]*

*[...] Meu marido prepara o açazal, capina, se está muito fechado ele vai afastando porque fica difícil de subir depois. Antes do dia de apanhar, temos que dar uma olhada. Todos nós vamos, tiramos um dia que não tem aula. Exemplo: sábado (...). Quando era solteira eu apanhava açaí, mas agora não O homem apanha, é difícil mulher apanhar, pois não é apropriado pra ela. Mas ela debulha [...]*

[...] *No verão, o mais importante aqui é o açaí. Se deixar muitos dias ele seca. Então se não tem como pagar alguém pra ajudar, todo mundo ajuda, se organiza. Os homens vão apanhar, depois nós vamos debulhar. Já no inverno, os homens trabalham, pra gente se manter [...] Eu só não apanho mais açaí porque estou pesada demais... São mais os meninos, menina é mais difícil, mas numa precisão (necessidade), não tem essa não [...].*

A *apanha* é realizada principalmente pelo mais jovens, mas quem comercializa é o pai. Quando o preço está bom na feira do município de Abaetetuba, o açaí é transportado e comercializado aos comerciantes da sede deste município, mas quando não vale a pena custear o combustível, o açaí é utilizado apenas para o consumo ou vendido na ponte da unidade de produção para atravessadores oriundos da ilha.

#### **5.4.2 Caça**

A caça já não é mais uma atividade frequente como antes em Lariandeuá. Os moradores sentem que a quantidade de animais tem diminuído cada vez mais. Algumas espécies como mucura (*Didelphis marsupialis*), cotias (*Dasyprocta* SP), paca (*A. paca*) foram citadas como as recorrentes. É realizada quando há necessidade. As pessoas com quem conversei declaram que não comercializam carne, utilizam apenas para o consumo da família. As estratégias para a execução da atividade da caça é variável. Ocorre de forma oportuna, por ocasião da realização durante alguma atividade agroextrativista, ou se organizam para caça. Nesse caso pode ser individual ou pessoas. Ao se deslocar em canoas pelas margens do igarapé, acompanhado por mais de uma pessoa, utiliza-se a lanterna para iluminar as margens até o encontro da presa. Essa técnica é chamada de lanternagem. Utiliza-se, principalmente a lanternagem e a espingarda. Localmente, é considerada como uma atividade em que homens adultos e jovens estão mais envolvidos; apenas duas mulheres me disseram que acompanham os maridos nas caças, mas ouvi algumas delas dizerem que há mulher *aventureira, na ilha, que sai para caçar com o marido*, mas nunca só, como frisado por Dona Bete:

[...] *Eu não caço, isso é serviço dos homens. Eles caçam de arma, e eu tenho medo de pegar em arma, e sempre a caça é à noite. Tem vezes que a mulher acompanha o marido, mas só. Eles saem seis e meia da tarde, e voltam nove da noite.. Mas tem mulher aventureira que pega no caminho do mato [...]*

### 5.4.3 Artesanato da cuia, paneiro e rasa

Como já havia dito antes, o rendimento financeiro é variável segundo os ciclos produtivos. Entre os meses que antecedem cada estação, as pessoas se ocupam de algumas atividades que se constituem como complementares, mas bastante importantes para o grupo familiar, principalmente, para as famílias que têm o açaí como fonte principal de renda. É o caso, por exemplo, da feitura do artesanato de cuias e das rasas que tem as mulheres mais atuantes neste afazer.

O artesanato da cueira (*Crescentia cujete Ducke*) há muito tempo é presente na ilha. Consta nos relatos das mulheres de que o aprendizado começa bem cedo e como uma atividade eminentemente feminina, passada de geração para a geração. Afirmam que hoje o número de pessoas que se dedicam a esse ofício seja menor e lamentam o fato das meninas não terem interesse de aprender até porque, segunda elas, *hoje passam mais tempo na escola do que antigamente. Eu acho que é um conhecimento que se tem pra vida, não é? Daqui a pouco se perde tudo...* disse dona Janete que, quando criança, aprendeu com sua *mãe de criação*. A árvore de cueira, além de ser usado como utensílio doméstico, tem uso medicinal que consiste na utilização da casca e da flor, ainda presentes nos relatos de várias mulheres como de Dona Socorro quando menciono a visita realizada ao “jardim” de sua família.

Nos últimos anos, algumas mulheres de Lariandeuá comercializam, sob encomenda, de marreteiros locais, sobretudo nos meses que antecedem a época junina (junho) e do Círio de Nazaré (Outubro) onde são vendidas para comerciantes das feiras de Abaetetuba e do Ver-o-Peso, em Belém. A participação dos homens é ocasional na organização do trabalho. Geralmente, se encarregam de coletar o fruto e serrar. As crianças e adolescentes entram na representação do trabalho como “ajuda”. Participam em diferentes etapas (coleta, raspar, *fazer a fita*, tingir e por para secar), mas são principalmente as meninas as mais envolvidas. Isso acontece quando não estão na escola ou envolvidas nos afazeres domésticos.

As mulheres que se dedicam à cueira como fonte de renda me dizem que a feitura do artesanato da cuia ganha importância, sobretudo na entressafra do açaí, embora se possa trabalhar o ano inteiro como um dinheiro que entra para a hora do *enrasque* (necessidade). Além disso, pelo fato de ser realizado próximo ao ambiente da casa, consideram que seja um

trabalho “tranquilo” por permitir a combinação com outras atividades domésticas e realizado a qualquer hora, como falou Dona Janete anteriormente e a seguir Dona Socorro:

*.[...] Fazer a cuia é assim: eu acordo de manhã, faço café, lavo a louça, ajeito o que tem que ajeitar, sento e fico até umas 10h, depois eu levanto e volto para fazer o almoço. À tarde já faço um negocio aqui ali, e volto de novo pra as cuias e assim vai. Tem vez que eu não trabalho, não estou com vontade ou tem outra pra fazer... Já vou para outra coisa... [...] (Socorro)*

Juliete (casada)<sup>152</sup>, Rosane (viúva) e Nazaré tecem paneiros e rasas, principalmente no verão quando a demanda é maior. Embora com um grupo familiar bastante distinto em termos de composição e ciclo de vida, elas dizem que conseguem realizar o trabalho conciliando com os demais.

*[...] No verão, o mais importante aqui é o açai. Se deixar muitos dias ele seca. E todo mundo ajuda, se organiza. Os homens vão apanhar, depois nós (ela e duas noras) vamos debulhar. Enquanto isso adiantamos o que tem para fazer por aqui (casa): faço o almoço, teço rasa, cuido do serimbabo [...] (Nazaré)*

As rasas são feitas geralmente por mulheres que utilizam talas de urumã (retirada do seu terreno ou comprada de vizinhos). O centro de talo de Arumã (*Ischnosiphon ovatus Kcke.*) é vendido por R\$ 8 reais. De acordo com Dona Rosane: *um cento dá sete a oito rasas*. As mulheres conhecem perfeitamente a técnica para tecer: *faz o fundo e depois começa tecer oito talas de um lado e nove de outro e vai dobrando até chegar na ponta amarrando seus beijos com tiras de garrafas plásticas*. Esse sabe-fazer foi aprendido com os mais velhos e com a experiência. Conhecimento e técnicas se traduzem em vários objetos confeccionados por elas: cestos, peneiras, balaies...

---

<sup>152</sup> A família de Juliete é composta por ela, o marido, uma filha de seis anos e uma sobrinha de doze anos.



FOTO 27: fruto do açai colhido e acondicionado em uma rasa confeccionada com tala de guarumã  
Fonte: Waldiléia Amaral , registro de campo, 2015



FOTO 28: mulheres tecendo paneiro com tala de miriti  
Fonte: Waldiléia Amaral , registro de campo, 2015

Juliete me diz que seu trabalho principal é cuidar da casa, da filha e do marido tece paneiro quando tem algum desejo de compra (roupa, maquiagem e tesouras para cortes de

cabelo. Ela pretende montar um pequeno salão de corte de cabelo e maquiagem): *É um dinheirinho que é meu, compro o que eu quero. Teço em casa, não empata nada.* Já, Dona Rosane me fala que é um trabalho cansativo por se manter muito tempo sentada e alega sentir dores no seu único rim. Ao mesmo tempo reforça seu interesse em fazer o artesanato, pois consegue conciliar com outras atividades e ganhar dinheiro fundamental para compra de alimentos, uma vez que é a provedora da família. Ela faz mais rasa do que paneiro. Uma rasa custa R\$ 6,00 e o centro do paneiro custa entre R\$25,00.

*[...] Eu levanto cedo! A minha filha mais nova trabalha comigo, mas estuda de manhã. A minha nora sai com as crianças, a minha filha me ajuda também quando volta do trabalho. Gosto de criar galinha, pato. (...) Os meninos ajudam, também cortam arumã. Pra destalar, praticamente eu levo o dia inteiro porque faço outras coisas ...É difícil eles tecerem... Eles caçam e matam mucura, pescam, trabalho no terreno dos outros...Aqui a gente não vende açai, tira as vezes dez rasa na safra, e vende dez a doze reais a rasa [...] O nosso forte é o paneiro e rasa. Quando tem encomenda se organiza todo mundo, até minha outra filha me ajuda, mora aqui do lado [...]* (Rosane)

#### **5.4.4 Uso e usufruto do dinheiro**

Como foi dito antes, em Lariandeuá, todas as famílias mantêm uma variedade de atividades produtivas para suprirem parte das necessidades, no que diz respeito ao consumo doméstico, assim como do mercado com vistas a obter outros produtos necessários a sua reprodução. De modo geral, os ingressos monetários são provindos da venda de frutas, principalmente, do açai; do artesanato de produtos da olaria, Todos os produtos fornecidos pelo *mato* e dos cursos d'água associado às pequenas criações são resultado do esforço conjunto dos membros do grupo doméstico e se destinam ao próprio provimento doméstico, pois a outra parte é destinada à comercialização. Ainda na composição dos ingressos da renda integram o trabalho assalariado, diárias para serviços prestados, os benefícios oriundos da previdência social e os programas sociais do governo, tais como o Bolsa Família e o Bolsa Verde.

Dada sua gradativa importância para o mercado, o açai é sem comparação o produto de maior valor para as famílias de Lariandeuá. A renda monetária obtida com a comercialização varia muito no decorrer do período de safra (agosto a dezembro). O núcleo familiar de Dona Nazaré, por exemplo, comercializou, em 2014, em torno de cem rasas (cada

rasa de açaí possui 14 quilogramas segundo medida local) de açaí a um valor que oscilou de R\$ 10,00 a R\$ 30,00/paneiro durante a safra.

Com a cuia confeccionou entre 40 e 50 dúzias cujo preço oscilou entre R\$12,00 a 15,00/duzia. Com esse recurso e, também, com a produção do paneiro as mulheres dizem se sentir felizes em poder colaborar nas despesas da casa e ter com que “reagir” mesmo (Ribeiro *et al* , 2015). Dona Socorro diz que trabalhar com cuia lhe permite certa autonomia.

*[...] Se eu quero comprar algum coisa extra, fazer um aniversario, comprar um presente, uma roupa... eu já vou me programar... é um dinheiro que eu uso no que eu quero...A minha aposentadoria não, já vai tudo para remédios que sempre tem, eu ajudo um pouquinho na despesa da casa. E aposentadoria dele [do marido] é pra as despesas da casa e do remédio de pressão dele. (...) Com a cuia.. . Olha, eu combinei com minha neta dela me ajudar pra fazer um bolinho pro aniversario dela a gente foi caprichando pra terminar ate maio [...]* (Dona Socorro)

De acordo com Sarti (2011) o trabalho pode catalisar satisfação às mulheres de adquirirem algum “dinheirinho seu”, por mais pouco que seja, afirmando – em algum nível – sua individualidade, mesmo que seus rendimentos não sejam a elas direcionados, não deixa de ser referida à família.

Entre as mulheres que participaram da pesquisa, a aposentadoria feminina tem um significado bastante importante para elas. Dona Leonora de sessenta e cinco anos, viúva há dezesseis anos, conta que não *vai mais para o mato*. Assim que seu marido faleceu ainda fazia algum serviço da lavoura; quando conseguiu se aposentar, se sente útil em poder contribuir com sua aposentaria na criação das filhas e das netas e ter com que pagar para quem quer que seja, mesmo que o “filho eleito” (Sarti, 2011:68) intermedie a contratação de alguém para *cuidar das plantas*.

Similarmente observado por Zanini e Oliveira (2013), entre colonas no Sul do Brasil mostram as autoras que a aposentadoria feminina entra no universo doméstico como dinheiro “da mãe” ou “da mulher” e que, mesmo, às vezes sendo gerido por homens, faz com que estas mulheres se sintam importantes no contexto doméstico e coletivo expressado na fala de Dona Socorro (casada) e Dona Leonora (viúva):.

*[...] Eu lembro que cheguei sair para gapuiar duas vezes no mesmo dia. A senhora vai no Igarapé, tem o poço e faz a mocooca, pega o barro e gapuia aquele poço,*

*depois tira o marisco, arrebenta a mocooca para a água voltar a crescer de novo, não é fácil...Agora, hoje pra mim isso é novidade! (...)*Com a aposentadoria, irmã! Eu defendo as despesas da casa [...] (Dona Socorro)

*[...] É um dinheiro que entra certo todo mês. Às vezes, chamo meu filho para tomar um açaí, ele já sabem que eu quero conversar, fazer alguma coisa. Contratar alguém, fazer um reparo na casa, mandar limpar açaizal...[...]* (Dona Leonora)

Para algumas mulheres a aposentadoria não significa “parar de trabalhar”, como bem lembra Paulilo (2004: 235), mas sim receber regularmente uma pequena quantia de dinheiro bastante utilizado em situação de acolhimento de filhos e netos, em caso de necessidades, como me referi no capítulo que aborda as avós nas dinâmicas familiares em Lariandeuá.

Ao indagar as mulheres de como é decidido e usado o dinheiro das atividades de trabalho e renda das pessoas da família, elas dizem que cabe, no geral, ao casal decidir o que comprar. À mulher enquanto “dona da casa” cabe à decisão do que comprar e quando comprar, em termos da alimentação e vestuário, bem como se cabe sair para pescar ou utilizar alguma ave para a refeição.

Para aquelas que recebem mensalmente o dinheiro advindo dos programas sociais do governo (Bolsa Família e Bolsa Verde)<sup>153</sup>, em Abaeté, há toda uma organização do grupo familiar para que ela possa se ausentar, pela manhã, dos afazeres domésticos. Geralmente é acompanhada por alguém da família ou da vizinhança que também vão receber. Acompanhei uma dessas viagens e percebi que esse é um momento em que elas “se libertam” dos afazeres cotidianos da casa.

Os recursos advindos dos programas sociais são percebidos como um dinheiro que deva ser conjugado com outros rendimentos. O dinheiro recebido mensalmente da bolsa família, em geral, é administrado pela mulher, mas sempre ouço elas dizerem que conversam antes com o marido: “*a gente decide junto*” ou “*gente conversa*”. Geralmente se destina para as despesas da casa *A gente sempre compra alguma coisa, um óleo, um açúcar, uma carne, um frango e por aí vai...o que precisar*. Quando obtém renda, reinvestem o ganho para os filhos (comprando, entre outras coisas, materiais escolares, roupas, calçados, perfume).

---

<sup>153</sup> No caso do Bolsa Família o recurso, recebido mensalmente, é variado e calculado pelo número de filhos da casa que estudam. No caso do Bolsa Verde, são repassados R\$ 300,00 a cada três meses.

No caso do Bolsa Verde, as parcelas trimestrais de R\$ 300,00, às vezes, coincidem com o pagamento de outras categorias de benefícios e programas sociais (aposentadoria, pensão, bolsa família) e da parte da produção trocada por dinheiro, tudo isso se mistura nos orçamentos domésticos: *É um dinheiro grande*, como me disse algumas mulheres. Desse modo, é uma boa oportunidade para diversificar as despesas, com bens desejados pelos membros da família, como por exemplo: pagar parcela de prestação para a compra de motor de embarcação, aparelho celular, fogão a gás ou máquina de lavar. Outros beneficiários utilizam para investir na melhoria dos sistemas produtivos, como o pagamento de limpeza do açail, além de *defender o rancho*.

Celina, quando recebeu pela segunda vez o dinheiro da Bolsa verde, juntamente com a Bolsa Família, aproveitou para adquiriu alguns itens desejados pelos dois filhos há tempo: um celular e um tênis. Segunda ela, *o inverno é mais ruinzinho e não dá para pensar em comprar nada, mal dá para o rancho*. Por isso, o dinheiro é sempre destinado para os itens de alimentação. Com a venda do açai no verão e mais o dinheiro da bolsa família, Celina me diz que parte do recurso é destinada *para comprar algumas coisinhas* para seus filhos. Reforçando a constatação do estudo entre mulheres beneficiárias do Programa da Bolsa família realizado por Rego e Pinzani (2014: 226), em que as entrevistadas afirmam os compromissos para com suas famílias de deveres provenientes do seu *status* de mãe.

## **PARA TERMINAR, SABENDO QUE HÁ SEMPRE ALGO PARA FAZER...**

Meu contato com os moradores de Lariandeuá nas muitas oportunidades que tive de conviver com eles em suas casas me permite afirmar que a família tem um valor central nesse lugar. Segundo as diferentes pessoas com quem falei é a principal instância responsável pela socialização, reprodutora de valores culturais e morais, e tem a função de proteger a todos e cada um. Independentemente das formas que ela possa ter e das manifestações de tensões que possam ocorrer no seu interior funciona como uma espécie de ‘ancoradouro’, onde se assenta e se atualizam laços de parentesco e/ou outros, que se sobrepõem, por vezes, às relações de “sangue”. Ou seja, é em torno de um eixo moral como fala SARTI (2011) que a família adquire um valor simbólico para essas pessoas, pois em Lariandeuá, embora em cada casa a família corresponda, majoritariamente ao modelo tradicional, aquele composto pelo pai, mãe e filhos, outras combinações familiares e de parentesco compõem a dinâmica familiar desse lugar e, nesse sentido, se estabelece um tipo de relação na qual as obrigações morais são o sustentáculo fundamental, como assinala SARTI (2011: 86):

[...] A família como ordem moral, fundada num dar, receber e retribuir contínuos torna-se uma referência simbólica fundamental, uma linguagem através da qual os pobres traduzem o mundo social, orientando e atribuindo significado a suas relações dentro e fora de casa [...] (SARTI, 2011: 86).

Assim, considerando as dinâmicas familiares em Lariandeuá são destacáveis as atribuições femininas, no centro das rotinas familiares e no contexto da reciprocidade. O olhar sobre homens e mulheres, a partir do material recolhido em campo, trouxe indicações das suas formas de atuação na família e no trabalho que realizam e dos papéis ativos que desempenham para a manutenção e reprodução de sua família e da comunidade.

O papel, por exemplo, desempenhado pelas mulheres (tias, avós, mães, irmãs...) com o cuidado de crianças em diversas circunstâncias, é uma variável a ser considerada dentro da rede de parentesco, principalmente quando os parentes residem próximos um dos outros.

A prática de *circulação de crianças* definida no universo de reciprocidade onde se tece as obrigações morais se mostrou relevante na organização social desse lugar, em diferentes situações: de instabilidade familiar, por separações e mortes; de dificuldades concretas

(financeiras) do casal para conseguir criar os filhos ou quando não se têm moradia própria e convive com parentes; de novas uniões conjugais; pela saída das mães para trabalhar fora, aliada à instabilidade econômica. Como nos afirma Sarti (2011) o que parece valer para o contexto que examinei, os rearranjos que envolvem a rede de parentesco têm a finalidade de garantir o amparo financeiro e o cuidado necessário das pessoas. Naquelas circunstâncias que acabei de me referir aqui um destaque recorrentemente presente nas narrativas é a atuação das avós na prestação de atendimento na rede de apoio moral, afetivo e material à família, particularmente aos netos.

O aumento da expectativa de vida e da contribuição com a provisão econômica, através da pensão ou aposentadoria dos mais velhos é elemento importante nesse contexto, pois favorece um tipo de “arranjo” onde crianças na condição de netos/as, de maneira temporária ou de maior duração, convivam sob os cuidados “maternais” das avós, frente às dificuldades dos filhos (mais comumente das filhas), principalmente – mas não exclusivamente- daquelas avós que são as provedoras do grupo.

No que se refere ao modo de organização do trabalho familiar em Lariandeuá homens e mulheres, e também as crianças, muitas vezes (nos momentos em que não estão em atividades escolares) se envolvem (em graus variáveis) nas tarefas da dimensão agroextrativista e do trabalho doméstico. O grau de inserção para o desenvolvimento de tarefas da casa e do complexo *mata-rio-igarapé-quintal* vai depender de fatores como: a estrutura da família, da fase do desenvolvimento do grupo doméstico, eventuais necessidades de provisão do grupo<sup>154</sup>, do calendário dos produtos agroextrativistas, que interfere nos ritmos e tempos de trabalho ao longo do ano, dentre outros. No entanto, há grupos de atividades majoritariamente femininas, outros de atividades principalmente masculinas e outros que envolvem todas as pessoas da família, independentemente de quem o executa.

De maneira geral, há uma representação simbólica de trabalho “de homem” e “de mulher” e uma divisão do trabalho que corresponde a essa representação, nos espaços de âmbito doméstico e extra doméstico, indicando também, um nível de hierarquização, com maior valorização das atividades realizadas pelos homens do que as executadas pelas mulheres e crianças. A divisão de tarefas dá significado às práticas de trabalho no interior de

---

<sup>154</sup> Atender ao consumo familiar: pescar, apanhar cacho de açaí, sair para comprar algum alimento (lata de sardinha, charque, macarrão, arroz, leite etc...)

cada um desses espaços. Embora a experiência analisada, entre as famílias, mostre, na prática, que essas referências não são fixas, uma vez que permitem mudanças conforme a necessidade.

As mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, mesmo aquelas que se ocupam fora de casa, uma parte do dia como as assalariadas que trabalham no serviço público. Os homens, dizem realizar algumas dessas tarefas de maneira esporádica e seletiva. Para eles, as atividades domésticas são de responsabilidade das mulheres, mas não significa que eles não contribuam quando há necessidade, e nesse caso, a participação deles é considerada como “ajuda”, confirmando que não é a natureza do trabalho em si, mas de quem o realiza e em que circunstâncias. Ainda nessa direção, dependendo da necessidade e do ciclo de vida do grupo familiar, o trabalho doméstico é distribuído entre seus membros, principalmente entre as filhas, dependendo dos horários de frequência delas à escola, possibilitando à mãe desenvolver outras atividades.

A pesquisa revelou que no contexto das estratégias familiares ganham sentido as diversas atividades exercidas pelas mulheres. Mesmo que às vezes sejam realizadas de maneira descontínua, podem ser vistas como produtivas e importantes para a manutenção do grupo, ainda que os discursos indiquem que seja apenas um “complemento” embora na prática seja até imprescindível. O trabalho da coleta do açaí é majoritariamente relacionado aos homens. Dentre o conjunto de tarefas relacionadas a esse produto de maior valor comercial, é atribuído especificamente às mulheres e às crianças, a *debulha* do açaí, tarefa que se torna fundamental na safra do fruto, pois *a coleta do cacho não espera*, ou seja, podendo perder o valor para a venda quando seca demais ou quando passa do tempo de coleta. Nessa situação vários arranjos são postos em prática e assim podendo ocorrer a permeabilidade das tarefas entre homens e mulheres, como por exemplo, a coordenação da coleta feita por uma mulher em situação da migração do marido. É ela quem organiza a coleta e contrata os *apanhadores do açaí*, capina quando há necessidade e dessa forma “estremece” as “naturalizações” elaboradas, segundo as quais, o lugar da mulher é na casa e não na direção do trabalho considerado como produtivo (do *mato*), da comercialização da produção como uma tarefa considerada masculina.

O artesanato da cuia, do paneiro, das rasas entra na representação das atividades realizadas no âmbito dos afazeres domésticos que ocorrem majoritariamente, no interior das casas e nos seus arredores sendo em geral realizado pelas mulheres, especialmente o da feitura

da cuia. O aporte de renda advinda dessa produção lhes permite considerar como ‘próprio’ esse recurso, mesmo que às vezes elas não possam decidir ‘livremente’ o destino dele (do dinheiro), mas se sentem felizes por, com ele, contribuir para a manutenção da família.

De modo geral, os ingressos monetários são providos da venda de frutas, principalmente do açaí; do artesanato de produtos da olaria, Todos os produtos fornecidos pelo *mato* e dos cursos d’água associados às pequenas criações, são resultado do esforço conjunto dos membros do grupo doméstico. Ainda na composição dos ingressos da renda integram: o trabalho assalariado, as diárias por serviços prestados, os benefícios da previdência social e as bolsas assistenciais do governo federal. Vale dizer que os recursos advindos de programas sociais registrados em nome das mulheres, especialmente o Bolsa Família e o Bolsa verde trouxeram alguns elementos novos para as famílias, entre os quais: a possibilidade de ampliar a fonte de renda, de contar com regularidade mensal do rendimento monetário, especialmente, no caso da Bolsa Família.

No que concerne as percepções sobre as condicionalidades para o recebimento da Bolsa Família, é muito claro, para as mulheres de Lariandeuá, a obediência a essas condicionalidades para continuar tendo acesso a bolsa, como por exemplo, a manutenção da frequência dos filhos a escola, o acompanhamento da vacinação. Quanto ao Bolsa Verde, verifiquei que os beneficiários (homens e mulheres) receberam algumas informações no momento da reunião com o MORIVA, Incra e da assinatura do Termo de Adesão, que eles não conseguiram detalhar quais foram. O discurso, similarmente observado por Gusmão (2013), mais corrente é que recebem uma ajuda de R\$300,00, para “proteger a natureza”. Não conseguem identificar no programa Bolsa Verde um programa específico, voltado para a conservação dos recursos naturais que eles utilizam, cujo pertencimento implicaria em um conjunto de direitos e deveres. Ou seja, para esses beneficiários o PBV significa apenas um acréscimo monetário no valor que eles recebem do programa de outros programas e quem tem prazo para terminar.

Os recursos advindos dos programas sociais são percebidos, então, como um “dinheiro” que deva ser conjugado com outros recursos monetários. Ao se encarregarem de receber mensalmente em Abaeté (como sempre se referem) o valor advindo dos programas sociais do governo (Bolsa Família e Bolsa Verde), há toda uma organização do grupo familiar para que a mulher possa se ausentar, pela manhã, por causa dos afazeres domésticos. Geralmente ela é

acompanhada por alguém da família ou da vizinhança que também vai receber. O uso é destinado em geral para a alimentação, materiais escolares, roupas, calçados.

Para concluir, estas “linhas” finais de meu texto, quero dizer que este estudo pretendeu oferecer uma aproximação à dinâmica e variabilidade cultural em Lariandeuá, especialmente no que diz respeito ao que me propus a pesquisar e apresentar na análise e interpretação feitas na tese, com o objetivo também de contribuir para o conjunto de estudos realizados na Amazônia, visando à compreensão da sociodiversidade da vida e das relações sociais existentes na região. Nesse universo tão complexo em que, na fração da vida diária de cada grupo social, as mulheres desempenham, tanto quanto os homens e conforme a situação do lar, papéis importantes, no desempenho de tarefas no seu cotidiano, muitas vezes determinantes mesmo, para a reprodução do grupo, conforme mostram tantos trabalhos: (Motta-Maués, 1993 [1977]; Woortmann, 1987; Alencar, 1993; Wolff, 1999; Maneschy, 2001; Anderson 2007; Cardoso, 2007, Simoniam, 2001, Furtado, 1987; Furtado et al, 1993 ) dentre outros. Este trabalho aponta também para outras conclusões e possibilidades de pesquisa sobre questões de gênero e interpretação deste material, em especial no Pará.

O que finalmente apresentei na tese foi uma fração da vida das pessoas de Lariandeuá, que vivem num pedacinho de mundo tão complexo do qual me aproximei por partes, como nos ensinou Weber, num esforço de idas e voltas, construindo uma interpretação particular desse “mundo” que tive o privilégio de observar.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Edna Ferreira. 1993. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes G., LEITÃO, Wilma M. & MELLO, Alex F. (Orgs) *Povos das Águas: Realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi Pp. 63-81.
- ALENCAR, Edna Ferreira. *Pescadeira, companheiras e perigosas: a pesca feminina na Ilha de Lençóis*. 1991. Brasília – UNB (Dissertação de Mestrado).
- ALENCAR, Edna Ferreira. *Terra caída: encanto, lugares e identidades*. Brasília: UNB, 2002. 194 fls. (Tese de Doutorado em Antropologia Social).
- ALEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A.; ALEGRETTI, M. H.; M, A; CHWARTZMAN, S.; MENEZES, M.; MATTOSOS, R.; FLEISCHFRESSER, V.; ELIPPE, D.; WAWZYNIAK, V.; ARNT, R. *O destino da floresta: reservas extrativistas desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Instituto de Estudos Amazônicos Ambientais. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro, 1994. P. 17-47.
- ALMEIDA, Miguel. Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Fim de século edições. Lisboa: 1995.
- ALMEIDA, Oriana. Entrevista concedida ao Jornal Diário do Pará no dia -03/11/2013. Disponível in: <http://www.diarioonline.com.br/noticia-262128-ribeirinhos-sobrem-impactos-de-mudancas-climaticas.html?309571906>
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. As Mulheres da Baía do Sol/ Mosqueiro: de donas de casa a pescadoras. In: COSTA, Maria José Jackson (org.). *Sociologia na Amazônia: Debates Teóricos e Experiências de Pesquisa*. Belém: EDUFPA, 2001. P: 197-216.
- ANDERSON, Kirla Korina. Lugar de mulher é em casa? Cotidiano, espaço e tempo entre mulheres de famílias de pescadores. Belém: UFPA, 2007. 124 fls. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- ANDERSON, Scott D. Engenheiros na Várzea: uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: LENÁ, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. (Orgs). *Amazônia. A fronteira agrícola 20 anos depois*. 2 ed. Belém: CEJUP:MPEG. 1992.
- ASSIS, William Santos de. Nem receita, nem milagre: o diálogo como ponto de partida. In: *10 anos de trabalho pela agroecologia* – Belém: Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia – GTNA, 2004. 94p.
- ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 242 fls (Tese de Doutorado).
- AZEVEDO, Alexandre Mauricio Fonseca de. *Crianças especiais na ilha do Marajó: uma abordagem antropológica*. Belém: UFPA, 2014. 194 fls. (Tese de Doutorado).

AZEVEDO, Hueliton P. (2015). *Atravessando para a sustentabilidade: a Transição Agroecológica Amazônica tradicional*. IFPA: Castanhal (Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso de Agronomia).

AZEVEDO, Francisco de. *O arroz de Palma*. Editora Record, 12 ed. revista. Rio de Janeiro, 2015. A importância dos avós

BARROS, F. B (2009) *Sociabilidade, cultura e biodiversidade na beira de Abaetetuba no Pará*. Ciências Sociais Unisinos, v. 45, n. 2, p.152-161, mai./ago

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O trabalho do saber: cultura camponesa e escola rural*. Coleção aprender e ensinar. São Paulo: FTD. 1990.

BECKER, Howard. *Observação social e de casos sociais*. São Paulo, HUCITEC. p, 101-115, 1994.

BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 172p

BRUMER, Anita; ROSENFELD, Cinara L.; HOLZMANN, Lorena; SANTOS, Tania Steren dos. A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: PINTO, Celi R. J.; GUAZZELLI, Cesar A.B. (Org) *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 125-146.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BRUSCHINI, M.C; e RIDENTI, S. *Família, casa e trabalho*. Cadernos de Pesquisa, n. 88, pp. 30-36. (1994).

BRUSCHINI, M.C. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.) *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. 368p. p. 277-294. (Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho).

BRUSCHINI, M. C.; RICOLDI, Arlene Martinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional (15-35). In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (Orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 15-33.

BRUSCHINI, M.C. *Uma abordagem sociológica de família*. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol6\\_n1\\_1989/vol6\\_n1\\_1989\\_1artigo\\_1\\_23.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol6_n1_1989/vol6_n1_1989_1artigo_1_23.pdf)>. Acesso em 13 mar. 2013

BUTTLER, Judith. *Problemas de Gênero, Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

*Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais.* – N. 3 (jul. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica* (Belém,1870-1920). Belém: Ed.Açaí, 2011 428p.

CANTO, Otavio. do. *Várzea e Varzeiros da Amazônia*. Belém: MPEG, 2007

CARDOSO, Denise. Machado. Ciências, conhecimentos e ações nas relações de gênero. In: *Mulheres Amazônicas: imagens – cenários - histórias*. MOTTA-MAUÉS, M.A; ÁLVARES, L.M.; SANTOS, E.F. (Org.) Coleção Mulheres e Gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 2011. P 51 - 68.

\_\_\_\_\_, Denise Machado. *Mulheres catadoras: uma abordagem antropológica sobre a produção de massa de caranguejo - Guarajuba/Pará*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Pará: Belém: UFPA,2000.

\_\_\_\_\_, Denise Machado. *Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia Brasileira*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, maio agosto de 2007.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de Antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: *Aventura Antropológica, Teoria e Pesquisa*. Cardoso, Ruth C. L.(organizadora). – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 2ª edição 1988.

CARNEIRO, Maria José. “*Esposa de agricultor na França*”, Revista Estudos Feministas, vol. 4, n. 2, Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1996.

CASTRO, E. R. *Tradição e modernidade a propósito de processos de trabalho na Amazônia*. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 1 - dezembro 1999.

CASTRO, E. R. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da Globalização e da Integração de Mercado. In COELHO, M.; MATHIS, A. CASTRO, E. e HURTIENNE, T. (orgs.) *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão e desenvolvimento regional*. Belém: CESUP: UFPA-NAEA, 2001. Cap I, p. 7-32.

CELINA, Lindanor. *Diário da Ilha*. Coletânea de crônicas literárias.. Ed. CEJUP, Belém, 1992. 240 p

CELINA, Lindanor. *Estradas do tempo foi*. Romance. Ed. JCM, Rio de janeiro, 1971. 216 p.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ABAETETUBA. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Abaetetuba 1997-2000. Abaetetuba, out. 1996.

COSTA, Rita Cássia Pereira. “*Como uma Comunidade*”: formas associativas em Santo Antonio /PA – imbricações entre parentesco, gênero e identidade Belém: UFPA, 2008. 253 fls. (Dissertação de Mestrado em Antropologia).

CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira: Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: ARANTES, Antônio A. *et al. Colcha de retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1994.

COWAN ROS, Carlos Javier. *A “trama” do social. Família, comunidade e política nas lógicas de relacionamento dos camponeses yaveños*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 265 fls. (Tese de Doutorado).

DIAS, Maria Odila leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil*. 5 ed.- Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA MATTA, Roberto. *O Ofício de etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”*. In: *Aventura Sociológica*. Edsson de Oliveira Nunes (Organizador). – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 23-35.

DE CASTRO, Elisa Guaraná. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. fls.380.

DESCARRIES, Francine. *Teorias Feministas. liberação e solidariedade no plural (tradução: Tania Navarro Swain)*. Textos de Historia, volume 8 numero 1. Brasília, 2000.

DIEGUES, A.C.S. *Povos e Mares*. Leituras em sócio-antropologia Marítima São Paulo: NUPAUB-USP, 1995. 269p

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ São Paulo: USP, 2001. 175 p.

DIEGUES, A.C.S. *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ESTUMANO, E. M. *Uma vida, duas vidas, muitas vidas: diferenciações de gênero no cotidiano familiar e profissional de camadas médias urbanas*. Belém (Dissertação de Mestrado em Antropologia). UFPA 2004.

EVANS- PRITCHARD, E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. Perspectiva: São Paulo, 1979.

FARIA, N. Gênero e Políticas Públicas: uma breve abordagem das relações de gênero. In: NOBRE, M.; FARIA, N.; SILVEIRA, M.L. *Feminismo e Luta das Mulheres: análise e debate*. São Paulo. SOF, 2005. p. 31-40.

FERRÃO, Euzalina da Silva. *Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais do alto rio Atuí na Ilha de Marajó: exame de uma experiência- 2006*. Belém: UFPA, 2007. 124 fls. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

FIGUEIREDO, Luciene Dias. *Empates nos babaçuais*. Do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Belém: UFPA 2005. 199 p

(Dissertação de Mestrado em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável).

FONSECA, Claudia. *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2004.

FRAXE, Therezinha J.P. *Cultura cabocla-ribeirinha. Mitos, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Annablume: 2004

FURTADO, Lourdes de Fátima Gonçalves. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área Amazônica*. Belém: Museu paraense Emílio Goeldi, 1993

FURTADO, Lourdes de Fátima Gonçalves; LEITÃO, Wilma., MELLO, A. F. (1993). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém-PA

FURTADO, Lourdes de Fátima Gonçalves. *Comunidades Tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental*. In: D'Incao, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda. *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. (p.67-74).

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2004

GARCIA Jr., Afrânio Raul. *Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989

GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: 6 edição, Vozes, 2003

GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GUERRA, G. A. D. (2001). *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense*. Edições Imprensa Oficial do Estado.

GUSMÃO, Luis. Análise da operacionalização do Programa Bolsa Verde como mecanismo de articulação de alternativas produtivas sustentáveis para o fortalecimento da agricultura familiar na região amazônica. *Relatório de trabalho de campo* – IEB. Belém, agosto: 2012 (impresso)

HALBWACHS, Maurice. (1990 [1950]), *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.

HEILBORN, M. L. *Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário*, Rio de Janeiro, tese, PPGAS, UFRJ, 210 pp. 1992.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HEREDIA, Beatriz. M, Alasia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 164p.

HIRAOKA, Mário. 1993. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, Lourdes G., LEITÃO, Wilma M.& MELLO, Alex F. (Orgs.) *Povos das Águas: Realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. Pp.133-157.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniéle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: *Cadernos de Pesquisa*. 2007. v. 37 n. 132, p. 595-609.

HIRATA, Helena. *Genre, travail et care: l'état des travaux en France*. Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, Ano 16, no 26, 2011, 37-56

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; NOGUEIRA, Oscar Lameira,; MENEZES, Antônio José CARVALHO, José Edmar Urano; NICOLLI, Clarisse Maia Lana; MATOS, Grimoaldo Bandeira de. Açai: novos e tendências. *Amazônia: Ci. & Desenvolvimento*. Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.

IBGE. *Sistema IBGE de Recuperação Automática-SIDRA. Produção agrícola municipal*. Disponível em: <<http://www.ibge.sidra.gov.br>> Acessado em: 01 dez. 2010.

LAURETIS, Teresa de. Preface and the technologies of gender. In: *Technologies of gender*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. Disponível em português. [shttp://pt.scribd.com/doc/81873993/A-Tecnologia-do-Genero-Teresa-de-Lauretis](http://pt.scribd.com/doc/81873993/A-Tecnologia-do-Genero-Teresa-de-Lauretis). Acessado em 12 de maio de 2014.

LEITÃO, Wilma Marques. 1997. *O pescador mesmo: um estudo sobre o pescador e as políticas de desenvolvimento da pesca*. 160 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFPA, CFCH, DEAN, Belém.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A Família. In: *O Olhar Distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1983 PP. 69-98.

LINS DE BARROS, M. M. *Autoridade & afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury.(Coord) *Pólos oleiro-cerâmico de Abaetetuba*. Expansão e crise. Belém: UFPA/NUMA/POEMA/IDESP. 1998.

LOPES, João Luiz da Silva. *No verão, açai; no inverno, camarão: tempo e práticas econômicas na ilha de Paquetá*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2006. 175 p. (Dissertação de Mestrado) –

LOPES, Adaise Gouvea & SIMONIAN, Lígia T. L. Gestão dos recursos naturais na Ilha Trambioca: Tendências, desafios e possibilidades. In: SIMONIAN, Ligia (org.). *Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca-Barcarena PA*. Belém: NAEA/UFPA; Projeto NAEA/Fundação Ford, 2004. P 14-71

LUI, Gabriel Henrique. *Transição de modos de vida rurais na Amazônia brasileira: uma perspectiva longitudinal sobre diversificação da renda, atividades agrícolas e uso da terra entre pequenos produtores*. Piracicaba: USP, 2013. (Tese de Doutorado).

MACHADO, Jorge. *Terras de Abaetetuba*. Edições Alquimia, 1986.

MACHADO, Lia Zanotta. *Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2001.

MACHADO, Selma Suely Lopes. *O legado das avós e os bens do cuidado*. Estudo sobre família, gerações e redes sociais em bairro popular de Belém/PA. Rio de Janeiro: - UFJ, 2008, 186fls (Tese Doutorado)

MALINOWSKI, B. Introdução: Tema, objeto e método desta pesquisa. In: *Os Argonautas do Pacífico*. Ocidental. Rio de Janeiro: Editora Abril, 1978.

MANESCHY, Maria Cristina, ALENCAR, Edna e NASCIMENTO, Ivete Herculano. Pescadoras em busca de cidadania. In: ÁLVARES, L.M & D'INCAO, M.A. *A mulher existe: Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM, 1995. P 81-96

MANESCHY, Maria Cristina. Múltiplas Atividades Femininas nas Estratégias de Reprodução Social de Famílias de Pescadores. In: COSTA, Maria José Jackson (org.). *Sociologia na Amazônia: Debates Teóricos e Experiências de Pesquisa*. Belém: EDUFPA, 2001. P. 165-196

\_\_\_\_\_. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. In: *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* /Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). – Niterói : Alternativa, 2013.p. 41-64

\_\_\_\_\_. O Emprego Doméstico e as Relações de Gênero no Mundo do Trabalho. In: *Gênero na Amazônia*. Belém –UFPA- GEPEM, 2013. n. 3 (jan./jun..)

MATOS, Marlise. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Religião e Sociedade. Comunidades “no sentido social da Evangelização”*: CEB's, Camponeses e Quilombolas na Amazônia Oriental. Publicado em *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, 2010. P. 13-37.

MAUSS, M. Morfologia Social: ensaios sobre as variações sazonais das sociedades esquimó. In: Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: APU/EDUSP, 1974. Volume II, p. 237-320.

MELO, Hildete Pereira; SABBATO, Alberto Di. Gênero e trabalho rural -1993/2006. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista*. Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

- MELO, Hildete P. de; Di Sabbato, Alberto. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA/Nead, 2006. p. 47- 87. (Nead Debate, 9).
- MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, M. I. P. de (Org.). *Sociologia rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 33-61.
- MENEZES, M.A. *Experiência de namoro e casamento em famílias de camponeses-migrantes. História Oral*, v. 9, n. 2, p. 95-122, jul.-dez. 2006.
- MOREIRA, Edma Silva. *Tradição em tempos de modernidade. Reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA*. Belém: 2003.
- MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; SILVA JUNIOR, Josué Francisco; FERNANDES, Thiara. *Divisão social do trabalho no extrativismo de mangaba no nordeste e norte do Brasil*. Agricultura Familiar. Belém: n5/8, p. 53-70, 2005/2008.
- MOTA, Dalva Maria da; SILVA JUNIOR, Josué Francisco; SCHMITZ, Heribert; RODRIGUES, Raquel Fernandes de A. *A mangabeira As catadoras O Extrativismo*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. 297p.
- MOTA, Dalva. Maria. *Família e Grupos Domésticos na Amazônia Paraense*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, 2014. v. 31, n. 2, p. 289-314, maio/ago..
- MOTTA-MAUÉS, M.A. *Trabalhadeiras & Camarados: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade Amazônica*. Belém: UFPA, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Pesca de Homem / Peixe de Mulher (?)*: repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica*, v. 3, 1999, p. 377-399.
- \_\_\_\_\_. “Na ‘casa da mãe’ / na ‘casa do pai’. Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da ‘circulação’ de crianças”. *Revista de Antropologia* 47: 428-452 2004.
- \_\_\_\_\_. “Uma vez ‘cria’, sempre ‘cria’ (?). Adoção, gênero e geração na Amazônia”. *Anais do 13º Ciso – Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste (CD-Rom)*. Maceió/AL, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Uma Mãe Leva a Outra (?)*: Práticas informais (mas nem tanto) de "circulação de crianças" na Amazônia. *Barcelona: Scripta Nova*, v. XVI, p. 1-22, 2012 Disponível in: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-395/sn-395-8.htm> Data: 25/3/2014.
- MOTTA-MAUÉS, M.A. IGREJA, D.C.L e DANTAS, L. *De casa em casa, de rua em rua..Na cidade: circulação de crianças, hierarquia e espaços sociais em Belém*. In: 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008.
- MOURA, Ignacio Baptista de. – *De Belém a São João do Araguaia Valle do Rio Tocantins*. Rio de Janeiro, 1910. Primeira Edição Belém SECULT, 1989. Coleção Lendo o Pará Vol 4.
- MOURÃO, Leila. *Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário Amazônico*. Belém:Ed.Açai, 2001. 390p.

MOURÃO, P. L. *As práticas agroecológicas sob a perspectiva de agricultores e agricultoras familiares em Abaetetuba*. Belém: NEAF/MAFDS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

NAHUM, João Santos. *De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial João Santos Nahum de comunidades rurais na Amazônia paraense*. Campo Território: revista de geografia agrária, v. 6, n. 12, p. 79-103, ago., 2011

NEVES, D. P & Motta-Maués. M.A. Apresentação. In: *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* /Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). – Niterói : Alternativa, 2013.

NEVES, D. P. (2009). *Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional*. *Cadernos NAEA*, vol. 12, n. 1, pp. 67-92.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra, MENASCHE, Renata (Orgs.): *Gênero e Agricultura Familiar*. SOF, São Paulo, 1998.

Nova cartografia social da Amazônia: ribeirinhos e ribeirinhas de Abaetetuba e sua diversidade cultural / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Coord) ; autores, Lilian Carolina de Araújo Santana, Marcus Vinícius da Costa Lima, Solange Maria Gayoso da Costa. – Manaus, Amazonas: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009.

OLIVEIRA, Miriam .Cynthia Cesar de, SILVA, Waldileia Rendeiro da, ASSIS, William Santos de. *Estudo sobre o processo de Migração de Agricultores Familiares na área Rural de Marabá*. LASAT, UFPA (não publicado), 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: OLIVEIRA. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 17-35 e 53

PAULILO, M. I. *Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise*. Estudos Feministas/Florianópolis, 12 (1), p. 229-252, jan/abril, 2004.

PANTOJA, Ana Lúcia Nauar. *Sendo mãe, sendo pai: sexualidade, reprodução e afetividade entre adolescentes de grupos populares em Belém* /Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais*. In: Família e individualização. Clarice, E. Peixoto, François Singly e Vincenzo Cicchelli (org). Tradução de Ângela Xavier de Brito. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. *Série: ribeirinhos e ribeirinhas de Abaetetuba e sua diversidade cultural* / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Coord); autores, Lilian Carolina de Araújo Santana, Marcus Vinícius da Costa Lima, Solange Maria Gayoso da Costa. – Manaus, Amazonas : Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009.

PROUST, Marcel. 1871-1922. *À sombra das raparigas em flor* (tradução Mario Quiantana). São Paulo, 2006 . 669p.

PINTO, Daniel Silva. *Unidade família mãe-filhos: Dinâmica social e variabilidade cultural; Estudo de caso em grupo popular no bairro da Cabanagem em Belém (PA); 2005; 25 f; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Ciências Sociais) – UFPA, Pará.*

POJO, Eliana. *Atravessando pelas águas de Abaetetuba: caminhos de uma pesquisa etnográfica*. In: II Encontro de Pesquisas e práticas em Educação do campo da Paraíba. João pessoa: 2006.

RODRIGUES, Marinês de Maria Ribeiro; AMARAL, Waldiléia, Rendeiro da Silva; SILVA, Maria das Graças das. *Vida e formas de saberes de produtoras de cuia numa comunidade ribeirinha – Abaetetuba Pa. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol 10, Nº 3 de 2015.*

REIS, D. C. *Cultura da brincadeira em uma comunidade ribeirinha na ilha do Marajó, Pará. 2007.221f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.*

RICHARDSON, R.J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, CARDOSO, Ruth C. L. *As aventuras de Antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método*. In. *Aventura Antropológica, Teoria e Pesquisa* . Cardoso, Ruth C. L (organizadora) – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 2ª edição 1988.

ROCHA, Ademir. *Religião, Igreja e vultos de Abaeté*. 2010. Disponível em: <http://ademirhelenorocha.blogspot.com.br/2010/07/religiao-igreja-e-vultos-de-abaete.html>

ROCHA, Ademir. *A ilha do capim: Ilhas de Abaetetuba*. 2011. Disponível em: <http://ademirhelenorocha.blogspot.com.br/2011/07/ilha-do-capim-ilhas-de-abaetetuba-1.html>

RODRIGUES, Marinês de Maria Ribeiro. *Cartografia do rio Quianduba: o cotidiano de ribeirinhos(as) Amazonidas na produção de saberes e práticas sociais* . IFPA: Abaetetuba, 2013. (Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso de licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas).

SACRAMENTO, José Maria Cardoso. *Gestão comunitária e individual dos recursos naturais nas várzeas do Baixo Tocantins: o caso do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) ilha de sumaúma em Igarapé Miri/PA* . Belém, UFPA, NEAF, 2011 (Dissertação de Mestrado).

SAMARA, Eni de Mesquita. *Casamento e papéis familiares em São Paulo no séc. XIX*. In: Caderno de pesquisa. São Paulo/SP: Fundação Carlos Chagas, maio de 1981.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru: Edusc, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANCHES, Maria do Socorro Rayol. *No Abacatal (também), uma Flor*”: Um estudo antropológico sobre a relação criança & trabalho. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Belém: Universidade Federal do Pará, 2014.

SARTI, Cyntia *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2003.

SARTI, Cyntia. *Famílias enredadas*. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália. (Org.). *Família, redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

SARTRE, X.A.; FLORENTINO, L.G.; GUERRA, G.A.D.; MASTOP-LIMA, L.; ALVES, A.M.N. e GUÉTAT-BERNARD. O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em área de fronteira. In: *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* /Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). – Niterói : Alternativa, 2013. P.p:107-127

SARTRE, X. A.; GUÉTAT-BERNARD, H.; GUERRA, G.A.D. Controle da natalidade de famílias camponesas e estabilização das frentes pioneiras na Amazônia oriental brasileira. In *Agricultura familiar – pesquisa, formação e desenvolvimento*. Belém,. UFPA, 2008. Numero 5/8-Ano 2005/2008.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; PEREIRA, Joenes Antônio Guimarães. *Pescadores artesanais e seguro defeso: reflexões sobre processos de constituição de identidades numa comunidade ribeirinha da Amazônia*. Amazônica - Revista de Antropologia. Belém, v.4, n.1, abr. 2013

SCHWARZER,H. Impactos Socioeconômicos do Sistema de Aposentadorias Rurais no Brasil: Evidências empíricas de um estudo de caso no Estado do Pará. In: de Rapkiewicz, C. (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução São Paulo: SENAC, 2003. p. 15-20. Acessado [www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view)

SCOTT, Parry. *Mulheres Chefes de Família: abordagens e temas para as políticas públicas*. Apresentado no Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, realizado em 4 de novembro de 2002, Ouro Preto-MG pela CNPD, FNUAP e ABEP, 2002

SCOTT, Parry. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Org). *Gênero e Geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. 480 p p. 17-35.

SCOTT. J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. v. 16, nº2. Porto Alegre, 1990.

SEGALEN, Martine. *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar. 1999.

SERRAT, Maria do Monte. *Verdades, atos e fatos ainda não ditos*. Abaetetuba: Editora Arraia, 1990.

SHIVA, Vandana. *Abraçar a vida: mulher, ecologia y supervivencia*. Montevideu: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

SCHNEIDER, Sérgio. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 253p.

SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura e trabalho infantil: uma apreciação crítica do estudo da OIT*. Porto Alegre: Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel, Série Documentos, 1, 2005.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Camponesas, Fiandeiras, Tecelãs, Oleiras. In: *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos / Delma Pessanha Neves, Leonilde Sêrvolo de Medeiros (Organizadoras)*. – Niterói : Alternativa, 2013. p 163-183.

SILVA, A.F. V; HOMMA, A.K.O, SILVA, L.G.T e TEIXEIRA, R.N.G (2010). *Minifúndios e “inquilinato” no estuário Amazônico: o caso do Projeto Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Ilha Quianduba, Município de Abaetetuba, Pará*. . Anais do VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção/UEMA, Mestrado em Agroecologia: EMBRAPA. – São Luís: UEMA.

SILVA, Lana Claudia Macedo. *Mulher e Trabalho no Bolsa Família*. Relatório de Pesquisa, (MDS/CNPq), 2012, MS. Disponível: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum\\_executivo/pdf/ficha\\_117.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/ficha_117.pdf). Acessado 28/04/2014 às 14h00.

SILVA, Lana Claudia Macedo. *Mulheres provedoras: trajetórias amorosas, trabalho e família*. Tese de Doutorado em Sociologia. Belém: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. UFPA. 2012.

SILVA, Lucielma Lobato Silva. *Gênero, religião e simbolismo: um estudo do tabu do sangue nas religiões de matriz africana em Abaetetuba-Pará*. Belém: UEPA, 2013. 151 fls. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião).

SILVA, S. S. C. (2006). *Estrutura e Dinâmica das relações familiares de uma comunidade ribeirinha da região amazônica*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. *Mulheres Migrantes na Transamazônica: Construção da ocupação e do fazer política*. Belém: UFPA, 2014. (Tese de Doutorado).

SILVA NETO, Nirson Medeiros da. *Quebradeiras e carvoeiros: a transformação do extrativismo de coco babaçu nas terras do Araguaia-Tocantins*. Belém: UFPA, 2012. 272 fls. (Tese de Doutorado).

SIMONIAN, Ligia T. L. *Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura*. – Belém: UFPA/NAEA, 2001.

SIMONIAN, Ligia (org.). *Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca-Barcarena PA*. Belém: NAEA/UFPA; Projeto NAEA/Fundação Ford, 2004.

SIQUEIRA.A.D. Gênero e vida cotidiana: mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas do estuário amazônico. In: ADAM. C., MURRIETA, R.,NEVES, W. *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade* (2006). São Paulo: Annablume: 261- 287.

SODRÉ, R. C. *Afetividade, gênero e conjugalidade no Quilombo de Narcisa em capitão Poço, Pará*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOUZA, Aldo Luiz Fernando. Organização do espaço na Amazônia oriental: a especificidade dos municípios de Abaetetuba Barcarena no Pará. In: XVI Encontro Nacional dos geógrafos: crise práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças. Espaço de diálogos e práticas. Porto Alegre, RS: 2010.

STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada. In: ARANTES, Antonio A. et al. (Orgs.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 61-114.

STROPASOLAS, Valmir Luis. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná (Orgs). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Maumad X, 2007.

TAVARES, G. S & HOMMA, A. K. O. *Comercialização do açaí no Estado do Pará: alguns comentários*. In: Observatório de La Economia LatinoAmericana. Revista eumedinet. Brasil: 2005..

TOLEDO , V. M., & BARRERA-BASSOLS, N. (2008). *La Memoria Biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales* (Vol. 3). Icaria Editorial.

TORRES, Iraildes Caldas. *A visibilidade do trabalho das mulheres ticunas da Amazônia*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007.

TOURINHO, M.M; GAMA, J.R.; BENTES-GAMA, LOPES, E.L.N., SANTOS, S.R.M. *Várzeas do estuário do rio Amazonas: características e possibilidades agrônômicas*. In: GAMA,J.R.V.; PALHA,M.das D.C.; SANTOS, S.R.M.dos (org.) – Belém:UFRA, 2009 P.269- 292.

VELHO, Gilberto (1994), *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

VELHO, Gilberto. Família e Subjetividade. In: ALMEIDA, A. M. de, CARNEIRO, M. J, PAULA S.G. (org) *Pensando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Editora da UFRJ, 1987.

VELHO, Otavio G. *Frentes de expansão Estrutura agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*. 2. Ed. Rio do Janeiro: editora Zahar, 1972.

WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica*: estudo do homem nos trópicos. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta*: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945) / Cristina Scheibe Wolff. – São Paulo: Hucitec, 1999.

WOORTMANN, K. 1987 - *A Família das Mulheres*. Edições Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro.

WOORTMANN, E. F. & WOORTMANN, K. *O trabalho da terra*: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, E. F. *Da Complementaridade à Dependência*: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do nordeste. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, nº18, ano 7, fev. de 1992. Disponível em [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=219:rbc-18&catid=69:rbc&Itemid=399/](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=219:rbc-18&catid=69:rbc&Itemid=399/) Acessado: 08/04/2014

WOORTMANN, K. A.; WOORTMANN, E. F. *Fuga a três vozes*. Série Antropologia, Brasília, n. 129, p. 1-54, 1992.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros parentes e compadres*: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo; Brasília: Edunb; Hucitec, 1995.

WOORTMANN, K. *O modo de produção doméstico em duas perspectivas*: Chayanov e Sahlins. Série Antropologia. Brasília: 2001.

WOORTMANN, K. *Grupo doméstico e parentesco num Vale da Amazônia*. Revista do Museu Paulista, Nova Série, v. 18, p. 209-377, 1967.

WOORTMANN, Klaas & WOORTMANN, Ellen F. *Monoparentalidade e chefia feminina*: conceitos, contextos e circunstâncias. 2004, 99p. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/woortmann.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2014.

## **ANEXOS**

<i>N.Grupo Doméstico</i>	<i>N. de moradores da casa incluindo a/o informante</i>	<i>Residentes</i>	<i>N. Grupo Doméstico</i>	<i>N. de moradores incluindo a/o informante</i>	<i>Residentes</i>
1	3	Irmão, Irmã, cunhado	36	4	Mulher, Marido 2 filhas
2	4	Mulher, Marido, 02 filhos	37	7	Mulher, Marido, 3 filhos, 1 filha
3	4	Mulher, Marido, 1 filho/1 filha	38	5	Mulher, Marido, 1 filho e 2 filhas
4	4	Mulher, Marido, 1 filha, 1 filho	39	8	Mulher, Marido 3 filhos, , 1 nora, 1 avó
5	2	Mulher, Marido Não tem filhos	40	2	Mulher, 1 neto (solt de 25 anos)
6	5	Mulher, Marido, 2 filhas, 1 filho	41	5	Mulher, Marido, 2 filhos, 1 filha
7	5	Mulher, Marido , 3 filhos	42	6	Mulher, Marido, 4 filhas
8	9	Mulher, Marido, 04 filhos, 5 filhas	43	4	Mulher, Marido, 1 filho e 1 filha
9	5	Mulher, Marido, 2 filhos, 1 filha	44	5	Mulher, 1 filho, 1 filho e 3 netos
10	5	Mulher, Marido, 2 filhas, 1 filho	45	3	Mulher, Marido, 1 filha
11	3	Mulher, Marido, 1 filho de criação	46	4	Mulher, Marido, 1 filho, 1 filha
12	4	Mulher, Marido, 1 filha, 1 filho	47	4	Mulher, Marido, 2 filhas
13	6	Mulher, Marido, 2 filhos , 1 filha, 1 “agregado”	48	4	Marido, 1 filha, 1 filho
14	6	Mulher, Marido, 3 filhas e 1 filho	49	4	Mulher, Marido, 1 filho, 1 filha
15	3	Mulher, Marido, 1 filho	50	2	Mulher, Marido
16	5	Mulher, Marido, 4 filhas e 1 filho	51	4	Mulher, Marido, 1 filha, 1 filho
17	4	Mulher, Marido , 1 filho, 1 filha	52	8	Mulher, Marido, 2 filhas, 4 filhos
18	3	Mulher, Marido, 1 filha	53	7	Mulher, Marido, 1 filha,, 1 genro, 2 filhos, 1 neta
19	5	Mulher, Marido, 1 filha, 2 filhos	54	6	Marido, 1 filho, 1 filha, 1 genro, 1 neta.
20	7	Marido, 1 filho, 1 filha, 1 genro, 1 neto, 1 afilhada.	55	5	Mulher, Marido, Cunhado, 1 filho, 1 filha
21	5	Mulher, Marido, 2 filhas, 1 filho	56	7	Mulher, Marido, 3 filhos, 1 filha
22	5	Mulher, Marido, 1 irmã, 2 filhas	57	2	Homem (tio) e Sobrinha
23	5	Mulher, Marido, 1 filha, 1 genro, 1 neta	58	6	Mulher, 2 filhos, 1 nora, 2 netos,
24	4	Mulher, Marido/ 1 filha, 1 filho	59	4	Mulher, Marido, 1 filho, 1 filha
25	10	Mulher, Marido, 4 filhos, 4 filhas	60	6	Mulher, Marido, 2 filhas, 1 filho, 1 irmã
26	4	Mulher, 1 filho, 1 neta, 1 neto-genro.	61	4	Mulher, Marido, 1 filha, 1 sobrinha
27	9	Mulher, Marido, 2 filhos, 2 noras, 2 netas 1 neto	62	5	Mulher, Marido, 3 filhos
28	4	Mulher, Marido, 2 filhos	63	5	Mulher, Marido, 3 filhos
29	7	Mulher 2 filhas, 1 genro, 02 filhos	64	8	Mulher, 2 filhas, 1 genro, 1 filho, 3 netas
30	4	Mulher, 3 netas	65	9	Mulher, Marido, 4 filhas, 1 filho, 1 genro, 1 neta
31	6	Mulher, Marido, 2 filhos, 2 filhas	66	5	Mulher, Marido, 2 filhos, 1 filha

32	6	Mulher, Marido, 2 filhas e 2 filhos	67	11	Mulher, 02 filhas, 04 filhos, 1 nora, 2 netas e 1 neto
33	4	Mulher, Marido, 2 filhas	68	8	Marido, 3 filhas 3 filhos
34	4	Mulher, Marido, 2 filhos	69	11	Mulher, Marido, 3 filhos, 3 noras, 2 netas, 1 neto
35	11	Marido, 3 filhas, 3 genros, 1 neta, 2 netos	70	5	2 filhos, 2 filhas

Tabela 1: Composição atual do grupo doméstico em Lariandeua

Fonte: Waldiléia Amaral, pesquisa de campo, 2014